

CLÁSSICOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS LATINO-AMERICANAS

O Estado de Contra-Insurgência na América Latina

Ruy Mauro Marini

ARTIGOS

*A Questão Agrária e a Transformação Rural
Neoliberal na América Latina*

Cristóbal Kay

*Educação Superior e Povos Indígenas: Experiências,
Estudos e Debates na América Latina e em outras
Regiões do Mundo*

Daniel Mato

*Jorge Graciarena, na perspectiva latino-americana:
notas in memoriam*

Waldo Ansaldi, Verónica Giordano

*As vicissitudes de uma Nova Interpretação sobre o
Subdesenvolvimento e a Dependência:
Notas Críticas à Proposta de Claudio Katz*

Jaime Osorio

*Brasil, a antessala do Golpe: reformismo fraco,
crise orgânica e a geopolítica mundial*

Marcos Aurélio da Silva

*A Economia Solidária como um instrumento de giro decolonial
do saber econômico capitalista*

**Thiago Moreira de Carvalho, Luiz Guilherme de Oliveira,
Mariana Lima Cruz de Almeida, Polliana Cristina Oliveira de Carvalho**

*Direito Indígena e o paradigma instuído pela Constiuição 1988:
Direito à Alteridade*

Rafael Alem Mello, Fabiana Bittencourt, Alisson Jordão Rêgo

*Uma abordagem cognitiva sobre o Haiti: o papel do ambiente
psicológico na construção das imagens no contexto da
MINUSTAH (2004-2016).*

Fábio Albergaria de Queiroz Correio

Classe Média Negra Universitária: por um projeto de sociedade afirmativa

Ricardo Dias de Castro, Claudia Mayorga Correio

*Abolição e carnaval: performance e experiência social negra
em Trinidad (cc. 1790-1850)*

Eric Brasil

*Outras epistemologias para os estudos de gênero: feminismos e
interseccionalidade em debate a partir da América Latina*

Débora Machado, Maria Luiza Walter Costa, Delia Dutra

Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas

ISSN 1984-1639

Conselho Editorial

Evelina Dagnino, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Daniel H. Levine, Pontificia Universidad Católica del Perú, Peru
Yamandú Acosta Roncagliolo, Universidad de la República, Uruguai
Daniel Mato, Investigador Principal de CONICET, Argentina
Pablo Gentili, Universidade Estadual de Rio de Janeiro, Brasil
Carlos Eduardo R. Martins, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Brasil
Juan Pablo P. Sáinz, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Costa Rica
Ana Laura Rivoir Cabrera, Departamento de Sociología de la Universidad de la República, Uruguai
Enrique Dussel, Universidad Nacional Autónoma de México, México
Marcos R. Rosenmann, Universidad Complutense de Madrid
Sônia E. Alvarez, University of Massachusetts, EUA
Marie L. Geoffray, Institut des Hautes Etudes de L'Amérique Latine- Sorbonne Nouvelle/Paris 3, França
Benício Viero Schmidt, Universidade de Brasília, Brasil
Maria Tereza Sierra, CIESAS, México
Wilson Fernandez, Universidad de la Republica, Uruguai
Ana Maria Fernandes, Universidade de Brasília, Brasil
Gustavo Vega, Colegio de Mexico, México
Mirian Jimeno, Universidad Nacional de Colombia, Colômbia
Patricio Valdivieso, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile
Ronald Inglehart, Universidade de Michigan, EUA
Timothy Power, University of Oxford, Inglaterra
Victor Armony, Université du Québec à Montréal, Canadá
Nora Garita Bonilla, Universidad de Costa Rica, Costa Rica
Eugenio Enrique E. Martinez, Universidad de La Habana, Cuba
Cristóbal Kay, Rotterdam Erasmus University, Holanda
Juan Aguilló Fernández, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil
Mariano Feliz, Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Maristella Svampa, Universidad Nacional de la Plata, Argentina
Gilberto Maringoni de Oliveira, Universidade Federal do ABC, Santo André
Andy Higginbottom, Associate Professor Kingston University, Londres

Editor Chefe

Raphael Lana Seabra, Universidade de Brasília

Editoras Adjuntas

Flávia Lessa de Barros, Universidade de Brasília

Elaine Moreira, Universidade de Brasília

A **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas** (ISSN 1984-1639) é uma publicação quadrimestral do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (UnB), indexa da embases de dados Nacionais e Internacionais, como o LATINDEX, DOAJ,, REDIB, Sumários e periódicos CAPES. Na classificação QUALIS da CAPES está situada como B1 nas áreas Interdisciplinar, direito e Planejamento Urbano e Regional/Demografia. A revista aceita trabalhos inéditos sob a forma de artigos, resenhas de livros ou entrevistas. A Revista abrange todas as áreas classificadas no CNQP como Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

Os trabalhos deverão contemplar: (i) a discussão dos grandes temas e problemas que caracterizam o pensamento sobre as Américas; (ii) a ênfase nos estudos comparativos e interdisciplinares; e (iii) a consistência com as linhas de pesquisa do programa de pós-graduação do ELA. A Revista publica trabalhos em português, espanhol e inglês. Poderão ser publicados trabalhos em outras línguas, a critério do Comitê Executivo.

Copyright © 2015

Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA
Universidade de Brasília (UnB)

Capa

Foto – LA PATRIA NACIENDO DE LA TERNURA, Mural del Maestro ecuatoriano PAVEL EGÜEZ, Caracas, 324 mts. cuadrados, Copyright © 2006.

Arte – Cristina Tidori Obata Seabra

É permitida a reprodução dos artigos desde que mencione a fonte

Universidade de Brasília (UnB)

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

Instituto de Ciências Sociais

Diretor: Luis Roberto Cardoso de Oliveira

Vice-Diretor: Christiane Girard Ferreira Nunes

Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA

Diretor: Cristhian Teófilo

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação: Leonardo Cavalcanti

A correspondência comercial deve ser enviada para Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas Campus Universitário Darcy Ribeiro - Multiuso II, 1º piso, Brasília – Distrito Federal - Asa Norte CEP 70910-900 Brasília-DF - Brasil

Secretário Executivo

Paulo Roberto, Universidade de Brasília

Sumário

Clássicos das Ciências Sociais Latino-Americanas

O Estado de Contra-Insurgência na América Latina - *Ruy Mauro Marini* _____ 1

Artigos

A Questão Agrária e a Transformação Rural Neoliberal na América Latina - *Cristóbal Kay* __ 16

Educação Superior e Povos Indígenas: Experiências, Estudos e Debates na América Latina e em outras Regiões do Mundo – *Daniel Mato* _____ 29

Jorge Graciarena, na Perspectiva Latino-Americana: notas *in memoriam* – *Waldo Ansaldi, Verónica Giordano* _____ 57

As Vicissitudes de uma nova Interpretação sobre o Subdesenvolvimento e a Dependência – *Jaime Osorio* _____ 69

Brasil, a Antessala do Golpe: reformismo fraco, crise orgânica e a geopolítica mundial – a *Marcos Aurélio da Silva* _____ 85

A Economia Solidária como um Instrumento de Giro Decolonial do saber Econômico Capitalista – *Thiago Moreira de Carvalho, Luiz Guilherme de Oliveira, Mariana Lima Cruz de Almeida, Polliana Cristina Oliveira de Carvalho* _____ 107

Direito Indígena e o Paradigma Instuído pela Constiuição 1988: Direito à Alteridade – *Rafael Alem Mello, Fabiana Bittencourt, Alisson Jordão Rêgo* _____ 126

Uma Abordagem Cognitiva sobre o Haiti: o papel do ambiente psicológico na construção das imagens no contexto da MINUSTAH (2004-2016) – *Fábio Albergaria de Queiroz* _____ 139

Classe Média Negra Universitária: por um projeto de sociedade afirmativa – *Ricardo Dias de Castro, Claudia Mayorga* _____ 175

Abolição e Carnaval: performance e experiência social negra em Trinidad (cc. 1790-1850) - *Eric Brasil* _____ 204

Outras Epistemologias para os Estudos de Gênero: feminismos e interseccionalidade em debate a partir da América Latina - *Débora Machado, Maria Luiza Walter Costa, Delia Dutra* _____ 229

Resenhas

Por qué Fracasan los Países: los orígenes del poder, la prosperidad y la pobreza – *Rodolfo Magallanes* _____ 230

A Construção de uma Sociologia Latino-Americana: uma análise de “Gerónimo de Sierra: Cincuenta años de Sociología Política - Uruguay y América Latina” – *Marcos Antonio da Silva* _____ 236

O Estado de Contra-Insurgência¹

Ruy Mauro Marini²

Partirei da constatação de que atravessamos na América Latina um período contrarrevolucionário, para, uma vez caracterizado tal período, indagar em que medida este afeta o Estado. Efetivamente, sendo o Estado como é – a força concentrada da sociedade, a síntese das estruturas e relações de dominação existentes –, a vigência de um processo contrarrevolucionário incide necessariamente sobre ele, afetando-o em sua estrutura e funcionamento. É a tomada de consciência desta situação que levou os intelectuais e as forças políticas do continente a considerar a análise da contrarrevolução, gerando a discussão sobre o caráter fascista ou não fascista desse processo.

Isto posto, me parece válido, sob certo ponto de vista, recorrer ao fascismo como termo de referência. Na medida em que o fascismo europeu representou também um período contrarrevolucionário, proporciona um ponto de comparação para analisar a situação latino-americana. Porém, creio que – mais do que buscar as semelhanças e

1 Tradução do original em castelhano por Rodrigo Castelo (Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio). Revisão técnica de Fernando Correa Prado (Professor do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila).

O presente texto de Ruy Mauro Marini é originalmente uma intervenção oral no seminário *Las fuentes externas del fascismo: el fascismo latinoamericano y los intereses del imperialismo*, realizado no Seminario Permanente sobre América Latina (Sepla) no dia 20 de julho de 1978 no México. Neste debate Pío García, Agustín Cueva e Theotonio dos Santos também contribuíram com intervenções. Posteriormente todas as falas foram transcritas e publicadas na revista *Cuadernos Políticos*, México, Ediciones Era, n.18, octubre-diciembre, 1978, sob o título *La cuestión del fascismo en América Latina*. Em 1995, a intervenção de Ruy Mauro Marini ganhou título e subseções e foi veiculada no tomo III da coletânea *La teoría social latinoamericana: textos escogidos*, organizada por Ruy Mauro Marini e Mária Millán e publicada pela Universidad Nacional Autónoma de México (Unam). O texto de Marini em castelhano está disponível em http://www.marini-escritos.unam.mx/055_estado_contraingurgencia.html e o número 18 da revista *Cuadernos Políticos* encontra-se em <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/num18.html>.

² Foi um sociólogo brasileiro, militante da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP), professor das Universidades de Brasília, Universidade do Chile, Universidade Nacional Autónoma do México, autor de *Dialética da Dependência* e um dos fundadores da Teoria Marxista da Dependência.

diferenças entre o processo contrarrevolucionário latino-americano e o fascismo europeu – é preferível partir do pressuposto de que ambos constituem *formas particulares da contrarrevolução burguesa* e tratar, pois, de verificar em que consiste a *especificidade* que assume a contrarrevolução latino-americana, em especial no que se refere ao Estado. Estaremos, assim, seguindo os ensinamentos dos marxistas europeus que utilizaram, para a análise do fascismo, o ponto de referência que tinham em relação à contrarrevolução burguesa – o bonapartismo –, sem assumir que se tratam de fenômenos idênticos; na verdade se preocuparam em estabelecer a especificidade do processo fascista e das formas de dominação e do Estado a que este dava lugar. Se não tivessem procedido assim e se tivessem confundido as formas particulares com o processo geral que as produzem, não contaríamos hoje com os estudos sobre o fascismo, que enriqueceram a teoria política marxista e nos permitem abordar com mais segurança a análise da contrarrevolução latino-americana.

Vejam, pois, quais fatores provocaram a abertura desse processo contrarrevolucionário na América Latina e examinemos a influência deste na estrutura e no funcionamento do Estado, para apresentarmos então a pergunta se as mudanças que este experimentou representam ou não um fenômeno transitório e como afetam a estratégia revolucionária.

Três Vertentes da Contrarrevolução Latino-Americana

Ao meu modo de ver, as ditaduras latino-americanas são fruto de um processo que tem três vertentes. Como veremos adiante, esse processo não somente gerou ditaduras militares, como também afetou Estados que não assumiram essa forma. Neste sentido, o primeiro efeito da ação desses fatores não é tanto o golpe brasileiro de 1964, como se sustenta, senão as modificações que apresenta o Estado venezuelano a partir de 1959, sob o governo de Betancourt.

A *primeira vertente* da contrarrevolução latino-americana é a mudança de estratégia global norte-americana, que opera no final dos anos 1950 e início dos 1960, e é implementada decididamente pelo governo Kennedy. Sua principal motivação é o fato de que os Estados Unidos, enquanto cabeça indiscutível do campo capitalista, se veem ameaçados por uma série de processos revolucionários em distintas partes do mundo – Argélia, Congo, Cuba, Vietnã –, que produzem resultados diversos mas que fazem tremer a estrutura mundial da dominação imperialista. Isto é acompanhado da

modificação da balança de poder entre Estados Unidos e União Soviética, o que implica num maior equilíbrio entre ambos. Tudo isso conduz à mudança da abordagem estratégica norte-americana, que passa da avaliação de uma resposta massiva e global, em um enfrentamento direto com a URSS, a de uma *resposta flexível*, capaz de enfrentar o desafio revolucionário (o qual, na perspectiva dos Estados Unidos, é sempre um desafio soviético) onde quer que este se apresente.

A nova estratégia norte-americana tem várias consequências. Entre elas, modificações no plano militar, com ênfase, por exemplo, nos meios de transporte de massas e nas forças convencionais; a criação de brigadas especiais, adestradas na contraguerrilha, como os Boinas Verdes; e no reforço dos exércitos nacionais, naquilo que [Robert] McNamara em seu livro *A essência da segurança*³ chamou de “indígenas com uniforme”, mediante programas de capacitação e armamento. O mais significativo, contudo, para o que interessa aqui, é a formulação da *doutrina de contrainsurgência*, que estabelece uma linha de enfrentamento aos movimentos revolucionários a ser desenvolvida em três frentes: *aniquilamento*, *conquista de bases sociais* e *institucionalização*.

Convém destacar três aspectos da doutrina de contrainsurgência. Em primeiro lugar, a sua concepção de política: *a contrainsurgência é a aplicação de um enfoque militar à luta política*. Normalmente, na sociedade burguesa, a luta política tem como propósito derrotar o oponente, mas este segue existindo como elemento derrotado e pode inclusive atuar como força de oposição. A contrainsurgência, em uma perspectiva similar à do fascismo, vê o oponente como um inimigo que *não somente deve ser derrotado como também aniquilado*, destruído, o que implica ver a luta de classes como guerra e, portanto, leva à adoção de táticas e métodos militares de luta.

Em segundo lugar, a contrainsurgência considera o movimento revolucionário como algo externo à sociedade em que se desenvolve; em consequência, vê o processo revolucionário como *subversão provocada pela infiltração do inimigo*. O movimento revolucionário é visto como um vírus, um agente infiltrado de fora que provoca no organismo social um tumor, um câncer, que deve ser extirpado, eliminado, suprimido, aniquilado. Também aqui se assemelha à doutrina fascista.

3 O livro *A essência da segurança*: reflexões de um ministro, escrito por Robert McNamara, foi lançado originalmente em 1968 pela editora Hodder & Stoughton, e no mesmo ano no Brasil pela editora Ibrasa. Um ano depois o livro saiu em espanhol pela Ediciones Grijalbo [N.T.].

Em terceiro lugar, a contrainsurgência, ao pretender reestabelecer a saúde do organismo social infectado, isto é, da sociedade burguesa sob sua organização política parlamentar e liberal, se propõe explicitamente *ao reestabelecimento da democracia burguesa*, após o período de exceção representado pelo período de guerra. Diferentemente do fascismo, a contrainsurgência não questiona em nenhum momento a validade da democracia burguesa, tão somente estabelece sua limitação ou suspensão durante a campanha de aniquilamento. Mediante a reconquista das bases sociais, se deve então marchar à fase de institucionalização, que é vista como o reestabelecimento pleno da democracia burguesa.

A *segunda vertente* da contrarrevolução latino-americana é a transformação estrutural das burguesias nativas [*criollas*], que tende a se traduzir em modificações do bloco político dominante. A base objetiva deste fenômeno é a integração imperialista dos sistemas de produção verificada na América Latina ou, mais precisamente, a integração dos sistemas de produção latino-americanos ao sistema imperialista mediante os investimentos diretos de capital estrangeiro, a subordinação tecnológica e a penetração financeira. Isto leva a que, no decorrer dos anos 1950 e, mais ainda, na década dos 1960, surja e se desenvolva uma burguesia monopolista, estreitamente vinculada à *burguesia imperialista*, em especial à norte-americana.

A integração imperialista corresponde, junto à superexploração do trabalho, ao aprofundamento da centralização do capital e da proletarização da pequena burguesia. Por isso, agudiza a luta de classes e aponta ao rompimento do esquema de alianças adotado até então pela burguesia, tanto por conta das contradições existentes entre suas frações monopolistas e não monopolistas, como devido à luta que se trava entre a burguesia em seu conjunto e a pequena burguesia, o que acaba por empurrar esta para a busca de alianças com o proletariado e o campesinato.

O resultado deste processo é a ruptura ou o abandono do que havia sido, até então, a norma na América Latina – o Estado populista, isto é, o “Estado de toda a burguesia” –, que favorecia a acumulação de todas as suas frações (embora estas usufríssem desigualmente dos lucros disponíveis ao seu alcance). Em seu lugar, criou-se um novo Estado, que se preocupa fundamentalmente dos interesses das frações monopolistas, nacionais e estrangeiras, e estabelece, pois, mecanismos seletivos para favorecer a sua acumulação; as demais frações burguesas devem subordinar-se à burguesia monopolista, estando seu desenvolvimento em rigorosa dependência do dinamismo que alcance o capital monopolista, enquanto a pequena burguesia, embora

sem deixar de ser privilegiada na aliança de classes na qual repousa o novo poder burguês, é forçada a aceitar uma redefinição de sua posição, perde importância política e fica ela também totalmente subordinada, com suas condições de vida vinculadas às iniciativas e ao dinamismo da burguesia monopolista.

A *terceira vertente* da contrarrevolução latino-americana é o ascenso do movimento de massas, ao qual a burguesia teve que enfrentar no curso dos anos 1960. Este movimento vinha se desenvolvendo desde a década anterior: a revolução boliviana de 52, a guatemalteca do período 44-54, a radicalização dos movimentos populistas em distintos países, tiveram seu primeiro ponto culminante com a revolução cubana. Esta influi particularmente nas camadas intelectuais pequeno-burguesas, que atravessavam, como vimos, um período de ajuste em suas relações com a burguesia, acentuando seu deslocamento para o campo popular. Também ganha importância crescente o movimento camponês, ao passo que se desenvolve um inédito movimento operário, produto do novo proletariado criado pela industrialização das décadas anteriores. É, em suma, este amplo movimento de massas, que irrompe nas brechas do sistema de dominação criadas pela fratura do bloco no poder e que incide no sentido de agravar as contradições existentes, o que explica a violenta reação da burguesia e do imperialismo, isto é, a contrarrevolução que então se desencadeia no continente.

Os Processos Contrarrevolucionários

Examinemos brevemente como se realiza e para onde conduz essa contrarrevolução e veremos que ela não pode ser identificada mecanicamente com o fascismo europeu, embora seja, como ele, uma forma específica de contrarrevolução burguesa e desta recolha sua característica geral: o recurso pela fração vitoriosa ao terrorismo de Estado para dobrar seus oponentes, desde as frações rivais até, e muito especialmente, a classe operária. *Grosso modo*, a contrarrevolução latino-americana se inicia com um processo de desestabilização, durante o qual as forças reacionárias tratam de agrupar em torno de si o conjunto da burguesia e de semear no movimento popular a divisão, a desconfiança em suas forças e em seus dirigentes; continua através de um golpe de Estado, levado a cabo pelas Forças Armadas, e se resolve com a instauração de uma ditadura militar. As sociedades concretas latino-americanas impõem a cada um desses momentos seu traço particular.

Na fase de preparação do golpe, ou de desestabilização, se observam traços fascistas, mas estes são secundários. Através da propaganda, da intimidação verbal e até física, que pode implicar a utilização de grupos armados, a burguesia contrarrevolucionária busca desmoralizar o movimento popular e ganhar força, somando aliados e neutralizando setores. Porém, por se tratar de sociedades baseadas na superexploração do trabalho, em nenhum caso ela tem condições para reunir forças suficientes para derrotar politicamente o movimento popular, e não chega sequer à estruturação de um partido político; é interessante observar que onde se utilizaram mais abundantemente os métodos fascistas de luta, isto é, na Argentina, setores da esquerda negam que tenha se produzido uma contrarrevolução fascista. De todo modo, as forças contrarrevolucionárias não chegam jamais a um claro triunfo político, mas necessitam usar a força para assumir o Estado e empregá-lo em seu benefício; o terrorismo de Estado, como método de enfrentamento ao movimento popular, se intensifica precisamente porque este movimento se encontra intacto e muitas vezes aparentemente forte no momento em que as frações contrarrevolucionárias conseguem subordinar plenamente o aparelho estatal, não havendo sofrido um processo prévio de derrotas, que no fascismo chegou a se expressar, como na Alemanha, no plano eleitoral.

Esta característica da contrarrevolução latino-americana deriva *da impossibilidade em que se encontra a burguesia monopolista de atrair para o seu campo setores significativos do movimento popular*. Diferentemente do fascismo europeu, que foi capaz de arrastar amplas massas pequeno-burguesas e de abocanhar inclusive o proletariado, ganhando certo grau de apoio entre trabalhadores desempregados e até operários em atividade, a burguesia monopolista na América Latina não pode pretender reunir verdadeira força de massas, que lhe permita enfrentar politicamente, nas urnas e nas ruas, o movimento popular. Por isso, se coloca como meta o reestabelecimento das condições de funcionamento do aparato estatal, mesmo que temporariamente, para poder acioná-lo em seu proveito. Isto implica resoldar a unidade burguesa, refazendo o bloco no poder tal como se encontrava antes da sua fratura, e reestabelecer, embora limitadamente, ou seja, dividindo-a, suas relações de aliança com a pequena burguesia. Sobre esta base, o Estado pode entrar e aplinar a luta de classes, mediante a intervenção aberta do instrumento último de defesa do poder burguês: as Forças Armadas. *Estas são, pois, o verdadeiro objetivo da política de desestabilização praticada pela burguesia e não, como no fascismo, a conquista de uma força política própria superior ao do movimento revolucionário*. E é por isso que

encontramos na contrarrevolução latino-americana outro traço peculiar em relação ao fascismo: o discurso ideológico de *defesa da democracia burguesa, isto é, do Estado burguês*, ao invés da sua negação, tal como arquitetaram os movimentos fascistas.

São estas as condições específicas que levam a contrarrevolução latino-americana a se expressar, no plano ideológico e também estratégico, na doutrina de contrainsurgência. Ao privilegiar as Forças Armadas como elemento central na sua estratégia, a burguesia monopolista está conferindo a este aparato especial do Estado a missão de solucionar o problema; está, pois, passando do terreno da política ao da guerra. Na medida em que se encontra com as Forças Armadas já preparadas ideologicamente pela doutrina da contrainsurgência para o cumprimento dessa tarefa e para aplicar à luta política um enfoque militar, se resolvem em um só processo a vontade contrarrevolucionária da burguesia e a vontade de poder desenvolvida nas Forças Armadas. Estas vão, assim, para além do golpe de Estado e procedem a implantação da ditadura militar; se, desde o ponto de vista da doutrina burguesa clássica, elas são o corpo do Estado, se convertem agora em sua cabeça.

Mas a dualidade original, expressa pela burguesia monopolista e as Forças Armadas, embora encontre uma primeira resolução no processo de golpe do Estado, se reproduz a um nível superior, uma vez instaurado o Estado de contrainsurgência. A forma de ditadura militar que este assume indica tão somente que as Forças Armadas tomaram o seu controle e exercem como instituição o poder político. Ela não nos revela a essência deste Estado, desde o ponto de vista de sua estruturação e funcionamento, nem põe em evidência o fato de que as Forças Armadas compartilham o poder com a burguesia monopolista. Para capturar isto, é necessário ir além da mera expressão formal do Estado, de modo que, sempre que encontrarmos certas estruturas, funcionamento e coparticipação entre Forças Armadas e capital monopolista, estaremos diante de um *Estado de contrainsurgência*, tenha ou não este a forma de uma ditadura militar.

A Essência do Estado de Contrainsurgência

O Estado de contrainsurgência, produto da contrarrevolução latino-americana, apresenta uma hipertrofia do poder executivo, através de seus diversos órgãos, em relação aos demais poderes; não se trata, porém, de um traço que o caracterize em relação ao moderno Estado capitalista. Na verdade essa distinção deve ser buscada na

existência de dois ramos centrais de decisão dentro do poder executivo. De um lado, o *ramo militar*, constituído pelo Estado Maior das Forças Armadas, que expressa a instituição militar ao nível de tomada de decisões e que repousa sobre a estrutura vertical própria das Forças Armadas; o Conselho de Segurança Nacional, órgão deliberativo supremo, no qual se entrelaçam os representantes do ramo militar com os delegados diretos do capital; e os órgãos do serviço de inteligência, que informam, orientam e preparam o processo de tomada de decisões. De outro lado, o *ramo econômico*, representado pelos ministérios econômicos, assim como as empresas estatais de crédito, produção e serviços, cujos postos-chave se encontram ocupados por tecnocratas civis e militares. Assim, *o Conselho de Segurança Nacional é o espaço onde confluem ambos os ramos*, entrelaçando-se e formando no topo o órgão chave do Estado de contrainsurgência.

É esta a estrutura real do Estado de contrainsurgência, que consagra a aliança entre as Forças Armadas e o capital monopolista, no qual se desenvolve o processo de tomada de decisões fora da influência das demais instituições que compõem o Estado burguês clássico, como são o poder legislativo e judiciário. Estes podem perfeitamente *manter-se no marco da ditadura militar*, como ocorre no Brasil, ou *figurar inclusive num regime civil*, como na Venezuela, sem que ele afete a estrutura e o funcionamento real do Estado de contrainsurgência. Lembremos, neste sentido, como a Venezuela – onde se fez o primeiro ensaio de contrainsurgência na América Latina, no início dos 1960 – evoluiu no sentido de criar o seu Conselho de Segurança Nacional e chegou inclusive à estruturação de um Sistema Nacional de Empresas Públicas, que rege o capitalismo de Estado venezuelano fora do controle do Congresso e demais órgãos estatais.

Em síntese, *o Estado de contrainsurgência é o Estado corporativo da burguesia monopolista e das Forças Armadas*, independentemente da forma que assuma, isto é, independentemente do regime político vigente. Esse Estado apresenta *semelhanças formais* com o Estado fascista, assim como com outros tipos de Estado capitalista, mas *a sua especificidade está na sua peculiar essência corporativa e na estrutura e funcionamento que lá se geram*. Chamá-lo de fascista não nos faz avançar um passo na compreensão do seu caráter.

Esta análise não deve levar a mal-entendidos. Os tecnocratas civis e militares, que se ocupam da gestão do Estado, não são mais do que a representação política do capital, e como tal não cabe especular sobre a sua autonomia, para além do que se pode

fazer com qualquer representação política em relação à classe que representa; em outras palavras, é profundamente *equivocado qualificar esta tecnocracia como burguesia estatal*, no mesmo plano que a classe burguesa propriamente dita. Do mesmo modo, a fusão dos interesses corporativos das Forças Armadas e da burguesia monopolista não deve obscurecer o fato de que esta última representa uma fração propriamente capitalista da burguesia enquanto que as Forças Armadas (ou, para ser mais preciso, a oficialidade) não é senão um corpo de funcionários cuja vontade econômica e política é rigorosamente a da classe a que serve. Finalmente, é necessário ter presente que, embora o Estado de contrainsurgência seja o Estado do capital monopolista, cujas frações constituem hoje o bloco no poder, não exclui a participação das demais frações burguesas, assim como na sua reprodução econômica o capital monopolista cria constantemente para os demais setores capitalistas condições de reprodução (e também de destruição), pelo que é incorreto supor que as camadas burguesas não monopolistas podem estar interessadas na supressão de um Estado que constitui a síntese das relações de exploração e dominação em que elas baseiam sua existência: não reside em outra causa o fracasso das frentes antifascistas que se tentaram colocar em marcha na América Latina e que sempre entraram em conflito com a rejeição da burguesia não monopolista, independentemente das fricções que esta mantém com o bloco de poder.

A Revisão da Estratégia Norte-Americana

Tentei estabelecer, até aqui, as causas e a natureza da contrarrevolução latino-americana, assim como a essência do Estado a que deu origem. Me ocuparei agora da situação atual que atravessa a contrarrevolução, correspondente a uma fase de institucionalização e, até certo ponto, de democratização limitada, que aponta ao que os teóricos do Departamento de Estado norte-americano chamaram “democracia viável” e, ainda mais precisamente, “democracia governável”. É indubitável que essa fase traz mudanças para o Estado contrarrevolucionário, que entenderemos melhor se analisarmos os fatores que determinam essa situação. Seguirei, nesta análise, os mesmos passos dados para o exame da origem e cristalização do processo contrarrevolucionário na América Latina.

Se partirmos do primeiro fator considerado – o imperialismo norte-americano –, constataremos imediatamente que sua situação é distinta da existente nos anos sessenta. Após o auge econômico daquele período, veio uma crise econômica, sem perspectivas

de solução à vista. Nesse marco, a hegemonia norte-americana no campo capitalista já não é incontestável como antes, mas sim confrontada com as pretensões que, no plano econômico e político, apresentam as demais potências imperialistas, em particular a Alemanha Ocidental e o Japão. A crise se refletiu, além disso, no interior da própria sociedade norte-americana, provocando uma crise ideológica e política que, mediante fatos como Watergate, o movimento hippie e outros, afetaram a legitimidade do sistema de dominação.

Em outro plano, junto a um fortalecimento constante da União Soviética, que logrou manter o equilíbrio militar com os Estados Unidos, verificou-se um notável avanço das forças revolucionárias em diferentes partes do mundo. O ponto crítico da crise econômica, em meados desta década, coincidiu com grandes vitórias do movimento revolucionário na África, particularmente Moçambique e Angola, e na Ásia, com a derrota espetacular dos Estados Unidos no Vietnã, ao mesmo tempo que, na própria Europa, as forças populares alcançaram significativos avanços em Portugal, Espanha, Itália e Grécia, e inclusive em bastiões imperialistas, como a França.

Neste contexto, o imperialismo norte-americano teve que fazer adequações em sua estratégia, expressas na política de Carter. Este assumiu o governo com o propósito explícito de restaurar a legitimidade do sistema de dominação dentro da sociedade norte-americana, lançando mão de velhos mitos caros à ideologia burguesa naquele país, como o dos direitos humanos, e de medidas que tentam fazer a crise menos pesada para os distintos grupos sociais do país. Igualmente, deu-se como tarefa eludir a crise econômica, reafirmando a hegemonia norte-americana no campo capitalista; embora admita que essa hegemonia deve ser compartilhada, na linha do que foi defendido pela Comissão Trilateral, os Estados Unidos pretendem se manter como o eixo de orientação da relação de forças a ser estabelecida entre as potências imperialistas.

Finalmente, o imperialismo norte-americano se propõe a modificar sua estratégia mundial, para compensar e evitar a repetição dos fracassos ocorridos na primeira metade da década, modificação que segue duas linhas principais. A primeira é a polarização das relações com o campo socialista, centralizando-as na Europa; a segunda, o fim da conflagração ou o esfriamento das zonas periféricas em ebulição. Por isso, Carter sustentou que a Europa é a espada do Ocidente e se esforçou por tornar tensas as relações entre a Otan e o Pacto de Varsóvia; embora pudesse eventualmente levar à guerra, a política agressiva e belicista do imperialismo norte-americano em relação à União Soviética buscou na realidade um novo equilíbrio, sobre a base do que o

ex-presidente Ford chamou “paz com força” em relação à Europa, considerando que o avanço da revolução mundial em outras áreas piorava a correlação de forças em seu detrimento. Como consequência, planeja uma política de esfriamento das zonas periféricas, desde medidas que tratam de dar solução a problemas particularmente agudos, como no Oriente Médio, no Panamá, etcétera, até a revisão da doutrina de contrainsurgência, que pretende polir seus aspectos mais ásperos e adequá-la às novas condições da luta de classes.

Isso porque a contrainsurgência, em que pese a capacidade que demonstrou para deter o movimento revolucionário em muitas áreas, experimentou fortes reveses, em particular no Vietnã e, mesmo onde foi efetiva para deter o movimento revolucionário, se revelou incapaz de assegurar as condições de uma dominação política estável, como é o caso da América Latina; e também porque as potências imperialistas europeias, à medida que são levadas a assumir maiores responsabilidades mundiais no marco da hegemonia compartilhada, se veem compelidas a considerar a força do movimento operário em seus países, que se opõem à violência nua e crua que a contrainsurgência implicou. A utilização de métodos contrarrevolucionários mais sutis, fomentados sobretudo pela Alemanha Ocidental, impulsionou resultados positivos nos países da Europa mediterrânea. Vale salientar que a abordagem política estritamente nacional formulada atualmente pelos partidos europeus chamados eurocomunistas diminui a capacidade do movimento operário desses países para pesar na correlação de forças mundial e inclinar a balança para o campo da revolução, como ficou evidente com a recente ofensiva reacionária que o governo francês pode desenvolver na África, com base na derrota eleitoral da esquerda na França.

Seja como for, o ponto principal da doutrina de contrainsurgência, que se encontra agora submetido à revisão, é aquele referido à origem dos movimentos revolucionários. Abandonando a noção simplória de infiltração externa, os novos teóricos do imperialismo norte-americano, oriundos da Comissão Trilateral, como [Samuel] Huntington, veem o problema como resultado de descompensações, ou de desequilíbrios que afetam o Estado na moderna sociedade capitalista, como resultado das próprias pressões das massas nos seus esforços por melhores condições de vida. Isso – que é válido não somente para os países dependentes, mas também para os mesmos países capitalistas avançados –, leva-os a considerar o problema da “governabilidade da democracia”, que aponta necessariamente à limitação e à restrição do próprio jogo político democrático, para mantê-lo sob controle.

Para a América Latina, a reformulação da estratégia norte-americana se traduziu na busca de uma nova política, ainda não plenamente definida, que, além da eliminação dos pontos de fricção, como o referente ao canal do Panamá, aponta para uma institucionalização política, capaz de expressar-se em uma democracia “viável”, isto é, restringida. Isso, contudo, não resulta apenas das abordagens estratégicas dos Estados Unidos, mas deriva também, e principalmente, das novas condições da luta de classes que prevalecem na América Latina.

Rumo a um Estado de quatro poderes?

Papel importante desempenha, neste sentido, a diversificação do bloco de poder, pelas mudanças ocorridas no seio da burguesia monopolista. Nos países onde este fenômeno se encontra mais avançado, como o Brasil, podemos ver como as contradições interburguesas não se guiam mais, como no passado, por interesses divergentes da burguesia industrial e agrária, ou das camadas inferiores da burguesia em relação ao seu setor monopolista, senão que nascem de *divisões surgidas no seio do grande capital, da própria burguesia monopolista*.

É possível, então, constatar como no Brasil – desde quando, em 1974, entrou na crise do padrão de reprodução econômica baseado na indústria de bens de consumo suntuário –, as lutas interburguesas se dão entre as frações nacionais e estrangeiras (norte-americanas, fundamentalmente), ligadas à referida indústria, e as frações nacionais e estrangeiras (no essencial, eurojaponesas), que têm presença na indústria básica e de bens de capital. Trata-se, hoje, de decidir os rumos da economia do país, do padrão de reprodução que este deve seguir – e isto, que implica realocação de recursos, vantagens fiscais, creditícias e de todo tipo –, estimula a rivalidade entre esses dois setores do grande capital, o que polariza os demais grupos capitalistas vinculados a um ou outro setor. Convém ter presente que não é possível, nestas circunstâncias, mascarar as lutas interburguesas sob a justificativa de corte nacionalista nem tampouco pretender canalizá-las nas fórmulas de tipo frente antifascista, já que elas *dividem igualmente os setores burgueses nacionais e estrangeiros que operam no país e enfrentam frações do grande capital*.

De qualquer forma, as contradições interburguesas, ao se agudizarem, exigem espaço político para poder dirimir-se. A centralização rígida do poder político, nas mãos da elite tecnocrático-militar, deve flexibilizar-se e devolver certa vigência ao

parlamento como fórum de discussão e permitir as iniciativas dos partidos e da imprensa, para que as distintas frações burguesas possam desenvolver sua luta. Isso não colide, também, com a exigência de que o Estado continue a ter capacidade suficiente para manter na linha o movimento de massas, já que, quanto mais ausente este está da cena política, maior liberdade de ação têm as frações burguesas para levar a cabo seus confrontos e negociações. É a razão pela qual o projeto burguês de institucionalização não se separa da fórmula de democracia “viável”, “governável” ou restrita, que propõem os teóricos imperialistas norte-americanos. Do mesmo modo, ao desatar-se a contrarrevolução, o projeto do grande capital convergia para o centralismo autoritário, para as formas ditatoriais propostas pelos referidos teóricos.

Trata-se, pois, agora, de levar a cabo uma “abertura” política que preserve o essencial do Estado de contrainsurgência. Em que consiste isto? Na institucionalização da participação direta do grande capital na gestão econômica e na subordinação dos poderes do Estado às Forças Armadas, através dos órgãos estatais que foram criados, em particular o Conselho de Segurança Nacional. O primeiro ponto não se encontra, indubitavelmente, em discussão, para a burguesia; no máximo, dá lugar a confrontos entre suas frações para garantir uma fatia maior na repartição do saque que representa o ramo econômico do Estado de contrainsurgência. O segundo é, hoje, objeto de discussão: em muitos países se fala em um Conselho de Estado, como órgão controlador dos demais aparatos do Estado, no qual tinham peso importante as Forças Armadas; no Brasil, se tenta mesmo ressuscitar a velha fórmula do Estado monárquico, que consagrava, para além dos três poderes clássicos do Estado, o poder moderador, exercido pelo Imperador, e que os ideólogos da grande burguesia atribuem hoje às Forças Armadas.

Qualquer que seja a fórmula adotada – e o mais provável é que ela apresente variantes nos diversos países do continente –, se caminha, no entanto, para um *Estado de quatro poderes*, ou mais precisamente, ao Estado do quarto poder, no qual as Forças Armadas exercerão um papel de vigilância, controle e direção sobre o conjunto do aparato estatal. Esta característica estrutural e de funcionamento do Estado não será mais do que o resultado da submissão do aparato estatal às Forças Armadas (para além das estruturas próprias da democracia parlamentar que este ostente) e do ordenamento legal de origem militar imposto à vida política, em particular as leis de segurança nacional. Vale assinalar que, no marco dessa democracia restrita, mas de todo modo democracia, a palavra fascismo perderá até o caráter agitador que tem hoje e terá que ser

abandonada; mas este abandono representará a rejeição a uma análise incorreta da situação atual, e não a sua superação por uma análise superior e mais adequada às novas condições políticas surgidas, o que deixará a esquerda e o movimento popular desarmados para poder enfrentá-las.

Democracia e Socialismo

O projeto burguês-imperialista de institucionalização é, contudo, resultado também de um terceiro fator – o movimento de massas –, diante do qual se coloca com o propósito de promover equívocos e confusão. Mas isso torna aquele projeto problemático, errático e o ameaça inclusive com o fracasso. De fato, é indiscutível que, de maneira lenta, zigzagueante, o movimento de massas latino-americano, depois de um período de refluxo, entrou desde fins de 1976 em um processo de recuperação. Mais do que isto, apresenta, diferentemente do que ocorria até os anos sessenta, uma característica nova, que era até então privativa dos países de maior desenvolvimento da região, como Argentina, Chile, Uruguai: um claro predomínio da classe operária em seu interior. Basta ver América Central, Peru, Colômbia, para se dar conta de que a classe operária tornou-se, em toda a região, o eixo orientador das massas trabalhadoras da América Latina, que se encaminham progressivamente em sua direção e adotam suas formas de organização e de luta. Paralelamente, e embora sua influência siga sendo grande em alguns países, o campesinato vai cedendo lugar a um proletariado agrícola numeroso e combativo, agrupado geralmente em centros urbanos, o que cria condições objetivas para concretizar a aliança operário-camponesa, enquanto a pequena burguesia urbana se compõe cada vez mais de camadas proletarizadas e, na maioria dos casos, empobrecidas, que mantêm e acentuam a tendência, já observada em princípios dos sessenta, no sentido de deslocar suas alianças de classe até o campo popular.

A ação dessas amplas massas, ao mesmo tempo que faz mais necessária colocar em prática novas fórmulas de dominação, que não podem mais se basear na violência pura e simples, complica a implementação do projeto burguês-imperialista, na medida em que tendem a colocar-se diante deste com crescente autonomia, pressionando a favor de concessões não previstas, assim como a ampliação e aprofundamento das reformas propostas. Situando-se ainda marcadamente no plano da luta econômica e democrática, as massas, contudo, e particularmente nos seus setores mais avançados, não perderam a memória da mensagem socialista que, através da ação, a esquerda latino-americana lhes

levou ao longo dos anos sessenta, assim como da presente década, o que desperta o temor da burguesia e do imperialismo, fazendo com que eles se apeguem cada vez mais às garantias que o Estado de contrainsurgência lhes oferece. Em consequência, o processo de institucionalização se desenvolve de maneira extremamente complexa, sob o ataque das pressões das massas e os esforços da classe dominante em mantê-lo sob controle, o que lhe impõe avanços e recuos e permite prever que seu limite é dado pela defesa extrema que fará de seu aparato estatal, tal como em essência está estruturado hoje.

Consequentemente, não há nenhuma razão para supor que a luta democrática travada hoje pelas massas populares latino-americanas possa se estender indefinidamente, permitindo que, a certa altura, se produza a passagem natural e pacífica ao socialismo. Tudo indica sim que a luta democrática e a luta socialista se entrelaçarão para os trabalhadores em um só processo, um processo de duro e resolutivo confronto com a burguesia e o imperialismo.

A Questão Agrária e a Transformação Rural Neoliberal na América Latina*

Recebido: 25-09-2018
Aprovado: 06-10-2018

Cristóbal Kay¹

O artigo começa por lembrar seus leitores do período de reforma agrária de meio século atrás, montando o cenário para discutir as grandes transformações engendradas pelo neoliberalismo na era da globalização. Em sequência, analisa o controle em aumento do capital corporativo nacional e transnacional sobre a economia e a sociedade rurais por meio dos imperativos do mercado que fomentaram processos de concentração, assim como a remoção e o redução do poder dos camponeses e da força de trabalho rural. Segue-se a investida ao contra-movimentos que empregam seus esforços em prol dos direitos indígenas, a justiça ambiental, a ‘soberania alimentar’, a agroecologia e um sistema mundo agrário alternativo. Essas transformações e contra-movimentos revelam temas emergentes e encorajam, ou mesmo demandam, a busca por abordagens inovadores em relação à questão agrária. Enquanto há meio século a questão agrária se centrava na alta concentração fundiária, argumento que hoje a mesma gira em torno da concentração do capital e da dominação do agronegócio. Neste curto artigo, posso apenas fornecer uma visão geral das transformações no campo e realçar algumas das principais tendências desde a virada neoliberal na América Latina. Essas transformações apresentam especificidades em cada país, como atesta-se nos estudos de dezessete países compilados nos estudo enorme de três volumes editado por Almeyra *et al.* (2014).

Da Reforma Agrária à Reconcentração Fundiária

Nas décadas de 1960 e 1970, a questão agrária chave se centrava em torno do sistema de posse da terra altamente desigual e das condições laborais de exploração tipo ‘feudal’ em

* Tradução do original em inglês para o português por Rafael Moreira de Mello.

¹ Professor emérito do Instituto Internacional de Estudos Sociais, Haia, Erasmus University Rotterdam. Contato: kay@iss.nl

grandes propriedades fundiárias. Movimentos camponeses e partidos políticos de esquerda, assim como alguns partidos do centro, pressionaram crescentemente pela implementação de reformas agrárias. Durante a década de 1960 até o começo dos anos 1980, uma onda de reformas agrárias foram implementadas em vários países, com variação na intensidade e no resultado (Kay, 1998). A crise da dívida e os programas de ajuste estrutural concomitantes da década de 1980, que trouxeram a era neoliberal após meio século de desenvolvimentismo estatal e industrialização por substituição de importações, tiveram consequências profundas para a economia e sociedade rurais.

O conjunto de políticas de liberalização dos mercados da terra, do trabalho e de capitais, assim como a abertura das economias aos mercados mundiais e a multiplicação de acordos de livre comércio, levaram ao *boom* da exportação de commodities. Dada a alta na rentabilidade do investimento no setor agroexportador, os fazendeiros capitalistas mudaram sua produção, de ‘safras tradicionais’ como trigo e milho à exportação agrícola não tradicional, como soja, frutas e horticultura. Isso, por sua vez, alimentou um novo processo de concentração fundiária e, em alguns casos, “apropriação de terras” e preocupações acerca da “internacionalização” da agricultura. Em vários casos, a concentração de terras chegou a níveis similares ao período anterior à Reforma Agrária, vide os casos do Chile, do Equador e do Peru (Kay, 2014, p. 27). Ao passo que alguns senhorios conseguiram completar a transição para agricultura capitalista competitiva de pleno direito, a mudança para as exportações não tradicionais foi principalmente conduzida por novos empreendedores capitalistas oriundos de, ou ligados a, setores da mineração, da indústria, do comércio e das finanças, e, às vezes, associados a investidores estrangeiros (Borras *et al.*, 2012). Pode-se argumentar que, de modo irônico, foi o processo de reforma agrária que facilitou posteriormente o processo de concentração fundiária e de capitais, uma vez que enfraqueceu o controle das classes proprietárias tradicionais, facilitando, com isso, o desenvolvimento posterior de um mercado ativo de terras com a virada neoliberal.

A Dominação do Capital Financeiro e a Agricultura

O capital conglomerado começou a controlar os setores mais rentáveis da agricultura. A terra cultivada com soja multiplicou-se por quase 40 desde 1970 e se tornou a safra dominante na exportação. A área cultivada com cana-de-açúcar e óleo de palma também cresceu substancialmente. Conhecidos como “*safras flex*” por terem múltiplos usos (alimento, ração animal, agro ou biocombustíveis), constituem o “complexo alimento-ração-combustível” e são, portanto, especialmente atraentes para investidores e especuladores

capitalistas, uma vez que o destino final da safra depende dos preços prevalecentes (Borras *et al.*, 2012). A demanda mundial por madeira e polpa para a fabricação de papel aumentou o desmatamento da Amazônia, expandindo em grande escala as plantações florestais. Uma parcela desta expansão na área cultivada e florestal avançou sobre terras pertencentes, por meio de direitos consuetudinários ou títulos legais, a comunidades indígenas ou camponesas e agricultores familiares. Realizado por meio da força e meios involuntários ou compras duvidosas, caracteriza-se enquanto “usurpação de terras”. Embora a usurpação de terras não tenha alcançado as dimensões observadas na África e na Ásia, tem-se tornado um problema crescente para comunidades e pequenos proprietários na América Latina.

Outra característica deste novo capital corporativo encontra-se na participação substancial de capital oriundo de outros países latino-americanos, conhecido por alguns como capital ‘translatino’ (Borras *et al.*, 2012). O Paraguai apresenta um caso extremo, em que aproximadamente dois terços das terras cultivadas com soja pertencem, majoritariamente, a capitais brasileiros (conhecidos como ‘brasiguayos’) e argentinos. De modo similar, fazendeiros brasileiros detêm uma presença substantiva no cultivo da soja na Bolívia oriental, e no Uruguai essa presença predominante é marcada pelo capital argentino. Estes capitais corporativos ‘translatinos’ não se limitam a um país, no geral a um vizinho, mas se estendem para além do mesmo.

Além do mais, os capitalistas argentinos são pioneiros dos “*pools of siembra*”, um sistema de gerenciamento de fazendas que experimentaram em seu próprio país antes de o utilizarem em seus investimentos no Uruguai e no Paraguai. Utilizam agricultura intensiva, sementes transgênicas, agroquímicos e técnicas de plantio direto. Os mesmos manejam milhares, dezenas de milhares e até centenas de milhares de hectares de terra, uma parcela da qual é de sua propriedade e outra, arrendada, distribuídas por diversas áreas do país afora, assim diminuindo o risco. Os donos destes agronegócios conseguem assegurar grandes quantidades de capital para os seus investimentos devido a seus laços estreitos com o capital financeiro e os fundos de investimento internacionais. Contratam profissionais muito bem treinados e altamente competentes que, por sua vez, terceirizam os diferentes estágios do processo produtivo a empresas especializadas em serviços agrários. Isso permite com que essas empresas corporativas empreguem as mais modernas técnicas agrícolas e alcancem aumentos substantivos no rendimento da safra, na flexibilidade para se adaptar a mudanças nas condições de mercado, e na produtividade global por meio de economias de escala. Este desenvolvimento tem resultado em lucros enormes para essas grandes empresas que, ao

estender seu controle de forma gradual sobre outras partes da cadeia produtiva, tais como processamento e comercialização, expandem ainda mais seu poder de mercado.

Resumidamente, não é apenas o aumento na concentração fundiária, mas também e, sobretudo, a crescente concentração de capital em suas várias formas, que fortalece o poder do capital e enfraquece ainda mais o trabalho. Portanto, os altos níveis de desigualdade atuais se enraizarão e muito provavelmente se intensificarão.

O Futuro do Campesinato e do Trabalho Rural

Enquanto a questão agrária antes da virada neoliberal girava principalmente em torno dos problemas da distribuição fundiária, hoje outro aspecto-chave da questão agrária diz respeito ao trabalho. Esta problemática do trabalho nasce como consequência da questão agrária do capital, uma vez que a expansão e a intensificação das relações capitalistas transformou drasticamente o trabalho².1 No final da década de 1970 e na década de 1980, houve um importante debate em torno do destino do campesinato na América Latina, travado entre os ‘*campesinistas*’ (inspirados por Chayanov) e os ‘*descampesinistas*’ (inspirados por Marx e Lênin). Enquanto os primeiros defenderam que a agricultura familiar camponesa seguia viável e sobreviveria, os últimos enfatizaram os processos de diferenciação social e de proletarianização dentre os camponeses (Kay, 2000).

Devido à emigração rural, menos de um quinto da população hodierna vive nas áreas rurais da América Latina. Embora não tenha desaparecido por inteiro, o campesinato passou por uma mudança substancial. Enquanto no passado a maior parte da renda do campesinato latino-americano fora obtido por meio da agricultura, estima-se que hoje esta fonte compõe menos da metade da mesma. A família camponesa se sustenta, de forma crescente, por meio de atividades não agrícolas, especialmente por aquelas derivadas de trabalho assalariado fora do campo. A proporção do trabalho rural assalariado dentre a força de trabalho rural e camponesa tem aumentado de forma significativa. Com isso, os processos de proletarianização do campesinato tem continuado rapidamente, uma vez que a grande parte dos minifúndios conseguem se sustentar hoje apenas por meio da renda salarial, remessas, pensões do estado e programas governamentais de combate à pobreza (Kay, 2006).

As interações entre o meio rural e o urbano multiplicaram-se e intensificaram-se ao ponto em que cerca de um quarto dos trabalhadores empregados no setor rural hoje vivem em áreas urbanas, uma vez que redes de transporte foram melhoradas, custos de viagens

² Para uma discussão extensa das várias dimensões da questão agrária, ver Akram-Lodhi e Kay (2009).

reduzidos e o trabalho assalariado temporário multiplicado. Ademais, as condições de trabalho mudaram substancialmente. Enquanto o cultivo de soja é altamente mecanizado e requer pouco trabalho, o rápido crescimento das exportações de fruta, horticultura e flores vem providenciando oportunidades de emprego, especialmente para as mulheres nas estufas, nas plantas agro-processadoras e em outras partes da cadeia de produção. Ocorre-se, pois, uma feminização da agricultura (Deere, 2005).

Ao mesmo tempo, as condições de trabalho tornaram-se mais precárias em dois sentidos. Primeiramente, enquanto no passado o emprego costumava ser mais permanente, hoje é caracterizado por sua natureza temporária e flexível. Os fazendeiros capitalistas e as agroindústrias utilizam, crescentemente, o trabalho assalariado temporário para cumprir suas necessidades de trabalho, evitando fazer as contribuições para a seguridade social e outras responsabilidades para com seus trabalhadores. Torna-se, também, mais difícil para os trabalhadores se organizarem e pressionarem por direitos trabalhistas. Empregadores de trabalho temporário não costumam emitir contratos laborais nem respeitar legislação referente ao salário mínimo. Eles conseguem seguir com esses abusos com impunidade especialmente em áreas em que há uma abundância na oferta de trabalho, deixando os trabalhadores vulneráveis a condições de trabalho caracterizadas pela exploração. Observa-se uma preferência pela contratação de mulheres, motivada pela percepção de que seriam mais ágeis, menos conflituosas e, sobretudo, mais dispostas a aceitarem salários mais baixos. Outro motivo por trás da precarização das condições de trabalho está ligado à perspectiva subjetiva do trabalhador. A natureza repetitiva do trabalho e a maior intensidade e controle exercidos pelo empregador levam muitos a mudarem de emprego na esperança de encontrar melhores condições de trabalho. Com isso, a flexibilidade e mobilidade do trabalho se tornaram mais prevaletentes.

O campesinato, indubitavelmente, seguirá sobrevivendo, porém sob condições mais precárias. Não obstante, há algumas áreas em que gozam de perspectivas mais seguras, mesmo quando não melhores (Paz, 2006, p. 76). Estes nichos ou interstícios se encontram na agricultura ecológica e de trabalho intensivo ou aqueles em que a safra requer um monitoramento e cuidado constantes. Há, ainda, aquelas áreas onde os fazendeiros capitalistas não penetraram por que as dificuldades do terreno impedem a mecanização, o clima é demasiado desafiador, ou há uma falta de ligações de transporte e outros serviços. Este é o caso em certas terras altas ou em outras áreas remotas ou marginalizadas. Portanto, os fazendeiros capitalistas evitam, por ora, tais áreas.

Movimentos Camponeses e Indígenas e Assuntos Ambientais

Os povos indígenas e os camponeses têm sido em muitas ocasiões as maiores e mais dinâmicas forças sociais a desafiar a transformação neoliberal na região. O Levante Zapatista em Chiapas, no México, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, têm se mostrado as organizações mais emblemáticas e de maior visibilidade na luta contra o neoliberalismo global (Vergara-Camus, 2014). Em vários países, lograram alguns ganhos significativos, principalmente no que diz respeito a mudanças constitucionais, como por meio da declaração de um Estado e sociedade plurinacionais, consagrando seus direitos civis e culturais, assim como direitos territoriais e de autodeterminação (Assies, 2014). Movimentos indígenas no Equador e na Bolívia desempenharam papel relevante nas eleições para a presidência de Rafael Correa e de Evo Morales, respectivamente, que prometeram uma nova agenda de desenvolvimento pós-neoliberal embutida no *slogan* ‘Bien Vivir’ ou ‘Vivir Bien’ (Bretón, 2013). No Equador, organizações camponesas e indígenas, por meio do movimento camponês transnacional “*La Vía Campesina*” e várias ONGs, até conseguiram a aprovação de uma lei de “Soberania Alimentar” (sobre o qual trataremos mais adiante).

Muitas das promessas de uma grande reorientação na política agrária, ou mesmo de uma revolução agrária como na Bolívia, não se materializaram em larga escala³. Foi apresentada uma variedade de razões por trás de tal fracasso, tais como a falta de vontade política ou capacidade estatal, e a ausência de uma pressão de baixo pelos movimentos sociais devido a, por exemplo, a fragmentação do movimento indígena ou a sua cooptação. Em termos mais gerais, é matéria de debate o grau em que a “onda rosa” na América Latina trouxe de fato uma nova estratégia de desenvolvimento. A maioria dos casos, se não em todos, tem sido uma estratégia neo-desenvolvimentista⁴ que tem seguido com o processo econômico neo-extrativista (em grande medida na mineração, na agricultura e na pesca) e orientado à exportação, trazido pelos governos neoliberais anteriores, às vezes, paradoxalmente, com maior intensidade e sucesso (Veltmeyer e Petras, 2014). Até o momento, a “reorientação rosa” tem se dado principalmente na política social. Os programas sociais foram expandidos amplamente e levaram a uma grande redução na pobreza e melhorias significativas em saúde e educação. No entanto, foram financiados, em grande

³ Embora haja alguns estudos que se esforçam por apresentar uma resposta a este enigma, estes ainda são parciais, limitados a um país particular, e ainda não apresentaram uma visão geral e análise comparativa sobre as várias experiências de esquerda. Para uma análise comparativa cf. Kay y Vergara-Camus (2018).

⁴ Neodesenvolvimentismo na América Latina é influenciada pelo pensamento neoestruturalista da CEPAL, mas as estratégias neodesenvolvimentistas, até o momento, fracassaram na tentativa de trazer uma ‘transformação produtiva com equidade’, isto é, em que indústrias de alto valor agregado e a economia do conhecimento ganham proeminência, um fator-chave no neoestruturalismo (Gwynne & Kay, 2004).

medida, por meio da renda extraída pelo Estado das exportações de recursos naturais. Tais políticas sociais se demonstraram populares com o eleitorado e isto aponta para outro possível motivo pelo qual os governos relutam uma mudança radical no curso do neo-extrativismo.

Pesquisas sobre povos indígenas têm se ampliado nas últimas décadas, porém estes estudos, com frequência, desconsideram os processos de diferenciação socioeconômicos que vêm se desenvolvendo no interior deste grupo, além do fato de muitos povos não indígenas também serem pobres e explorados, embora enfrentando, provavelmente, menos discriminação (Bretón, 2008). Mais importante é o fato de que várias organizações camponesas, assim como a ‘Via Campesina’, concentram seus esforços organizacionais no setor da agricultura familiar, e, com isso, deixam de incorporar os trabalhadores assalariados rurais e a representação de seus interesses (Henderson, 2015). A consequência é o enfraquecimento dos movimentos camponeses e indígenas, tendo em vista o aumento dos trabalhadores sem terra e do precariado.

Quanto as questões ambientais, estas também passaram a ganhar destaque como consequência do impacto ecológico funesto de políticas neo-extrativistas, assim como por terem levado a conflitos com as comunidades indígenas e as populações locais. A enorme expansão do cultivo de soja está criando “desertos verdes” ao retirar sistemas tradicionais de rotação de cultura e espalhando a monocultura. Ainda, a soja geneticamente modificada e outras culturas transgênicas, como milho e algodão, vêm se espalhando com consequências nocivas ao meio ambiente e à saúde dos residentes locais por meio da expansão da ‘dependência dos pesticidas’. A intensificação da presença carne⁵ nas dietas impulsiona a expansão pecuária, poluindo, assim, o meio ambiente e deteriorando os lençóis freáticos (a “pegada ecológica”). Embora uma demanda crescente por produtos ecológicos, entre alguns consumidores, e regulações governamentais mais restritivas podem levar algumas empresas do agronegócio a se redirecionarem parcialmente a práticas mais ecológicas e menos dependentes em hidrocarbonetos, estas permanecem uma contratendência minoritária. Apesar de medidas tomadas em prol da contenção do desmatamento no Amazonas, o mesmo continua, mesmo que em um passo mais lento. A mineração, a aquicultura, e plantações florestais estão esgotando e poluindo os recursos de água doce. Em suma, assuntos ambientais tornar-se-ão, indubitavelmente, ainda mais importante nos estudos agrários ao passo que mais terras são degradadas e a água se torna um recurso crescentemente escasso.

⁵ No original em inglês lemos *meatification*, referente à dieta com grande presença da carne, sobretudo, bovina. Porém, por não possuímos correlato em português traduzimos como “intensificação da presença da carne na dieta”.

Abordagens Inovadoras?

Os estudos da ‘nova ruralidade’ que emergiram na América Latina durante meados dos anos 1990 estavam dentre os primeiros a captar a mudança no caráter da economia e sociedade rurais da região após a virada neoliberal. Os autores principais foram, em sua maioria, sociólogos rurais latino-americanos, alguns dos quais influenciados por estudiosos europeus que escreveram sobre ‘agricultura de tempo parcial’, ‘pluriatividade’, e ‘multifuncionalidade’. Surpreendentemente, a ‘abordagem dos meios de vida’, em grande parte britânica, com muitas semelhanças em relação à ‘nova ruralidade’, não é citada explicitamente por estes autores, e o inverso também é observado. Os ‘novos ruralistas’ não desenvolveram um quadro teórico coerente e várias linhas se distinguem entre si. Seu maior objetivo era chamar atenção para a situação adversa dos camponeses sob as pressões do neoliberalismo global e encorajar os governos, ONGs, políticos e instituições internacionais a implementarem programas de desenvolvimento rural focados na pobreza rural, nas comunidades indígenas e nas mulheres (Kay, 2008).

Mesmo considerando útil a análise dos novos ruralistas, a mesma se depara com limitações, particularmente para a compreensão de forças globais, de padrões de acumulação capitalista, e de configurações políticas e de classe que moldam a mudança agrária. Essas limitações não foram superadas pela bastante popular abordagem territorial, que busca maneiras de articular pequenos proprietários com as cadeias mais dinâmicas de valor ou de matérias-primas como um modo de impulsionar a agricultura camponesa. Embora a abordagem territorial se demonstra útil para planos regionais, sua meta de estender os benefícios do crescimento de forma mais abrangente desmoronam em grande medida dados os conflitos políticos, étnicos e de classe existentes.

Devido à limitação das abordagens acima discutidas, assim como outras, para os estudos agrários, tenho trazido para os meus escritos uma abordagem inspirada no Marxismo, embora de maneira parcial e muitas vezes eclética. O método histórico-materialista e seus conceitos, tais como conflito e formação de classe, diferenciação social e econômica, consciência social e política, processos de acumulação de capital, formas de transição entre diferentes formações socioeconômicas, criação e apropriação de mais-valia, processos de exploração e dominação, trazem um enfoque mais afiado para as principais contradições e problemas enfrentados pela economia e sociedade rurais.

Na minha perspectiva, a abordagem histórica-mundial do materialismo histórico é particularmente relevante para a compreensão dos processos contemporâneos da globalização

e de seus problemas. Escusado será dizer que qualquer abordagem utilizada não prescinde de sustentação empírica. Não é o caso que o materialismo histórico apresente a capacidade de explicar tudo. Para a compreensão de certos problemas, podem-se requerer outras abordagens, tais como as inovadoras perspectivas feministas, ecológicas e pós-coloniais. Portanto, é necessário manter uma mente aberta, e algo de ecletismo auxilia no ganho de uma visão mais abrangente e uma percepção mais profunda sobre os problemas que desejamos analisar.

Conclusões: temas contínuos e emergentes

Destaquei a crescente proeminência da questão agrária do capital devido ao imenso poder que o capital adquiriu neste período da globalização neoliberal. Empresas do agronegócio, supermercados, capital financeiro e conglomerados “translatinos” continuarão a estender sua dominação sobre a paisagem rural latino-americana e além. Este é o futuro provável, ao menos que haja um contra-movimento poderoso contra o neoliberalismo global, cujo sucesso depende da formação de alianças entre movimentos transnacionais de camponeses, de indígenas e de trabalhadores rurais, organizações políticas anti-neoliberais e movimentos ambientais globais. Desse modo, a questão social e política de como desenvolver um contra-movimento de tal magnitude, assim como definir os principais objetivos desse programa alternativo requerem mais pesquisa.

A questão agrária do trabalho é também fundamental dada sua relação dialética e conflitiva com o capital. Embora dever-se-ia seguir confrontando os problemas de pequenos agricultores, os trabalhadores assalariados rurais são, atualmente, predominantes. Os problemas da pequena agricultura e do trabalho assalariado rural estão ligados; os trabalhadores assalariados rurais trazem, no entanto, particularidades que ainda não foram inteiramente discutidas. Estes são expostos a situações de emprego abusivas e precárias e lhes faltam, com frequência, organizações sociais que defendam seus interesses. À vista disso, são necessárias maiores pesquisas que apontem caminhos para desenvolver sua capacidade organizativa e para buscar o seu *empoderamento* para que exerçam pressão sobre empregadores e governos em prol de assegurar condições de trabalho.

Os assuntos agrários se desvaneceram com o deslumbramento do período da reforma agrária, porém ganharam nova proeminência com a emergência do movimento indígena, a crise alimentar (2007-2008), os conflitos gerados pelo novo agro-extratativismo, e a mobilização da Via Campesina (VC) e outros movimentos sociais contrários à apropriação de terras e ao livre comércio, e a favor de uma reforma agrária de baixo para cima e da

‘soberania alimentar’ (McMichael, 2008; Gascón & Montagut, 2010; Martínez-Torres & Rosset, 2010). A VC é contrária à agricultura industrializada corporativa e seu crescente controle sobre os recursos naturais e a tecnologia. Em lugar disso, propõe um novo regime alimentar baseado na ‘soberania alimentar’ que se enquadra dentro do discurso dos direitos humanos. Traz uma preocupação em torno dos direitos a alimento, justiça, democratização e o desenvolvimento rural baseado em direitos que promove a pequena agricultura sustentável e agro-ecológica, mercados locais ou ‘aninhados’, cooperação e solidariedade (McMichael, 2009, p. 294). Emerge-se como alternativa ao neoliberalismo, que vem inspirando e mobilizando muitos, desde ativistas, intelectuais e movimentos sociais. A “soberania alimentar” da VC vem sendo contestada, gerando muito debate, e continuará, indubitavelmente, a evoluir (McKay *et al.*, 2014; Bernstein, 2014; Jansen, 2015).

A questão agrária hodierna precisa ser posta para além do estado-nação para que possa contestar o atual regime alimentar corporativo, neoliberal e global (Borras *et al.*, 2009), embora o estado-nação permaneça o espaço mais viável, no imediato, de contestação. Como realizar um regime alimentar mais justo e sustentável é o principal desafio adiante de pesquisadores e ativistas dentro e fora da América Latina.

Referências Bibliográficas

AKRAM-LODHI, A. H., & KAY, C. (Eds.). *Peasants and globalization: Political economy, rural transformation and the agrarian question*. London: Routledge, 2009.

ALMEYRA, G; CONCHEIRO BÓRQUEZ, L; MENDES PEREIRA, J. M., PORTO-GONÇALVES, C. W. (Eds.). *Capitalismo: Tierra y poder en América Latina (1982-2012)*, 3 volúmenes. México, D.F. & Buenos Aires: Universidad Autónoma Metropolitana, Ediciones Continente & CLACSO, 2014.

ASSIES, W.. “Self-determination and the ‘new partnership’: the politics of indigenous peoples and states” In: T. SALMAN, S. MARTÍ I PUIG, G. VAN DER HAAR (Eds.), *Dignity for the voiceless: Willem Assies’s anthropological work in context* (pp. 154-185). Oxford: Berghahn Books, 2014.

BERNSTEIN, H.. “Food sovereignty via the ‘peasant way’: a sceptical view”. *The Journal of Peasant Studies* 41(6): 1031-1063, 2014.

BORRAS Jr., S. M., EDELMAN, M., & KAY, C. (Eds.). *Transnational agrarian movements confronting globalization*. Oxford: Blackwell-Wiley, 2009.

- BORRAS Jr., S. M., KAY, C.; GÓMEZ, S., & WILKINSON, J. (Eds.). Land grabbing and global capitalist accumulation: Key features in Latin America. special issue of the *Canadian Journal of Development Studies* 33(4): 399-551, 2012.
- BRETÓN SOLO DE ZALDÍVAR, V.. “From agrarian reform to ethnodevelopment in the highlands of Ecuador”. *Journal of Agrarian Change* 8(4): 583-617, 2008.
- _____. “Etnicidad, desarrollo y ‘buen vivir’: reflexiones críticas en perspectiva histórica”. *European Review of Latin American and Caribbean Studies* 95: 71-95, 2013.
- DEERE, C. D.. “The feminization of agriculture? Economic restructuring”. *Rural Latin America*. Occasional Paper 1. Geneva: UNRISD, 2005.
- GASCÓN, J., & MANTAGUT, X. (Eds.). *Estado, movimientos sociales y soberanía alimentaria en América Latina: ¿Hacia un cambio de paradigma agrario?*. Quito: FLACSO, 2010.
- GWYNNE, R. N., & KAY, C.. The alternatives to neoliberalism. In R. N. Gwynne & C. Kay (Eds.). *Latin America transformed: Globalization and modernity* (pp. 253-267). Hodder: London, 2004.
- HENDERSON, T. P.. Food sovereignty and the Via Campesina in Mexico and Ecuador: Class dynamics, struggles for autonomy and the politics of resistance. Unpublished PhD thesis, SOAS, University of London, 2015.
- JANSEN, K.. “The debate on food sovereignty theory: Agrarian capitalism, dispossession and agroecology”. *The Journal of Peasant Studies* 42(1): 213-232, 2014.
- KAY, C.. “¿El fin de la reforma agraria en América Latina? El legado de la reforma agraria y el asunto no resuelto de la tierra”. *Revista Mexicana de Sociología* 60(4): 61-98, 1998.
- KAY, C.. “Latin America’s agrarian transformation: Peasantization and proletarianization”. In: D. BRYCESON, C. KAY & J. MOOIJ (Eds.), *Disappearing peasantries? Rural labour in Africa, Asia and Latin America* (pp. 123-138). Bourton-on-Dunsmore: ITDG-Practical Action Publishing, 2000.
- _____. “Rural poverty and development strategies in Latin America”. *Journal of Agrarian Change* 6(1): 455-508, 2006.
- _____. “Reflections on Latin American rural studies in the neoliberal globalization period: A new rurality?”. *Development and Change* 39(6): 915-943, 2008
- _____. “Visión de la concentración de la tierra en América Latina”. In: A. BERRY, C. KAY, L. Martínez Valle & L. North, *La Concentración de la tierra: Un problema prioritario en el Ecuador contemporáneo* (pp. 15-42). Quito: Ediciones Abya-Yala, 2014.

- KAY, C. & VERGARA-CAMUS, L. (Eds.), *La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: campesinos, agronegocio y neodesarrollismo*. Buenos Aires: CLACSO, 2018.
- MARTÍNEZ-TORRES, M. E., & ROSSET, P. M.. “La Vía Campesina: The birth and evolution of a transnational social movement”. *The Journal of Peasant Studies* 37(1): 149-175, 2010.
- MCKAY, B., NEHRING, R., & WALSH-DILLEY, M.. “The ‘state’ of food sovereignty in Latin America”. *The Journal of Peasant Studies* 41(6): 1175-2000, 2014.
- MCMICHAEL, P.. “Peasants make their own history, but not just as they please”. In: S. M. BORRAS, Jr., M. EDELMAN & C. KAY (Eds.). *Transnational agrarian movements confronting globalization* (pp. 37-60). Oxford: Blackwell-Wiley, 2010.
- _____. “Food sovereignty, social reproduction and the agrarian question”. In: A. H. AKRAM-LODHI & C. KAY (Eds.). *Peasants and globalization: Political economy, rural transformation and the agrarian question* (pp. 288-312). London: Routledge, 2009.
- PAZ, R.. “El campesinado en el agro argentino: ¿Repensando el debate teórico o un intento de reconceptualización?”. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, 81: 65-85, 2006.
- VELTMEYER, H., & PETRAS, J.. *The New Extractivism: A post-neoliberal development model or imperialism of the twenty-first century?* London: Zed Books, 2014.
- VERGARA-CAMUS, L.. *Land and freedom: The MST, the Zapatistas and peasant alternatives to neoliberalism*. London: Zed Books, 2014.

A questão agrária e a transformação rural neoliberal na América Latina

Resumo

Desde a virada neoliberal na América Latina, a economia e sociedade rural vêm experimentando uma grande transformação. O capital corporativo e as agroindústrias transnacionais se apoderaram da agricultura transformando radicalmente as relações econômicas e sociais da produção que levam à precarização e feminização da mão de obra rural, assim como à intensificação do trabalho. Os camponeses enfrentam condições cada vez mais difíceis, tendo que buscar com maior frequência renda fora da agricultura, principalmente por meio de atividades salariais precárias, com o fim de ganhar a vida, impulsionando, assim, o processo de proletarianização. Os focos da ‘nova ruralidade’ e ‘territoriais’ trataram de explicar estas transformações, no entanto apresentam limitações. Por outro lado, uma visão desde a economia política sobre a questão agrária se considera mais promissora. Movimentos que contestam o neoliberalismo surgiram, encabeçados pelos povos indígenas e a população rural pobre, às vezes vinculados ao movimento camponês transnacional ‘Via Campesina’. Seu principal objetivo é a construção de um sistema agrário alternativo baseado na ‘soberania alimentar’, que é promissor, embora também polêmico.

Palavras-chave: mudança agrária, neoliberalismo, concentração da terra e do capital, precarização do trabalho, América Latina.

La Cuestión Agraria y la Transformación Rural Neoliberal en Latinoamérica

Resumen

Desde el giro neoliberal en América Latina la economía y sociedad rural han experimentado una gran transformación. El capital corporativo y las agroindustrias transnacionales se han apoderado de la agricultura transformando radicalmente las relaciones económicas y sociales de producción que llevan a la precarización y feminización de la mano de obra rural, así como a la intensificación del trabajo. Los campesinos enfrentan condiciones cada vez más difíciles teniendo que buscar con mayor frecuencia ingresos fuera de la finca, principalmente a través de actividades salariales precarias, con el fin de ganarse la vida impulsando con ello el proceso de proletarianización. Los enfoques de la ‘nueva ruralidad’ y ‘territoriales’ trataron de explicar estas transformaciones pero tienen limitaciones. En cambio, una visión desde la economía política sobre la cuestión agraria se estima más prometedora. Movimientos contestatarios del neoliberalismo han surgido encabezado por los pueblos indígenas y la

población rural pobre, a veces vinculado al movimiento campesino transnacional ‘Vía Campesina’. Su principal objetivo es la construcción de un sistema agrario alternativo basado en la ‘soberanía alimentaria’, que es prometedor, pero también polémico.

Palabras clave: cambio agrario, neoliberalismo, concentración de la tierra y el capital, precarización del trabajo, América Latina.

The Agrarian Question and the Neoliberal Rural Transformation in Latin America

Abstract

Since the neoliberal turn in Latin America the rural economy and society has experienced a great transformation. Corporate capital and transnational agro-industries have taken hold of agriculture radically transforming the economic and social relations of production leading to the precarization and feminisation of rural labour as well as the intensification of work. Peasant farmers were further squeezed having to increasingly find off-farm incomes, largely through precarious wage labour activities, so as to make a living thereby furthering the process of proletarianization. The ‘new rurality’ and ‘territorial’ approaches tried to take account of these transformations but they are found wanting. Instead, a political economy view to the agrarian question is found more promising. A counter-movement to neoliberalism has emerged spearheaded by indigenous peoples and the rural poor, sometimes linked to the transnational peasant movement ‘Vía Campesina’. Their main aim is to construct an alternative agrarian system based on ‘food sovereignty’ which is promising but also controversial.

Keywords: agrarian change, neoliberalism, land and capital concentration, labour precarization, Latin America.

Educação Superior e Povos Indígenas: Experiências, Estudos e Debates na América Latina e em outras Regiões do Mundo¹

Recebido: 21-10-2018

Aprovado: 31-10-2018

Daniel Mato ²

O universo das experiências em Educação Superior por/para/com os povos indígenas atualmente em curso em escala global constitui um campo acadêmico e social - em sentido amplo - cada vez mais importante e diversificado. Este artigo apresenta um panorama dos aspectos mais relevantes desse campo de experiências institucionais e estudos na América Latina, Austrália, Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia, com algumas referências complementares ao seu desenvolvimento na Noruega e na República da África do Sul.

A primeira parte deste artigo comenta sucintamente os papéis desempenhados por alguns atores sociais de destaque, no marco de contextos e processos particulares. A segunda seção oferece uma análise concisa de alguns aspectos históricos significativos, apontando diferenças e semelhanças entre as regiões do mundo. A terceira seção apresenta um breve panorama mundial das experiências em Educação Superior por/com/para os povos indígenas. A quarta seção descreve a dinâmica da criação de associações e redes, a organização de reuniões, o estabelecimento de revistas especializadas e os tópicos de alguns dos debates em andamento.

¹Tradução do original em castelhano publicado na Revista *Tramas/Maepova* volume 6, número 2, 2018. Tradução do original em castelhano por Mariana Wiecko Volkmer de Castilho. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

² Doctor en Ciencias Sociales. Entre 1978 y 2010 fue docente e investigador de la Universidad Central de Venezuela, donde estableció el Programa Cultura, Comunicación y Transformaciones Sociales, que dirigió hasta 2010. Desde 1986 desarrolla diversas experiencias de trabajo en colaboración con intelectuales y organizaciones de pueblos indígenas y afrodescendientes de varios países latinoamericanos. Desde 2010 es Investigador Principal del CONICET. En 2012 estableció y desde entonces es Director del Programa Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina (Programa ESIAL) del CIEA-UNTREF, desde el cual en 2014 promovió la creación de la Red Inter-universitaria Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina que actualmente cuenta con la participación de sesenta universidades de diez países latinoamericanos. Desde 2018 es el Director de la Cátedra UNESCO Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina, con sede en la Universidad Nacional de Tres de Febrero - UNTREF. Contacto: dmato2007@gmail.com

Finalmente, a última seção oferece algumas reflexões sobre as perspectivas para o desenvolvimento deste campo nos próximos anos.

Atores, Contextos e Processos

Os avanços obtidos nesse campo são o resultado das lutas sociais e políticas dos povos indígenas e suas organizações, bem como dos movimentos sociais contra o racismo, por direitos humanos e pela educação popular em inúmeros países do globo. Estas conquistas também foram associadas às práticas institucionais de algumas universidades e outros tipos de instituições de ensino superior (IES), bem como de várias agências intergovernamentais e de cooperação internacional, uma variedade de organizações sociais (locais, regionais e internacionais, dedicadas às questões de direitos humanos, ambientais, educação popular, desenvolvimento local), algumas associações profissionais de vários campos, fundações privadas, setores de várias igrejas e também algumas agências governamentais.

Os avanços nesse campo heterogêneo de experiências também foram possíveis graças ao compromisso de uma ampla variedade de atores sociais, cujas práticas individuais são significativas independentemente de seus enquadramentos institucionais (quando os têm), tais como líderes comunitários, idosos e sábios, estudantes, professores (de todos os níveis de ensino), pesquisadores e outros funcionários de universidades e outras instituições de ensino superior, entre os quais não só os membros desses povos, mas também outras pessoas que não são, ou em qualquer caso não nos auto-identificamos como tal.

Tais práticas institucionais e individuais se desenvolvem em contextos políticos e normativos (constituições nacionais, leis, regulamentos) que variam significativamente de país a país, e internamente a alguns países também de região em região, bem como entre diversos povos indígenas, e, às vezes, inclusive entre comunidades particulares de um mesmo povo. Uma característica particular deste campo em alguns países da América Latina é que, em alguns casos, essas experiências estão inter-relacionadas com outras que o ensino superior para/por/com pessoas de ascendência africana. Isso diferencia essas experiências de outras em andamento na América Latina, assim como outras em distintas regiões do mundo.

As experiências do Ensino Superior para/por/com povos indígenas foram desenvolvidas no âmbito de vários tipos de arranjos institucionais. De acordo com os casos, foram feitos como

programas especiais de universidades e outros tipos de instituições de Ensino Superior (IES) “convencionais”³ ou através de alianças entre estes últimos e organizações desses povos, bem como no âmbito das universidades criadas e gerenciadas por líderes e/ou organizações de povos indígenas (na América Latina alguns deles também por organizações ou referências afrodescendentes) que recebem nomes diferentes nas diferentes regiões do mundo estudado, nos quais eles também são objeto de diferentes tipos de reconhecimento, total ausência deste. No entanto, em alguns países da América Latina, algumas agências governamentais criaram “universidades interculturais”. As diferenças entre esses tipos básicos de universidades não são menores, como discutiremos mais adiante neste artigo.

Mediante essa diversidade de arranjos institucionais, os tipos de experiências que nos ocupam não apenas contribuem para melhorar as possibilidades de que pessoas indígenas acessem oportunidades de formação em educação superior (como geralmente se enfoca este “tema” ao se pensar sobre isso de forma reduitiva apenas em termos de “inclusão” de estudantes em universidades e outras IES “convencionais”); mas que, além disso, desenvolvem respostas inovadoras a alguns importantes desafios que enfrenta a Educação Superior contemporânea, particularmente em aspectos de qualidade, pertinência e relevância. As contribuições dos tipos de experiências que nos ocupam resultam especialmente valiosas quando se trata de integrar de diversos modos de produção de conhecimento, ou articular pesquisa, serviços à população e geração de iniciativas produtivas, aprendizagem situada na prática e por resolução de problemas. Nesse sentido, as experiências em que nos ocupamos constituem um campo de interesse social, político e educacional, este último especialmente em relação às práticas de aquisição de conhecimento especializado.

Além disso, cabe destacar que essas experiências também constituem espaços nos quais a pesquisa é realizada e sobre as quais se investiga. Nesse sentido, envolvem também aspectos importantes da geração de novos conhecimentos, elaboração teórica e metodológica, reflexão ética e epistemológica.

De acordo com isso, estas experiências, bem como suas conquistas, desafios, conflitos, dimensões sociais, culturais e políticas, constituem, cada vez mais, temas de pesquisa, debates

³ Para maior facilidade neste texto, denomino genericamente “convencional” todas as universidades e outras IES que não foram especialmente projetadas para responder às demandas e propostas de povos indígenas ou afrodescendentes.

conceituais e inovações metodológicas em Antropologia, Educação, Linguística, Literatura, Sociologia, Serviço Social, Filosofia, História, Direito, Gênero, Economia, Saúde, Agronomia, Ecologia, Ciência Política e Políticas Públicas, entre outras áreas de estudo e prática profissional. Isto se expressa no crescente número de publicações sobre o assunto que são registradas em livros e periódicos especializados (mais adiante neste artigo estão listados os títulos de alguns deles), bem como em teses de graduação, pós-graduação e doutorado, que frequentemente estão disponíveis apenas nos repositórios das respectivas universidades. Por outro lado, deve-se notar, também, que várias redes e associações nacionais e internacionais floresceram neste campo nos últimos anos. Além disso, tem se incrementado notavelmente a organização de eventos e a publicação sustentada de livros, revistas acadêmicas e profissionais diretamente relacionadas com essas experiências.

É baseado no que foi até agora exposto que pode ser afirmado que isso com o que estamos lidando é um campo amplo, diverso e em expansão. Para compreender adequadamente sua situação contemporânea é necessário ter em mente que seu desenvolvimento está associado a processos políticos e sociais de alcance mundial que levam mais de meio século de desenvolvimento na direção – digamos – humanitária e “progressista” que conhecemos; e que estes, por sua vez, são o resultado de processos mais antigos que têm suas raízes na expansão europeia em escala mundial, a colonização da América, África, Ásia e Oceania, e a construção da chamada “modernidade”. Não é necessário nem possível analisar esses processos de longa data neste texto, mas não devemos perder de vista que o campo em questão tem essa densidade histórica, e que as tendências observadas não são simplesmente conjunturais, nem tampouco relacionados com o campo da Educação Superior.

Algumas Referências Históricas

Ao longo da história, os estados coloniais e pós-coloniais usaram a educação como um meio de afirmar e legitimar seu domínio sobre os povos indígenas. Isso aconteceu principalmente de três maneiras que, de acordo com os casos, foram predominantes em diferentes países e momentos históricos:

- i) Na maioria dos casos, esses povos não tiveram acesso às escolas ou universidades das colônias em questão, tampouco às repúblicas criadas pelos movimentos de independência.
- ii) Em outros casos, jovens e crianças foram removidos à força de suas famílias e enviados para escolas especiais para "civilizá-los".
- iii) Em outros casos, foram aceitos em escolas (e mais tarde em universidades e outras IESs) "convencionais", em que suas línguas, histórias, conhecimentos, modos de vida, visões de mundo e modos de aprendizagem e produção de conhecimento foram ignorados, quando não explicitamente proibidos.

Notável e lamentavelmente, na maioria dos casos, as universidades têm desempenhado papéis importantes tanto no processo de construção de representações homogeneizadoras das populações dos países, como na transformação dos povos indígenas em objetos de estudo, mesmo contra sua vontade, fomentando abordagens de pesquisa etnocêntrica que produzissem representações desqualificadoras de suas "raças", formas de vida, visões de mundo, conhecimentos e projetos futuros.

Essas experiências negativas marcaram a história das relações entre povos indígenas e universidades e outros tipos de IES. Portanto, a descolonização dessas universidades e outras IES "convencionais", isto é, monoculturais, é um objetivo central. Assim é a sua interculturalização, isto é, a sua transformação para que sejam relevantes para a pluralidade cultural das sociedades das quais fazem parte. Isso exige que eles não apenas incluam membros de povos indígenas como estudantes, professores, pesquisadores, diretores e funcionários, mas também incorporem suas visões de mundo, seus conhecimentos acumulados e seus modos de produção de conhecimento, suas modalidades de aprendizado, suas linguagens e suas demandas propostas e projetos futuros. Ou seja, eles se convertem em instituições interculturais em um sentido positivo. Outro objetivo central é que os povos indígenas possam exercer plenamente o direito de criar suas próprias instituições de ensino superior, conforme estabelecido por vários instrumentos jurídicos internacionais e alguns de abrangência nacional em alguns países, conforme explicado mais adiante neste texto.

Boa parte dos povos indígenas e tribais (como são chamados em alguns instrumentos internacionais, especialmente para se referir a casos na África e na Ásia) de todo o mundo

lutaram por seus direitos educacionais desde os tempos coloniais. Suas lutas têm se centrado historicamente em manter suas práticas tradicionais de aprendizagem porque fazem parte de seu modo de vida e são fundamentais para garantir a reprodução de suas formas de organização social e ocupação efetiva de seus territórios. No entanto, à medida que a perda de seus territórios e suas possibilidades efetivas de sustentar seus modos de vida tradicionais progrediu, alguns também lutaram pelo acesso às instituições educacionais das sociedades dominantes e por reformas apropriadas nas escolas, universidades e outros tipos de IES existentes. Eles também buscaram o direito de estabelecer seus próprios programas ou instituições e de tê-los reconhecidos oficialmente pelos Estados.

As lutas históricas destes povos, juntamente com as ações de outros agentes sociais com agendas convergentes, levaram a melhorias em algumas áreas nacionais, bem como o estabelecimento de uma série de instrumentos internacionais que têm sido úteis para promover o reconhecimento de seus direitos. A adoção da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965) foi um primeiro passo importante, seguido pela formulação de outros valiosos instrumentos internacionais. A Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais estabelecida pela Organização Internacional do Trabalho em 1989 (geralmente conhecida como Convenção 169) reconheceu alguns direitos educacionais "em todos os níveis", isto é, inclui o Ensino Superior. Em especial, o artigo 27 da Convenção 169 estabelece:

1. Os programas e serviços educacionais concebidos para os povos interessados deverão ser desenvolvidos e implementados em cooperação com eles para que possam satisfazer suas necessidades especiais e incorporar sua história, conhecimentos, técnicas e sistemas de valores, bem como promover suas aspirações sociais, econômicas e culturais. 2. A autoridade competente garantirá a formação de membros dos povos interessados e sua participação na formulação e implementação de programas educacionais com vistas a transferir-lhes, progressivamente, a responsabilidade pela sua execução, conforme a necessidade. 3. Além disso, os governos reconhecerão o direito desses povos de criar suas próprias instituições e sistemas de educação, desde que satisfaçam normas mínimas estabelecidas pela autoridade competente em regime de consulta com esses povos. Recursos adequados deverão ser disponibilizados para esse fim (<http://www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/lima/publ/conv-169/convenio.shtml>).

Outro tanto tem sido feito pela Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, adotada pela Organização das Nações Unidas em 2007. De maneira significativa, o Artigo 14 desta Declaração reafirma que "os povos indígenas têm o direito de estabelecer e controlar seus sistemas educacionais e instituições que ofereçam educação em seus próprios idiomas, de maneira apropriada a seus métodos culturais de ensino e aprendizagem". Além disso, especifica que "os

indígenas, especialmente as crianças, têm direito a todos os níveis e formas de educação do Estado, sem discriminação". Este instrumento reforça os direitos estabelecidos nos tratados históricos assinados entre os povos indígenas e os estados coloniais e pós-coloniais e / ou nas Constituições nacionais de muitos países.

No entanto, numerosos estudos documentam a existência de grandes lacunas entre padrões, políticas e práticas em todos os países. No caso da América Latina em particular, estudos realizados em 2010 para 10 países e em 2017 para 18 países da região mostram claramente que existem imensas lacunas entre as normas, políticas e práticas em relação ao tema em questão (Mato, coord., 2012, 2018).

A realidade é que os povos indígenas em todo o mundo ainda estão sujeitos a várias formas de exclusão e discriminação nos sistemas de educação formal, incluindo o ensino superior. Os indicadores de acesso e graduação em todos os níveis formais de educação em todo o mundo deixam claro. No entanto, a discriminação e a exclusão de povos indígenas não são os únicos obstáculos enfrentados. Enfrenta também o problema da exclusão de línguas, conhecimentos, modos de aprendizagem e as visões de mundo desses povos nos currículos de praticamente todas as carreiras em todas as universidades do mundo. É uma amostra indiscutível de racismo e motivo de preocupação não só para as pessoas que pertencem a esses povos, mas também para um número crescente de colegas e outros atores sociais que consideram que essas exclusões não são apenas sinais de racismo, mas também indicativas de formação monocultural e, por essa razão, sentido tendencioso e limitado, que as universidades oferecem.

Por estas razões, especialmente desde o final da década de 1960, no Canadá e nos Estados Unidos, e mais tarde em outras regiões do globo, elas deram origem a inovações institucionais, teóricas e metodológicas, que têm despertado gradualmente o interesse de muitas universidades e outras IES "convencionais". No caso da América Latina, esses avanços começaram a tomar forma mais claramente a partir dos anos 90. Desde então, tem avançado de forma constante, a tal ponto que esta questão estava explicitamente presente em duas seções da Declaração Final do 2º Conferência Regional de Ensino Superior realizada em Cartagena das Índias, em 2008, e na 3ª Conferência Regional de Ensino Superior (realizada em Córdoba, em junho de 2018) tornou-se um dos sete eixos principais em que é organizada.

Breve Panorama Mundial de Experiências de Ensino Superior por / com / para Povos Indígenas

Para comunidades e organizações de povos indígenas avançarem no desenvolvimento de suas próprias experiências de educação superior, ou de programas criados através de alianças com instituições "convencionais", bem como em suas possibilidades de acesso e graduação em universidades "convencionais", converteu-se em questão de sobrevivência.

As perdas de território e de acesso a alimentos e outros elementos necessários para manter seus modos de vida tradicionais, juntamente com as várias formas de discriminação política, econômica e social que experimentam nos países que foram criados em seus territórios e dos quais quer queiram ou não se tornem parte, tornaram essencial que tenham seus próprios técnicos e profissionais para garantir os direitos e o bem-estar de suas comunidades. Seu interesse pela educação advém do desejo de preservação cultural, intimamente relacionado a ideias de autodeterminação, autonomia, território e soberania. Por suas lutas para defender direitos já reconhecidos ou para ampliar seu alcance, bem como para avançar na realização de reformas educacionais, políticas, institucionais e / ou legais, é essencial ter líderes sociais e políticos, professores e profissionais e técnicos de saúde, engenharia e outros campos (Black 2013, Choque-Quispe 2015, Nakata 2007a, 2007b, Palechor 2016, Ryan 2006, Tuhiwai-Smith 2008).

Essas lutas, juntamente com os avanços regulatórios nacionais e internacionais mencionados anteriormente, levaram alguns estados, agências intergovernamentais e bilaterais, fundações privadas, universidades e outros tipos de IES a desenvolver uma variedade de iniciativas no campo do ensino superior "para" esses povos e / ou seus membros. Estas envolveram, em vários graus, a participação de comunidades, organizações e / ou intelectuais indígenas. Por outro lado, seja pela escassez relativa desses tipos de experiências, seja pelos desapontamentos e insatisfações com os quais passaram em muitos casos, as organizações e os referentes dos povos indígenas receberam a tarefa de criar suas próprias instituições. Em outros casos, isso foi feito por meio de alianças com universidades e outras IES "convencionais".

Esses diversos tipos de experiências são realizados por meio de uma ampla variedade de arranjos institucionais em vários países do mundo, cujas características respondem a histórias, circunstâncias e necessidades locais específicas. Embora o campo resultante seja notavelmente heterogêneo devido às características particulares de cada comunidade e das diferentes histórias

coloniais e pós-coloniais, é possível estabelecer uma tipologia que ofereça um panorama sintético:

a) Programas para garantir o acesso e a graduação de estudantes indígenas em universidades e outras IES "convencionais"

Existem numerosos programas deste tipo em todo o mundo, muitas vezes referidos como programas de "ação afirmativa", especialmente em países de língua inglesa, que considero mais apropriados chamar de "programas de inclusão individual" ou "pessoas"; isto é, não de povos ou comunidades.

Alguns desses programas foram criados pelos estados, outros por universidades ou fundações privadas. No entanto, especialistas indígenas e não-indígenas e outros agentes no campo enfatizam que ainda são insuficientes para compensar as condições históricas e estruturais contemporâneas de discriminação. Alguns desses programas oferecem bolsas de estudo, outros garantem a admissão, enquanto outros oferecem apoio acadêmico e / ou psicossocial. A maioria deles é projetada para garantir acesso e / ou graduação de universidades convencionais. Mas, alguns deles operam especificamente dentro de faculdades ou universidades indígenas, como o American Indian College Fund, criado em 1990, pelo American Indian Education Consortium (AIHEC), nos Estados Unidos. Geralmente, o escopo desses programas era limitado a um determinado país, província ou universidade. Mas existem ou até recentemente existiram alguns programas de âmbito internacional, como o Programa Internacional de Bolsas de Estudo e os Caminhos para o Ensino Superior, ambos da Fundação Ford. Este último não oferecia bolsas de estudos, mas sim apoio acadêmico e psicossocial para lidar com diferenças linguísticas, diferenças culturais e sentimentos de solidão e isolamento que os estudantes dessas cidades frequentemente experimentam em universidades convencionais. Para responder a esses tipos de sentimentos, no Canadá algumas universidades oferecem serviços de apoio através da assistência de conselheiros e anciãos em residência. Na Nova Zelândia, algumas universidades também têm programas especiais que visam criar um ambiente familiar estendido dentro e fora do campus. Nesses e em outros países, algumas universidades estabeleceram centros culturais e sociais que incorporam atividades de pesquisa e projetos desenvolvidos em parceria com aliados acadêmicos indígenas ou não-indígenas. Alguns líderes indígenas argumentam que programas destinados a incluir estudantes indígenas em universidades convencionais são mecanismos que encorajam a "fuga de cérebros" de comunidades remotas para centros urbanos, e que tendem a "ocidentalizar"

os estudantes. Outros líderes e especialistas indígenas afirmam que programas desse tipo não apenas criam oportunidades para os indivíduos, mas também aumentam o número de profissionais indígenas que atendem suas comunidades em diversas áreas e resultaram em uma maior presença de acadêmicos indígenas nas universidades convencional e indígena (Assembleia das Primeiras Nações 2010, Black 2013, Didou-Aupetit e Remedi-Allione 2008, Durie 2005, Gomes do Nascimento 2016, Hooker 2009, Souza-Lima e Barroso 2013).

b) Programas especiais de graduação, cursos certificados e centros em universidades e outras IES "convencionais".

Há uma diversidade de experiências desse tipo. De acordo com os casos, eles oferecem corpo docente, bacharelado, engenharia, certificados técnicos, diplomas, pós-graduação. Muitas dessas experiências visam capacitar educadores para programas de Educação Intercultural Bilíngue (IBE) em vários níveis do sistema educacional. Outros visam preparar especialistas em estudos sobre povos indígenas. Outros para formar especialistas em direito, saúde ou agronomia, entre outros campos. Praticamente todos estão abertos a estudantes não indígenas também. Embora existam diferenças significativas entre esses programas em todo o mundo, e mesmo dentro do mesmo país, seus currículos frequentemente buscam incluir as línguas, o conhecimento e os modos de aprendizagem e produção de conhecimento dos povos indígenas. A inclusão desses tipos de conteúdo geralmente implica a participação de pessoas e profissionais do conhecimento dos povos em questão. Aqui estão apenas alguns exemplos:

No Brasil, entre 2005 e 2013, o Programa de Apoio ao Ensino Superior e Bacharelado Indígena (PROLIND) do Ministério da Educação, por meio de chamadas de fundos, ofereceu 21 programas especiais dentro de universidades e outros institutos para capacitar educadores a ensinar em escolas indígenas. Alguns deles continuaram a operar após este período de chamadas especiais (Gomes do Nascimento 2016, Oliveira-Pankararu 2012, Souza-Lima e Barroso 2013). Em contraste, no Paraguai, o primeiro Diploma em Educação Intercultural para Professores Indígenas foi oferecido em 2016, organizado pelo Centro de Estudos Antropológicos da Universidade Católica. A entrega deste curso foi possível graças ao apoio da UNICEF, da Conferência Episcopal Italiana e da Coordenação Nacional de Pastoral Indígena do Paraguai (Gasca e Rehnfeldt 2017).

Na África, os avanços nesse campo são escassos, embora na República da África do Sul existam projetos em andamento para incluir o conhecimento e idiomas indígenas em programas de diversas universidades, como KwaZulu-Natal e North-West University (Kaya 2013, Nyanchoga 2014). Na Austrália e na Nova Zelândia, a maioria das universidades tem feito esforços para integrar as perspectivas indígenas em seus currículos em uma ampla gama de disciplinas, embora os resultados ainda sejam instaurativos (McConville 2002, Nakata 2007a, 2007b, Tuhiwai-Smith 2008, Guerreiro 2012). No Canadá, desde 1969, numerosos programas de estudos aborígenes, indígenas ou indígenas foram criados em universidades convencionais, alguns deles são de graduação, outros de mestrado e doutorado em uma ampla variedade de áreas (Assembleia das Primeiras Nações 2010). Os programas de Estudos Indígenas, Estudos sobre Nativos Americanos e Estudos sobre Nativos do Alasca são abundantes nos Estados Unidos e têm desempenhado um papel importante em possibilitar a inclusão de acadêmicos indígenas em universidades "tradicionais". Esses programas também desempenharam um papel importante no desenvolvimento de relações com comunidades indígenas e faculdades tribais (Tribal Collegies)⁴, bem como na atração e apoio a estudantes indígenas.

c) Projetos de ensino, pesquisa e / ou extensão ou elos sociais desenvolvidos em universidades "convencionais" com participação de povos indígenas.

As regulamentações monoculturais que prevalecem na maioria das universidades desafiam a criatividade de inúmeros acadêmicos indígenas e não indígenas que, na ausência de programas institucionais, desenvolvem seus próprios projetos de ensino, pesquisa e / ou envolvimento social, seja individual ou em equipe.

Muitas dessas experiências orientadas para trabalhar com / para comunidades de povos indígenas, incluem modalidades de participação ativa destas, ou de organizações e / ou membros da mesma. Frequentemente, trata-se de pessoas idosas e / ou sábias, e elas incorporam suas linguagens, conhecimentos e formas de aprender e produzir conhecimento. Embora seja verdade

⁴ Parece aconselhável evitar um possível mal-entendido. Nos Estados Unidos, a palavra "faculdade" é usada para designar certos tipos de instituições de ensino superior. Dependendo do caso, ele é usado para designar unidades dentro de universidades, que em muitos países latino-americanos são geralmente chamadas de "escolas". Em outros, para designar o que, por simplicidade, poderíamos chamar de universidades relativamente pequenas, que geralmente não oferecem formação em pós-graduação, embora haja muitas exceções a esse modo de defini-lo. Em qualquer caso, o que é interessante aqui é que estas são instituições de ensino superior. Há um certo tipo de faculdades, as faculdades comunitárias, que geralmente oferecem carreiras de dois anos. Para os fins das classificações usuais na América Latina, seria um certo tipo de "Terciário" e ou Instituto de Ensino Superior. Para fins de leitura deste texto na América Latina, deve-se entender que, em todos os casos, trata-se de Instituições de Ensino Superior.

que - na maioria dos casos - estes projetos são apoiados por fundos específicos de curto prazo, em alguns casos eles têm sido um primeiro passo para iniciativas mais ambiciosas, e eles também frequentemente desempenham papéis importantes no fortalecimento das relações com as comunidades indígenas e abrir caminhos para a incorporação de estudantes indígenas. Não só isso, mas também, em resposta a situações que para o mundo acadêmico são novas, no âmbito dessas experiências desenvolvem perspectivas teóricas e metodológicas que são novas. Há muitas experiências desses tipos muito diversas entre si, para mencionar apenas uma. Minhas próprias observações no campo e relatos de experiências em numerosos livros, artigos em revistas acadêmicas e notícias em revistas profissionais, tornam imperativo destacar a importância deste tipo de componente "micro" no campo com o qual estamos lidando (Barnhardt e Kawagley 2005, Kaya 2013, Mato 2009, Nakata 2007a, 2007b, Tuhiwai-Smith 2008, Warrior 2008, 2012).

d) Alianças de universidades e outras IES convencionais com organizações de povos indígenas e / ou com suas próprias universidades e IES

Existem inúmeras experiências desse tipo. Algumas resultam de interesses mútuos, enquanto outras se originam na necessidade de cumprir os requisitos legais vigentes em alguns países. Algumas têm duração limitada, enquanto outras levaram à criação de programas permanentes em universidades convencionais e até mesmo à fundação de faculdades ou universidades de povos indígenas. Essas associações geralmente envolvem a participação ativa de membros de povos indígenas, idosos, acadêmicos e acadêmicos. Eles também incorporam suas linguagens, conhecimento e modos de aprendizagem e produção de conhecimento.

No Peru, a AIDSESEP (Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Selva Peruana) desenvolveu um programa em parceria com um Instituto Superior Técnico para a formação de enfermeiros interculturais e outro para a formação de professores do EIB. Na Colômbia, a Organização Indígena de Antioquia firmou parceria com a Universidade de Antioquia para criar um programa de Bacharelado em Pedagogia da Mãe Terra que logo se tornou parte dos programas regulares daquela universidade (Mato 2009, Mazabel Cuasquer 2018, Olivera Rodríguez 2018).

Nos Estados Unidos, várias Faculdades Tribais acharam conveniente estabelecer alianças com universidades convencionais para fortalecer sua qualidade acadêmica. Por exemplo, o Cheyenne e o Arapaho Tribal College com a Southwestern Oklahoma State University e o

Pawnee Nation College com Bacone College e a Universidade de Oklahoma (Black 2013, Barnhardt e Kawagley 2005). No Canadá, isso também acontece, embora nesse caso, forçado, porque as universidades e outras IES das Primeiras Nações são obrigadas a associar-se a instituições pós-secundárias "convencionais" reconhecidas para obter financiamento, emitir diplomas e garantir que, quando seus estudantes desejarem se transferir para outras instituições, as notas obtidas sejam devidamente reconhecidas pelas universidades de acolhimento. Essa condição certamente foi e é uma questão contenciosa (Consórcio dos Institutos Aborígenes de 2005).

e) Universidades e IES interculturais e indígenas

A heterogeneidade deste campo desafia o uso de categorias estritamente definidas e mutuamente exclusivas. É necessário avaliar as nuances. Como resultado das lutas de longa data do Movimento Indígena Americano nos Estados Unidos, e mais amplamente do Movimento dos Direitos Civis, naquele país existem atualmente mais de quarenta Universidades e "Faculdades Tribais" (CTs) gerenciados diretamente por organizações de povos indígenas. O mais antigo deles é o Navajo Community College (agora chamado Dine College), que iniciou suas atividades em 1968. Entre esse ano e 1972, outras cinco faculdades tribais foram estabelecidas. Em 1972, os presidentes (nos Estados Unidos, a mais alta autoridade de uma universidade é chamada de "presidente", em vez de "reitor" como na América Latina) das primeiras Faculdades Tribais criaram o supracitado Consórcio do Ensino Superior Indígena Americano - AIHEC (Consórcio Higher Education American Indian), que atualmente tem 36 instituições membros nos Estados Unidos e uma no Canadá. Essas faculdades tribais buscam oferecer educação de qualidade e culturalmente apropriada, bem como as habilidades necessárias para que seus graduados possam lidar com eles mesmos em contextos indígenas e na sociedade dominante. Atualmente, essas 36 instituições atendem a um total de aproximadamente 30.000 alunos. A maioria deles são residentes das reservas tribais, mas também servem a muitos outros que vivem nas cidades vizinhas, incluindo estudantes não indígenas. O governo federal fornece apoio financeiro significativo para as faculdades tribais. Embora esse apoio seja muito importante, estudiosos do assunto apontam que ele é significativamente inferior ao oferecido a instituições convencionais comparáveis (Black 2013).

No Canadá, existem mais de cinquenta faculdades (escolas de ensino superior) e outros tipos de IES estabelecidas legalmente que foram criadas e são controladas por organizações indígenas. A First Nations University, anteriormente conhecida como Saskatchewan Indian Federated College, ganhou reconhecimento internacional, entre outras razões, por ter formado estudantes indígenas de vários países estrangeiros. No entanto, essas instituições estão presas a um emaranhamento jurisdicional particular entre as leis federais e provinciais. Com algumas exceções, eles são forçados a estabelecer associações com instituições "convencionais" para emitir diplomas e garantir a portabilidade das credenciais de seus alunos para universidades "convencionais". Além disso, em muitos casos, eles dependem da aprovação de agências estatais para fazer mudanças e melhorias em seu currículo. Sua luta pelo "reconhecimento" federal e estadual é uma das questões mais proeminentes na agenda dos mecanismos de colaboração interinstitucional que essas instituições criaram; como por exemplo: Associação Nacional de Instituições Indígenas de Educação Superior e a Associação de Indígenas Adultas e de Ensino Superior (Consórcio dos Institutos Aborígenes de 2005, Assembleia das Primeiras Nações 2010). É oportuno assinalar que, no Canadá, foi aberto um período promissório em relação ao campo em questão. Em 21 de setembro de 2017, Justin Trudeau, primeiro-ministro daquele país, fez um discurso de forte autocrítica sobre o tratamento dado pelo Canadá aos povos indígenas diante da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nesse discurso, ele enfatizou a importância da dívida histórica da sociedade e do Estado canadense com os povos indígenas daquele país. Junto com isso, expressou a decisão de seu governo de dar apoio especial às demandas e propostas educacionais desses povos, incluindo significativo compromisso econômico⁵. Hoje, todas as universidades e outras instituições de ensino superior canadenses estão trabalhando com esses propósitos. Alguns deles já estavam fazendo isso, outros estão apenas começando, mas o fato é que esse é um assunto fora de suas agendas. Certamente, falta muito para conseguir, mas pelo menos o tema é explicitamente considerado. A fim de avaliar as circunstâncias adequadamente, pode ser útil notar que a população indígena do Canadá (incluindo os três componentes considerados deste país: Primeiras Nações, Metis e Inuit) representa 3,3% do total nacional. Ou seja, é proporcionalmente semelhante ao da Colômbia e da Venezuela, pouco superior ao da Argentina e da Costa Rica, e significativamente inferior ao da Bolívia, Chile, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Panamá.

⁵ <http://pm.gc.ca/eng/news/2017/09/21/primeminister-justin-trudeaus-address-72th-session-united-nations-general-assembly>.

Na Nova Zelândia, as lutas do povo Maori resultaram na criação de um tipo particular de instituição terciária indígena chamada *Wānanga*, que é formalmente reconhecida pelo Estado e recebe fundos dela. De acordo com a emenda da Lei de Educação de 1989, uma *Wananga* é uma instituição de ensino superior que se caracteriza porque nela as atividades de ensino e pesquisa mantêm, avançam e disseminam conhecimento, desenvolvem independência intelectual e apoiam a aplicação do conhecimento respeitando a tradição maorí, e de acordo com o costume maorí. Atualmente na Nova Zelândia há três *Wānanga*, que no total servem mais de 50.000 estudantes. A relação entre os *Wanangas* e a Autoridade de Qualidade Educacional é institucionalizada e conta com a participação de representantes do povo Maori para garantir que o desenvolvimento desta interessante experiência educacional respeite as diretrizes Maori (Durie 2005).

Na Noruega, a Sami University College (SUC), fundada em 1989, é uma instituição indígena dedicada a promover a língua, a cultura e a vida comunitária do povo Sami. É reconhecido e financiado pelo Estado, e Sámi é sua principal língua de ensino, pesquisa e administração.

Na América Latina, a diversidade de arranjos institucionais é notável:

Na Colômbia, a Universidade Autônoma Indígena e Intercultural (UAIIN) foi fundada em 2003 pelo Conselho Indígena Regional do Cauca (CRIC) e faz parte de sua estrutura. Esta organização indígena, fundada em 1971, é a autoridade tradicional dos povos indígenas do departamento de Cauca, oficialmente reconhecida pelo governo nacional colombiano. De acordo com os regulamentos atuais, o Departamento de Educação do Departamento de Cauca reconhece o CRIC como autoridade educacional para os povos indígenas desse Departamento e, nesse sentido, a UAIIN. O Ministério da Educação Nacional ainda não reconheceu oficialmente esta universidade (Mazabel Cuasquer 2018). No entanto, em junho de 2018, o ministério aprovou o estudo de viabilidade socioeconômica que, na Colômbia, é o primeiro passo necessário para que uma universidade seja plenamente reconhecida; convém notar que o estudo em questão incluiu a avaliação de vários indicadores de "qualidade acadêmica"⁶.

⁶ O avanço no reconhecimento da UAIIN ocorreu quando este artigo já estava aprovado e em processo de publicação. Este autor foi informado diretamente pela equipe da UAIIN. O primeiro comunicado de imprensa sobre este reconhecimento foi publicado pelo jornal *El Nuevo Liberal* (Popayán) sob o título "Mineducación reconoce a UAIIN como a primeira universidade pública indígena na Colômbia", em 18/06/2018 (ver: <http://elnuevoliberal.com/mineducacion-reconoce-a-la-uaiin-as-first-university-indigena-publica-en-colombia> / #ixzz5IoGn3qil)

No Equador, em 2005, após 9 anos de intenso trabalho técnico e mobilização política, a "Universidade Intercultural de Povos e Nacionalidades Indígenas Amawtay Wasi" (UINPI-AW) foi reconhecida pelo Conselho Nacional de Educação Superior e passou a fazer parte do Sistema Nacional de Ensino Superior. Mas, em 2013, o Conselho de Avaliação, Credenciamento e Garantia de Qualidade do Ensino Superior suspendeu suas atividades após um questionável processo de avaliação argumentando que não tinha professores suficientes com grau de "PhD" (notavelmente o documento oficial neste país de língua espanhola não se refere ao título de "Doutor", mas ao de "PhD") nem bibliotecas e outras instalações adequadas, na opinião desse Conselho. Em contrapartida, a avaliação não valorizou o fato dessa universidade desenvolvesse processos de aprendizagem nas comunidades, aproveitando o conhecimento de anciãos e outras pessoas das comunidades. Nesse sentido, seu modo de trabalho foi muito semelhante ao da UAIIN do CRIC. Mas, ao contrário da última, não era parte integrante de uma organização indígena; sua criação foi promovida por apenas um setor da CONAIE (Confederação de Povos e Nacionalidades Indígenas do Equador), que, de certa forma, o colocou em uma posição politicamente mais débil contra o ataque do governo do então presidente Correa, que tinha fortes disputas com o movimento indígena equatoriano, associado ao seu modelo de desenvolvimento extrativista. Desde então, essa universidade continuou suas atividades sob o nome de Pluriversidad Amawtay Wasi, como uma organização comunitária dedicada à pesquisa e saberes originários, que não permitia oferecer formação ou conceder títulos (Mato 2014, Tuaza 2018, UINPI-AW 2004). No entanto, em 15 de maio de 2018, quando terminou o mandato do Presidente Correa, a Assembleia Nacional do Equador aprovou por maioria absoluta a Lei de Reforma da Lei Orgânica do Ensino Superior, segundo a qual a Universidade Intercultural de Nacionalidades e Povos Indígenas "Amawtay Wasi" é transformada em uma "instituição de ensino superior público, de caráter comunitário, autonomia acadêmica, administrativa, financeira e orgânica" (conforme estabelecido na Quinta Disposição Geral desta Lei), cuja autoridade máxima por um período transitório de três anos será o Comité de Gestão, no qual participarão representantes da Secretaria de Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação da República e CONAIE, cujas actividades serão financiadas pelo orçamento geral do Estado (conforme estabelecido na Disposição de Reformatório 6 desta Lei)⁷.

⁷ A reforma desta Lei ocorreu em 15-05-2018, quando este artigo já havia sido enviado para a revista. O autor conta com o texto da Lei, cortesia do Dr. Luis Fernando Sarango Macas, Pushak, da Pluriversidad Amawtay Wasi, mas na hora de acrescentar esta nota de rodapé o texto desta nova lei ainda não estava disponível na Internet. Para

Na Bolívia, em 2008, foi estabelecido o sistema de três Universidades Comunitárias Interculturais e Produtivas Indígenas Bolivianas (UNIBOL). Essas universidades foram criadas por um decreto assinado pelo presidente Evo Morales. Essas universidades não são governadas por nenhuma organização de povos indígenas, mas por um conselho que inclui alguns representantes desses povos, assim como o Ministério da Educação e vários setores sociais. No entanto, essas instituições são muitas vezes consideradas "universidades indígenas" por povos indígenas locais e também por outras universidades indígenas (Choque Quispe 2018).

Na Nicarágua, uma situação marcadamente diferente das anteriores é apresentada. Lá, as lutas autônomas que em 1987 levaram a Assembleia Nacional a aprovar o regime de autonomia regional, possibilitaram que as iniciativas de intelectuais e lideranças indígenas e afrodescendentes dessas regiões levassem à criação e ao reconhecimento de duas universidades muito particulares, a Universidade das Regiões Autônomas da Costa do Caribe da Nicarágua (URACCAN) e da Universidade Indígena e Caribenha de Bluefields (BICU). Ambas as universidades têm caráter regional, comunitário e intercultural e são reconhecidas como tal pelo Conselho Nacional de Universidades (CNU) e avaliadas pelo Conselho Nacional de Avaliação e Credenciamento (CNEA) por meio de critérios e modalidades de avaliação participativa e em a ideia de interculturalidade. Criada em 1992 por líderes locais, a URACCAN iniciou suas atividades em 1995. Atualmente, tem matrícula de mais de 8.000 alunos, em programas de graduação como Medicina Intercultural, Enfermagem Intercultural, Psicologia em contextos multiculturais, Sociologia com menção em autonomia, Educação bilíngue intercultural e oito mestrados, em áreas como Cosmovisões do Bem Viver/ Viver Bem com ênfase em mudanças climáticas, comunicação intercultural, antropologia, saúde intercultural, entre outras. A BICU tem matrícula semelhante à da URACCAN e oferece 40 carreiras, incluindo Medicina, Administração de Empresas, Contabilidade, Direito, Enfermagem e Engenharia, entre outras e mestrados em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Formulação e Gerenciamento de Projetos, entre outros. Tanto a BICU como a URACCAN são universidades públicas e recebem recursos estatais (Hooker 2018, Zúñiga Muñoz 2018).

Na Guatemala existem duas universidades indígenas comunitárias criadas por iniciativa de acadêmicos maias. Eles são a Universidade Maia - Ixil, criada na região de Quiché em 2011 e

informações preliminares, consulte: <http://ecuadoruniversitario.com/noticias-universitarios/reformas-a-la-loes-estabelece-novas-extremidades-da-educacao-superior/>

a Universidade Maya-Kaqchiquel, fundada em 2014, nos departamentos de Chimaltenango e Sacatepéquez. Ambos têm o apoio político das autoridades indígenas locais e o respaldo legal dos acordos comunitários que os legitimam. Suas ofertas de treinamento visam o fortalecimento da identidade desses povos. Eles não são reconhecidos pelo Estado guatemalteco e, para a certificação de seus cursos e diplomas universitários, contam com acordos de cooperação com a Universidade Evangélica da Nicarágua "Martin Luther King". A Ixil University oferece a carreira de Técnico de Desenvolvimento Rural. A Universidade Maya Kaqchiquel oferece o Bacharelado e Ensino em Linguagem Kaqchiquel e Ensino de História, o Bacharel em Pesquisa Social e Interculturalidade, o Bacharel em Medicina Naturopática Geral, Engenharia de Arte Têxtil, Engenharia em Recursos Ambientais e Agrícolas, Intérprete e Tradutor de Idiomas Kaqchiquel (Zúñiga Muñoz 2018).

No México, a Secretaria de Educação Pública federal em 2003 criou a primeira "Universidade Intercultural" de um sistema federal, que atualmente cobre doze instituições. Uma delas é a Universidad Veracruzana Intercultural, que tem um duplo status, um caso particular porque faz parte da Universidade Veracruzana, uma universidade autônoma mexicana amplamente reconhecida. Embora essas universidades interculturais tenham sido criadas especialmente para "estudantes indígenas", elas também aceitam estudantes não indígenas, e seu currículo inclui conhecimentos indígenas e não indígenas. Por outro lado, no México existem também outras universidades e IES que não fazem parte do referido sistema estatal. O Instituto Superior Intercultural Ayuuk, no estado de Oaxaca, é mantido pelos esforços da comunidade e organizações locais, bem como do Sistema Universitário Jesuíta. Outras experiências foram promovidas e apoiadas por alianças entre comunidades indígenas e organizações da sociedade civil, como, por exemplo, a Rede de Camponeses Indígenas, o Instituto Intercultural Ñõño ou a Universidade dos Povos do Sul, que continuam avançando apesar de não receber qualquer tipo de apoio governamental (Hernández Loeza 2018).

Por outro lado, a Universidade Indígena Intercultural foi criada em 2007 pelo Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e Caribe, que é uma agência multilateral baseada em La Paz, governada por uma Assembleia constituída conjuntamente por representantes do governo e de organizações indígenas em toda a América Latina. Esta universidade realiza seu trabalho através de quatro redes. Uma delas inclui universidades convencionais de vários países da América Latina e Espanha. Outra é constituída por seus próprios graduados. Uma terceira rede é constituída por um grupo de líderes indígenas e

intelectuais bem conhecidos nucleados na cátedra indígena intercultural. A quarta rede é a Rede de Universidades Interculturais, Indígenas e Comunitárias de Abya Yala, que inclui várias universidades indígenas da região, entre outras a já mencionada UAIIN, URACCAN, as três UNIBOL e a UINPI-AW (Hooker 2018).

Ressalte-se que a ideia de "interculturalidade", expressão que aparece na América Latina em nome de muitas das universidades indígenas, bem como de algumas criadas pelos Estados, está sujeita a disputas entre as interpretações e práticas dos estados e intelectuais indígenas, líderes e organizações (Choque-Quispe 2015, Fondo Indígena 2012, Hooker 2009, Mateos-Cortés e Dietz 2015, Mato 2008, 2014, Palechor 2016, Schmelkes 2008).

Associações, Conferências, Publicações e Debates em Andamento

A maioria das experiências anteriormente mencionadas faz parte de um campo de relações cada vez mais internacionalizado e dinâmico que inclui a construção de organizações e redes, a realização de conferências acadêmicas e interinstitucionais, a publicação de livros e revistas, a circulação de acadêmicos e estudantes e o desenvolvimento de vários debates conceituais. As já mencionadas AIHEC, nos Estados Unidos, e a RUIICAY, na América Latina são apenas exemplos notáveis de um movimento mais amplo de organização. No Canadá, por exemplo, o trabalho da Associação Canadense de Estudos Indígenas e Nativos, e da Associação Nacional da Instituição Indígena de Ensino Superior, entre outros, deve ser destacado. Nos Estados Unidos, destaca-se a projeção da Associação de Estudos Indígenas Americanos e Indígenas - NAISA, criada em 2009. Esta associação conta atualmente com a participação de aproximadamente mil membros individuais, provenientes de mais de uma dezena de países, muitos dos quais pertencem a uma das dezenas de povos nela representados. NAISA publica uma revista acadêmica e em maio de 2018 realizará sua 12ª reunião anual; para a realização dessas reuniões tem contado com o apoio de várias universidades nos Estados Unidos e no Canadá. Ao longo dos anos, essas e outras associações, bem como vários outros arranjos interinstitucionais, organizaram inúmeras conferências com foco em questões acadêmicas, institucionais e regulatórias. Durante a VI Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre Educação (VI Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre Educação) realizada em 2002, em Calgary, Canadá, a apresentação pública do Consórcio Mundial de Ensino Superior das Nações Indígenas - WINHEC (Consórcio de Educação Superior das Nações Indígenas do Mundo), com a participação ativa de vários povos

índigenas da Austrália, Canadá, Estados Unidos, Noruega e Nova Zelândia, bem como da já mencionada AIHEC e dos três *Wānanga* da Nova Zelândia. Desde então, a WINHEC conquistou o apoio de universidades indígenas de outros países. Além disso, criou um processo de acreditação global para universidades indígenas e, em 2013, fundou a Universidade Mundial das Nações Indígenas (World Indigenous Nations University).

Na escala latino-americana, várias redes estão, atualmente, operando nesse campo. As quatro redes constituintes da UII acima mencionadas. Além disso, a Rede de Formadores de Educação Intercultural para a América Latina, constituída em 2014, é uma rede interpessoal internacional que reúne pesquisadores, professores e alunos de diversos países com experiência ou interesse no assunto⁸. Por outro lado, também em 2014, foi criada a Rede Interuniversitária de Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes (Rede ESIAL), uma rede interinstitucional que começou a trabalhar com menos de vinte universidades em sete países e que em 2018 inclui a participação de 50 instituições de dez países. No final de 2017, a Rede ESIAL já havia organizado quatro colóquios internacionais e publicado três livros coletivos, com a participação de mais de cem autores de doze países, muitos dos quais são membros de povos indígenas e afrodescendentes⁹. Existem também algumas redes de âmbito nacional. No Chile, quatorze universidades com experiência nesse campo em 2014 formaram a Rede Interuniversitária de Educação e Interculturalidade (RIEDI). Esta rede realiza regularmente seminários e outras atividades colaborativas, incluindo o fato de que até o final de 2017 já havia organizado quatro congressos internacionais sobre o assunto¹⁰. No Brasil, duas redes interinstitucionais operam. Uma delas é a Rede de Saberes, criada em 2005 por iniciativa de duas universidades do estado do Mato Grosso do Sul, que atualmente abriga quatro universidades desse estado (Aguilera Urquiza e Casaro Nascimento 2016). O outro é o projeto "Encontro de Saberes nas Universidades Brasileiras", sediado na Universidade de Brasília (Gomes do Nascimento 2018). No México, em 2014, foi criada a Associação Nacional de Universidades Interculturais (ANUI) para substituir um mecanismo de colaboração, anteriormente denominado Rede de Universidades Interculturais (REDUI) (Hernández Loeza, 2018). Esta rede reúne as doze universidades interculturais criadas (ou transformadas em tais) pelo Ministério da Educação

⁸ Ver: <http://redfeial.org.mx/red.html>

⁹ Ver: <http://untref.edu.ar/sitios/ciea/red-esial/>

¹⁰ Ver: <https://www.facebook.com/redriedi/>

Pública desse país. Também no México, em 2006, foi criada uma rede interpessoal, a Rede Interdisciplinar de Pesquisadores dos Povos Indígenas do México, formada por ex-donatários do "International Fellowships Programme" (IFP) da Fundação Ford, que nesse país operava entre 2002 e 2012 através de convênio com o Centro de Pesquisas e Estudos Superiores em Antropologia Social - CIESAS (Navarrete 2013).

Este campo é constituído e enriquecido permanentemente com a publicação de livros de pesquisa e elaboração teórico-conceitual que, segundo os casos, são produzidos por autores individuais ou resultantes de esforços coletivos. Não é possível dar conta nestas páginas de uma produção bibliográfica tão grande. Por outro lado, é viável mencionar a publicação sustentada de um número considerável de periódicos acadêmicos, o que é de especial interesse, pois cada um deles envolve a participação de um número significativo de colegas, incluindo aqueles que compõem os comitês editoriais, que participam dos conselhos consultivos e nos órgãos dos revisores, como, é claro, os autoras e autores dos artigos. Nesse sentido, cada revista também pode ser vista como uma rede de colaboração acadêmica. Além disso, convém notar que uma característica distintiva frequente nos periódicos deste campo é a criação de muitos delas foram promovidas por acadêmicos, intelectuais e / ou líderes indígenas, ou de relações colaborativas entre estes e setores acadêmicos que não eles se auto-identificam como tais, mas sim com as lutas e propostas desses povos. Isso geralmente é expresso não apenas na participação de referências de povos indígenas nas comissões editoriais e conselhos consultivos, mas também em que, além de publicar artigos que podem ser classificados como de interesse acadêmico geral, publicam estudos sobre temas relevantes para as lutas e agendas sociais e políticas dos povos indígenas, assim como aspectos éticos, políticos, conceituais, epistemológicos e metodológicos de especial interesse para o avanço do campo em questão.

Alguns exemplos destacados desse tipo de atividades editorial são os periódicos em língua inglesa: *Canadian Journal of Native Education*, publicado no Canadá, *Australian Journal of Indigenous Education*, publicado na Austrália, *MAI Journal* e *International Journal of Indigenous People*, ambos publicados na Nova Zelândia. Enquanto isso, os Estados Unidos publicam os periódicos *Wicazo Sa Review*, o *American Indian Law Review*, o *American Indian Culture* e o *Research Journal*, o *American Indian Quarterly*. Nesse mesmo país, desde 1989, a já mencionada AIHEC publica o *Tribal College Journal*, uma revista que, além de artigos de pesquisa, inclui também notícias e ensaios sobre temas de interesse para a vida das Faculdades Tribais (*Tribal*

Colleges) e mais genericamente dos povos indígenas. Também nos Estados Unidos e em língua inglesa, mas com foco na América Latina, é publicada a revista Estudos Étnicos Latino-Americanos e Caribenhos (LACES), estreitamente vinculada à seção "Etnia, raça e povos indígenas" (ERIP), da Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA).

Em alguns países da América Latina, existem vários periódicos que articulam interesses acadêmicos com os dos povos indígenas. No Brasil, vale destacar a trajetória de diversos periódicos: *Tellus*, publicado desde 2001 pela Universidade Católica Dom Bosco; *Espaço Ameríndio* publicado desde 2007 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; *Articulando e Construindo Conhecimento* publicado desde 2016 pela Universidade Federal de Goiás; e *Interethnic @ - Revista de Estudos em Relações Interétnicas*, publicada desde 1997 pela Universidade de Brasília. No Equador, há que destacar a revista *Amawtay*, publicada desde 2014 pela Pluriversidad "Amawtay Wasi" (continuidade da Universidade Intercultural das Nacionalidades e Povos Indígenas "Amawtay Wasi", como mencionado anteriormente neste artigo). No Peru, por sua vez, cabe mencionar a *Revista de Estudos Socioculturais da Amazônia Andina*, editada desde 2012 pela Universidade Nacional de San Cristóbal de Huamanga. No Chile, a revista *Cuadernos Interculturales* foi publicada entre 2003 e 2014, pela Universidade de Valparaíso e, finalmente, sua última edição foi publicada em 2015 pela Universidade de Playa Ancha. Também no Chile, a revista *Uturunku Achachi Magazine de Povos e Culturas Nativas* foi publicada entre 2012 e 2015 pela rede Academia Livre e Popular de Humanidades da América Latina. Além disso, deve-se ter em mente que há um bom número de periódicos publicados por organizações indígenas e outros tipos de associações constituídas por intelectuais indígenas, que publicam periódicos que, além de notícias e notas de opinião, frequentemente incluem artigos de pesquisa e elaboração conceitual. Exemplos de publicações desse tipo são a revista *Pukará*, cultura, sociedade e política dos povos indígenas, publicada desde 2012 em La Paz, Bolívia; e a revista *Atuqpa Chupan*, publicada desde 2011 em língua quechua, em Lima, pela organização sem fins lucrativos de mesmo nome, constituída por acadêmicos de várias universidades peruanas.

Em qualquer caso, deve-se ressaltar que tanto na América Latina quanto na Austrália, Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia, os acadêmicos do campo em questão não apenas publicam em periódicos que podem ser considerados parte dele, mas também em periódicos de prestígio de outros campos e disciplinas, especialmente em periódicos de Antropologia,

Educação, Linguística, História, Geografia, Ciência Política, Literatura, Ecologia, entre outras áreas disciplinares e interdisciplinares. Juntamente com isso, deve-se notar que um bom número de periódicos acadêmicos interdisciplinares e / ou das disciplinas antes mencionadas demonstraram apreço pelos tópicos e abordagens do campo em questão, o que é expresso na publicação não apenas de artigos específicos, mas também de dossiês e números temáticos.

Entre os periódicos acadêmicos latino-americanos que publicaram recentemente dossiês ou edições temáticas dedicadas a este campo, vale destacar os casos da Revista Mexicana de Pesquisa Educativa, publicada pelo Conselho Mexicano de Pesquisas Educativas, que em 2016 dedicou a seção temática de seu número 70 a apresentar uma coletânea de ensaios intitulada "Universidades interculturais no México: balanço crítico da primeira década"; a Revista do Instituto de Pesquisa em Educação, publicada pela Universidade Nacional do Nordeste (Argentina), que em 2016 dedicou seu número 8 a oferecer uma coletânea de artigos sobre "Povos Indígenas e Ensino Superior: Inquéritos e experiências na Argentina e no Brasil"; a Revista do Cisen Tramas / Maepova, publicada pela Universidade Nacional de Salta (Argentina), que em 2016 dedicou o "dossiê" do número 1 de seu volume 4 a apresentar estudos sobre "Ensino superior e juventude indígena". Contribuições para a discussão a partir de uma abordagem etnográfica e o número 2 do mesmo volume oferecem uma coletânea de artigos sobre "Educação superior e povos indígenas na América Latina"; a revista Educação Superior e Sociedade, publicada pelo Instituto Internacional de Educação Superior da Unesco na América Latina e Caribe (UNESCO-IESALC), que em 2017 dedicou seu número 20 a artigos sobre "Educação superior e povos indígenas e afrodescendentes em América Latina"; Revista Anthropologica, publicada pela Pontifícia Universidade Católica do Peru, que em 2017 dedicou o seu número 39 a apresentar uma coletânea de artigos sobre "Juventude Indígena, Interculturalidade e Educação Superior no México e no Peru"; e a revista Alteridad, Revista de Educação, publicada pela Universidade Politécnica Salesiana (Equador), que em 2018 dedicou a seção monográfica do número 1 de seu volume Vol. 13 a apresentar uma coleção de estudos sobre "Educação Superior e Povos Indígenas na América Latina". Embora as abordagens, os contextos e as perspectivas particulares variem de um periódico para outro e, certamente, entre os autores individuais, todos estão gerando contribuições epistemológicas, metodológicas, éticas e políticas significativas derivadas das experiências dos povos indígenas. Entre as questões, conceitos e temas críticos mais frequentemente em jogo, incluem-se os relacionados com território, deslocamento forçado,

descolonização, racismo, conhecimento indígena, língua, oralidade, aprendizagem situada, direitos coletivos de propriedade intelectual, colaboração em pesquisa intercultural e aplicada, relações entre a pesquisa e as necessidades específicas dos povos e comunidades indígenas. É importante ressaltar que a pesquisa gerada a partir desse campo não apenas informa importantes debates dentro dela, mas também despertou o interesse de acadêmicos e profissionais em Antropologia, Educação, História, Geografia, Direito, Literatura, Ciência Política, Filosofia, Medicina, Economia, Agronomia e outras áreas disciplinares e interdisciplinares (Barnhardt e Kawagley 2005, Kaya 2013, Mato 2008, Nakata 2007a, 2007b, Rigney 2006, Tiwani-Smith 2008, Warrior 2008).

Perspectivas

Levando em conta os avanços legais relativamente recentes nos direitos dos povos indígenas, bem como o número ainda relativamente modesto, mas crescente de membros de povos indígenas que se formam em vários níveis educacionais, é plausível esperar que no futuro próximo isso já seja importante e heterogêneo campo de experiências e pesquisas e práticas de ensino-aprendizagem aumentará tanto sua importância quantitativa quanto sua influência sobre outros componentes do ensino superior. Da mesma forma, espera-se que este último processo, combinado com o crescente número de estudiosos indígenas e sua crescente capacidade de questionar as formas convencionais de ensino superior, bem como o avanço de várias tendências de autorreflexão crítica que nas últimas décadas eles vêm de diversas disciplinas acadêmicas, contribuem para o desenvolvimento de formas inovadoras de Educação Superior Intercultural em geral e de Universidades Interculturais em particular, bem como de Universidades e outras IES indígenas ou "próprias", como geralmente é feito com referência a elas das organizações indígenas.

Finalmente, também é plausível esperar que a incidência do trabalho nesse campo aumente em algumas disciplinas acadêmicas em relação à necessidade de práticas acadêmicas para ir além dos limites da chamada "Torre de Marfim" e estarem vinculadas de formas comprometidas e eficazes com as necessidades e demandas das sociedades das quais fazem parte; especialmente com as dos povos indígenas e de afrodescendentes e outros setores sociais que foram especialmente prejudicados pela maneira como este mundo do qual fazemos parte foi construído.

Nesse sentido, pode ser sugestivo encerrar este texto lembrando as palavras de Vine Deloria Jr., influente intelectual do povo Sioux, que em 1969 escreveu: "Teorias abstratas criam ações abstratas" (1988: 86) [...] " a academia e seus produtos continuam a se tornar mais irrelevantes para as necessidades das pessoas "(1988: 93) (minha tradução, DM).

Referências

Aboriginal Institutes' Consortium. *Aboriginal Institutions of Higher Education. A Struggle for the Education of Aboriginal Students, Control of Indigenous Knowledge, and Recognition of Aboriginal Institutions*. Toronto: Canadian Race Relations Foundation, 2005.

Aguilera Urquiza, A. H. y A. Casaro Nascimento. Rede de saberes. A experiência de Educação Superior e Povos Indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. En D. Mato, coord., *Educación superior y pueblos indígenas en América Latina: experiencias, interpelaciones y desafíos*. (pp.131-150). Sáenz Peña, Argentina: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2016.

Assembly of First Nations. Taking Action for First Nations Post-secondary Education: Access, opportunity, and outcomes discussion paper. Ottawa, 2010.

Barnhardt, R. y Kawagley, A.O.. Indigenous Knowledge Systems and Alaska Native Ways of Knowing. *Anthropology and Education Quarterly*, 36(1): 8–23, 2005.

Black, V.. *Tribal Colleges and Universities: Perceptions of Presidents and Students*. Dissertation Submitted to the Graduate Faculty of the University of Georgia in Partial Fulfillment of Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy, 2013.

Choque Quispe, M. E.. Educación Superior Indígena basada en saberes y conocimientos propios en Bolivia. En D. Mato (coord.) Educación Superior y Pueblos Indígenas en América Latina. Contextos y Experiencias. (pp.: 47-72). Saénz Peña: EDUNTREF, 2015.

Deloria, V. Jr.. *Custer Died For Your Sins: An Indian Manifesto*. New York: Macmillan (1ra. Ed. 1969), 1988.

Didou-Aupetit, S. y Remedi-Allione, E.. Pathways en América Latina: acción afirmativa de base étnica e instituciones de educación superior en América Latina. México DF: Fundación Ford y Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional, 2008.

Durie, M.. Indigenous Higher Education: Māori Experience in New Zealand. An Address to the Australian Indigenous Higher Education Advisory Council. Canberra (11-01-2005), 2005.

Fondo Indígena. *El desafío de interculturalizar la educación superior. La experiencia de la Universidad Indígena Intercultural para América Latina y El Caribe*. La Paz: Fondo para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas de América Latina y El Caribe, 2012.

Gasca, H. y Rehnfeldt, M.. Construyendo la Educación Intercultural Indígena: Una propuesta para formación docente. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción y Coordinación Nacional de Pastoral Indígena, 2017.

Gomes do Nascimento, R.. Formação de Professores Indígenas no Brasil: O Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas. En D. Mato. (coord.) Educación Superior y Pueblos Indígenas en América Latina. Experiencias, interpelaciones y desafíos (pp.: 151-166). Saénz Peña (Buenos Aires) y México DF: EDUNTREF y Universidad Nacional Autónoma de México, 2016.

Hernández Loeza, S.. Educación superior, diversidad cultural e interculturalidad en América Latina. Estudio sobre México. En D. Mato, coord. Educación Superior, Diversidad Cultural e Interculturalidad en América Latina (pp.: 224 - 247). Caracas: UNESCO-IESALC y Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2018.

Hooker, A.. La Universidad de las Regiones Autónomas de la Costa Caribe Nicaraguense: Logros, innovaciones y desafíos. En: D. Mato (coord.) Instituciones Interculturales de Educación Superior en América Latina. Procesos de Construcción, Logros, Innovaciones y Desafíos (pp. 279-301). Caracas: UNESCO-IESALC, 2009.

Hooker, A.. Universidades e Instituciones de Educación Superior Indígenas, Interculturales, Afrodescendientes y Comunitarias en América Latina. En D. Mato, coord. Educación Superior, Diversidad Cultural e Interculturalidad en América Latina. (pp.: 298 - 320) Caracas: UNESCO-IESALC y Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2018.

Kaya, H.. Integration of African Indigenous Knowledge Systems into Higher Education in South Africa: Prospects and Challenges. *Alternation* 20(1): 135-153, 2013.

Mateos Cortés, L. and G. Dietz. ¿Qué de intercultural tiene la universidad intercultural? Del debate político-pedagógico a un estudio de caso veracruzano” *Relaciones* 141, pp. 13-45, 2015.

Mato, D.. No hay saber “universal”, la colaboración intercultural es imprescindible. *Alteridades* 18(35):101-116, 2008.

Mato, D.. Educación Superior, Colaboración Intercultural y Desarrollo Sostenible/Buen Vivir. Experiencias en América Latina, modalidades de colaboración, logros, innovaciones, obstáculos y desafíos. En: D. Mato (coord.) *Instituciones Interculturales de Educación Superior en América Latina. Procesos de Construcción, Logros, Innovaciones y Desafíos*. Caracas: UNESCO-IESALC. (pp. 11-64), 2009.

Mato, D.. Universidades Indígenas en América Latina. Experiencias, logros, problemas, conflictos y desafíos. *Revista Inclusión Social y Equidad en la Educación Superior* Vol. 14.: 17-45, 2014.

Mato, D., (coord.). *Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina. Normas, Políticas y Prácticas*. Caracas: UNESCO-IESALC, 2012.

Mato, D., (coord.). *Educación Superior, Diversidad Cultural e Interculturalidad en América Latina*. Caracas: UNESCO-IESALC y Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2018.

Mazabel Cuasquer, M.M.. Educación Superior, diversidad cultural e interculturalidad en Colombia. En D. Mato, (coord.). *Educación Superior, Diversidad Cultural e Interculturalidad en América Latina*. (pp.: 170 - 198). Caracas: UNESCO-IESALC y Córdoba: Universidad Nacional

de Córdoba, 2018.

McConville, G.. Regional Agreements, Higher Education and Representations of Indigenous Australian Reality: Why Wasn't I Taught That in School?. *The Australian Universities' Review* 45(1): 15-24, 2002.

Nakata, M.. *Disciplining the Savages: Savaging the Disciplines*. Canberra: Aboriginal Studies Press, Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies, 2007a.

Nakata, M.. Cultural Interface. *Australian Journal of Indigenous Education*, Volume 36, Supplement, pp.: 7-14, 2007b.

Navarrete, D.. Becas de posgrado para estudiantes indígenas: un programa no convencional en México. *Cadernos de Pesquisa*, 43(150): 968-985, 2013.

Nyanchoga, S.. Politics of Knowledge Production in Africa: A Critical Reflection on the Idea of an African University in Sustainable Development. *Developing Country Studies* 4(18): 57-66, 2014.

Oliveira Pankararu, M. D.. As políticas públicas de Educação Superior para indígenas e afrodescendentes no Brasil. Perspectivas e desafios. En Daniel Mato (coord.) *Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendentes en América Latina*. Normas, políticas, y prácticas (pp.: 139-176). Caracas: UNESCO-IESALC, 2012.

Olivera Rodríguez, I.. Educación Superior y pueblos indígenas y afrodescendentes en el Perú: Avances y desafíos en el marco actual de las políticas. En D. Mato, coord. *Educación Superior, Diversidad Cultural e Interculturalidad en América Latina*. (pp.: 248 - 275) Caracas: UNESCO-IESALC y Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2018.

Educação Superior e Povos Indígenas: Experiências, Estudos e Debates na América Latina e em outras Regiões do Mundo

Resumo

O universo de experiências de Educação Superior por/para/com os povos indígenas atualmente em curso a escala mundial constitui um campo acadêmico e social –em sentido amplo– cada vez mais importante e diverso. Os avanços neste campo são resultado das lutas dos povos indígenas, bem como dos movimentos sociais antirracismo, de direitos humanos, e de educação popular. Também têm estado associados às práticas institucionais de algumas universidades e outros tipos de Instituições de Ensino Superior (IES), assim como aos de algumas agências intergovernamentais e de cooperação internacional, uma diversidade de organizações sociais, fundações privadas, setores de várias igrejas, e algumas agências governamentais. Estes avanços têm sido possíveis também graças ao compromisso de uma grande variedade de indivíduos, como líderes, anciões e sábios de organizações e comunidades locais; estudantes e docentes de todos os níveis educativos; investigadores e funcionários de universidades e outras IES; incluindo tanto membros desses povos como outras pessoas que não pertencemos ao povo, ou não nos auto identificamos como tais. Este artigo apresenta um panorama deste campo de experiência e de estudos em América Latina, Austrália, Canadá, Estados Unidos, e Nova Zelândia, com algumas referências complementares ao seu desenvolvimento na Noruega e na República Sul-africana.

Palavras-chave: educação superior; universidade; povos indígenas; panorama mundial; América Latina.

Educación Superior y Pueblos Indígenas: Experiencias, Estudios y Debates en América Latina y en otras Regiones del Mundo

Resumen

El universo de experiencias de Educación Superior por/para/con pueblos indígenas actualmente en curso a escala mundial constituye un campo académico y social -en sentido amplio- cada vez más importante y diverso. Los avances en este campo son resultado de las luchas de los pueblos indígenas, así como de las de los movimientos sociales anti-racismo, de derechos humanos, y de educación popular. También han estado asociados a las prácticas institucionales de algunas universidades y otros tipos de Instituciones de Educación Superior (IES), así como a los de algunas agencias intergubernamentales y de cooperación internacional, una diversidad de organizaciones sociales, fundaciones privadas, sectores de varias iglesias, y algunas agencias gubernamentales. Estos avances han sido posibles también gracias al compromiso de una amplia variedad de individuos, como líderes, ancianos y sabios de organizaciones y comunidades locales; estudiantes y docentes de todos los niveles educativos; investigadores y funcionarios de universidades y otras IES; incluyendo tanto miembros de esos pueblos como otras personas que no lo somos, o no nos auto-identificamos como tales. Este artículo presenta un panorama de este campo de experiencias y de estudios en América Latina, Australia, Canadá, Estados Unidos y Nueva Zelandia, con algunas referencias complementarias a su desarrollo en Noruega y la República Sudafricana.

Palabras-clave: educación superior; universidad; pueblos indígenas; panorama mundial; América Latina.

Higher Education and Indigenous Peoples: Experiences, Studies and Debates in Latin America and in other Regions of the World

Abstract

The universe of Higher Education experiences by/for/with indigenous peoples currently underway on a global scale constitutes an increasingly important and diverse academic and social field – in a broad sense. The advances in this field are the result of the struggles of the indigenous peoples, as well as those of the anti-racism, human rights, and popular education, social movements. They have also been associated with the institutional practices of some universities and other types of Higher Education Institutions (HEIs), as well as those of some intergovernmental and international cooperation agencies, various kinds of social organizations, private foundations, sectors of various churches, and some government agencies. These advances have also been possible thanks to the commitment of a wide variety of individuals, such as leaders, elders and wise people of local organizations and communities; students and teachers of all educational levels; researchers and officials of universities and other HEIs; including both members of those peoples and other people who are not, or do not self-identify as such. This article presents an overview of this field of experiences and studies in Australia, Canada, Latin America, New Zealand, and the United States, with some complementary references to its development in Norway and the Republic of South Africa.

Keywords: higher education; university; indigenous peoples; global panorama; Latin America.

Jorge Graciarena, na Perspectiva Latino-Americana: notas *in memoriam*¹

Recebido: 06-09-2017
Aprovado: 21-10-2018

Waldo Ansal di²
Verónica Giordano³

Introdução

Em março de 2014 faleceu Jorge Graciarena, que foi uma das figuras fundacionais da sociologia argentina e latino-americana. No entanto, as referências à sua vasta produção aparecem tão somente de forma esporádica nos programas dos cursos de sociologia hoje em dia.

Não é o único. Este destino é compartilhado por outros intelectuais que como ele contribuíram de forma muito criativa para a consolidação de nossas ciências sociais. Tal é o caso de Sergio Bagú, outro argentino radicado no México, e de Orlando Fals Borda, fundador da sociologia junto a Camilo Torres em 1959 na Colômbia. Também é o caso do colombiano Antonio Garcé e sua *sociologia da reforma agrária na América Latina*, publicado em 1973, para citar apenas alguns dos grandes ausentes. Seguramente, sobre estas circunstâncias pesa o legado do colonialismo intelectual que, nos anos noventa, recrudescer com a presença do neoliberalismo em voga, invisibilizando o pensamento próprio.

Homem longevo, nasceu em 1922 e faleceu em 2014, Graciarena transitou os últimos 25 anos de sua vida praticamente fora dos foros acadêmicos. Em 1986, recebeu o Diploma ao Mérito na categoria de Sociologia, outorgado pelos Prêmios Konex (Buenos Aires,

¹ Texto traduzido do idioma original (espanhol) por Emanuela Gava Caciatori e Lucas Machado Fagundes, membros do grupo de pesquisa: “Pensamento Jurídico Crítico Latino-americano” da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

² Professor Titular do Curso de Sociología, na Facultad de Ciencias Sociales na Universidad de Buenos Aires – UBA. Doutor em História pela Universidade Nacional de Córdoba. Contato: waldoansaldi@gmail.com

³ Professora Adjunta de Sociología Histórica de América Latina do Curso de Sociología, na Facultad de Ciencias Sociales na Universidad de Buenos Aires – UBA. Doutora em Ciências Sociais pela Universidad de Buenos Aires – UBA. Contato: veronicaxgiordano@gmail.com

Argentina). A nota biográfica publicada em dita ocasião é uma das poucas que se conhecem de Graciarena. Esta nota explicita:

Doutor em Ciências Econômicas e Sociológicas. Realizou estudos pós-doutorais na London School of Economics em Londres (Inglaterra). Formou parte do grupo que fundou em 1957 o curso de Sociologia da Universidade de Buenos Aires junto à Gino Germani e José Luis Romero. Particularmente, foi o redator do programa de estudos. Em 1966 trabalhou como funcionário da UNESCO em Bogotá, Montevideu e Rio de Janeiro. Logo, integrou a divisão de Desenvolvimento Social da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) em Santiago no Chile, no marco do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Publicou importantes obras acadêmicas de economia e sociologia, entre as quais se destacam, *Antologia: da sociedade tradicional à sociedade das massas*, com Gino Germani (1964), *Poder e classes sociais no desenvolvimento da América Latina* (1967), *Entre realidade e utopia: a dialética das ciências sociais latino-americanas* (1978) e *Estudos de pós-graduação em Ciências Sociais* (1982)⁴.

Desta curta informação surge imediatamente a notável atuação que Graciarena teve no campo das Ciências Sociais na América Latina no transcurso das largas décadas. Nestas breves notas abordamos três aspectos: a originalidade do seu pensamento, para além da sociologia “científica”; sua preocupação pelos estudos de pós-graduação como prisma a partir do qual captar essa originalidade em ato; a atenção posta na dimensão histórica da realidade. Este último, a modo apresentação do texto “O Estado latino-americano em perspectiva. Figuras, crises e prospectivas”, publicado originalmente em Madrid em 1984.

Para Além da Sociologia “Científica”

Na América Latina, a sociologia leva a marca indelével da interdisciplinaridade, ou mesmo da hibridação das disciplinas (Giordano, 2014). Os diálogos e trânsitos entre fronteiras disciplinárias são evidentes nos primeiros passos em direção a institucionalização da sociologia como ciência. Pensemos em Gino Germani (1911-1979) e sua graduação em economia e filosofia; em Pablo González Casanova (1922-) e suas primeiras incursões na história e na antropologia; em Orlando Fals Borda (1925-2008) e seus estudos em literatura inglesa; em Edelberto Torres Rivas (1932-) e seu título de advogado. Ou inclusive em Sergio Bagú (1911-2002) e sua multidisciplinaridade, mesmo sem título universitário algum.

Na Argentina, a institucionalização da sociologia como ciência foi associada primordialmente à figura de Gino Germani, sem dúvida o pai fundador. Mas Germani não esteve só nesta empreitada, foi antes de tudo uma figura aglutinadora de um conjunto

⁴ Fundación Konex. Véase www.fundacionkonex.org/b1075-jorge-graciarena.

heterogêneo de jovens intelectuais, entre os quais destacou-se Jorge Graciarena, por sua inteligência aguda.

Graciarena formou-se como contador público nacional na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires (UBA) e obteve o título de Doutor em Economia na mesma instituição. Nos anos do peronismo, uniu-se à militância universitária e política no campo da esquerda, vinculando-se com quem mais tarde também seriam reconhecidos sociólogos: Juan Carlos Marín e Miguel Murmis.

Graciarena formou parte do círculo de jovens que rodeou a José Luis Romero (1909-1977), reunindo-se periodicamente na casa que este tinha em Adrogué. Haviam se conhecido nos cursos paralelos que ditavam na Faculdade de Ciências Econômicas da UBA e no Colégio Livre de Estudos Superiores (ACHA, 2005, p. 38), duas experiências que tem centralidade no contexto das mudanças levadas adiante pelo peronismo na universidade, que implicaram inclusões para uns e exclusões para outros. Assim, Graciarena se vinculou com Romero, mas também com Gino Germani, quem logo seria seu mentor.

Em 1955, ano do golpe que depôs Juan D. Perón, Romero foi nomeado reitor interventor da UBA e Graciarena foi seu secretário. Junto a Marín, Murmis e outros, participava então das reuniões da Juventude Socialista que se aglutinava em torno da figura de Romero (ACHA, 2005, p. 39). Ademais, Graciarena, trabalhava de contador na *Imago Mundi*, *Revista de História da Cultura*, um projeto intelectual que teve início em 1953 e foi concluído três anos depois. Até então Romero já havia deixado o cargo de reitor da universidade. Tal como sustenta Acha (2005, p. 67), *Imago Mundi* foi um projeto encabeçado por Romero, que convocou a um conjunto heterogêneo de pessoas e perspectivas, em sua maioria inscritas no que poderia denominar-se um “humanismo secularizado”. Este mesmo autor afirma que foi um empreendimento cultural que não se imiscuiu na antinômica política nacional de modo direto, mas indiretamente, e, utilizando os objetos culturais como veículo, fixou sua posição opositora ao peronismo.

A partir do golpe de 1955, o grupo reunido em torno à figura de Romero passou a encabeçar a renovação acadêmica. Isso implicou o fortalecimento do cientificismo. Neste marco, em março de 1957, o Conselho Superior da UBA criou a graduação em Sociologia no seio da Faculdade de Filosofia e Letras. Encabeçado por Germani, Graciarena formou parte

do grupo fundacional. Foi o redator do programa de estudos⁵. Coincidia com Germani nas perspectivas teóricas sobre a internacionalização dos modelos de ciência (Blanco, 2005).

Desta fase de gestação da sociologia acadêmica, surgiu um texto emblemático que publicaram Germani, Graciarena e Torcuato Di Tella – outro dos jovens destacados que participaram da institucionalização da sociologia no país –; *Argentina, sociedade de massas*. O livro compilava algumas das intervenções dos participantes nas Jornadas argentinas e Latino-americanas de Sociologia realizadas em Buenos Aires em 1961⁶.

Na ocasião, Graciarena apresentou “Desenvolvimento e política”. Nesse mesmo ano, também produziu “Duas alternativas políticas ao desenvolvimento: mudança gradual ou revolução”, no qual já despontava o sociólogo comprometido em indagar sobre os grandes tópicos da sociologia histórica, neste caso em grande escala⁷.

A mudança de perspectiva que se perfilava nestes textos cobrou maior entidade em seu livro *Poder e classes sociais no desenvolvimento da América Latina* de 1967. Trata-se de um livro no qual reúne alguns trabalhos inéditos e outros já publicados (entre 1961-1966), mas reelaborados a partir das novas ideias que havia coletado na sua passagem pela London School of Economics e sua participação em distinto foros latino-americanos.

Assim, o livro contém dois trabalhos chaves para entender o giro em suas perspectivas de análise. No capítulo II, “Da oligarquia à elite do poder: uma transição incompleta”, Graciarena desqualifica as tipologias dicotômicas, em particular aquelas que opõe o conceito de oligarquia ao conceito de elite, e conseqüentemente o conceito de sociedade agrária ao de sociedade industrial, ou dito de outro modo, o tradicional e o moderno. O capítulo IV é outro dos textos destacados. Nele, Graciarena brinda uma ferramenta metodológica muito própria do seu tempo: não atender exclusivamente à dimensão econômica da dependência mas também à política e social, em seu caso em uma reflexão sobre o fenômeno da integração regional. Daqui o título do capítulo: “Uma perspectiva política da integração latino-americana”.

O período em que Graciarena concebeu os textos reunidos em *Poder e classes sociais [...]*, esteve atravessado por mudanças precipitadas na Argentina. Muitos dos jovens que

⁵ Fundación Konex. Véase www.fundacionkonex.org/b1075-jorge-graciarena.

⁶ Evento realizado en el marco de la conmemoración del Sesquiscentenario de la Revolución de Mayo en Buenos Aires, los días 25 a 29 de septiembre de 1961. Ver: Sánchez Crespo, Alberto, «Jornadas Argentinas y Latinoamericanas de Sociología», *Desarrollo Eco- nómico*, Vol. 1, N° 3, octubre-diciembre, 1961, pp. 229-242.

⁷ Publicado en *Revista de la Universidad de Buenos Aires*, 5ta época, tomo 6, pp. 5-18.

Germani havia estimulado a formar-se no exterior regressaram ao país e se inseriram em cheio no clima político universitário e nacional, distanciando-se do seu “mestre” e afirmando suas convicções marxistas contra o estrutural funcionalismo (Ansaldi, 1992, p. 69-70). Diferenças políticas, ideológicas e teóricas levaram a Germani a renunciar o cargo de diretor do Departamento de Sociologia; após várias viagens aos Estados Unidos, finalmente em 1965 foi designado professor em Harvard.

Em outro texto foi assinalado (Ansaldi, 1991, p. 43-44) que esse mesmo período foi o momento da latino americanização do corpo de docente da FLACSO, onde professores latino-americanos ocuparam espaços centrais, enquanto professores europeus contratados pela UNESCO perderam peso relativo dentro da Faculdade (como o suíço Peter Heintz ou o norueguês Johan Galtung, entre outros). Poderia dizer-se que neste período também Graciarena experimentou a latinoamericanização de suas perspectivas teóricas e metodológica, ademais de uma aproximação mais evidente à “sociologia do conflito”.

Estas perspectivas e problemas foram a marca original da sua produção nos anos sucessivos. O último de seus mais acabados trabalhos nesta linha de pensamento foi “O Estado latino-americano em perspectiva”, de 1984. Neste texto coincide com o fechamento da uma etapa na trajetória de Graciarena. De regresso na Argentina, terá uma breve passagem pela Secretaria de Repatriação do governo de Raúl Alfonsín (1983-1989), para logo retirar-se quase definitivamente da vida pública.

Alguns marcos ajudam a delinear a destacada trajetória traçada até aqui. Em 1964, Graciarena havia participado do VII Congresso Latinoamericano de Sociologia, realizado em Bogotá entre 15 e 19 de julho, no qual estimulou o pensamento próprio sobre os problemas da região (FALS BORDA, 1970, p. 50). Sob o título, “A sociologia e a transformação atual da América Latina”, convocava a refletir sobre a mudança social.

Na convocatória se admitia: “É certo que o tema da sociologia do desenvolvimento foi saturada nos últimos congressos mundiais de sociologia e disciplinas afins”. E imediatamente se alentava: “demonstrava que se deu um passo a mais em direção à maturidade conceitual”⁸.

A partir dos foros como este Congresso celebrado em Bogotá, Graciarena elaborou um tipo de sociologia que se distanciava da sociologia “científica” de Germani para emparentar-se melhor com este outro tipo que identificou como “sociologia do conflito”. Segundo explica

⁸ Revista *Estudios de Derecho*, Segunda época, Vol. XXII, núm. 64, p. 287.

o próprio Graciarena no apêndice I do seu livro *Poder e classes sociais [...]*, “cada uma delas [os tipos de sociologia] significa uma distinta seleção de problemas e um ocultamento de outros” (Graciarena, 1967, p. 261). Com o título “Notas sobre orientações da teoria sociológica e tipos de problemas”, este apêndice não é somente uma lição de sociologia, mas também um testemunho da virada de Graciarena para uma sociologia preocupada pelos grandes problemas da sociologia histórica.

A Preocupação pelos Estudos de Pós-Graduação

Em 1958, FLACSO organizou o Seminário Latino-americano sobre Metodologia do Ensino e pesquisa das Ciências Sociais, em Santiago no Chile entre 22 e 28 de setembro. Em representação argentina, viajaram Germani e Graciarena (BLANCO, 2005)⁹. Em texto conjunto, apresentaram o informe intitulado “Ensino e pesquisa da Sociologia, Ciência Política e Economia, A situação na Argentina” (DAMIANO, 2009)¹⁰.

Este trabalho reflete a vocação da sociologia argentina naquele momento: a vinculação entre ensino e pesquisa, um aspecto do qual Graciarena ocupou-se especialmente ao longo da sua carreira e que hoje ainda alimenta as perspectivas de revitalizar a formação própria (latino-americana e latinoamericanista) em ciências sociais. Neste campo, suas contribuições foram especialmente valiosas. Cabe então recordar brevemente a respeito.

Os cientistas sociais latino-americanos estiveram em um âmbito formidável para o intercâmbio de ideias na FLACSO. Com sede em Santiago no Chile, esta instituição abrigou a Escola Latino-americana de Sociologia (ELAS) e a Escola Latino-americana de Ciência Política e Administração Pública (ELACP), experiências levadas adiante a partir de 1957, a primeira, e de 1966, a segunda. Outro âmbito predileto foi a CLACSO, que entre 1970 e 1973 levou adiante o projeto do programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Dois importantes centros de estudos quaternários foram o Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES) e o Centro Latino-americano de Demografia (CELADE), ambos parte da CEPAL, criados em 1962 e 1966 e com sede em Santiago e Montevideu, respectivamente.

⁹ Participaron figuras fundantes de la sociología latinoamericana como José Medina Echavarría (FLACSO), Orlando M. Carvalho y Luiz A. Costa Pinto de Brasil y Pablo González Casanova de México, entre tantos otros.

¹⁰ Publicado en el *Boletín* del Instituto de Sociología.

A estes centros se deve somar a experiência de alguns congressos científicos significativos realizados na região, como o II Congresso de Sociologia celebrado em Bogotá em 1967, onde Graciarena apresentou “Sociologia e ideologia: alguns problemas na orientação da formação de sociólogos na América Latina”¹¹. Foi neste momento que se esboçou os lineamentos principais que o levariam a interessar-se especialmente no caráter do ensino das ciências sociais na região.

Para boa parte dos cientistas sociais latino-americanos dos anos sessenta, o ensino, a pesquisa e a formação dos recursos humanos requeria, imprescindivelmente, desenvolver a capacidade de juízo autônomo, como modo de aliviar o peso do juízo dos outros, ou seja, dos extra-regionais. Buscava-se nacionalizar/regionalizar, em localização espacial e em conteúdos, a formação de pós-graduação. A tendência a nacionalização não foi entendida, em geral, como ruptura com os centros científicos extra-regionais. Assim sendo, se postulava intensificar os vínculos com estes, “mas fazendo-os mais maduros e ‘adultos’ que na atualidade [...], *a partir de uma posição mais autônoma, com maior capacidade de detectar e seleccionar as alternativas mais convenientes aos interesses nacionais*” (GRACIARENA, 1974, p. 42, grifo dos autores).

Para Graciarena (1974, p. 40-41), entre outros, a “nacionalização da formação de pós-graduação” devia realizar-se, em primeiro lugar, nas universidades da região. Entretanto, todos, rapidamente, perceberam nelas fortes limites (institucionais e políticos) para uma tarefa dessa magnitude. A prevenção sobre a real potencialidade universitária para resolver adequadamente o desafio se fundava, em boa parte, na crise das universidades, um ponto sobre o qual havia um generalizado consenso. As universidades latino-americanas foram percebidas, em sua maioria, como anacrônicas e resistentes à mudança, ao que se agregava dado não menos importante: a tendência dos vários governos ditatoriais ou meramente autoritários cercear ou limitar fortemente a autonomia financeira e acadêmica das universidades.

Foi nesse contexto que surgiu a iniciativa da CLACSO na qual Graciarena desempenhou uma destacada atividade. O projeto tinha como objetivo prioritário o reforço do treinamento avançado dentro da própria América Latina. O ponto de partida foi fazer frente aos problemas de tal objetivo atendendo aos cursos de mestrado existentes e a criação de

¹¹ Publicado bajo ese mismo título en *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 30, núm. 4, octubre-diciembre, 1968, pp. 795-818.

cursos de doutorado de alto nível, concentrando os recursos disponíveis em várias cidades da América Latina e regionalizando a participação e os benefícios do programa. As cidade bases escolhidas, em função do nível acadêmico dos seus cursos e da disponibilidade de recursos humanos, foram Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires, México DF e Santiago no Chile. Uma formidável tarefa de revelação e de análises de possíveis vias para efetivar-se o projeto foi realizada por cinco grupos de trabalho que reuniu 48 cientistas sociais da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Paraguai e Peru. Os resultados dos primeiros anos de trabalho foram expostos na “Bases para um Programa Latino-americano de Estudos de Pós-graduação em Ciências Sociais”, editado pela Secretaria Executiva do Conselho em Buenos Aires, em 1973 (03 tomos), daí derivou o trabalho de Graciarena (1974).

Alguns anos mais tarde, em um seminário realizados em Caracas, em dezembro de 1980, Graciarena, então diretor da Divisão de Desenvolvimento Social da CEPAL, retomava uma premissa de José Medina Echavarría: a necessidade de pensar a inserção orgânica das universidades na ordem social vigente, “conexão fundamental” cuja a chave se encontra “na peculiar relação” entre elas (“poder espiritual”) e o Estado (poder político). Ou seja, analisar “como a universidade se relaciona com a estrutura do poder e a dinâmica das classes sociais e, em particular, com a formação de um sistema hegemônico, isto é, de um regime político ideologicamente consensual que dispõe de uma margem ampla de legitimidade social”. E acrescia: “A questão que aqui se intenta esboçar *é histórica, já que a inserção estrutural da ordem universitária variou com o tempo, mais que tudo devido às transformações das relações de classe e de poder na sociedade*” (GRACIARENA, 1980, p. 12-13, grifo dos autores).

A questão posta em debate era a da universidade como formadora de elites do poder, questão que também deveria ser analisada em perspectiva histórica. Encurta-se: Graciarena entendia o conceito de elite do poder no sentido de Charles Wright Mills, pronunciando-se em discrepância com Mosca e Pareto.

Este texto conclui com quatro perguntas, das quais será resumida em uma: “Quanto pluralismo ideológico na universidade de massa pode tolerar uma ordem social elitista com perfis autoritários e tecnocráticos?”. Formulado em um ano no qual as ditaduras institucionais das forças armadas primavam na América Latina, o interrogante centrava-se na articulação entre universidade, Estado e sociedade. Para Graciarena, a resposta era inseparável da busca de uma saída autêntica que, para sê-la, deveria “por força conter um futuro de esperança”. A

saída lhe parecia possível, fazendo-a “dependente do imaginação criadora e da crítica da razão sobre si mesma, que são propriedades essenciais da inteligência” (1980, p. 28).

A Preocupação pela História: palavras finais ou uma nova introdução

Para terminar de apresentar Jorge Graciarena e introduzir o leitor em seu “Estado latino-americano em perspectiva” (GRACIARENA, 1984), permita-se agregar algumas linhas mais sobre seu conceito da história.

Encontramos na obra de Graciarena (como na de muitos outros contemporâneos) preocupações sobre questões centrais das sociedades latino-americanas. A análise toma conceitos e categorias típicos da sociologia – hoje relegados – como Estado, classes sociais, poder, mudança social, entre outros, mas utilizados com perspectiva histórica. De fato, em vários dos seus trabalhos, Graciarena insistiu em denominar mudança social como “mudança histórica”.

Entendia por mudança história “as transformações irreversíveis da estrutura do poder e suas fontes principais de legitimação ideológica”, para distinguir esta forma de mudança de outras “que podem ser irrelevantes nesse sentido” (GRACIARENA, 1980, p. 10).

Com esta perspectiva de sociologia histórica foi que Graciarena abordou o tratamento da questão da universidade, a formação de profissionais e elites de poder. Também foi com esta categoria que Graciarena produziu o texto que aqui é apresentado.

Graciarena já havia se ocupado do Estado na América Latina em seus escritos sobre o desenvolvimento. Em “Poder e estilos de desenvolvimento, uma perspectiva heterodoxa”, destacava o papel do Estado no estabelecimento e preservação de um estilo de desenvolvimento, e assinalava que qualquer estratégia se produzia no marco “das condições e em meio dos conflitos que constituem suas possibilidades histórico-estruturais”. E em uma nota de pé, acrescenta: “O curso do futuro, longe de encontrar-se pré-fixado, está aberto e pode mover-se em várias direções difíceis de prever, *mas dentro de certos limites históricos que marcam o que é circunstancialmente possível*” (GRACIARENA, 1976, p. 189-190, grifo dos autores). A importância do Estado nas políticas de desenvolvimento – que ele distinguiu em dois momentos sucessivos, qualitativamente diferenciados: a modernização desenvolvimentista sob a ordem democrática e o desenvolvimentismo em um marco

autoritário – foi especialmente destacada na seção de sua autoria no livro compartilhado com Rolando Franco (GRACIARENA; FRANCO, 1981).

Em seu trabalho sobre o Estado na América Latina, que aqui se reproduz, sustenta: “Caso pretenda-se avançar em algum grau de entendimento do que pode ser uma crise do Estado, a dimensão histórica constitui uma perspectiva indissociável” (GRACIARENA, 1948, p. 10).

Na mesma trilha transitava quando propunha analisar a democracia na América Latina (GRACIARENA, 1985, p. 192): “há três elementos que deveriam estar integrados em qualquer interpretação que pretenda ser abarcadora do que significa o fenômeno democrático. Estes são a dimensão social, [a] política [e a] histórica da democracia, cujas conexões recíprocas são as que lhe dão sua densidade e sentido concreto. A conjunção destas dimensões é o que permite observar o grau em que a democracia constitui uma formação histórica que penetrou na sociedade (classes sociais) e no Estado (regime político)”.

Graciarena foi um grande analista das conjunturas do seu tempo. Lhe interessava as conjunturas, sim, mas sempre as leu como processo de larga duração, passado – presente – futuro.

Bibliografia

ACHA, Omar. **La trama profunda**. Historia y vida en José Luis Romero. El cielo por asalto: Buenos Aires, 2005.

ANSALDI, Waldo (con la colaboración de Fernando Calderón). La búsqueda de América Latina: entre el ansia de encontrarla y el temor de no reconocerla: teorías e instituciones en la construcción de las ciencias sociales latinoamericanas. **Cuadernos núm. 1**, Instituto de Investigaciones de la Facultad de Ciencias Sociales: Buenos Aires, 1991.

ANSALDI, Waldo. De historia y de sociología: la metáfora de la tortilla. In: JORRAT, Jorge; SAUTU, Ruth (comps.). **Después de Germani**: exploraciones sobre estructura social en la Argentina. Paidós: Buenos Aires, 1992.

BLANCO, Alejandro. La Asociación Latinoamericana de Sociología: una historia de sus primeros congresos. **Sociologías**, núm. 14, diciembre, Porto Alegre, 2005.

DAMIANO, Franco. Enseñando a investigar: Gino Germani y la sociología científica. **Trabajo y Sociedad**, núm. 13, diciembre, Santiago del Estero, 2009.

GIORDANO, Verónica. La sociología histórica y la sociología latinoamericana. La comparación en nuestras ciencias sociales. **Revista de la Red Intercátedras de Historia de América Latina Contemporánea** (segunda época), núm. 1, 2014.

GRACIARENA, Jorge. **Poder y clases sociales en el desarrollo de América Latina**. Paidós: Buenos Aires, 1967.

_____. **Formación de postgrado en ciencias sociales en América Latina**. Buenos Aires: Paidós, 1974.

_____. Poder y estilos de desarrollo, una perspectiva heterodoxa. **Revista de la CEPAL**, Primer Semestre, Santiago de Chile, pp. 173-193, 1976.

_____. Universidad, inteligencia e ideología. En torno a algunas ideas de José Medina Echavarría. GRACIARENA, Jorge *et al.* **Universidad y desarrollo en América Latina y el Caribe**. CRESALC-UNESCO, pp. 9-28, 1980.

_____. El Estado latinoamericano en perspectiva. Figuras, crisis y prospectiva. **Pensamiento Iberoamericano. Revista de Economía Política**, núm. 5, Madrid, pp. 39-74, 1984.

_____. La democracia en la sociedad y la política. Apuntes sobre un caso concreto. **AAVV, Los límites de la democracia**. CLACSO: Buenos Aires, pp. 191-202, 1985.

_____; ROLANDO, Franco. **Formaciones sociales y estructuras de poder en América Latina**. La primera parte de este libro fue redactada por Graciarena; la segunda y la tercera, por Franco]. Centro de Investigaciones Sociológicas: Madrid, 1981.

Jorge Graciarena, na Perspectiva Latino-Americana: notas *in memoriam*

Resumo:

Em março de 2014 faleceu Jorge Graciarena, que foi uma das figuras fundacionais da sociologia argentina e latino-americana. No entanto, as referências à sua vasta produção aparecem tão somente de forma esporádica nos programas dos cursos de sociologia hoje em dia. Nestas breves notas abordamos três aspectos: a originalidade do seu pensamento, para além da sociologia “científica”; sua preocupação pelos estudos de pós-graduação como prisma a partir do qual captar essa originalidade em ato; a atenção posta na dimensão histórica da realidade. Este último, a modo apresentação do texto “O Estado latino-americano em perspectiva. Figuras, crises e prospectivas”, publicado originalmente em Madrid em 1984.

Jorge Graciarena, en Perspectiva Latinoamericana: notas *in memoriam*

Resumen

En marzo de 2014 falleció Jorge Graciarena, que fue una de las figuras fundacionales de la sociología argentina y latinoamericana. Sin embargo, las referencias a su vasta producción aparecen tan sólo de forma esporádica en los programas de los cursos de sociología hoy en día. En estas breves notas abordamos tres aspectos: la originalidad de su pensamiento, más allá de la sociología “científica”; su preocupación por los estudios de postgrado como prisma a partir del cual captar esa originalidad en acto; la atención puesta en la dimensión histórica de la realidad. Este último, a modo presentación del texto “El Estado latinoamericano en perspectiva. Figuras, crisis y prospectivas”, publicado originalmente en Madrid en 1984.

Jorge Graciarena, in Latin American Perspective: notes *in memoriam*

Abstract

In March 2014 Jorge Graciarena died, who was one of the founding figures of Argentine and Latin American sociology. However, the references to its vast production appear only sporadically in the programs of sociology courses nowadays. In these brief notes we address three aspects: the originality of his thought, beyond “scientific” sociology; his concern for postgraduate studies as a prism from which to capture this originality in the act; attention to the historical dimension of reality. The latter, as a presentation of the text “The Latin American State in Perspective. Figures, Crises and Prospects”, originally published in Madrid in 1984.

As Vicissitudes de uma Nova Interpretação sobre o Subdesenvolvimento e a Dependência: Notas Críticas à Proposta de Claudio Katz*

Recebido: 23-10-2018

Aprovado: 30-10-2018

Jaime Osorio¹

Introdução

Ninguém deveria opor-se, *a priori*, à renovação do marxismo e, em particular, da teoria marxista da dependência (TMD). Uma postura em tal sentido é própria do dogmatismo e das crenças religiosas. Mas evocar a ideia de renovação de uma teoria para tergiversar ou destruir suas bases e seus eixos, é uma atitude ao menos imprudente, e com mais razão quando quem leva a cabo esta tarefa dá a entender que se encontra no seio de tal proposta teórica.

Nestas breves notas me proponho a colocar em manifesto que mais além do interesse que apresentam muitos aspectos dos escritos de Claudio Katz nos últimos anos (2016-2018), que não são poucos, predomina em alguns deles, portanto, um afã de destruição das bases centrais da teoria marxista da dependência (TMD), em particular aqueles referentes à categoria de superexploração, desvalorizando também a de intercâmbio desigual e propondo estabelecer uma singular concessão à proposta de Juan Íñigo Carrera sobre a renda para explicar o subdesenvolvimento da região.

A seguir me deterei em alguns pontos conflitivos da proposta de Katz.

Os limites de uma hipótese de Marx na concretização do Capitalismo

* Tradução do original em castelhano por Tomás de Siervi Barcellos (ELA/UnB) e Raphael Lana Seabra (ELA/UnB).

¹ Profesor Titular. Departamento de Relaciones Sociales. Universidad Autónoma del México-Xochimilco. Contato: josorio@correo.xoc.uam.mx

O ponto inicial das divergências partem de sua ideia de conformar uma teoria marxista da “dependência sem superexploração” (Katz, 2017, p.6), isto é, de uma teoria onde não é incorporada a violação do valor da força de trabalho ou o pagamento do salário por baixo de tal valor. Num trabalho recente (Osorio, 2018) formulou uma reposta ampla sobre esta proposta. Por isso aqui me limitarei a destacar apenas alguns aspectos.

Os argumentos de Katz para fundamentar sua proposta anterior são diversos. Entre eles destaca que Marx

“Não deixou nenhuma dúvida sobre a remuneração da força de trabalho por baixo de seu valor” (2017, p.7). Que se a “violação (do valor da força de trabalho) é vista como uma norma: que sentido tem a teoria do valor como fundamento ordenador da lógica do capitalismo? Uma transgressão – continua Katz – deveria ser observada no máximo como uma exceção. Não é sensato supor que o edifício teórico de *O Capital* opera nos fatos ao contrário” (Katz, 2017, p.8).

A primeira coisa é indicar que para a “análise geral do capital”, Marx efetivamente assinala que “aqui partimos do pressuposto de que as mercadorias, incluindo entre elas a força de trabalho, se compram e se vendem sempre por todo seu valor” (Marx, 1973a: 251).

Este “pressuposto” é chave para rebater as diversas escolas que referiam a terra, o comércio ou a indústria como as fontes geradoras da riqueza no capitalismo. Marx necessita deixar manifesto que o mais-valor nesta organização societária provém apenas da diferença entre o valor produzido numa jornada laboral pela força de trabalho e o valor de tal força de trabalho. Ali repousa a base da exploração no capitalismo e o chão desde o qual se realiza a luta de classes neste modo de produção.

Provado o anterior nos primeiros capítulos do livro primeiro de *O Capital*, o “pressuposto” começa a mostrar nuances, porque com a maior concreticidade vai se fazendo patente que a fome por trabalho excedente pelo capital leva à violenta-lo.

Ocorre assim quando situado na análise da mais-valia relativa Marx indica que o capital pode prolongar o tempo de trabalho excedente reduzindo o pagamento que corresponde ao tempo de trabalho necessário, o que implicaria “fazer baixar o salário do operário por baixo do valor da força de trabalho” (Marx, 1973a: 251). Algumas linhas depois adiciona:

“Por agora, este método [fazer baixar o salário do operário por baixo do valor da força de trabalho – do autor], que desempenha um papel *muito importante* no *movimento real dos salários*, fica *excluído* de nossas considerações *por uma razão*: porque aqui *partimos do pressuposto* de que as mercadorias, incluindo entre elas a força de trabalho, se compram e se vendem sempre por todo seu valor” (Ibidem – *itálicos* do autor).

No “movimiento real dos salarios”, destaca Marx, o pagamento dos salarios por baixo do valor da força de trabalho é “muito importante”. Mas, de acordo com o pressuposto, “por agora” não se considerará. Em poucas palavras, todo o sentido do parágrafo é para ressaltar que em condições mais concretas e reais, o pressuposto não pode se sustentar.

Ideia que reitera mais adiante:

“Ao estudar a produção de mais-valia, partimos sempre do pressuposto de que o salário representa, pelo menos, o valor da força de trabalho. No entanto, *na prática a redução forçada do salário por baixo deste valor tem uma importância muito grande* para que nos detenhamos um momento a examiná-la”, para concluir que “graças a isto, *o fundo necessário de consumo do operário de fato se converte*, dentro de certos limites, em um *fundo de acumulação do capital*” (Marx, 1973a: 505 – *itálico* do autor).

No contexto de formulações como as anteriores: poderia ser indicado que é o próprio Marx quem está destruindo seu “edifício teórico”, como dá a entender Katz? Evidentemente que não. Pelo contrário, é indicativo de que existem leituras que não entenderam o sentido do “pressuposto” inicialmente formulado.

E estes leitores, em vez de assumir os problemas que derivam de indicações como os que temos destacado, os recusam e os abrigam destacando que existe um “pressuposto”, e que só este pressuposto é a “palavra de Marx”.

Contra o apontado por Katz, não é uma exceção em sua formulação teórico que Marx indique o pagamento da força de trabalho por baixo de seu valor entre os mecanismos fundamentais para contrarrestar a queda da taxa de lucro.

O problema, a contrapelo da indicação de Katz, se reitera uma e outra vez. Quando Marx analisa os limites da jornada de trabalho, nas palavras de um operário dirigindo-se a uma capitalista, ressalta: “Ampliando desmedidamente a jornada de trabalho, pode me retirar num só dia uma quantidade de energia superior à que eu logro repor em três. Por este caminho, o que você ganha em trabalho eu perco em substância energética. Uma coisa é usar minha força de trabalho e outra muito distinta é *desfalca-la*” (Marx, 1973, p.179-180).

E apenas “até certo ponto cabe compensar o maior desgaste da força de trabalho que necessariamente supõe toda prolongação da jornada aumentando ao mesmo tempo a remuneração” porque “rebaixado esse ponto, o desgaste cresce em progressão geométrica, destruindo ao mesmo tempo todas as condições normais de reprodução e funcionamento da força de trabalho” (Marx, 1973a: 441). Ocorre o mesmo com a intensificação do trabalho.

Confusões entre Pauperismo Absoluto e Superexploração

Para Katz, como para seu referencial teórico na matéria, o sociólogo equatoriano Agustín Cueva, superexploração é sinônimo de pobreza absoluta (Cueva, 1994, p.99 e 228).

Como nos recorda Katz, Cueva destacou

“a incompatibilidade do capitalismo com a generalizada remuneração da força de trabalho por baixo de seu valor”; que “a subremuneração dos assalariados transgredia os princípios da acumulação”; que isto implica “a reprodução da força de trabalho mediante preços de acordo com o valor dessa mercadoria”; que “a violação de(stes) critérios ameaçariam a própria sobrevivência dos trabalhadores”, os que de fato não recebem “os bens requeridos para subsistir tenderiam a padecer de uma deterioração que minaria nutriente humano do sistema” (Katz, 2017, p.2).

A partir desse erro, confundir superexploração com pauperismo absoluto, Katz formula que a “burguesia deve remunerar o grosso do proletariado pelo valor de sua força de trabalho”, já que “apenas dessa forma assegura a continuidade de seu sistema”, no entanto, “uma sub-remuneração contínua dos assalariados impediria esse funcionamento” (Katz, 2018, p.2).

A mesma ideia é repetida quando ressalta:

“ao postular a preeminência dos salários inferiores ao requerido para a produção dos trabalhadores, Osorio repete os velhos equívocos que emergiram dos debates sobre a pauperização absoluta”. E adiciona: “Nessas polêmicas foi demonstrado que um proletariado desprovido dos bens necessários para sua subsistência tenderia a padecer de uma deterioração terminal” (Katz, 2018, p.2). Em vez disso, “o sistema (...) não obstrui a reprodução normal (sic) dos operários”, porque “o capitalismo se recria com formas brutais (mas) sem devastar seu cimento principal” (Katz, 2017, p.2).

Em outras palavras, para Katz sustentar a vigência da superexploração é sinônimo de indicar que o capital destrói fisicamente a população trabalhadora, e um capitalismo sem

trabalhadores é impensável, o que denota que assim como Cueva, Katz entende a superexploração como pobreza absoluta.

Porém, superexploração é violação do valor da força de trabalho, valor que se vê tensionado por um duplo movimento: o desenvolvimento de alguns bens novos, que inicialmente emergem como bens suntuários, tais como refrigeradores, lavadoras, televisores, celulares e que, num segundo momento, ao se elevar a produtividade nos ramos que os produzem, permite que seus preços sejam reduzidos e isso favorece que se tornem bens saláris e seu consumo se massifique.

Em outras palavras, a massa de valores de uso (bens e serviços) que intervém no valor da força de trabalho no século XXI é maior que a massa de valores de uso que definia o valor da força de trabalho no século XIX. Se um trabalhador no século XXI não pode acessar ao conjunto de valores de uso (bens e serviços) que definem o valor de sua força de trabalho, está sendo superexplorado, o que não significa que tenha de consumir o mesmo que um trabalhador do século XIX ou antes, para que possamos afirmar o anterior.

Claro que os trabalhadores podem consumir refrigeradores, televisores e celulares no século XXI. Mas em condições de superexploração, isto se logra, em geral, deixando de cobrir outras necessidades básicas, como consultas médicas, dentistas, gastos com educação, alimentação adequada, vestuário ou habitação apropriado para eles e sua família.

A superexploração não significa que os trabalhadores devam morrer aos quarenta ou cinquenta anos, como faz ver Katz em sua crítica (o esgotamento prematuro das capacidades laborais não condiz com “o aumento da média de vida dos trabalhadores” (Katz, 2017, p.2)). A apropriação dos anos futuros de vida e de venda anormal da força de trabalho que propicia a superexploração reflete-se em que tal venda se fará em piores condições. Para o capital, um trabalhador superexplorado desde jovem, é aos quarenta e cinco ou cinquenta anos de vida um trabalhador para quem se pode dar um emprego, mas com salários inferiores, já que é uma força de trabalho esgotada prematuramente. E é possível viver anos próximos às novas médias de expectativa de vida, mas com adoecimentos e sofrimentos, resultado de uma vida depredada e/ou deficientemente recuperada em termos alimentares, de repouso ou cuidados médicos. Apesar de se estender, sua vida estará marcada por esses males.

Os Estratos e a Heterogeneidade da Economia Mundial

As soluções “simples” que Katz propõe para evitar os problemas que atribui à superexploração passam por negar o termo, de modo que “a dependência não se baseia na violação senão no cumprimento da lei do valor” (Katz, 2017, p.8). Continue falando sobre superexploração, no entanto se “substitua a ideia de pagamento por baixo do valor da força de trabalho por remuneração baixa desse recurso” (Idem, p.15). E com isso chegamos a um dos eixos de sua proposta de renovação da teoria da dependência.

A partir da pergunta “como se poderia reformular a intuição (sic) de Marini sem os problemas conceituais da superexploração? Existe algum enunciado que compatibilize as objeções de Cueva, antes destacadas, com as características da força laboral nas economias dependentes?²”, Katz responde: “a solução mais simples é postular que nessas regiões predomina um valor baixo da força de trabalho” (Katz, 2017, p.3).

Aqui nosso autor e suas “soluções simples” o incluem no horizonte da economia vulgar desenhada por Marx, quem indica: “(...) eu entendo por economia política clássica toda a economia que (...) pesquisa a concatenação interna do regime burguês de produção, diferentemente da economia vulgar, que não sabe mais do que se afundar nas concatenações aparentes” (Marx, 1973a, p.45), ou seja, em como os processos se apresentam de imediato e, no caso do salário, onde alguns aparecem altos, outros médios e terceiros baixos.

A partir dessa “solução”, toda a economia mundial agora também pode ser organizada em três estratos, de acordo com o nível interno de desenvolvimento, com o que teríamos economias avançadas, economias medidas e economias atrasadas, e outros três níveis segundo “o lugar que ocupa cada país na estratificação global”, distinguindo centro, semiperiferia e periferia (Katz, 2017, p.3). “Este registro de valores cambiantes e estratificados do [valor da] força de trabalho [alto no centro, baixo na periferia e médio na semiperiferia] *exige utilizar conceitos marxistas clássicos*, distanciados do princípio da superexploração” (Katz, 2017, p.4 – *italico do autor*).

² Previamente Katz ressaltou que “os desacertos teóricos da superexploração não invalidam a presença prática de algum equivalente dessa categoria”. Já vimos que esse equivalente foi encontrado no pauperismo absoluto por Cueva e seguido por Katz. Mas, Katz agrega, “a divergência (de Cueva) com o conceito e (sua) coincidência com a teoria marxista da dependência (?) abriram um caminho importante de reflexões” (?) (Katz, 2017, p.3), como a deturpação da superexploração?

A primeira pergunta é por que a exigência final destacada não se aplica para a estratificação proposta? É necessário que o marxismo possa explicar a diversidade entre economias presente no sistema mundial, mas a solução não pode caminhar pelo ecletismo e pela simples solução de assinalar estratos, numa lógica em que predominam “coisas” e não relações³. Na realidade Katz considera que ao falar de economias avançadas, economias atrasadas, com o clássico coringa de “economias medianas”, estaria fazendo um aporte aos problemas de renovação da teoria marxista da dependência? Em que esta nomenclatura se diferencia de modo substantivo daquelas que formuladas por organismos internacionais que falam, por exemplo, de economias desenvolvidas, economias emergentes e economias em desenvolvimento?

Além disso, os próprios termos empregados como economias “atrasadas” remetem à ideia de economias que ao fazer o que lhes caberia podem chegar a ser “avançadas”, de modo que não existe diferença qualitativa entre elas, apenas distâncias quantitativas que podem ser superadas. Daí à formulação de propostas neo-desenvolvimentistas não existe distância alguma.

Neste quadro, a retomada das noções cepalinas de centro e periferia parece progressista, com o complemento wallersteniano de semiperifeia, um clássico preenchimento do que não é isto nem aquilo, ou de algo disto e algo daquilo.

O problema das teorias da estratificação é que ordenam, mas sem poder dar conta das relações entre os agrupamentos que sugerem. Assim, o extrato de renda alta não mantém relações substantivas que determinam sua condição e defina por sua vez a situação de outros estratos, no caso, o estrato de renda baixa. Cada um explica a si mesmo e por si mesmo, em função das capacidades diferenciadas, talentos e esforço ou não, dos indivíduos (ou nesse caso economias) que se encontram em cada estrato. No substancial não existem relações que expliquem uns e outros agrupamentos, como o realiza a teoria de classes. Para esta teoria, o fato de que se reproduzam agrupamentos humanos que vivem de salário necessariamente deve passar pela presença de outros que concentram os meios de produção, compram força de trabalho e se apoderam do mais-valor gerado. Desta forma é a relação o que explica a existência dos agrupamentos sociais chamados classes sociais.

³ Desenvolvemos este problema no capítulo II do livro *Fundamentos del análisis social. La realidad social y su conocimiento*, Fondo de Cultura Económica, México, 2016 segunda edición.

Uma explicação da diversidade de economias no sistema mundial deve estar sujeita às relações entre elas e como tais relações geram diversidade.

Mas tão simples e eclética é a solução antes assinalada para substituir a noção de superexploração por economias com baixo valor da força de trabalho, que se somam às economias com valor médio e outras com valor alto da força de trabalho. E com isto nosso autor supõe haver salvado a teoria do valor e o “edifício teórico de Marx”.

Junto à substituição da superexploração pela ideia de baixo valor da força de trabalho, Katz assinala que outro pilar de sua renovação da teoria da dependência passa por “priorizar as transferências internacionais de mais-valor na explicação das dependências” (Katz, 2017: 10). Apoiando-se em Dussel nos leva a entender que é o intercâmbio desigual o fundamento da dependência, como sustenta justamente Dussel, e não a superexploração, como o assinala Marini (Katz: 2017, p.6).

Para certo setor no campo do marxismo latino-americano, ao constatar o intercâmbio desigual, ou neste caso as transferências de valor, lhes parece que já resolveram o problema de explicar a dependência ou o “atraso”, para continuar com a terminologia empregada por Katz. No entanto, o problema recém começa em sua manifestação: o estabelecimento de preços de produção e de mercado entre economias com maior composição orgânica que se fixam por cima do valor produzido, em detrimento de economias com mais menor composição orgânica, onde tais preços se fixam abaixo do valor.

Os problemas a se explicar recém começam porque um processo que poderia ser temporário, pelo potencial deslocamento de capitais prejudicados pelas posições e níveis de produtividade dos beneficiados e por agilizar o deslocamento da força de trabalho, elementos considerados para “a nivelção constante das constantes desigualdades” (Marx, 1973 III, p.198), não opera e, pelo contrário, tende a converter-se num processo regular que persiste no tempo.

Samir Amin ressaltou que se o nível de *O capital*, a análise é tridimensional, isto é, Marx considera a livre mobilidade de capitais, de mercadorias e de força de trabalho, no sistema mundial, isto é, em níveis de maior concreção, a análise é só bidimensional, porque ali só opera a livre mobilidade de capital e mercadorias, mas não da força de trabalho. E

isso modifica a lei do valor, que a este nível Amin redefine como a lei do valor mundializada (Amin, 1997, p.6; 2011, p.93).

Em qualquer caso o intercâmbio desigual e as transferências de valor são sintomas de problemas de maior envergadura, referidos à divisão internacional do trabalho, a imperante e as que imperaram em períodos prévios, aos processos econômico-políticos que geraram graus diferenciados de força entre economias e das particularidades de como se reproduz o capital em diferentes regiões e economias relacionadas no sistema mundial. Assinalar que o problema reside nos processos de transferências de valor, como o reitera Katz, é manter-se na superfície do mesmo.

Do ponto de vista das economias dependentes, por exemplo, é necessário explicar como se reproduz o capitalismo com baixa produtividade e por que tal capitalismo não se sente compelido a desatar o estímulo produtivista sustentado em maiores conhecimentos e tecnologias⁴, o que levaria a elevar a composição orgânica, como a competição e a perda de valores o indicariam, o que poderia gerar economias “autocentradas”, na proposta de Amin (Amin, 2011, p.99), e não economias “extrovertidas” (Ibidem). Nesta direção é que alcançam sentido as teses de uma reprodução capitalista sustentada na apropriação de parte do fundo de consumo dos produtores para convertê-lo em fundo de acumulação, sob os diversos mecanismos como opera a superexploração.

Os debates sobre causas e consequências que alude Dussel e retoma Katz só levam a falsos problemas. Sem intercâmbio desigual não há dependência, sem superexploração não há capitalismo dependente, sem capitalismo dependente não há intercâmbio desigual. E assim se gera uma espiral onde as causas se convertem em consequências e as consequências se convertem em causas. Ambos os processos se retroalimentam e se impulsionam. A reprodução no capitalismo dependente se sustenta na superexploração. Um capitalismo desta natureza não pode competir nos mercados mundiais sem permitir intercâmbios desiguais. E tais transferências alimentam a baixa produtividade, uma produção voltada aos mercados exteriores, violar o valor da força de trabalho e o desdobramento de um capitalismo que desenvolve o subdesenvolvimento.

⁴ Sobre este proceso, ver de Diógenes Moura Breda, Ensayo sobre la ceguera: la industria 4.0 en América Latina. <https://hemisferioizquierdo.uy/single-post/2018/06/17Ensayo-sobre-la-ceguera-la-industria-4.0-en-america-latina/>

Nestas condições as brechas no mercado mundial entre umas e outras formas de capitalismo não podem senão se ampliar, como se ampliam no interior de cada quais as contradições e brechas inerentes a todo capitalismo, agudizadas em todo o caso no capitalismo dependente.

Não mais Intercâmbio Desigual: agora renda e transferência de valor

Mas frente à falta de explicações próprias frente ao problema, a saída de Katz em seu projeto de renovação da TMD é adscrever-se a outra proposta que nega o intercâmbio desigual e o imperialismo e que faz da renda e sua expropriação o eixo do atraso e subdesenvolvimento, e que formula que a produção de matérias primas e alimentos propicia que sejam as economias da região as que subtraem valores das economias desenvolvidas (uma teoria do intercâmbio desigual, mas ao revés) (Iñigo Carrera, 2007). Deste ponto de partida, que parece oferecer um piso para romper com o subdesenvolvimento e a dependência, terminaria, pelo contrário, por reforçá-lo.

Depois de destacar que “o lucro embolsado pelos latifundiários constituía uma transferência de mais-valia gestada nos países importadores de (...) alimentos, resultado de uma renda diferencial assentada em fertilidades excepcionais”, Katz agrega que esta tese foi “posteriormente aperfeiçoada para explicar os enormes ingressos recebidos pela Argentina desde fins do século XIX” (Katz, 2018c, p.10-11). E nesse aperfeiçoamento se sustenta, de acordo com Katz, que “a mais-valia apropriada pela classe dominante argentina foi re-apropriada por seus concorrentes britânicos” e mais tarde pelos capitais estadunidenses. Mas que esse montante se reduziu, porque “a captação local (da renda) se diluiu por sua recaptura nas mãos de empresas estrangeiras”, instaladas em “frigoríficos, bancos e ferrovias inglesas que controlavam e financiavam a comercialização externa do trigo e da carne” (Katz, 2018c, p.11).

Em meio dessa confusão se tal renda se reduziu ou se diluiu, nosso autor sustenta que remanesce “um saldo favorável” (então não se diluiu de todo), o qual “fica compensado pelo déficit comercial de uma indústria mais concentrada, estrangeirizada e subsidiada”,

pelo que “a captação inicial de divisas por parte do agro [reduzida, nota do autor] se esfumaça logo [se perde? volta a se diluir?] na indústria e nas finanças” (Katz, 2018c, 11).

Não deixa de ser uma enorme ingenuidade, sem desconhecer as boas intenções que o animam, o apontamento de Katz de que “desde uma ótica dependentista este enfoque [o de que a renda de Íñigo Carrera – nota do autor] poderia ser interpretado como uma variante do ciclo estudado por Marini” (2018, 11). Só que esta proposta teria que assumir o intercâmbio desigual e a teoria do imperialismo, e que ajustar sua noção superexploração (enquanto salários abaixo do seu valor) à renovação conceitual proposta por Katz, de “salários baixos”. Quase nada.

Com a mesma ligeireza anterior creio que Katz poderia formular em próximos envios a ideia contrária: que a proposta de Marini, renovada claro está, não constituía em uma variante do desdobramento da teoria da renda para a América Latina de Íñigo Carrera. Ao fim que segundo nosso autor coincidem em tanto.

Nossa crítica às formulação de Katz neste tema não podem ser interpretadas como um rechaço à relevância do tema da renda para compreender a dinâmica do capitalismo dependente, assunto que já assinalamos em um texto anterior. (Osorio, 2017). A crítica se dirige ao sobre-dimensionamento que tanto Íñigo Carrera e agora Katz outorgam à renda como elemento explicativo da debilidade da acumulação no primeiro e ao subdesenvolvimento e o atraso o segundo.

O peso da renda não se remete só a Argentina. Previamente Katz destacou que “el usufruto da natureza para as novas empresas é registrada pelo novo conceito de extrativismo”, onde “no mapa do petróleo, os metais, a água e campos flamejam as bandeiras das principais economias desenvolvidas”, já que “a renda é desejada pelas classes dominantes do centro [mas também d]a periferia” (9-10), com o que assume que o processo acima resenhado é generalizado na região.

Mas não se pode transportar a suposta condição excepcional argentina para o resto das economias latino-americanas, todas ou quase todas exportadoras de matérias primas e alimentos. Aqui o que prevalece no longo prazo é a tendência ao decrescimento relativo dos preços dos bens que exporta a região, apesar de momentos em que esses se elevem em conjunturas, como ocorreu com quase todos os bens de exportação na primeira década do século XXI. Na ausência de dados melhores, de qual seria o cálculo do peso da renda

internacional, podemos recorrer - para nos aproximar ao problema -, como “indício”, aos estudos referidos a deterioração dos termos de troca, onde com as estatísticas desde fins do século XIX até entrado o século XXI se mostra que os preços da maioria dos produtos de exportação da América Latina, sejam matérias primas ou alimentos, perderam peso relativo frente aos preços que a região adquire das economias desenvolvidas (Ocampo e Parra, 2003, p.11), onde a carne de vaca e a de cordero constituem dois dos quatro produtos básicos (junto a madeira e tabaco) cujos preços aumentaram relativamente frente aos preços dos produtos manufaturados no século XX (Ocampo e Parra, 2003, p.13).

Ainda assumindo a hipótese que Argentina obtêm uma substantiva renda diferencial, é necessária uma explicação consistente, além de descrever as transferências de lucros, remessas de lucros ou juros como faz Katz, porque o primeiro que deveria que explicar é que se assim fosse, como é que as classes dominantes com esse poder, localizadas em uma condição excepcional frente aos suas congêneres da região, se submeteram e se submetem aos ditados do capital transnacional e não colocaram em marcha processos que permitiram reverter essa situação e mantêm a essa formação social na condição de economia subdesenvolvida e dependente.

A presença de vorazes capitais locais e estrangeiros apropriando-se das riquezas naturais da região não é suficiente para dar por certo que o processo caminha em uma direção que haja posto fim ao intercâmbio desigual em prejuízo das economias dependentes.

À luz destes apontamentos, só cabe se perguntar se a proposta de Katz busca efetivamente se constituir em uma atualização da teoria marxista da dependência. Tudo parece indicar, o contrário, que se trata de um esforço de formulação que pouco ou nada se refere a TMD. Não aparecem em nenhum dos escritos difundidos por Katz, portanto, os conceitos e categorias que possam dar conta de como as transferências de valor (que predominam na atualização) e os baixos salários (nova determinação da superexploração) se articulam para gerar subdesenvolvimento e, mais sério ainda, a modalidade de capitalismo que seria o capitalismo dependente.

Desvalorização da Teoria do Capitalismo Dependente

Parte substantiva da discrepância que destacamos têm relação também com o estatuto da teoria marxista da dependência e do capitalismo dependente. Em uma entrevista recente, Katz (2018b) assinala que diferentemente de Cueva - que “rechaçou a existência de leis próprias do capitalismo dependente” - , e de Marini e Dos Santos, - que defendiam o contrário; Marini inclusive sustentou que “a tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar *a legalidade específica* pela que se rege a economia dependente” (Marini, 1973, p.99), Katz assinala seu acordo com “reformulações” que consideram a teoria marxista da dependência como “paradigma” ou “programa de investigação”, mas em seu amplo “acordo com critérios flexíveis”, também concorda com aqueles que a consideram “perspectiva”, “ênfase”, “ponto de vista” e poderíamos agregar “intuição”⁵.

O que denotam estes termos? Que basta entender as transferências de valor para ter a resposta sobre “a dependência”, seguindo fundamentalmente as indicações de Cueva (1994, p.78) antes expostas, para Katz não existe uma entidade chamada “capitalismo dependente”, e se existisse não apresenta leis específicas nem processos *sui generis*.

Portanto, os apontamentos sobre superexploração, ruptura do ciclo do capital, ao que agregaríamos “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, particularidades do ciclo do capital, sobredimensionamento da mais-valia extraordinária, Estado sub-soberanos, domínio de padrões de reprodução do capital voltados ao exterior, não constituem elementos que deem conta de *uma forma particular de capitalismo, o dependente* (Osorio, 2016). Por fim, como apontou Cueva, os conceitos e categorias presentes no *O capital* são suficientes para explicar o atraso, o subdesenvolvimento e a dependência.

Conclusões

É difícil sustentar que este acúmulo de propostas e formulações, que pouco ou nada têm a ver com a teoria marxista da dependência seja feito a partir das coordenadas que definem tal teoria.

⁵ Assim se refere à formulação de Marini sobre a superexploração (2017, p.3).

Falar de centros e periferias não faz de Wallerstein um autor inscrito na teoria marxista da dependência, e em seu caso nem sequer no marxismo, como tampouco ocorre com Prebisch e em geral com a escola do estruturalismo cepalino.

Entre o que Katz considera que deve ser eliminado ou reformulado na TMD, como já comentamos, e o que haveria de incorporar, - entre eles não o tema renda da terra, senão a interpretação de Íñigo Carrega sobre a mesma, que defende uma desvalorização do intercâmbio desigual, o que já terminar por assumir, mas sem nos dizer o que acontece com o rechaço dessa proposta sobre o imperialismo -, creio que nos põe frente a uma nova formulação sobre o subdesenvolvimento e a dependência.

Só cabe lhe dar boas-vindas e que melhor recepção que assumi-la seriamente, com uma leitura crítica sobre o que propõe.

Referências Bibliográficas

- Amin, Samir. *Los desafíos de la mundialización*. México: Siglo XXI Editores, 1997.
- Amin, Samir. *La ley del valor mundializada. Por un Marx sin fronteras*. España: El Viejo Topo, 2011.
- Cueva, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México: Siglo XXI Editores, 1994.
- Íñigo Carrera, José. *La formación económica de la sociedad argentina, vol. I. Renta Agraria ganancia industrial y deuda externa. 1882-2004*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2007.
- Katz, Claudio. *Aciertos y problemas de la superexplotación*. 2017.
- En katz.lahaine.org/b2-img/ACIERTOSYPROBLEMASDELASUPERXPLORACION.pdf
- _____. Controversias sobre la superexplotación. 2018^a.
- Recuperado en <http://contrahegemoniaweb.com.ar/controversias-sobre-la-superexplotacion/>
- _____. Hacia una renovación del paradigma de la Teoría de la Dependencia. 2018b.
- Recuperado en <http://cronicon.net/wp/hacia-una-renovacion-del-paradigma-de-la-teoria-de-la-dependencia/>
- _____. Dependencia y teoría del valor. 2018c.
- Recuperado en <https://katz.lahaine.org/dependencia-y-teoria-del-valor/>

Marini, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Serie Popular Era, 1973.

Marx, Carlos. *El capital*, tomo I. México: Fondo de Cultura Económica, 1973a.

_____. *El capital*, tomo III. México: Fondo de Cultura Económica, 1973b.

Ocampo, J. A. y Parra, M. A. “Los términos de intercambio de los productos básicos en el siglo XX”, *Revista de la CEPAL*, núm. 79, Santiago de Chile, 2003.

Osorio, Jaime. *Fundamentos del análisis social. La realidad social y su conocimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, segunda edición, 2016.

Osorio, Jaime. “Sistema mundial y formas de capitalismo. La teoría marxista de la dependencia revisitada”, *Teoría Marxista de la dependencia. Historia, fundamentos, debates y contribuciones*. México: Editorial Ítaca/UAM, 2016.

Osorio, Jaime. “Ley del valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia”, *Argumentos* n. 83, UAM-Xochimilco, enero-abril, México, 2017.

Osorio, Jaime. “Acerca de la superexplotación y el capitalismo dependiente”, *Cuadernos de Economía Crítica* n. 8, La Plata, Argentina, 2018.

As vicissitudes de uma Nova Interpretação sobre o Subdesenvolvimento e a Dependência: Notas Críticas à Proposta de Claudio Katz

Resumo

Nestas breves notas proponho mostrar que além do interesse que muitos aspectos dos escritos de Claudio Katz apresentam, nos dois últimos anos (2016-2018) que não são poucos, alguns deles predominam, apesar do desejo de destruição dos fundamentos centrais da teoria marxista da dependência (DTM), em particular, referindo-se à categoria de superexploração, desvalorizando ademais a troca desigual e propondo estabelecer uma atribuição singular à proposta de Juan Íñigo Carrera sobre renda para explicar o subdesenvolvimento da região.

Los Avatares de una Nueva Interpretación sobre el Subdesarrollo y la Dependencia: Notas Críticas a la Propuesta de Claudio Katz

Resumen

En estas breves notas me propongo poner de manifiesto que más allá del interés que presentan muchos aspectos de los escritos de Claudio Katz, en los últimos dos años (2016-2018) que no son pocos, predomina en algunos de ellos no obstante un afán de destrucción de los cimientos centrales de la teoría marxista de la dependencia (TMD), en particular, referidos a la categoría de superexplotación, devaluando además la de intercambio desigual y proponiendo establecer una singular adscripción a la propuesta de Juan Íñigo Carrera sobre la renta para explicar el subdesarrollo de la región.

The Avatars of a New Interpretation on Underdevelopment and Dependence: Critical Notes to the Proposal by Claudio Katz

Abstract

These brief notes I propose to show that beyond the interest that many aspects of the writings of Claudio Katz present, in the last two years (2016-2018) that are not few, some of them predominate, despite a desire to destruction of the central foundations of the Marxist theory of dependency (TMD), in particular, referring to the category of super-exploitation, devaluing in addition the unequal exchange and proposing to establish a singular ascription to Juan Íñigo Carrera's proposal on income to explain the underdevelopment of the region.

Brasil, a Antessala do Golpe: reformismo fraco, crise orgânica e geopolítica mundial

Recebido: 22-08-2018

Aprovado: 31-10-2018

Marcos Aurélio da Silva¹

Definindo a Crise Orgânica e seu Alcance Geográfico

Gramsci se dedica a definir as características das crises orgânicas no parágrafo 23 do Caderno 13, intitulado *Noterelle sulla politica del Machiavelli*. Segundo se lê no parêntese que abre o parágrafo, trata-se de uma questão diretamente relacionada às “situações e relações de forças”, já apresentadas no parágrafo 17 do mesmo Caderno. Nas palavras de Gramsci, em certa ocasião de “sua vida histórica os grupos sociais se destacam dos seus partidos tradicionais”, vale dizer, “os partidos tradicionais segundo aquela forma organizativa, com aqueles homens que os constituem, os representam e os dirigem não são mais reconhecidos como expressão da sua classe ou fração de classe” (GRAMSCI, 1977, pp.1602-3). No momento em que estas crises “se verificam, a situação imediata torna-se muito delicada e perigosa, pois o campo fica aberto às soluções de força, à atividade das potências obscuras representadas pelos homens providenciais e carismáticos” (GRAMSCI, 1977, p. 1603). Como resultado, estas situações de “contraste entre representantes e representados” terminam por se refletir muito além do “terreno dos partidos” – uma realidade que para Gramsci não se limita às organizações partidárias “*in senso stretto*”, envolvendo antes todo o “campo eleitoral parlamentar” e até as “organizações jornalísticas” (GRAMSCI, 1977, p. 1603). Com efeito, estamos diante de crises que terminam por atingir “todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja e em geral de todos os organismos independentes das flutuações da opinião pública” (GRAMSCI, 1977, p. 1603).

¹ Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Geografia Humana pela FFLCH-USP, com estágio de Pós-doutorado em Filosofia Política na Univerdsità degli Studi di Urbino (Itália). Contato: maurelio@cfh.ufsc.br

Sem muita dificuldade podemos concluir que a situação acima descrita em tudo lembra o Brasil das grandes manifestações de 2013 e os desdobramentos que daí decorreram para a vida política nacional. Ao lado da grande mudança de direção da opinião pública, cuja atenção para os casos de “corrupção na política” foi subitamente aumentada, nos deparamos com o amplo protagonismo político do sistema judiciário nacional, bem demarcado nas ações da operação Lava Jato conduzidas pelo juiz Sérgio Moro, tudo culminado no golpe do *impeachment* que derrubou Dilma Rousseff em 2016. Como o disse Wanderley G. dos Santos, foi quando passamos a nos deparar com um Brasil que, com o “atraso de quase uma década”, se aproxima do “padrão reacionário do mundo moderno, antecedido por recente inovação política do capitalismo: um golpe de Estado com origem e sustentação parlamentares”, mesmo que dele participem setores que estejam “fora do circuito parlamentar oficial” (SANTOS, 2017, pp. 131-2).

A crise orgânica da qual estamos tratando, mais que limitar-se à formação nacional, ou às formações latino-americanas – que conheceram 14 episódios de *impeachment* entre 1992-2016 (COMPARATO, 2018, p. 44) – tem mesmo um alcance mundial. De fato, o mesmo Wanderley G. do Santos, ao advertir que o veredicto do “Tribunal Internacional da Democracia, reunido no Rio de Janeiro, em 19 e 20 de julho de 2016”, concluiu ter sido um claro “golpe de Estado o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff”, não esqueceu de listar, ao lado do “episódio paraguaio” e “hondurenho”, ocorridos respectivamente em 2009 e 2012, também a “destituição” do “presidente da República finlandesa”, levada a termo “pelo Congresso, em 2000, sem mandato preliminar para tanto, a pretexto de ajustamento institucional a exigências da União Européia” (SANTOS, 2017, pp. 13-14). Um evento que vimos se repetir na Ucrânia em 2014, quando Viktor Yanukovych, submetido a um terceiro turno eleitoral que se fez em “violação à Constituição do país”, hesitara em assinar um “acordo de associação com a União Européia” (STONE, 2017, pp. 259 e 262). Mas quiçá possamos remontar esses antecedentes ao já longínquo ano de 2001, que conheceu a deposição, na antiga Iugoslávia, de Slobodan Milosevic, porque começava a “mover-se em direção à esquerda e a cuidar com maior responsabilidade dos próprios interesses” (GRIMALDI, 2001, p. 59). Ou, ainda, às agitações que na Geórgia do também distante ano de 2003, derrubaram da presidência daquele país Edward Shevardnadze (LOSURDO, 2010).

Estamos claramente diante de uma questão geográfica de primeira ordem. Mais precisamente, uma questão a ligar “relações de forças internas”, “relações de forças

internacionais” e “posição geopolítica do país dado” (GRAMSCI, 1977, p. 1360). Cabe, contudo, procurar as causas brasileiras particulares, vale dizer, as “relações de forças internas” que abriram a formação brasileira à forma como parece se organizar agora no capitalismo o campo das “relações de forças internacionais” dominantes.

Brasil: desenvolvimento geográfico desigual e crise orgânica

Posta em relação com a “análise das situações” e das “relações de força”, a leitura das crises orgânicas remete diretamente ao problema “das relações entre estrutura e superestrutura”, as quais “é preciso fixar exatamente” para poder “alcançar uma justa análise das forças que operam na história de um determinado período e definir as suas relações” (GRAMSCI, 1977, pp. 1578-79). São os princípios estabelecidos no famoso Prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, escrito por Marx em 1857, e aqueles em torno dos quais Gramsci diz ser necessário mover-se. Nas palavras de Marx (1983, p. 25):

Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer.

Partindo do que chamou a teoria da dualidade brasileira, uma leitura dialética do processo histórico nacional, de modo algum apegada à tese de uma oposição entre o “moderno” e o “arcaico”, como supôs a equivocada leitura de Francisco de Oliveira (1988, p.15), Ignácio Rangel (1981) fez um criativo uso deste princípio da economia política marxista para pensar a formação nacional. Sua leitura da crise que marcou o período final da ditadura de 64 partia exatamente deste ponto, que continuou a inspirar interpretações que se debruçaram sobre os problemas com os quais se deparava o ciclo dos governos do PT (MAMIGONIAN, 2004). Trata-se de um problema de aberta expressão geográfica, pois ligado ao atraso das infraestruturas urbanas e regionais. A rigor, uma manifestação do desenvolvimento geograficamente desigual, a se expressar sob a forma de “restos de uma divisão internacional do trabalho” (SANTOS, 2008, p. 173).

Para Rangel, o citado atraso não era outra coisa senão uma expressão direta das relações de produção que, já em esgotamento ao cabo da ditadura de 64, dominaram o pacto de poder que comandou o processo de industrialização dos anos 1930 aos anos 1980

(RANGEL, 1986). Um pacto marcado pela hegemonia do latifúndio de mercado interno que tinha como sócio menor no aparelho de Estado a burguesia industrial (RANGEL, 1986). Controladas pelo poder público, que substituiu ainda no segundo governo Vargas as empresas estrangeiras aí atuantes, estas infraestruturas chegam ao fim do período militar como forças produtivas bastante atrasadas, bem como as condições institucionais que as regiam, expressão de relações de produção – sua forma jurídica – típicas de uma economia primário-exportadora, como ainda era o Brasil até os anos 1950, e isto a despeito dos progressos industriais já naquela época alcançados (RANGEL, 1986). Na verdade, trata-se aqui de uma funcionalidade dialética, pois as exportações a qual se dedicava a fração do velho latifúndio ligada ao mercado externo serviam para abastecer a maquinaria necessária à industrialização (RANGEL, 1986).

E está aí uma dinâmica a lembrar que o desenvolvimento geográfico desigual em questão é uma dimensão mais geral daquela “política colonial interna” a que se referiu Dobb (1987, p. 197) para pensar as relações dialéticas entre industrialização e a velha agricultura nos países de capitalismo tardio. Relações também elas pensadas para a formação brasileira por Francisco de Oliveira (1988), embora com uma tendência – e aqui uma diferença em relação à Rangel – de interpretá-las a partir de uma de dialética sem “movimento”, muito marcada por uma espécie de *contínua* reprodução do “arcaico”, como lembrou a crítica que a ele estabeleceu Luís Alfredo Galvão (1974, p. 148)².

Não há dúvida que este foi um problema a desafiar os governos do PT. Por ocasião das grandes manifestações de 2013, e até mesmo embalando aqueles protestos, as infraestruturas urbanas e regionais do país revelavam enorme atraso em uma comparação internacional. Enquanto a rede brasileira de metrô apresentava não mais que 276,4 Km distribuídos em sete capitais, cidades mundiais do mesmo porte de São Paulo ou Rio de Janeiro apresentavam, sozinhas, uma cobertura muito mais ampla: Londres com 402 Km, Nova York 337 Km, Tóquio 328 Km, Cidade do México 222,5 Km (SILVA, 2013a). E eis uma dificuldade que até mesmo Dilma Rousseff reconheceu, indagada sobre as causas do golpe que lhe derrubou:

Ainda vamos precisar de uma distância histórica para entender. Tem uma parte simples, mas não responde tudo. É mais fácil distribuir renda do que ampliar serviços. A renda tem um tempo político mais rápido que o acesso a serviços. E como, de fato, o fim da miséria é só o começo, as pessoas querem mais. (ROUSSEFF, 2017, p. 7)

² De fato, dedicando-se ao mesmo problema, Lênin (1982) não diz apenas que a “antiga propriedade” se “conserva”, mas que “se conserva e se transforma *lentamente* em estabelecimento puramente capitalista, de tipo *junker*”. O primeiro itálico é nosso.

De fato, apesar da ampla participação nos protestos de 2013 das camadas jovens próximas das famílias que integram o novo proletariado³, a carência de serviços, também ela uma carência no campo das condições econômicas, “não responde tudo”. E aqui chegamos aos desenvolvimentos de Gramsci para os princípios fixados por Marx:

Em todo caso, a ruptura do equilíbrio das forças não ocorre por causas mecânicas imediatas de miserabilidade... A questão particular do mal-estar ou do bem-estar econômico como causa de novas realidades históricas é um aspecto parcial da questão das relações de forças nos seus vários graus. (GRAMSCI, 1977, p. 1587-8).

Não se trata de pôr de lado os problemas surgidos no campo das relações econômicas. Trata-se antes de fazer notar como a economia figura como a “mola mestra da história” apenas em última instância, segundo notou o próprio Gramsci remetendo a uma observação de Engels que se liga diretamente ao Prefácio de Marx (GRAMSCI, 1977, p. 1592); ou, ainda melhor, ler a economia como uma “forma social determinada” (GRAMSCI, 1977, p. 1269). Com efeito, não é muito diferente a formulação de Milton Santos, quando insistiu que no capitalismo, e ainda mais em sua etapa mundializada, uma vez que a “economia se baseia na insensatez, a ordem social apenas se mantém porque a ideologia se intromete”, o que significa dizer que “a ordem política fica obrigada a se confundir, e isto ao infinito, com as demais instâncias da vida” social (SANTOS, 2008, p. 236).

Coalizões, Reformismo Fraco e a “Primavera” Brasileira

Os anos em que o Partido dos Trabalhadores esteve à frente do governo brasileiro já foram definidos como os anos de um *reformismo fraco*, uma espécie de composição a meio termo, contraditória, que não toma inteiramente “nem o reformismo forte” e “nem o neoliberalismo” (SINGER, 2012, p. 200). Em termos práticos, esta composição teve por efeito avançar na “redução da sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente, aumentando o contingente proletário”, mas ao mesmo tempo “recuar” com a “luta ideológica” para um “estágio anterior ao conflito capital/trabalho” (SINGER, 2012, p. 219).

Esta contradição responde pela coalizão de poder que embalou os governos petistas, conduzidos por um partido que ainda em 2007, em seu III Congresso, afirmava que “o socialismo que almejamos” deverá ser organizado “a partir da propriedade social dos meios

³ Nesse ano 55% dos jovens brasileiros entre 18 e 30 anos pertenciam a famílias que ganhavam menos de dois salários mínimos mensais (SILVA, 2013a), o que pode corresponder à faixa do novo proletariado de que falou Singer (2012).

de produção”, mas que, no entanto, mantinha-se em coalizão governamental majoritária com outro partido, o PMDB, que no seu programa de governo de 2010 sustentava uma plataforma capitalista que ia do apoio ao “esforço individual” àquele entregue ao grande capital bancário e industrial (SINGER, 2012, p.120 e 216). No centro da plataforma peemedebista estavam o apoio à “desoneração da folha de salários” (para “baratear o custo da mão de obra para o capital”), a construção de uma “segunda CLT” (para “regular o setor informal” sem integrá-lo “ao universo de direitos do antigo proletariado”), a “autonomia real para o Banco Central”, o “limite para o crescimento do gasto público”, e ainda a “urgente” discussão da “reforma da previdência” (SINGER, 2012, p. 216-7).

No limite, a tensão entre uma coalizão produtivista, integrada pelo capital industrial, a classe operária, o subproletariado e os movimentos sociais, com o MST à frente, e uma coalizão rentista, formada “pelo capital financeiro nacional e internacional”, o “agronegócio” e a “classe média tradicional”, interessada nos investimentos a “juros elevados”, no “acesso a produtos importados” e em “viagens internacionais baratas” (SINGER, 2012, pp. 161 e segs.). Coalizões cuja “linha divisória nunca foi reta e rígida”, como lembra Boito (2016a, p. 156), preferindo classificá-las como “neodesenvolvimentista” a primeira e “liberal-ortodoxa” a segunda, e acrescentando um ponto que nos parece crucial: no interior da primeira coalizão figuram antes os interesses de uma “burguesia interna” – usineiros, indústria naval, construção pesada, de processamento de carne –, que mantém relações contraditórias com o imperialismo (BOITO, 2012, p. 67-8), enquanto a última “contempla as demandas do capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada” mais diretamente (BOITO, 2016a, p. 155).

É verdade que o reformismo fraco embalado por este “equilíbrio contraditório” significou ao fim e ao cabo a hegemonia, no Partido dos Trabalhadores, de uma “estratégia que tentava mudar o Brasil através de políticas públicas, sem reformas estruturais” (POMAR, 2016, p. 166). Isso equivale dizer que o “recoo ideológico” terminava por encaminhar uma estratégia “sem rupturas e com o máximo de conciliação possível”, buscando acumular forças basicamente por meio da “institucionalidade eleitoral e subordinando a isto a mobilização social, a organização partidária e a disputa cultural-ideológica” (POMAR, 2016, p. 166).

Pode-se assim compreender não apenas que as infraestruturas urbanas e regionais não tenham conhecido o processo de modernização que desde o fim da ditadura de 64 era já uma necessidade urgente, mas também o forte “contraste entre representante e representados” que marca as crises orgânicas. E, diante deste último, a rápida transformação das manifestações

contra o aumento das tarifas dos transportes públicos em São Paulo, lideradas por “um grupo acima de qualquer suspeita, o MPL (Movimento Passe Livre)” – de jovens “simpáticos à esquerda” –, ter conhecido uma “surpreendente adesão de todos os setores” da sociedade e, em seguida, desembocado em uma versão brasileira das “Primaveras”, como escreveu o jornalista Luis Nassif (2016, p. 247), atentando para os “mistérios da política internacional” (LOSURDO, 2013, p. 15) que aqui se começam a aparecer.

E eis quando os diferentes momentos das relações de forças, para recuperarmos novamente as reflexões de Gramsci – que aqui parece buscar uma espacialização do Prefácio de Marx –, “se implicam reciprocamente”, organizando-se não só segundo as “atividades econômico-sociais (horizontais)”, mas também “segundo os territórios (verticais)” (GRAMSCI, 1977, p. 1584-5). A rigor já uma expressão do desenvolvimento geográfico desigual de que antes falamos, agora desnudado em sua dimensão internacional, geopolítica.

Devemos estudar um pouco mais este contexto, explorando suas “múltiplas determinações” (MARX, 1983, p. 218).

Um Contexto de Revolução Passiva, sua Espacialidade

Fala-se da “consolidação” do “presidencialismo de coalizão” como a “obra do lulismo”, uma “solução histórica reacionária” marcada também por uma era de “reformismo quase sem reformas” (ARCARY, 2016, p. 147). Sem muito esforço pode-se perceber que são tons a lembrar a categoria de imputação, sempre esquecida da advertência segundo a qual no “delineamento dos problemas histórico-críticos, não é necessário conceber as discussões científicas como um processo judiciário” (GRAMSCI, 1977, p. 1263). De fato, assim como o golpe de 2016 é um fenômeno que encontra eco internacional, também a análise dos governos do PT tem mais a ganhar se, desapegando-se das leituras judiciárias, procure observar o contexto mundial em que este ciclo político da vida nacional se desenvolve.

É correta a tese que recorre à categoria de *revolução passiva* ou *revolução-restauração* (GRAMSCI, 1977, p. 1768) para pensar também o período histórico, dito pós-moderno, que se abre a partir do ciclo de lutas de 1968-77. Um ciclo marcado por um “transformismo intelectual de massa” que, anos mais tarde, terminou por se fazer “parceiro cultural da restauração neoliberal” (década de 1980), um processo cujo ápice deu lugar ao que se poderia chamar o “fim da democracia moderna” (AZZARÀ, 2015). Regressivo e muito marcado pela crítica à antiga tradição socialista, que atribuía centralidade “ao trabalho e ao

conflito com o capital”, e cujas experiências concretas mantinham ao menos “uma relação com as condições gerais das classes subalternas de todo o planeta” (sua capacidade de “lutar de maneira consciente e organizada”), o novo período se caracteriza pela presença de diversas famílias políticas ligadas à chamada “esquerda alternativa”, de matriz “ecologista, pacifista, feminista e humanitária” (AZZARÀ, 2015). Trata-se, com efeito, do quadro que dá lugar à *démarche* do marxismo ocidental, um marxismo que, segundo lembrou a recente crítica de Domenico Losurdo, partindo de uma descontextualizada e muito parcial interpretação da Revolução Cultural chinesa, passava no mais das vezes a associar a luta pelo socialismo com a pura e simples “supressão operária do trabalho” e do “poder enquanto tal” (LOSURDO, 2017, p. 92 e segs.). Seja como for, só muito forçosamente se poderia caracterizar este campo político com as tintas da reação, tratando-se antes de um agrupamento aberto a diferentes formas de reformismo (AZZARÀ, 2015). E eis a categoria de revolução passiva acima referida, segundo assinalaram pioneiramente os estudos de Jan Rehmann (2004) acerca do contexto intelectual que marca este ciclo histórico, ela a indicar que, não obstante os diferentes graus de restauração aos quais a realidade pode estar sujeita, “no movimento histórico não se volta nunca atrás”, ou ao menos “não há restauração ‘*in toto*’” (GRAMSCI, 1977, p. 1619). Ou ainda, para usarmos os termos com que Gramsci define esta categoria, eis um contexto em que a “tese” se permite “incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar ‘superar’” (GRAMSCI, 1977, p. 1768).

Assim, se lembramos que “a história de um partido político” é necessariamente a história do “complexo quadro de todo o conjunto social e estatal”, vale dizer, a “história geral de um país”, incluindo as “interferências internacionais” (GRAMSCI, 1977, p. 1630), o reformismo fraco embalado pelos governos do PT não é senão um efeito das mudanças restaurativas mais gerais de todo um ciclo histórico mundial. Um ciclo que no Brasil afetou de modo particular um amplo setor social identificado com as lutas sociais, notadamente formadas no interior do período que põe termo à ditadura de 64 (a década de 1980), também aquele de formação inicial do PT.

Tomemos agora os anos em que o PT é governo. Parece claro que ao neoliberalismo dos primeiros anos, marca do “recuo ideológico” tantas vezes criticado, sem muita demora foram acrescentados uma série de programas de tintas reformistas, sempre evitando a centralidade das lutas capital/trabalho.

A partir de 2006 os rigores do neoliberalismo se enfraquecem e começa a se desenhar uma política mais desenvolvimentista. Estaríamos diante de uma segunda fase do governo Lula, caracterizada pela valorização do salário mínimo, pela flexibilidade do gasto público, pelo

lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que permitiu recuperar a capacidade do Estado como indutor do investimento privado, e ainda pela redução das taxas de juros... E uma terceira fase, forjada a partir da crise mundial de 2008, cujo marco foi a quebra do *Lehman Brothers*, levaria ainda mais a frente esta ruptura. É quando a política econômica assume aqui um perfil nitidamente keynesiano. O consumo popular é estimulado com aumentos do salário mínimo, com as transferências de renda, com o alongamento do crediário, com os incentivos fiscais... Além disso, agregando-se ao Programa Bolsa Família e à valorização do salário mínimo, símbolos maiores da primeira e segunda fase, respectivamente, o governo colocaria em marcha um programa de habitação popular que teve por resultado estimular as contratações na indústria de construção civil. (SILVA, 2013b, p. 119)

Ora, a estas reformas, que poderíamos qualificar como reformas de “baixa intensidade”, resultado do transformismo e da dialética da correlação de forças – e cuja expressão territorial interna aparece na atenção para o histórico problema do atraso da região Nordeste e dos demais espaços periféricos do país –, acrescentou-se uma política externa que talvez representasse a ponta mais avançada da onda reformista. E eis que vem a tempo lembrar os estudos de Adam Morton, ocupados em realçar a espacialidade das categorias de Gramsci, entre elas a de revolução passiva com a qual estamos aqui operando. Este autor realça as “circunstâncias geopolíticas da revolução passiva”, que “importavam para o entendimento espacial de Gramsci a respeito dos desenvolvimentos internacionais” nas primeiras décadas do século XX (MORTON, 2017, p. 179).

Na verdade, pode-se dizer que no campo das relações internacionais, estratégia geoeconômica e estratégia geopolítica se retroalimentavam na revolução passiva de matriz petista, a ponto de criar fortes atritos com pólo imperialista do grande continente. E, com efeito, isto faz lembrar a noção de “grande política” esposada por Gramsci, vale dizer, aquela que diz respeito à “estatura relativa dos Estados nos confrontos recíprocos”, sempre voltada a superar os equilíbrios existentes para “criar novas relações” (GRAMSCI, 1977, p. 1564). É fato que em Gramsci “grande política” remete a um contexto de “revolução ativa”, de “salto qualitativo”. Seria todavia um erro concluir que na leitura do marxista italiano, os elementos que a compõem não participam de contextos mais amplos e complexos, estabelecendo com eles relações que encerram uma determinada dialética.

Examinemos o caso que está diante de nós.

A “Grande Política” como Circunstância Geopolítica da Revolução Passiva Petista

É exemplo cabal desta orientação de política externa dos governos do PT a liderança que imprimiu o Brasil no G20. Não é certamente uma questão menor que para a criação deste Grupo tenha contado “a revolta de grande número de países mais pobres contra a intenção de

forçar o início de negociações sobre investimentos e compras governamentais” por parte dos EUA, e que, diante desta novidade, o vice-secretário de Estado de George W. Bush, Robert Zoellick, tenha se pronunciado de modo “especialmente agressivo” na imprensa internacional (AMORIM, 2013, p. 90).

De fato, esta questão se liga a uma geoeconomia de corte abertamente antiimperialista, se lembramos, com Lênin, que a destruição da política de compras governamentais dos países atrasados é de suma importância para que as potências imperialistas conduzam suas políticas de “exportações de capitais”, sempre conectadas aos “empréstimos de Estado” (LÊNIN, 1987, p. 62).⁴ Trata-se, ainda, de uma política a dar sentido às medidas de cancelamento do projeto ALCA, ele mesmo de “natureza política além de econômica”, uma vez que visava “criar um espaço integrado em que os interesses econômicos norte-americanos continuassem a predominar” na América Latina, ao mesmo tempo que demarcava nitidamente uma área de hegemonia dos Estados Unidos” (AMORIM, 2013, p. 74). E é também este o sentido dos BRICS, um “contragolpe” no “consenso de Bretton Woods – o FMI e o Banco Mundial – assim como no Banco de Desenvolvimento Asiático (BDA), dominado pelo Japão” (ESCOBAR, 2016, p. 437). Afinal, tratou-se da iniciativa para a criação de um “novo banco de desenvolvimento e de um fundo de reserva” destinados a “contrabalançar as crises financeiras” dos países membros, além de financiar “projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável numa escala global” (ESCOBAR, 2016, p. 437) que terminam por interessar à redefinição das economias do bloco na Divisão Internacional do Trabalho.⁵

No que diz respeito ao âmbito estritamente geopolítico, e ainda quanto aos equilíbrios que afetam a “estatura dos estados nos confrontos recíprocos”, vem a tempo lembrar o engajamento da mesma política na expansão do Mercosul, que para além de enfrentar o histórico isolamento das diferentes economias sul-americanas (SILVA, 2014), abria-se a países como Venezuela e Bolívia, claramente ocupados com as questões que tocam à “fundação de novos Estados” (GRAMSCI, 1977, p. 1564). E essa foi uma medida possível em razão da organização da UNASUL, “o maior sucesso alcançado, em termos de integração e concertação da agenda política, pelos governos sulamericanos entre 2003 e 2014” (COITINHO, 2018, p. 200). Forjada no contexto das discussões em torno a um projeto de “formação de um espaço econômico-político sul-americano” (AMORIM, 2013, p. 125), ela

⁴ “Antes da concessão de um empréstimo, é vulgar exigir que ele seja utilizado, em parte, na compra de produtos ao país mutuante, sobretudo em encomendas de armamentos, de barcos, etc.” (LÊNIN, 1987, p. 63).

⁵ “Os BRICS podem representar 42% da população mundial, aproximadamente 15% do produto interno bruto do mundo, e quase 30% do comércio mundial”; e “serão cada vez mais poderosos dentro do G-20 – o que já reduziu o Grupo dos Oito à irrelevância.” (ESCOBAR, 2016, p. 128-9)

foi capaz de impulsionar não só o Mercosul, mas também de criar uma cultura política aberta à integração regional de todo o espaço latino-americano. Uma cultura de autodeterminação, “necessária a se dar um passo adiante na estrutura daquele que era apenas o Grupo do Rio”, depois transformado na CELAC, a Comunidade dos Estados Latinoamericanos, em reunião ocorrida na Bahia que fora “a primeira, em toda a história do continente”, a contar com a “totalidade dos países latinoamericanos e caribenhos, sem a participação de uma potência externa à região (EUA, Inglaterra etc.)” (COITINHO, 2018, p. 201). E eis que, recuperando o sentido da categoria de “grande política”, se pode aqui compreender também a posição dos governos do PT ao lado da reintegração de Cuba na comunidade americana, bem como sua firme defesa do fim do bloqueio econômico sofrido pela ilha socialista (SILVA, 2014).

Em resumo, mesmo guardando as especificidades do tempo, é possível dizer que há nesta geopolítica da revolução passiva sob os governos do PT, algo daquele “novo internacionalismo” a que se referiu Enrico Berlinguer em uma Conferência em Moscou no ano de 1965, internacionalismo para o qual deveriam contribuir as democracias populares e as “forças antiimperialistas” que embora sem este conteúdo, “lideravam naqueles anos a revolta dos povos do Terceiro mundo contra velhas e novas formas de colonialismo e imperialismo” (LIGUORI, 2014, pp. 17-8). Ou, para dizer com Milton Santos, quando se referia ao mesmo contexto, há em todo este processo algo daqueles “movimentos nacionais” que decorrem da “dialética do imperialismo”, com suas claras “implicações geopolíticas” (SANTOS, 2008, p. 243). Ao fim e ao cabo, uma expressão das “circunstâncias geopolíticas” em desenvolvimento na arena internacional.

Trata-se, todavia, de um contexto de revolução passiva, de revolução-restauração, com todas as suas limitações. Voltemos às condições econômicas (ou econômico-espaciais) internas que a transformaram em crise orgânica. Ou, de maneira mais rigorosa, às relações, necessariamente *imanes* (SANTOS, 2008), entre estrutura, espaço e superestrutura que estiveram na base do golpe de 2016.

Da Fábrica ao Urbano: a crise orgânica vai tomando forma

Antes de apresentar as formas assumidas pela crise orgânica, é preciso abrir um rápido debate com a leitura que faz Jessé de Souza acerca do golpe de 2016. Para este autor há que afastar toda e qualquer relação desse processo com as determinações econômicas. Vale dizer, dever-se-ia evitar observar as classes simplesmente “pelo lugar na produção e pela ocupação”

(leitura marxista), ou ainda tão somente “pela renda” (leitura liberal), para assim dar centralidade ao chamado “capital cultural” de que falou Pierre Bourdieu, ao “gosto estético como mecanismo invisível de produção e distinção social”, traduzido em “superioridade não apenas estética, mas também moral” (SOUZA, 2016, pp. 55 e 70). Ora, esse raciocínio perde o essencial da cadeia de relações que caracteriza uma crise orgânica tal como a definiu Gramsci. Como antes dissemos, “das relações entre estrutura e superestrutura”, as quais “é preciso fixar exatamente” para poder “alcançar uma justa análise das forças que operam na história de um determinado período” (GRAMSCI, 1977, p. 1578-9). Trata-se na verdade do problema da “elaboração superior da estrutura” (ou, no caso aqui em apreço, a ausência desta elaboração “superior”), que marca as discussões sobre a categoria de catarse nos Cadernos do Cárcere (GRAMSCI, 1977, p. 1244).

Já fragilizado pelo “recoo ideológico” que uma estratégia limitada às “políticas públicas” e apoiada no “máximo de conciliação possível” (POMAR, 2016, P. 166) implicava, o quadro que se apresenta ao governo Dilma é claramente o de um *profit squeeze* (aperto dos lucros). Ele afeta uma parte da burguesia produtora, o proletariado e o novo proletariado e, por fim, o setor financeiro, para então chegar ao governo já sob a forma de uma crise de representatividade que se manifesta nos grandes protestos urbanos de 2013. É verdade que o governo estava tentando saídas de sentido progressivo, movimento que pôs ainda mais claramente a nu as carências devidas ao “recoo ideológico”, que assim lhe impediram de resistir às pressões que partiam dos grandes interesses internacionais e seus aliados internos.

Até 2009 a “valorização dos salários e outras formas distributivas não amputavam a capacidade empresarial de extrair lucros, evidente na expansão da renda dos 10% mais ricos”, contexto “bruscamente alterado pela crise internacional de 2007-2008, tornando aguda a competição distributiva interna” (SANTOS, 2017, p. 162-3). Em especial, 2011 marca “a segunda fase da crise financeira internacional”, com a fuga “em massa para títulos norte-americanos e alemães, rebaixamento da dívida pública dos Estados Unidos pela Standard & Poor’s, turbulências nas principais bolsas e pânico nas mesas de operações financeiras”, com a diferença de que o epicentro da crise agora está na Europa, onde se sucederam ataques “às moedas da Itália, da Espanha e até da França”, e em seguida a imposição por parte das nações credoras, Alemanha à frente, de “conduta recessiva aos devedores, em particular Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Irlanda, provocando redução geral e prolongada das atividades na zona do euro” (SINGER, 2016, p. 27).

Marcado por um contexto até ali de pleno emprego, que o governo se esforça por manter através de uma série de intervenções estatais – 4,5% de desocupação entre 2011 e

2014 –, é o momento em que o conflito capital/trabalho se inclina a favor da classe operária, abrindo fissuras na “coalizão produtivista” (SINGER, 2016, p. 45-6). O crescimento exponencial das greves parece falar por si. O número delas, que fora de apenas 300 no ano de 2003, chegando a casa das 873 em 2012, saltou para 2050 em 2013 (SINGER, 2016, p. 46 e BOITO, 2016a, p. 160), sendo que neste último ano 95% dos acordos e convenções coletivas obtiveram aumento real de salário, contra 18% do ano de 2003 (BOITO, 2016a, p. 160). Difícil dizer que este estado de coisas não signifique luta de classes, mas apenas “um conflito distributivo pela apropriação da riqueza” que “envolve diversas classes e frações de classes”, como o disse Boito (2016b, p. 25). Eis uma separação que parece bastante arbitrária e que lembra a crítica de Losurdo aos que lêem Marx e Engels como se eles fizessem uso de sua teoria de modo apenas esporádico e intermitente (LOSURDO, 2013, p. 13).

O fato é que a certa altura estas lutas transbordaram da fábrica para todo o tecido urbano, iniciando a cadeia de relações que liga estrutura, espacialidade e superestrutura. Por tecido urbano entende-se aqui não apenas a parte “construída das cidades”, mas o “conjunto de manifestações das cidades sobre o campo” – pensemos no problema das infraestruturas que se põe em uma escala regional e nacional –, segundo a formulação de Henri Lefebvre (1983, p. 10). Mas deve-se observar que Lefebvre estabelece esta formulação em associação com a tese de uma sociedade pós-industrial, que não nos cabe aqui subscrever. Interessa-nos, antes, buscar as relações entre o domínio da reprodução da mão de obra (moradias, equipamentos) e aquele das relações sociais de produção e da divisão social e técnica do trabalho que parte da unidade de produção capitalista (LOJKINE, 1981). Com efeito, se observamos o Brasil de 2013, logo podemos perceber que as manifestações iniciadas em torno dos problemas das infra-estruturas urbanas e regionais, que mobilizaram amplas camadas da população, incluíam no seu interior também o jovem proletariado, sem muita experiência organizativa⁶ e frequentemente extenuado – o caso das grandes metrópoles – pelo precário deslocamento casa-trabalho que é obrigado a suportar. Sem o recurso da “luta ideológica”, esta camada logo ficou refém dos setores médios e da mídia.

E é aqui que a crise orgânica começa a encontrar sua dimensão nas relações “internacionais de produção” (MARX, 1983, p. 226), ou na luta de classes que, ultrapassando uma simples “economia política da classe operária”, segundo se referiu Marx no documento que cria a Associação Internacional dos Operários, está também inserida nos “mistérios da

⁶ “A ‘nova’ classe trabalhadora é estruturalmente desorganizada e tende a desconfiar de estruturas de representação que lhe parecem ineficazes ou perversas” (SAAD FILHO, 2016, p. 175).

política internacional” (LOSURDO, 2013, p. 15) de que antes falamos. Mas há ainda algo a desnudar no campo das contradições internas.

Crise Orgânica e a Truncada Dialética Burguesia Interna/Imperialismo

As medidas tentadas por Dilma no seu primeiro mandato podem ser definidas como uma tentativa de avançar em direção a um grau intermediário – quiçá avançado – do reformismo ou revolução passiva. Como o disse Singer, se “Lula foi conciliador, Dilma decide entrar em combate com as frações de classe poderosas e resistentes” (2016, p. 33). Duas medidas nos parecem centrais para definir esta nova postura, entre as tantas que pretendiam dar corpo à chamada “nova matriz econômica”. Quando mais não seja porque justamente elas pareciam pôr em questão os interesses sociais mais identificados com o centro imperialista, quando não o próprio centro diretamente, suas empresas e estratégias.

A primeira delas diz respeito à redução das taxas de juros, referidas pelo ministro da fazenda como “mudança ‘estrutural’ e ‘fundamental’”, destinada a colocar os “juros em níveis normais para uma economia sólida e de baixo risco” (SINGER, 2016, p. 28). Esta medida, fazendo uso da pressão dos bancos estatais, que praticavam uma política de “redução agressiva” de juros, conduziu dois dos “três maiores bancos privados em atuação no Brasil” a suportar “queda nos lucros em 2012 em relação a 2011”, o “Itaú Unibanco (7% a menos) e o Santander (5% a menos) (SINGER, 2016, p. 28 e 34-6). Trata-se de uma política destinada a combater o mal da financeirização da economia e os interesses externos a ele ligados, e a qual, portanto, se ligava a política de “controle sobre os fluxos de capital estrangeiro” posta em prática desde janeiro de 2011 (SINGER, 2016, p. 31).

A segunda medida é aquela que dizia respeito diretamente ao atraso das infraestruturas urbanas e regionais, às quais Ignácio Rangel (1981, 1986) associava o problema da crise do regime aberto com Vargas, e já candente desde o fim da ditadura de 64. Aqui o governo se dedicou a garantir que “os projetos de ferrovias e rodovias envolvidos no Programa de Investimento em Logística”, fundamentalmente levados adiante por meio de “concessões” sob a forma de “parcerias público-privadas”, “não resultassem em privatização”, ao mesmo tempo em que “pretendia que houvesse limitação do lucro, por meio da chamada ‘modicidade tarifária’”, princípios também “aplicados para impor limites de ganho às empresas envolvidas na produção de energia elétrica” (SINGER, 2016, p. 51-2). Diretamente ligada às medidas relativas aos juros, tratava-se de uma política central ao projeto da “coalizão industrial

popular”. Quando mais não seja por que, lembrando muito de perto o diagnóstico e as proposições de Ignácio Rangel, estavam voltadas a superar a dependência financeira internacional por meio da organização de um sistema de compras e financiamento nacional do parque de máquinas e equipamentos dedicados a tais serviços de infraestrutura (RANGEL, 1986).

Pressionada pelo *aperto dos lucros* que o crescimento das greves impunha, mas também pelo agravamento da crise internacional, bem como pela prioridade do interesse público em torno do qual o governo começa mais decididamente a se mover, a burguesia industrial recuou. Para voltarmos ao problema da crise orgânica da qual aqui nos ocupamos, se poderia dizer que o governo, “ao mesmo tempo que conduzia uma luta gigantesca contra o núcleo do capital” – leia-se o capital rentista –, “se indispôs com franjas produtivas, sem atentar que o movimento pretendido precisaria de forte apoio social” (SINGER, 2016, p. 51). Ou seja, este era um movimento de elevado risco em contexto já marcado por forte “recoo ideológico”. Quando mais não seja porque era também este o contexto em que se fazia já urgente distinguir a categoria de *burguesia nacional*, implícita nas formulações de Rangel (1981), ou seja, uma burguesia capaz de tomar posições antagônicas ao imperialismo, daquela que Boito (2002) cunhou como *burguesia interna*, que com o imperialismo mantém relações fundamentalmente contraditórias, ora a ele resistindo, ora com ele colaborando. Uma dialética, todavia truncada – de síntese fraca –, a distingui-la da chamada *burguesia compradora*, que nada produz e vive basicamente de renda, segundo um raciocínio corrente entre os teóricos da dependência (BOITO, 2002).

O recoo do setor produtivo significou a rigor o adensamento da “oposição rentista, até que em certo momento a frente antidesenvolvimentista englobou o conjunto da burguesia” – a ABIMAQ rejeitou, mas de maneira muito pálida, o impeachment no interior da FIESP, uma exceção que confirma a regra –, “contando com o suporte fervoroso da classe média tradicional” (SINGER, 2016, p. 52). A mesma classe média que, dada a “presença relevante” nas manifestações de meados de 2013, termina por fazer aderir “os membros da nova classe trabalhadora – jovens com acesso ao ensino médio e universitário, mas em emprego precário e de baixos salários – à agenda liberalizante” (SINGER, 2016, p. 41-2).

A rigor, agenda esta que é apenas o programa sustentado por setores da intelectualidade que são a expressão daquele cosmopolitismo a que se referiu Gramsci (1977, p. 1361); setores em geral organicamente ligados ao PSDB. O programa apresentado por Edemar Bacha, alto representante desta intelectualidade, no jornal Valor Econômico de um

ano antes da eleição que opôs no segundo turno Dilma Rousseff e Aécio Neves, é um exemplo cabal do que estamos falando. Aliás, um programa que impressiona pela semelhança com o que é aplicado logo após o golpe de 2016. De fato, para Bacha, já na área do petróleo, se deveria levar adiante o

abandono do Regime de Partilha (onde todo o petróleo extraído pertence ao Estado) e a política de conteúdo nacional que o acompanha, ‘que não estimula a concorrência e a presença de multinacionais’. Tratar-se-ia de promover “uma redução substantiva da carga tributária sobre as empresas”, de fixar um limite para ‘o crescimento do gasto público’ (...), de promover uma ‘redução substancial das tarifas de importação’, de eliminar ‘as amarras aduaneiras e portuárias’ e as ‘especificações técnicas de produtos distintas daquelas adotadas internacionalmente’, e ainda praticar um ‘regime de câmbio flutuante’ (...). Por último, (...) seria chegada a hora de retomar a Alca (...), negociar no Transpacífico (...) e ainda “transformar o Mercosul numa área de livre comércio (SILVA, 2014, p. 78).

Como o dissera André Lara Resende, intelectual do mesmo campo, e que teve papel de destaque no governo de Fernando Henrique Cardoso, se deveria liquidar com a “excessiva regulamentação de todas as esferas da vida” social implementada pelos governos do PT, cujo efeito era uma combinação do “consumismo das economias capitalistas avançadas com o produtivismo soviético” (SILVA, 2014, p. 77). E, curiosamente, não é muito diferente a tese com que, à esquerda, às vezes se interpretava a “década de crescimento econômico significativo” dos governos petistas, a lembrar a “instrumentalização produtivista” das antigas “burocracias comunistas”, que “ainda pulsa na nova burocracia dos comunistas chineses” (SAFATLE, 2014). Certamente não é aqui o lugar para discutir as formas assumidas pelo “socialismo real”. Não obstante, no que se refere ao Brasil dos anos governados pelo Partido dos Trabalhadores, parece ainda justa a ironia que em outro tempo Francisco de Oliveira lançou contra este tipo de crítica: “pedir que a classe operária”, *em regime capitalista*, “desmistifique o fetiche” do consumismo “resistindo ao consumismo”, é “como ‘pedir peras ao olmo’.” (OLIVEIRA, 1988, p. 57)

Burocracia Cosmopolita e Geopolítica Norte-Americana

Vimos Gramsci assinalar que a crise orgânica termina por reforçar “a posição relativa do poder da burocracia”, da “alta finança” e da “Igreja” (GRAMSCI, 1977, p. 1603). Estas páginas são aquelas em que também aparece teorizado o fenômeno do “cesarismo ou bonapartismo” (GRAMSCI, 1977, p. 1608). O cesarismo, “solução arbitrária” para uma “situação histórico-política caracterizada por um equilíbrio de forças em perspectiva catastrófica”, pode emergir com uma “grande personalidade” ou “sem um César”, vale dizer,

sem uma figura “heróica” e representativa” (GRAMSCI, 1977, p. 1619). Além disso, ele não terá nunca um único sentido, podendo ser “progressivo” ou “regressivo”:

É progressivo o cesarismo, quando a sua intervenção ajuda a força progressiva a triunfar, embora com certos compromissos e moderações que limitam a vitória; é regressivo quando a sua intervenção ajuda a triunfar a força regressiva, também neste caso com certos compromissos e limitações, que porém têm um valor, um alcance e um significado diversos do caso precedente (GRAMSCI, 1977, p. 1619).

Nas manifestações de 2013, já posta em xeque a coalizão popular-industrial, e alçados ao primeiro plano os interesses do campo financeiro-rentista, emerge com grande força o estrato da burocracia estatal ligada ao Ministério Público, notabilizado pelas ações anticorrupção que a partir dali ganham fôlego através da Lava Jato. O quadro é todo o de uma crise orgânica com solução cesarista regressiva. No centro das atenções o juiz Sérgio Moro e o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot – não exatamente exemplos de César, a despeito do apoio e promoção da mídia, mas seguramente representantes da burocracia estatal orientados politicamente pelas soluções regressivas. Vale dizer, o tipo de intelectuais que não se constituíram como “um elemento nacional” (GRAMSCI, 1975, p.1294), que se apresentam como parte de uma “concentração cultural cosmopolita”, acolhendo e elaborando teoricamente os “reflexos da mais compacta e autóctone vida do mundo” exterior (GRAMSCI, 1977, pp. 1361-2).

Trata-se, no caso que aqui temos em consideração, de um campo intelectual que no atual contexto das correlações de forças internacionais, não hesitou em se fazer “grande parceiro” da hodierna “geopolítica norte-americana” (NASSIF, 2016, p. 249). Como o demonstrou Domenico Losurdo, uma geopolítica fundada nas revoluções coloridas, com início nos incidentes da Praça Tienanmen de 1989 e que, reproduzida em tantos lugares, leva a efeito um combate “com armas psicológicas, sociais, econômicas e políticas”, mas partindo sobretudo do “pressuposto da centralidade da guerra psicológica” (LOSURDO, 2010, p. 229). Aliás, atualizando a obra de Lênin, isso permite pôr em questão a ideia de um imperialismo europeu, ou da União Européia, quando mais não seja porque os gastos militares desta sequer equivalem àqueles realizados pelos EUA, que assim se configura como um verdadeiro imperialismo planetário (LOSURDO, 2004). Certamente, neste campo, como permite ver com didatismo o episódio da derrubada do presidente georgiano Eduard Shevardnadze, figuram com destaque o “papel dos diplomatas’ ocidentais”, tanto quanto o das “organizações não governamentais influenciadas ou hegemônicas pelo Ocidente”, sempre “empenhadas em

‘constituir e a equipar as mídias’ de oposição”, televisões, rádios, que “jogam às vezes um papel de primeiro plano nas fases da revolução.” (LOSURDO, 2010, p. 231)

É de fato impressionante a similaridade da cadeia de causas e efeitos que marcaram os casos acima e o brasileiro. No centro da guerra psicológica, a denúncia de corrupção. No caso georgiano, as denúncias, depois provadas inverídicas, da aquisição, por parte dos parentes de Shevardnadze, de “uma luxuosa casa de campo na cidade termal de Baden Baden, no Sul da Alemanha” (LOSURDO, 2010, p. 231). Tudo a lembrar o que no Brasil envolve as acusações ao ex-presidente Lula.

E eis os protestos brasileiros de 2013, de enorme aproximação com as tantas “revoluções coloridas” ou “Primaveras”. É ainda o artigo de Luis Nassif que nos permite acompanhar com bastante fidelidade esta semelhança, sem nem mesmo deixar de lado o papel do setor cosmopolita da burocracia estatal. Como demonstra o autor, foi o correspondente do jornal O Estado de São Paulo em Genebra, Jamil Chade, quem chamou a atenção para o fato de que “agentes do FBI” perceberam nas manifestações de 2013 a prova de que “a opinião pública brasileira estava suficientemente madura para apoiar ações anticorrupção”, um alerta que também se acendeu na “Cooperação Internacional – a organização informal de procuradores e policiais federais de vários países” (NASSIF, 2016, p. 247). E é este o contexto em que começa a ser planejada a operação Lava Jato, para a qual, seguindo o *script* acima visto, será imprescindível o papel da mídia. Um fato é aqui revelador. A “parceria da Globo com o Ministério Público Federal” na bem-sucedida campanha, lançada já durante a fase em que os protestos transbordam para as grandes massas, voltada à “derrubada da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 37”, que tinha por objetivo proibir que procuradores realizassem “investigações por conta própria” (NASSIF, 2016, p. 248). Ato contínuo emerge a operação Lava Jato, “tendo como fonte de informações apenas um doleiro, Alberto Yousseff”, e com o impressionante “acesso a um enorme volume de informações sobre a Petrobras” (NASSIF, 2016, p. 248). Ainda segundo Nassif, e como que dando confirmação ao que dissemos ser o principal instrumento utilizado na guerra psicológica que interessa à geopolítica estadunidense – as denúncias de corrupção –, esta enxurrada de dados, mais do que no levantamento das denúncias do doleiro citado, fazia pensar nas revelações que então surgiam a partir do “vazamento de informações da NSA (Agência de Segurança Nacional) pelo ex-técnico Edward Snowden”, onde se revelava que a NSA “espionava preferencialmente a Petrobras” (NASSIF, 2016, p. 248).

O quadro ganha sentido quando sabemos que entre as estratégias utilizadas para a afirmação da hegemonia internacional está também a da “internacionalização da justiça”, utilizada como “um fator legitimador”, isto é, “para fortalecer um pólo de influência nos sistemas nacionais acima dos partidos e do Congresso” (NASSIF, 2016, p. 249), e para a qual se busca “atrair, treinar (às vezes pagar) membros do MPF, da PF e do Poder Judiciário” (FERRARI, 2016, p. 244). Compreende-se agora o efeito que esta estratégia tem sobre um setor da burocracia estatal que é expressão “de uma grande fratura entre as massas populares e os grupos intelectuais” (GRAMSCI, 1977, p. 1394). Sem muita dificuldade ele irá abrir-se a esta estratégia, como se viu na viagem do “próprio Procurador Geral da República (PGR)” aos Estados Unidos para comandar uma equipe da Lava Jato em “dois eventos controversos”: o primeiro, “levar informações da Petrobrás para possíveis processos conduzidos pelo Departamento de Justiça contra uma empresa controlada pelo próprio governo”; o segundo, “trazer de lá informações contra a Eletronuclear, fornecidas por uma advogada do Departamento de Justiça ligada a escritório de advocacia que atende o segmento nuclear” norte-americano (NASSIF, 2016, p. 249). Dois setores decisivos para uma estratégia geopolítica (mas também geoeconômica) alternativa àquela do Consenso de Washington, já que a Eletronuclear, por meio da fábrica de Itaguaí-RJ, estava à frente do esforço do Brasil para entrar no seleto grupo dos países com submarino a propulsão nuclear, parte do esforço para defender as reservas do pré-sal, os interesses comerciais do Brasil no Atlântico Sul, e mesmo promover a reindustrialização do país (DRUMMOND, 2017).

Mas a estratégia geopolítica de Washington mira ainda mais longe. E, nesse sentido, revela o quanto permanece atual uma antiga “essência do imperialismo” (LÊNIN, 1987, p. 90), notadamente ligada ao campo das “forma(s) político-diplomática(s)” (GRAMSCI, 1977, p. 2088). Isto é, aquela que visa à conquista da “hegemonia” não apenas por ações diretas, mas indiretamente, quando o uso de terceiros Estados serve para “enfraquecer o adversário e minar sua hegemonia” (LÊNIN, 1987, p. 90). Assim, uma vez que “os BRICS constituem-se no maior inimigo estratégico e de longo prazo dos EUA”, interessa “desmoronar os BRICS pelo membro mais vulnerável e mais próximo geograficamente: o Brasil” (FERRARI, 2016, p. 244).

O golpe brasileiro segue o *script* completo, pois nem mesmo faltam as ONGs ligadas aos interesses dos grandes oligopólios do centro imperialista. Já no calor das grandes manifestações de 2013, seja “nas redes sociais” ou nos “movimentos de rua”, surgiram “da noite para o dia, organizações como o ‘Movimento Brasil Livre’ e Estudantes Pela Liberdade”

as quais, depois se descobriu, “eram financiados pelo Charles Kock Institute, ONG de dois irmãos, Charles e David”, não só “conhecidos por financiar ONGs de ultradireita visando interferir na política norte-americana”, mas também pelas “ambições de ampliar seu império petrolífero explorando outras bacias fora dos EUA” (NASSIF, 2016, p. 249).

E eis novamente o quadro de fratura social que marca a crise orgânica, permitindo que toda uma fração da sociedade brasileira, aqui mais diretamente formada pelas camadas jovens, seja dirigida por necessidades estranhas ao interesse popular e nacional, os únicos aos quais faria sentindo se ligar como meio de alcançar um “desenvolvimento histórico integral” (GRAMSCI, 1977, p. 2028), abrindo-se a formação social brasileira ao projeto da “unificação cultural do gênero humano” (GRAMSCI, 1977, p. 1416).

Bibliografia

AMORIM, Celso. **Breves narrativas diplomáticas**. São Paulo, Benvirá, 2013.

ARCARY, Valério. Junho de 2013 a 2015: as ‘placas tectônicas’ começaram a se mover? In: **Crítica marxista**, n.º. 42, 2016.

AZZARÀ, Stefano. G. Restaurazione e rivoluzione passiva postmoderna nel ciclo neoliberale: un trasformismo intellettuale di massa. In: **Historical Materialism Rome Conference 2015**. Roma, 17-19 settembre 2015.

BOITO Jr, Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: Boito, A. e Galvão, A. (orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda; Fapesp, 2012.

_____. A crise política do neodesenvolvimentismo e a crise da democracia. In: **Crítica marxista**, n.º. 42, 2016a.

_____. Os atores e o enredo da crise política. In: **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. In: Jinkings, I. Doria, K. Cleto, M. (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2016b.

COITINHO, Rita. M. **Entre duas Américas** (Geografia Política da Inserção do Brasil na América Latina). Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2018.

COMPARATO, Fábio K. O impeachment as oligarquias. In: **Carta Capital**, n.º 1001, maio 2018.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 9 ed. Trad. M. R. Braga. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

- DRUMMOND, Carlos. A marinha mostra o rumo. In: **Carta Capital**, n°. 974, out. 2017.
- ESCOBAR, Pepe. **Império do Caos**. Vol 1. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2016.
- FERRARI, Levi. B. Da nova guerra fria ao *impeachment* de Dilma. In: Proner, C., Cittadino, G., Tenenbaum, M. e Filho, W. R. (orgs.). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru-SP: Canal 6, 2016.
- GALVÃO, Luís A. A crítica acrílica da razão dualista. In: **Debate e Crítica**, n° 3, 1974.
- GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1977.
- GRIMALDI, Fulvio. Milosevic, l'ultima entrevista. In: GIUSTI, Roberto e HÖBEL, Alexander. **La NATO in Jugoslavia: dalla guerra al colpo di Stato**. Napoli: La Città del Sole, 2001.
- LÊNIN, Vladimir I. Prefácio à segunda edição. In: **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Trad. J. P. Netto. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1987.
- LEFEBVRE, Henri. De La ciudad a La sociedad urbana. In: **La revolución urbana**. 4 ed. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- LIGOURI, Guido. **Berlinguer rivoluzionario**. Il pensiero político di un comunista democratico. Roma: Carocci, 2014.
- LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. Trad. E. dos S. Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LOSURDO, Domenico. Existe oggi un imperialismo europeo? **L'Ernesto Rivista**, set. 2004.
- _____. **La non-violenza**. Una storia fuori dal mito. Roma-Bari: Laterza, 2010.
- _____. **La lotta di classe**. Una storia politica e filosofica. Roma-Bari: Laterza, 2013.
- _____. **Il marxismo occidentale**. Come nacque, come morì, come può rinascere. Bari-Roma: Laterza, 2017.
- MAMIGONIAN, Armen. O enigma brasileiro atual: Lula será devorado? **Ciência Geográfica**, Bauru, n°. 10, vol. 10 (2), maio/agosto, 2004.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. Trad. M. H. B. Alves. São Paulo: Martins, 1983.
- MORTON, Adam. Gramsci em movimento: a espacialidade da revolução passiva. Trad. D. Mussi e C. Góes. In: **Gramsci: periferia e subalternidade**. Del Roio, M. (org.). São Paulo: Edusp, 2017.

- NASSIF, Luis. Lava Jato: tudo começou em junho de 2013 com a Primavera brasileira. In: Proner, C., Cittadino, G., Tenenbaum, M. e Filho, W. R. (orgs.). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru-SP: Canal 6, 2016.
- OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- POMAR, Valter. Brasil: variáveis estratégicas. In: **Crítica marxista**, nº. 42, 2016.
- RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. In: **Revista de Economia Política**, vol. 1, nº. 4, out.-dez. 1981.
- _____. **Economia: milagre e anti-milagre**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- REHMANN, Jan. **I nietzscheani di sinistra: Deleuze, Foucault e il postmodernismo: una decostruzione**. Trad. Azzarà, S. G. Roma: ODRADEK, 2009.
- ROUSSEFF, Dilma. A segunda Torre de Dilma. **Valor Econômico**, 17.03.2017. Entrevista a Maria Cristina Fernandes.
- SAAD FILHO, Alfredo. Avanços, contradições e limites dos governos petistas. In: **Crítica marxista**, nº. 42, 2016.
- SAFATLE, Vladimir. Parar de crescer. In: **Carta Capital**, nº 784, jan. 2014. <https://www.cartacapital.com.br/revista/784/parar-de-crescer-5994.html> (Acesso 25.05.18)
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, Wanderley G. dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.
- SILVA, Marcos A. da. La crisi politica brasiliana. **Gramsci Oggi**, nº. 2, jul. 2013a.
- _____. Na senda do reformismo: o Brasil sob os governos do PT. **Crítica e sociedade: revista de cultura política**, vol. 3, nº. 2, dez. 2013b.
- _____. Imperialismo e geopolítica: a luta de classes nas eleições brasileiras. **Princípios**, nº. 131, jun.-jul. 2014.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.
- STONE, Oliver. **As entrevistas de Putin**. Trad. C. Szlak, Rio de Janeiro: BestSeller, 2017.
- SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

Brasil, a Antessala do Golpe: reformismo fraco, crise orgânica e geopolítica mundial

Resumo

Utilizando as categorias de análise de Antonio Gramsci em sua intrínseca espacialidade, bem como explorando as fortes conexões geográficas ligadas ao desenvolvimento desigual que toca ao processo histórico da formação social brasileira, e em especial as ligações com a geopolítica mundial e a divisão internacional do trabalho a este desenvolvimento inerentes, o artigo discute as condições que forjaram o golpe de Estado contra Dilma Rousseff no ano de 2016. A abordagem proposta volta-se para a crítica seja da explicação economicista, seja daquela que despreza as relações sociais que se enraízam na produção capitalista. Busca-se com isto uma interpretação em termos de totalidade social, que é o sentido da crise orgânica em Gramsci, pondo em evidência as relações entre estrutura, espaço e superestrutura. Do ponto de vista do processo histórico da formação social brasileira, o artigo parte de um diálogo com interpretações clássicas e atuais que fornecem elementos à definição do problema do desenvolvimento desigual em suas relações internas e internacionais. A conclusão indica que o golpe brasileiro de 2016 resultou de uma complexa imbricação entre as contradições internas da formação social nacional, elas mesmas de aberta expressão espacial, e os mais recentes interesses geopolíticos dos Estados Unidos.

Palavras-chave. Crise orgânica, espacialidade, geopolítica, golpe no Brasil.

Brasil, la antessala del golpe: reformismo débil, crisis orgánica y geopolítica mundial

Resumen

Utilizando las categorías de análisis de Antonio Gramsci en su intrínseca espacialidad, así como explorando las fuertes conexiones geográficas ligadas al desarrollo desigual que toca el proceso histórico de la formación social brasileña, y en especial los vínculos con la geopolítica mundial y la división internacional del trabajo a este desarrollo inherentes, el artículo discute las condiciones que forjaron el golpe de Estado contra Dilma Rousseff en el año 2016. El enfoque propuesto se vuelve hacia la crítica tanto de la explicación economicista, sea de aquella que desprecia las relaciones sociales que se arraigan en la producción capitalista. Se busca con ello una interpretación en términos de totalidad social, que es el sentido de la crisis orgánica en Gramsci, poniendo en evidencia las relaciones entre estructura, espacio y superestructura. Desde el punto de vista del proceso histórico de la formación social brasileña, el artículo parte de un diálogo con interpretaciones clásicas y actuales que proporcionan elementos a la definición del problema del desarrollo desigual en sus relaciones internas e internacionales. A conclusión indica que o golpe brasileiro de 2016 resultou de uma complexa imbricação entre as contradições internas da formação social nacional, elas mesmas de aberta expressão espacial, e os mais recentes interesses geopolíticos dos Estados Unidos.

Palabras clave. Crisis orgánica, espacialidad, geopolítica, golpe en Brasil.

Brazil, the background of the coup d'état: weak reformism, organic crisis and global geopolitics

Abstract

Using Antonio Gramsci's categories of analysis in his intrinsic spatiality, as well as exploring the strong geographical connections linked to the uneven development that touches the historical process of Brazilian social formation, and especially the links with world geopolitics and the international division of labor inherent to this development, the article discusses the conditions that forged the coup d'état against Dilma Rousseff in the year 2016. The proposed approach turns to the criticism of either the economic explanation or the one that despises the social relations that are rooted in capitalist production. This is an interpretation in terms of social totality, which is the meaning of the organic crisis in Gramsci, highlighting the relations between structure, space and superstructure. From the point of view of the historical process of Brazilian social formation, the article starts from a dialogue with classical and current interpretations that provide elements to the definition of the problem of unequal development in its internal and international relations. The conclusion indicates that the Brazilian coup of 2016 resulted from a complex interplay among the internal contradictions of the national social formation, themselves of clear spatial expression, and the most recent geopolitical interests of the United States.

Keyword. Organic crisis, spatiality, geopolitics, coup in Brazil.

A Economia Solidária como um Instrumento de giro Decolonial do saber Econômico Capitalista

Recebido: 20-11-2017

Aprovado: 26-07-2018

Thiago Moreira de Carvalho¹

Luiz Guilherme de Oliveira²

Mariana Lima Cruz de Almeida³

Polliana Cristina Oliveira de Carvalho⁴

Introdução

A colonialidade discrimina, impõe vontades e conhecimentos, inferioriza o ser, impõe modelos de sociedade, principalmente na latino-americana, pautada na exploração, no Apartheid, na vontade do homem, na subjugação de pessoas negras, indígenas, mestiças, crianças e mulheres. Trata-se de um modelo procustiano que legitima um

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Agronegócios pela Universidade de Brasília (UnB), possui graduação em Direito e Psicologia pelo Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB). Foi professor do Curso de Gestão em Agronegócios/UnB e atualmente é professor do Curso de Direito da Universidade Católica de Brasília/UCB e Faculdade Projeção/FAPRO. Consultor Jurídico da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Sindicato dos Avicultores do Distrito Federal (Sindiaves\DF). Advogado Chefe do Escritório Oliveira e Carvalho Advocacia. Contato: tdecarvalho@ymail.com

² Economista. Pós doutorado École des Hautes Études en Science Sociales (EHESS, Paris/França), 2015. Pós doutorado Columbia University - School of International and Public Affairs (SIPA, Nova Iorque/EUA), 2011. Doutor em Política Científica e Tecnológica (DPCT/Unicamp), 2005. Mestre em Economia (PUC/SP), 1998. Professor Associado II da Universidade de Brasília (UnB). Professor Visitante na Columbia University - SIPA (School of International and Public Affairs) - Cátedra Ruth Cardoso NYC/EUA, 2012. Pesquisador do Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública (CEAG-UnB). Foi bolsista da Fapesp, Capes, CNPq e Comissão Fulbright. Contato: lgoliveira@unb.br

³ Possui graduação em Ciências Sociais - Licenciatura pela Universidade de Brasília (2011) e graduação em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade de Brasília (2011). Foi assistente de pesquisa I do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - DF, no projeto de pesquisa II Pesquisa Nacional do Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). Concluiu o Curso de Pós-Graduação - Residência Agrária em Direitos Sociais do Campo, na UFG, campus de Cidade de Goiás. Atuou na Assessoria Técnica, Social e Ambiental a Assentamentos da Reforma Agrária, com ênfase em construção de Planos de Desenvolvimento. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Infantil e Educação Libertária. Tem experiência na área de comunicação e educação, atuando principalmente na produção coletiva de mídia (rádio, vídeo e texto). Atua nos seguintes temas: corpo, arte e técnica, infância, questão agrária e gênero. Contato: tdecarvalho@ymail.com

⁴ Mestre em Letras. Bacharel em Direito e Letras. Advogada e professora. Contato: oliveira@oliveiraecarvalho.adv.br

grupo minoritário e lança mão de regras universalizantes de modos de vida, de produção e de conhecimento.

Uma das formas de reprodução do modelo colonialista é por meio do saber - elemento este que será o foco deste artigo. Será discutida uma das alternativas de produção do saber econômico frente ao capitalismo, o qual influencia as formas de produção, estruturas sociais e relações humanas da sociedade brasileira.

A economia capitalista visa o lucro. Transforma os membros de uma sociedade em seres individualistas, sem se importar com os seus desdobramentos. Impõe novos conhecimentos que oprimem os conhecimentos locais, inferiorizando as perspectivas que não se originam das mesmas fontes europeias.

Como uma tentativa de romper este modelo, há a economia solidária, um modo de produção que se caracteriza pela igualdade de direitos. Os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma democrática. Além disso, utiliza-se como base para este meio de produção conhecimentos locais, contrários ao modelo eurocêntrico claustrofóbico e aprisionador.

O capitalismo, munido do imaginário de legitimidade colonialista, dita que a maioria dos indivíduos é destituída de poder, porque deve ter menos capacidade. São pessoas, segundo este sistema, que não se adequam ao padrão estabelecido, logo, são desprezíveis e devem ser subjugados. Esse raciocínio se sustenta no pressuposto de que numa economia de livre mercado os ganhadores na competição têm que ser os melhores.

Essa estrutura que discrimina deve ser, por óbvio, repensada, especificamente, deve haver uma ruptura da colonização do saber econômico, com o intuito de possibilitar novas formas de o indivíduo interagir com o conhecimento, com os seus recursos e com os outros seres humanos.

Assim, a proposta deste trabalho é sugerir o desenvolvimento da economia solidária como alternativa de produção do saber econômico, com a finalidade de promover conhecimentos e práticas que possibilitem um giro decolonial.

Colonialidade e o Giro Decolonial

A modernidade, segundo Dussel (2000, p. 49), é um “mito” que oculta a colonialidade. Segundo o autor (2000, p.49), na colonialidade “a civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica)”. Outra característica da modernidade liga-se ao fato de que o conhecimento e seu processo educativo de “desenvolvimento devem ser aqueles seguidos pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e a Europa que determina, novamente de modo inconsciente, a falácia desenvolvimentista)” (DUSSEL, 2000, p. 49).

O processo de colonização foi “determinante historicamente para o desenvolvimento ou subdesenvolvimento dos países americanos, atingindo também o processo de produção do conhecimento” (PONTES & TAVARES, 2014, p.4). Atualmente, não se vive mais a relação de colonização entre metrópole e colônia, mas sim, uma relação ressignificada, a qual Grosfoguel (2008, p.55) denomina de “colonialidade”. O termo colonialidade “permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (GROSFOGUEL, 2008, p.55).

A partir desse breve conceito, Mignolo (2003, p. 30) acrescenta que a colonialidade possui uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser. Elementos estes que serão debatidos neste artigo, com o intuito de alcançar a ruptura destes por meio da Economia solidária.

O sociólogo peruano Aníbal Quijano acrescenta ao debate o conceito de colonialidade do poder, que se refere “à sobrevivência dos legados do colonialismo em Estados-nação independentes” (*apud* BERNADINO-COSTA, 2007, p. 313). Segundo Quijano (2000, p.1) “o fenômeno do poder é caracterizado como um tipo de relação social constituído pela presença permanente de três elementos: dominação, exploração e conflito”, que influenciam o trabalho, o sexo, a autoridade coletiva (ou pública), a subjetividade/intersubjetividade, além de seus recursos e produtos.

Com essa especificação do conceito de poder, observa-se que se trata de uma categoria formada por um complexo estrutural, cujo carácter é sempre histórico e específico. Em outras palavras, haverá sempre um certo padrão histórico do poder, com

características contextuais que o compõem. O atual modelo de poder global se materializa com a articulação entre os elementos listados a seguir:

- 1) a colonialidade do poder, que é a ideia de "raça" como base do padrão básico universal de classificação social e dominação social;
- 2) o capitalismo como um padrão universal de exploração social;
- 3) status de controle central universal da autoridade coletiva e do moderno Estado-nação como a sua variante hegemônica;
- 4) eurocentrismo como a forma hegemônica de controle da subjetividade / intersubjetividade, particularmente na forma de produzir conhecimento. (QUIJANO, 2000, p.1).

Por sua vez, Maldonado-Torres (2007, p.130) discorre que a colonialidade do poder “se refere à interrelação entre formas modernas de exploração e dominação”. Já Grosfoguel (2008, p.55) aduz que a expressão colonialidade do poder designa:

um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais.

Ou seja, para o autor, os países periféricos e os povos não-europeus “vivem hoje sob o regime da colonialidade global imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), do Pentágono e da OTAN”. Assim, os povos que se encontram em zonas periféricas estão em situação colonial, mesmo que não estejam subordinadas a uma administração colonial (Grosfoguel, 2008, p.55).

Nessa linha de pensamento Mignolo (2010, p.12) acrescenta que a matriz colonial do poder “é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados”, relacionados ao controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento.

Sobre colonialidade do saber, Castro Gómez (2000, p.154) esclarece que “esta categoria junto à colonialidade do poder encontram-se localizadas em uma mesma matriz genética”. Catherine Walsh (2004, p.4) corrobora com essa ideia ao estabelecer que a colonialidade do poder passa pelo campo do conhecimento. Como consequência imediata, resta explícita a hegemonia eurocêntrica na produção deste.

Ainda sob a perspectiva de Walsh (2004,p.4), a maior consequência da geopolítica do conhecimento é “entender que o conhecimento está disposto da mesma forma que a economia: organizado mediante centros de poder e regiões subordinadas, nas quais os centros das capitais econômicas também são os centros das capitais intelectuais”.

Diante do exposto, pode-se inferir que “a produção intelectual da América Latina tem pouco peso para o mundo” (WALSH, 2004, p.4), tendo em vista que a produção intelectual eurocêntrica possui poder e legitimidade. Catherine Walsh aprofunda suas reflexões sobre a produção intelectual na América Latina:

Desta forma, percebe-se que o discurso da modernidade criou a ilusão de que o conhecimento é abstrato e deslocalizado, fazendo-nos pensar que o conhecimento é universal incorporado-de, não tem casa ou corpo, nem sexo ou cor. É este mesmo discurso da modernidade que também cria a necessidade de todas as regiões do planeta "subir" para a epistemologia da modernidade; ou seja, para cercar da América Latina para o modelo eurocêntrico como o único progresso válido no campo do conhecimento (WALSH, 2004,p.5).

Por sua vez, Pontes e Tavares (2014, p.4) aduzem que a epistemologia eurocêntrica “adquiriu um estatuto de universalidade dado que a produção de conhecimento na modernidade foi alheia aos contextos sociais que determinaram a sua produção”. Segundo estes autores (2014, p.5), a consequência desta epistemologia eurocêntrica é que “a cultura dominante e hegemônica, ao silenciar todas as culturas e formas de conhecimento subalternos, impôs um modelo de racionalidade e um conjunto de valores morais, estéticos e religiosos a todos os povos sob o domínio colonial”. Um desdobramento dessa “cultura dominante” é a subordinação cultural imposta para América Latina, criando, dessa forma, dependências intelectuais.

Sobre a colonialidade do ser, Maldonado-Torres (2007, p.129) a relaciona ao rol da epistemologia e às tarefas gerais de produção do conhecimento nas reproduções de regimes de pensamento coloniais. Em suma, a colonialidade do ser se refere, então, à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem.

Com base no conceito acima, Maldonado-Torres (2008) propõe romper com este modelo de colonialidade, por meio de um verdadeiro giro decolonial. Este termo foi cunhado originalmente pelo autor supracitado, no ano de 2005 e, basicamente, significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico à lógica da modernidade/colonialidade.

Ainda sob a visão do autor citado, o giro decolonial representa uma mudança radical nas formas hegemônicas no centro do debate de poder, ser e saber. Não havendo mais mestres ou escravos, comprometimento a uma ética e a uma política de libertação e aos surgimentos de giros descolonizadores subjetivos.

Sobre o giro decolonial, continua o autor (2008, p.) a afirmar que:

Não se trata, primeiramente, de uma ideia como tal, mas um sentimento e a sensação de horror no desdobramento das formas coloniais de poder na modernidade, formas que foram responsáveis por dividir o mundo entre hierarquias de domínio e várias formas de escravidão fundamentadas, e não de diferenças étnicas ou religiosas, mas mais propriamente, em diferenças naturais presunçosamente, que está ancorado na mesma fisicalidade de indivíduos considerados não totalmente humano.

O giro decolonial deve, pois, ser tratado como uma revolução na maneira que muitos indivíduos colonizados percebem a sua realidade, sendo proposta, ”então, uma mudança, não só ao nível da atitude de indivíduos ou comunidades específicas, mas ao nível de pensamento mundial” (MALDONADO-TORRES, 2008, p.70).

Economia Solidária: conceito e características

A economia solidária é mais que uma alternativa ao capitalismo, é uma forma diferente de produção e comércio necessários para a subsistência e desenvolvimento de determinada comunidade. Em linhas gerais, pode ser definida como o “conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão” (BRASIL, 2015) ou, ainda, “como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade” (SINGER apud OLIVEIRA, 2008, p. 289) entre os participantes desta.

Por sua vez, Nancy Neamtan (2002, p.14) aduz que o termo economia solidária é formada pela combinação de dois outros conceitos: “economia, que se refere à concreta produção de bens ou serviços pelo negócio ou empreendimento que contribui com uma rede em prol do bem-estar coletivo”. E solidariedade, que se refere ao “lucro social, oposta ao puro lucro econômico” (NEAMTAN, 2002, p.14). Este lucro social é mensurado em termos de sua contribuição ao desenvolvimento democrático de encorajamento e empoderamento do cidadão e de projetos, o qual promove o melhoramento da qualidade de vida e do bem-estar da população, especialmente por meio do melhoramento de disposição de serviços (NEAMTAN, 2002, p.14).

Esse modo alternativo de produção tem alguns princípios norteadores, como solidariedade, igualdade, democracia, autogestão e cooperação. Explica Singer como alguns desses conceitos se relacionam à economia solidária.

Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Se são pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo o mundo faz o que precisa. Agora, quando são maiores, aí há necessidade que haja um presidente, um tesoureiro, enfim, algumas funções especializadas, e isso é importante sobretudo quando elas são bem grandes, porque aí uma grande parte das decisões tem que ser tomada pelas pessoas responsáveis pelos diferentes setores. Eles têm que estritamente cumprir aquilo que são as diretrizes do coletivo, e, se não o fizerem a contento, o coletivo os substitui. É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros. (SINGER apud OLIVEIRA, 2008, p. 289).

Segundo as considerações da V Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a economia solidária é uma estratégia de desenvolvimento sustentável, diverso e solidário, como alternativa de estrutura popular organizada dos trabalhadores associados. Sendo assim, termina dizendo que é “uma proposta transversal e articulada com diversos temas, sujeitos e iniciativas para o enfretamento e superação do modelo capitalista” (DUBEUX, MEDEIROS, VILAÇA, SANTOS, 2012, p. 8).

Ainda se faz necessário, por fim, dizer que não é somente uma mera alternativa ao capitalismo como se fosse qualquer outro modo de produção. Singer salienta que a economia solidária se apresenta como uma alternativa superior. Neste ponto da discussão, adverte que a superioridade não diz respeito, somente ou predominantemente, ao aspecto econômico, mas sim e principalmente, na medida em que apresenta um modelo de produção que acarreta estreitamento social e familiar (SINGER, 2002, p. 114). Singer continua explicando sobre a superioridade desta alternativa e termina dizendo que esta superioridade só se comprovará quando ofertar em parcelas crescentes de toda a população oportunidades reais de autossustento, ao ponto de que estas usufruam “o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona.” (SINGER, 2002, p. 120). Assim, a economia solidária é um modelo baseado na autogestão e solidariedade com várias formas de empreendimento.

Referente aos seus princípios, de acordo com Neamtan (2002, p.14), a economia solidária consiste em uma junção de atividades e organizações, emergido de um

empreendimento coletivo, que busca como princípio comum os seguintes elementos estruturais:

- a) o objetivo do empreendimento da economia solidária é servir aos seus membros ou a toda comunidade, em vez de simplesmente se esforçar para adquirir o mero o lucro financeiro;
- b) o empreendimento da economia solidária é autônomo do Estado;
- c) nos seus estatutos e código de conduta, estabelece um processo de tomada de decisão democrática que implica a necessária participação dos membros e dos trabalhadores;
- d) dá prioridade na distribuição de receitas e de excedentes às pessoas e ao trabalho, em vez de ao capital;
- e) suas atividades são baseadas em princípios de participação, capacitação e responsabilidade individual e coletiva.

Com esses elementos em mente, é possível notar a importância da economia solidária para a temática do rompimento das estruturas cristalizadas da modernidade e suas formas de poder que estatizam e legitimam formas de conhecimento ditas ‘universais’.

Economia Solidária: instrumento de giro decolonial do saber econômico capitalista

Escobar (2007, p.55) expõe que os colonizadores acreditam neste discurso do desenvolvimento, que atende “às exigências sociais do cientificamente verificado”. No caso do campo econômico, o colonizador, por meio do FMI, do Banco Mundial (GROSFOGUEL, 2008, p.55) e crente nesta perspectiva desenvolvimentista, impõe ao colonizado sua forma de produzir, quais demandas atender e sua perspectiva epistemológica econômica. O autor (2007, p.55) aduz que o discurso desenvolvimentista “determina o que podemos pensar e dizer”. Assim, a economia do colonizador impõe aos subalternos (RODRIGUEZ, 2009) suas perspectivas, seus objetivos, estruturas e dinâmicas.

Referente ao saber, Mignolo (2000) explica a existência de uma hierarquia do conhecimento e de produção do conhecimento e de teorias por partes dos europeus que subalterniza os não-europeus, reconhecendo que são produtoras de folclore ou cultura, mas não de conhecimento ou de teorias.

Assim acontece com a epistêmica econômica do colonizador, a qual considera-se neutra e superior ao conhecimento econômico local. Grosfoguel (2008, p.53) afirma que “a neutralidade e a objetividade desinserida e não-situada da geopolítica do conhecimento é um mito ocidental”.

Por sua vez, a economia solidária pode romper com essa lógica moderna\colonizadora, no aspecto do saber econômico, sendo um verdadeiro giro decolonial, conforme será exposto.

Segundo De França Filho e Laville (2004, p.111), o fenômeno da economia solidária se apresenta “numa perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade, sob a forma da auto-organização social em torno de ações, ao mesmo tempo, econômicas e políticas”. Da Silva (2011, p.54) acrescenta que a economia solidária democratiza “as relações sociais de produção, contribui para a emancipação do trabalho, considerando o ser humano na sua integralidade, como sujeito e finalidade da atividade econômica”.

Por sua vez, a economia solidária é um instrumento de giro decolonial do saber econômico, tendo em vista o seu caráter de valorização do conhecimento local e a possibilidade de reconfiguração da rede em que o conhecimento local se constitui, conforme será fundamentado a seguir.

De uma maneira geral, a economia solidária valoriza a comunidade, suas tradições e saberes. De acordo com Lisboa (2005, p.110), a economia solidária “se enraíza no artesanato e nas economias com identidades locais e regionais”. Assim, conclui a autora (2005, p.109) :

A expressão economia solidária designa inúmeras experiências que incluem formas diversas de agricultura familiar; assentamentos do MST; empresas industriais ou rurais recuperadas por meio da autogestão; cooperativas; redes de catadores e recicladores; redes nacionais e internacionais de comércio justo; incubadoras de empresas; cooperativas populares; inúmeras experiências de finanças solidárias; clubes de trocas e as economias indígenas e dos quilombos.

O motivo da valorização deste conhecimento da comunidade é o seu pertencimento ao grupo, sendo considerado uma competência coletiva (RETOUR e KROHMER, 2011). Uma competência coletiva se expressa por meio das ações de um grupo de trabalho e por seus participantes.

É o saber fazer operacional próprio a um grupo que lhe permite atingir um desempenho fora do alcance de um único indivíduo ou superior à soma das habilidades individuais. Essas competências coletivas se concretizam no momento da ação individual dos participantes. (RETOUR apud GATTAI, 2014, p.38).

Reconhecer as competências coletivas de uma comunidade é o que permite um arranjo da economia solidária, tendo em vista que utilizará as ações, conhecimento e rotinas locais. Assim, rompe com o conhecimento do colonizador, quando não busca desqualificar o conhecimento da comunidade, pormenorizado como folclore ou cultura, como foi assinalado, mas sim, como conhecimento que possibilite o seu sustento.

Neste sentido, a superação das lógicas da colonialidade não se dá apenas no nível da transformação dos sistemas econômicos, nem apenas na dimensão do modo de produzir conhecimento. Afinal, ambas as esferas da vida estão intrinsecamente imbricadas uma na outra. Conforme ensina CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL (2007, p.17):

Devemos entender que o capitalismo não é só um sistema econômico (paradigma da economia-política) nem tampouco é apenas um sistema cultural (paradigma dos estudos culturais/pós-coloniais em sua vertente 'anglo-saxã'), mas é uma rede global de poder, integrada por processos econômicos, políticos e culturais, cuja soma mantém todo o sistema.

No caso do modo de produção de vida e conhecimento hegemônico, o capitalismo repercute o princípio epistemológico que fundamenta o lucro econômico nas relações sociais e com o conhecimento. Essa lógica prioriza a descontextualização dos resultados do saber, ao mesmo tempo que produz conhecedores de especialidades, divididos, separados e alienados da totalidade em que se insere seu saber. Ou seja, funciona a partir da mesma estrutura da produção econômica capitalista:

(...) existe uma distribuição geopolítica do conhecimento e das línguas. As línguas e os conhecimentos funcionam como funciona a economia: mediante um sistema valorativo, que classifica assimetricamente a produção, o consumo, a distribuição e a circulação de bens. (GARCÉS, 2007, p.225)

Mesmo diante do empreendimento colonial, muitas outras formas de conhecer e estar no mundo resistem. Os povos tradicionais de todo o planeta seguem produzindo saberes que não atendem aos pressupostos da epistemologia eurocentrada. Em constante contraposição a este último modelo, universalizante e hierarquizante, pode-se, portanto, falar em saber local. Manuela Carneiro da Cunha (1999) sistematizou o conceito da seguinte maneira:

Digo saber local porque, a meu ver, embora a expressão englobe a de saber tradicional

ou de saber indígena, ela se presta menos a confusões. A escolha dos termos não é fortuita. Saber local, como aliás qualquer saber, refere-se a um produto histórico que se reconstrói e se modifica, e não a um patrimônio intelectual imutável, que se transmite de geração a geração. (...) Sendo o saber local um processo de investigação e recriação, o problema está antes na erosão das condições de produção desse saber. Pois qual a natureza daquilo que se transmite? Diria que tanto quanto e talvez mais do que informações, é sobretudo uma combinação de pressupostos, formas de aprendizado, de pesquisa e de experimentação. Se entendermos o tradicional como essa forma específica de se praticar ciência (e não como conteúdos ancestrais específicos), então a palavra tradicional passa a ser equivalente a local. (1999, p.157)

Como explicitado pela autora, o conhecimento nunca está, portanto, apartado da vida. Os chamados conhecimentos tradicionais visibilizam, se apoiam e dialogam com a diferença a partir do contexto, das relações sociais e das realidades que produzem. Os espaços e tempos de aprender e ensinar estão, portanto, intrinsecamente ligados aos processos sociais a que os sujeitos pertencem, se materializando no processo de trabalho. A aprendizagem depende de um vínculo estabelecido entre quem ensina e quem aprende. O conhecimento é produzido, transmitido e validado nos ritos, na convivência, nos processos produtivos. O intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos (2015, p.90) sintetiza esses pressupostos:

Por que exatamente as deusas e deuses e/ou divindades dos ditos povos pagãos faz com que povos como os Yanomami e tantos outros que pensam a partir da lógica cosmovisiva politeísta detenham tanto saber? (...) Acredito que seja essa estreita relação dos povos de lógica cosmovisiva politeísta com os elementos vitais, uma das principais chaves para compreensão de questões que interessam a todos e a todas. Pois sem a terra, a água, o ar e o fogo não haverá condições sequer para pensarmos em outros meios.

Os regimes de conhecimento chamados aqui de saber local são processos de relação com a terra, com os deuses e com as pessoas que apontam para uma lógica de pensamento “*plurista territorializado*” (SANTOS, 2015, p.91). Assim, a alteridade epistêmica que apresentam articula-se necessariamente a outras lógicas de estar no mundo, incluindo-se aí, outras lógicas econômicas.

Interessado eminentemente em produzir alternativas ao capitalismo na Europa pós-guerra, o intelectual francês Marcel Mauss (1925) estudou a noção de dádiva, ou seja, a prática de dar, receber e retribuir presentes de modo que se apresentam, simultaneamente, como um ato desinteressado e obrigatório. Em seu profícuo ensaio, ele identifica um princípio heurístico nos regimes de troca que investigou. Segundo o autor (1925, p.309), “*os fatos que estudamos são todos fatos sociais totais: isto é, eles*

põe em ação a totalidade da sociedade e de suas instituições” . Nesses processos, o objeto não está separado de seu primeiro proprietário; seu valor não é medido em termos monetários, mas em sua capacidade de constituir e/ou fortalecer vínculos entre coisas e pessoas que estão, potencialmente, misturadas.

Se, por um lado, a conquista colonial arrancou de vários povos seus territórios transformando-lhes em mão de obra, a colonialidade continua a expropriar-lhes as condições de possibilidade de produzir seus saberes, suas economias, seus mundos. No sistema-mundo capitalista, o poder do conhecimento está na possibilidade de transformar a ele e a seus resultados em *commodities*: tudo se vende, nada lhe escapa. Enquanto proposta de giro decolonial, o que a chamada economia solidária pode fazer é reconfigurar a rede em que o conhecimento local se constitui, re-tramando a comunidade. O saber descontextualizado, alheio a quem trabalhando o põe em operação, não traz de volta nenhum poder ou autonomia. Assim, os empreendimentos solidários, ao proporem a posse coletiva dos meios de produção e dos frutos do trabalho, têm a potência de re-criar as condições de produção do saber local, na medida em que reestabelecem a trama comunitária.

No entanto, há que atentar para o fato que apenas valorizar conteúdos específicos, considerados tradicionais, não garante que os sistemas de saber local serão fortalecidos:

O curioso destes tempos de capitalismo global é que os conhecimentos indígenas são depreciados no contexto do uso das línguas modernas e do domínio da máquina desenvolvimentista e cientificista atual, mas, ao mesmo tempo, há um saque do conhecimento coletivo das comunidades camponesas e indígenas do planeta. Ou seja, enquanto se desqualifica, em nome da ciência e do progresso, os saberes e as línguas das comunidades indígenas que veiculam esses saberes, ao mesmo tempo se busca, por um lado, promover acordos e implementar mecanismos legais que permitam o roubo desses conhecimentos e, por outro, apropriar-se das línguas que o veiculam (GARCÉS, 2007, p.229).

Assim, o desafio e os gargalos apresentados à economia solidária são equivalentes e articulados aos dos saberes locais. No atual momento da economia do sistema-mundo, corre-se o risco de criar – apenas – um novo nicho de mercado para produtos e conhecimentos não-hegemônicos. A lógica do mercado capitalista tende a fagocitar os produtos e os processos de produção da economia solidária e seus saberes associados. Portanto, na dimensão econômica, é fundamental descolonizar as formas de trabalho enquanto que no campo epistemológico, o desafio é não confinar o saber local

à prisão da prática, mantendo-se assim, a mesma lógica binária da epistemologia eurocentrada. Como observado ao longo do artigo, há um imbricamento necessário entre a dominação, a exploração e o conflito para que a colonialidade se sustente no tempo e no espaço. Da mesma forma, saber local, processo de produção-circulação-consumo e autonomia política não podem ser vividos e analisados desvinculados um do outro.

Diante desta construção, uma nova pergunta pode ser feita: Como a presença permanente dos três elementos (dominação, exploração e conflito) se inscreve no modo de produzir conhecimento e como o fortalecimento dos sistemas e processos de saber local pode contribuir para o enfrentamento à colonialidade do poder?

Em primeiro lugar, observa-se que o conhecimento produzido e/ou apropriado pela Europa/pelos europeus se (re)produz enquanto se funda com um poder de legitimidade não acionado para outros tipos de saber. Paralelo ao processo de exploração da terra via implementação de monocultivos de commodities manejados por pessoas escravizadas sob autoridade colonial, o conhecimento é gerado por poucos e em centros de poder, com vistas a produzir modos mais eficientes de dominação e exploração.

Historicamente, o surgimento da ciência positivista e do pensamento iluminista coincide, é impulsionado e retroalimenta o movimento colonial de domínio e exploração de outros continentes, como África e América. O processo de conquista é possibilitado, por um lado, pelo desenvolvimento de tecnologias bélicas, de navegação e de exploração/saque/genocídio da dos povos originários e seus recursos, e, por outro lado, por discursos pretensamente universalistas que justificam e legitimam a dominação de um povo sobre outros. Assim, enquanto as ciências duras constituíram-se enquanto modos objetivos de observação da natureza afim de *descobrir* leis universais aplicáveis a quaisquer contextos, a filosofia e o pensamento político forneciam as bases para produzir um sujeito racional e individual e para separar sua vontade da de Deus e do mundo natural⁵. Para Castro-Gómez e Grosfoguel (2007, p.20):

somente o conhecimento gerado pela elite científica e filosófica da Europa era tido como conhecimento 'verdadeiro', já que era capaz de abstrair de seus condicionamentos espaço-temporais para localizar-se em uma plataforma neutra de observação.

5 Para mais sobre o tema, ver: Mauss (2003[1938]) e Dumont (1985[1983]).

Neste sentido, o saber legitimado ocidental fundamenta-se na divisão ontológica entre natureza (mundo) e cultura (pensamento humano). É esta articulação que o permite, epistemologicamente, a constituição de outras operações binárias, tais como as oposições entre sujeito e objeto, abstrato e concreto, privado e público, enfim, entre o domínio do universal e seu contrário, o particular.

É justamente este mecanismo de transformar uma particularidade em universalidade que cria os pressupostos teóricos e práticos para empreender e, simultaneamente, compreender como “*o poder econômico e político que a Europa consegue acumular, a partir do século XVI, permite que se imponha seu habitus como norma, ideia e projeto universal para todos os povos do mundo*” (GARCÉS, 2007, p.220). Assim sendo, a noção de universalidade advogada pelo conhecimento científico não apenas é parte de uma tradição local quanto também articula um movimento de colonização do mundo que forja as bases materiais e simbólicas para o advento do capitalismo.

Portanto, a história da produção, circulação e consumo dos conhecimentos dá pistas para compreendê-lo como estando sempre marcado geopoliticamente: “*tem valor atribuído e um determinado lugar de origem; não existe conhecimento abstrato nem deslocalizado.*” (GARCÉS, 2007, p.226). Citando Castro-Goméz (2005) e Mignolo (1999a), os autores ainda afirmam que o discurso da modernidade guarda em si a armadilha da (falsa) necessidade de *subir* à epistemologia moderna para produzir verdadeiro conhecimento, não importando aonde no mundo se encontre. Neste ponto, é fundamental compreender que:

Em geral, os sistemas ocidentais de saber são considerados universais. No entanto, o sistema dominante também é um sistema local, com sua base social em uma determinada cultura, classe e gênero. Não é universal em sentido epistemológico. É apenas a versão globalizada de uma tradição local extremamente provinciana. Nascidos de uma cultura dominadora e colonizadora, os sistemas modernos de saber são, eles próprios, colonizadores. (SHIVA, 2003, p.21)

Se o conhecimento científico não é universal na dimensão epistemológica, ele se torna universalizante ao submeter a seus próprios critérios de validação qualquer outro produto do conhecimento de outros povos. Importante notar que este processo de aniquilação e apropriação dos saberes não ocorre de maneira isolada dos processos de dominação econômica, territorial e política: ao contrário, um é condição de

possibilidade do outro.

Conclusão

O processo de colonização do saber econômico busca impor ao dito ‘subalterno’ teorias e conhecimentos dos povos europeus, desqualificando o conhecimento dos povos latinos ou de quaisquer outros que não sejam europeus. A premissa dos colonizadores perpassa pela ideia de que a “nossa ciência é a verdade e o pensamento de vocês é apenas um folclore”. Assim, com o intuito de romper com a colonização do saber econômico eurocêntrico, este artigo busca evidenciar a possibilidade da utilização da economia solidária como instrumento de giro decolonial, especificamente, da epistemologia econômica do norte global.

Conforme brevemente demonstrado, a economia solidária é um instrumento de giro decolonial do saber econômico, tendo em vista seu caráter ligado à valorização do conhecimento local e a reconfiguração da rede em que o conhecimento local se constitui, re-tramando a comunidade. Pensar em formas de romper com a colonização do saber, principalmente econômico, empodera os ‘subalternos’, possibilitando uma nova forma de construção da sociedade para que sejam protagonistas das suas próprias histórias, equilibrar as relações de poder e propor novas formas de conhecimento, rompendo assim com a colonização do poder e do ser, em relação a “sociedade hegemônica.”.

Observa-se ainda, como fruto das ponderações aqui correlacionadas, que a economia solidária requer uma ampla ação em termos de políticas públicas, como forma de potencializar as oportunidades do seu desenvolvimento como alternativa ao modelo universalizante e eurocêntrico de poder e saber atual. Com isso, experiências de expansão da economia solidária passariam a ser mais expressivas, constituindo-se potencialmente como um modo de produção alternativo no Brasil e no mundo.

Conforme demonstrado neste artigo, a economia solidária é um instrumento de giro decolonial ao romper com o saber, o ser e o poder eurocêntrico, reconhecendo o conhecimento dos povos tradicionais, como fator de produção importante que extrapola a visão capitalista hegemônica. Por fim, esta discussão não se esgota neste artigo merecendo ser objeto de futuros trabalhos e reflexões.

Referência bibliográfica

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. 2013, n.11, pp. 89-117

BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. O que é economia solidária? 2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em 14 de abril de 2015

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global / compiladores Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel*. – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón (Ed.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Siglo del Hombre Editores, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica*. *Estudos Avançados*, 13(36) pp.147-163.

DE MELO LISBOA, Armando. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005.

DE FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.

DE FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. UFRGS Editora, 2004.

DUBEUX, Ana; MEDEIROS, Alzira; VILAÇA, Mônica; SANTOS, Shirley. *A construção de conhecimento em economia solidária: Sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste*. Pernambuco: F&A Gráfica e Editora Ltda, 2012.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*. Editora Unesp, 2006.

DUSSEL, Enrique. *Introducción a una filosofía de la liberación latinoamericana*, (II e III) 2000.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. 1985[1983]. Rio de Janeiro: Rocco.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Bogotá: Editorial Norma. 1996 (47 a 100).

GARCÉS, Fernando. Las políticas del conocimiento y la colonialidad lingüística y epistémica. : *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global / compiladores Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel*. –

Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

GATTAI, Silvia. As competências dos empreendedores solidários: estudo com catadores em cooperativas de coleta e tratamento de resíduos sólidos em São Bernardo do Campo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2014.

GROSGOUEL, Ramón. Hacia um pluriversalismo transmoderno decolonial. *Tabula Rasa*, n.9, julho-dezembro, 2008.

_____. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008.

GARCÉS, Fernando. *Las políticas del conocimiento y la colonialidad lingüística y epistémica*. In: *El giro decolonial Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. 2007. Bogotá, Siglo del Hombre Editores.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global / compiladores Santiago Castro-Gómez y*

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre o Dom*. In: *Antropologia e Sociologia*. 2003[1925]. São Paulo: Cosac Naif.

_____. *Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”*. In: *Antropologia e Sociologia*. 2003[1938]. São Paulo: Cosac Naif.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, no 34, p. 287-324, 2008.

NEAMTAN, Nancy. The social and solidarity economy: towards an ‘alternative’ globalisation. In: *Background paper prepared for the symposium Citizenship and Globalization: Exploring Participation and Democracy in a Global Context*. 2002. p. 14-16.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Entrevista. *Estudos Avançados*, vol. 22, nº 62. Jan-abril - São Paulo, 2008.

PONTES, S.; TAVARES, M. A Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA): um estudo da inclusão da diversidade epistemológica numa perspectiva não hegemônica. *Congreso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología, Innovación y Educación*, 2014.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina”. En: *Edgardo Lander (ed.). La colonialidad del saber. Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, CLACSO. 2000.

RETOUR, Didier; KROHMER, Cathy. A competência coletiva: uma relação-chave na gestão das competências. *RETOUR, D. et al. Competências coletivas: no limiar da estratégia*. Porto Alegre: Bookman, p. 45-78, 2011.

RODRÍGUEZ, Ileana. “Subalternismo”. Dicionario de Estudios Culturales Latinoamericanos. Mónica Zsurmuck, Robert Mckee (coord.). México: Siglo XXI editores, 2009.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos. Modos e significações*. 2015. Brasília: INCTi.

SARAIVA, Regina Coelly Fernandes; DA SILVA CRUZ, Tânia Cristina. A cultura, os saberes e a tradição no arranjo da economia solidária ambiental. *Cadernos de Agroecologia*, v. 9, n. 3, 2014.

SINGER, Paul. Finanças solidárias e moeda social. **FELTRIM, Luiz E.; VENTURA, Elvira CF; DOLD, Alessandra Von B. Projeto inclusão financeira. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.**

_____. Introdução à economia solidária. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente*. São Paulo: Gaya. 2002.

TIBURCIO, Breno Aragão; VALENTE, Ana Lucia EF. O comércio justo e solidário é alternativa para segmentos populacionais empobrecidos? Estudo de caso em Território Kalunga (GO). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 45, n. 2, p. 497-519, 2007.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* / compiladores Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel. – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

A Economia Solidária como um Instrumento de giro Decolonial do saber Econômico Capitalista

Resumo

O capitalismo influencia as formas de produção, estruturas sociais e relações humanas da nossa sociedade. A colonialidade do saber econômico reproduz e submete aos subalternos suas perspectivas, seus objetivos, estruturas e dinâmicas. Assim, a proposta deste trabalho é sugerir o desenvolvimento da economia solidária como alternativa de produção do saber econômico, com a finalidade de promover conhecimentos e práticas que possibilitem um giro decolonial.

Palavras-chave: giro decolonial, economia solidária, colonialidade do saber, capitalismo

The Solidarity Economy as a Decolonial turn Instrument of the Capitalist Economic Knowledge

Abstract

Capitalism influences the forms of production, social structures and human relations in our society. The economic coloniality of knowledge, reproduces and submits at subaltern its prospects, objectives,

structures and dynamics So the purpose of this paper is to suggest the development of the solidarity economy as an alternative economic production of knowledge, in order to promote knowledge and practices to enable one decolonial turn.

Keywords: decolonial turn, solidarity economy, coloniality of knowledge, capitalism

La Economía Solidaria como un Instrumento de giro Decolonial del saber Económico Capitalista

Resumen

El capitalismo influye en las formas de producción, estructuras sociales y relaciones humanas de nuestra sociedad. La colonialidad del saber económico reproduce y somete a los subalternos sus perspectivas, sus objetivos, estructuras y dinámicas. Así, la propuesta de este trabajo es sugerir el desarrollo de la economía solidaria como alternativa de producción del saber económico, con la finalidad de promover conocimientos y prácticas que posibiliten un giro decolonial.

Palabras clave: giro decolonial, economía solidaria, colonialidad del saber, capitalismo

Direito Indígena e o Paradigma Instituído pela Constituição de 1988: direito à alteridade

Recebido: 02-01-2018
Aprovado: 09-05-2018

Rafael Alem Mello Ferreira¹
Fabiana Bittencourt²
Alisson Jordão Rêgo³

Introdução

A Constituição Federal de 1988 marca uma nova visão a respeito dos direitos dos índios, à luz das concepções antropológica e jurídicas, que, ao contrário das constituições anteriores que tinham a intenção de integrar o índio à comunidade nacional, aniquilando a cultura indígena e desrespeitando suas diferenças, busca respeitar a sua especificidade étnico-cultural, garantindo-lhe o direito de ser e de permanecer índio. Assim, a ordem constitucional instituída pela referida Constituição tem como mote a mudança de paradigma, abolindo a tentativa de integração e adotando a concepção de interação.

A partir dessa ótica, o objetivo do presente trabalho será estudar a nova ordem instaurada pela Constituição de 1988 no tocante aos direitos dos povos indígenas em relação aos direitos que eram a estes atribuídos anteriormente, à maneira como este eram tratados pelos ordenamentos jurídicos anteriores e as alterações promovidas pelo advento da nova ordem constitucional promulgada em 1988.

Destarte, o primeiro item do presente trabalho refere-se à análise do contexto vivenciado pelos povos indígenas durante o regime militar, no intuito de demonstrar o tratamento dispendido aos povos indígenas pelo ordenamento jurídico brasileiro principalmente no momento anterior à promulgação da Constituição de 1988.

¹ Doutor em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Professor da Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM) e Coordenador e professor do Curso de Direito da PUC-MG.

² Mestre pela Faculdade de Direito do Sul de Minas - Área de concentração: Constitucionalismo e Democracia. Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas. Participante dos grupos de pesquisa “Reflexões Críticas sobre Direitos Fundamentais e Garantias Constitucionais” e “Ultima Ratio”; Atualmente é professora substituta da disciplina de Instituições de Direito Penal I e II e Parte Especial do Direito Penal I pela Faculdade de Direito do Sul de Minas. Contato: fafabittencourt@hotmail.com

³ Graduando em Direito na Faculdade de Direito do Sul de Minas e bolsista FAPEMIG. Tem suas pesquisas concentradas nas áreas de direito constitucional, direitos humanos e ciência política.

Em seguida, o segundo item abordado neste trabalho tem por objetivo o estudo da criação do Estatuto do índio, suas influências, seu momento de produção, buscando demonstrar o contexto de sua formulação e a regulamentação decorrente das concepções à época predominantes.

Por fim, o último item tem por objeto de estudo a análise da Constituição Federal como construção de um novo paradigma ao direito indígena, abandonando o ideário de integração do índio e adotando a interação como modelo a ser seguido, demonstrando os impactos dessa nova forma de compreender a relação com os povos indígenas na interpretação das legislações protetoras já existentes.

Os Povos Indígenas e a Ditadura Militar

Durante a ditadura militar ocorrida entre os anos de 1964 a 1985, o Brasil viveu momentos de grande retrocesso em relação aos direitos individuais, por um lado e, de outro, o país viveu momentos de grande expansão devido ao milagre econômico e investimento de capital estrangeiro. Portanto, nessa época de antagonismos, houve várias construções de hidrelétricas e rodovias, levando um conflito de interesses entre Estado e indígena, com a restrição de direitos desses povos.

O conflito de interesses entre indígenas e grandes latifundiários, principalmente da região norte do país, por disputa de terras foi algo recorrente. Percebe-se, em tal período, uma omissão por parte do estado brasileiro, que se quedou inerte em relação aos conflitos de terras, ou, quando, atuava, defendia os interesses dos grandes proprietários em detrimento das minorias indígenas. Houve também violações diretas por parte do estado brasileiro, como mostra o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014):

Omissão e violência direta do Estado sempre conviveram na política indigenista, mas seus pesos respectivos sofreram variações. Poder-se-ia assim distinguir dois períodos entre 1946 e 1988, o primeiro em que a União estabeleceu condições propícias ao esbulho de terras indígenas e se caracterizou majoritariamente (mas não exclusivamente) pela omissão, acobertando o poder local, interesses privados e deixando de fiscalizar a corrupção em seus quadros; no segundo período, o protagonismo da União nas graves violações de direitos dos índios fica patente, sem que omissões letais, particularmente na área de saúde e no controle da corrupção, deixem de existir⁴.

No contexto acima descrito, grande obra realizada durante o regime militar foi a construção da Transamazônica, que tinha como objetivo integrar o Norte do país. Tal rodovia passaria por sete estados brasileiros, promovendo fácil acesso e circulação de pessoas, bens e serviços, visando ao desenvolvimento político e econômico de tal região do país. Entretanto, em que pese a grande repercussão que a construção promoveria, sua execução foi abandonada

⁴ Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/Texto 5, p. 204>.

no meio do percurso, tornando-se umas das principais obras inacabadas do país. Todavia, em que pese seu status de inacabada, para a construção de tal estrada, na época, foi necessário remover vários povos indígenas de suas terras, além de afetar de maneira trágica 29 etnias, através de doenças e conflitos, conforme destaca o relatório da CNV. Ademais, outras rodovias foram construídas durante tal regime, trazendo também grandes impactos à população indígena. Como relata o relatório da CNV (2014):

Vários documentos e relatos colhidos durante as investigações recentes da Comissão Nacional da Verdade apontam que cerca de 8 mil indígenas foram mortos, em conflitos, crises de abastecimento ou epidemias trazidas pelos trabalhadores, em consequência da construção de quatro rodovias: a Transamazônica; a BR-174, que liga Manaus a Boa Vista; a BR-210, conhecida com Perimetral Norte; e a BR 163, que liga Cuiabá a Santarém. Essas estradas faziam parte do Plano de Integração Nacional (PIN), instituído em 1970, pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. O PIN previa que 100 quilômetros em cada lado das estradas a serem construídas deveriam ser destinados à colonização. A intenção do governo era assentar cerca de 500 mil pessoas em agrovilas que seriam fundadas nesses locais⁵

Tais obras tinham como objetivo realizar a integração do índio com o homem branco. Tal integração seria realizada através das grandes construções, transformando os povos indígenas afetados em trabalhadores que, aos poucos, iam se integrando à comunidade e passando a ser “civilizados”. Uma declaração dada em 1972, pelo superintendente da Funai na época, o general Ismarth de Araújo, explicou ao jornal O Estado de S. Paulo que “índio integrado é aquele que se converte em mão de obra” e que essa integração se daria de forma “lenta e harmoniosa⁶”.

Com o a decretação do Ato Institucional n.º 5^a – AI-5⁷ - pelo governo militar, houve uma maior perseguição política por parte do governo contra seus opositores, sendo, por reflexo, também afetados os povos indígenas por tal medida, vez que qualquer um que resistisse às políticas de integração da FUNAI⁸ seria perseguido.

⁵ Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/indigenas/> acesso em: 02/03/2017

⁶ Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/indigenas/> acesso em: 25/10/2016

⁷ O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> acesso em: 25/10/2016

⁸ A Fundação Nacional do Índio – FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Cabe à FUNAI promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. A FUNAI também coordena e implementa as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/quem-somos> acesso em: 25/10/2016

Durante essa época, prisões específicas para os indígenas se tornaram comuns. Tais instituições recebiam o nome de reformatório, mas pouco se sabe sobre o que realmente acontecia lá e os seus propósitos. A organização Memórias da Ditadura relata que:

Em 1969, por exemplo, começou a funcionar no município de Resplendor (MG) o Reformatório Agrícola Indígena Krenak, um “centro de recuperação” de índios mantido pela ditadura militar. Indígenas de todas as regiões do Brasil foram jogados em suas celas, acusados por “crimes”, como vadiagem, consumo de álcool e pederastia (homossexualidade masculina). No Reformatório do Krenak, os militares também forçaram a criação de milícias indígenas, as Guardas Rurais Indígenas (GRINs), treinadas para aplicar técnicas de tortura criadas pelo homem branco. Esse experimento sinistro do regime militar até hoje é cercado de mistérios⁹

Um depoimento que a CNV destaca é o de Oredes Krenak, que conta o que passou em um desses reformatórios, mostrando que a violência era recorrente em tais lugares:

Bater era normal para eles. Se o índio tentava se justificar por alguma acusação, batiam com cassetete grande, depois jogavam na prisão. Não podiam nem perguntar por que estavam sendo punidos. Também batiam de chicote. Algemavam o preso dentro da cadeia e ele não podia falar, argumentar. Ameaçavam com arma. Os mais antigos contam que quando matavam um índio, jogavam no rio Doce e diziam para os parentes que tinha ido viajar. Quando estavam muito debilitados, jogavam no hospital. A gente não sabia se estavam mesmo no hospital ou se foram massacrados ou morreram de fome, sede. A gente não via morrer aqui, era quando estavam no hospital. Até a década de 1980 nosso povo sofreu bastante com os militares¹⁰.

Vale destacar o Relatório Figueiredo, escrito pelo promotor que percorreu o Brasil durante os anos de 1968 e 1969, apurando as violações de direitos ocorridas contra os povos indígenas. Há relatos de campos de concentração onde os índios eram presos e torturados. Tal documento foi redescoberto em 2013, após supostamente ser eliminado em um incêndio no Ministério da Agricultura. Ele foi encontrado no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, com mais de 7 mil páginas preservadas e contendo 29 dos 30 tomos originais.

Os resultados da tentativa de integração de povos indígenas durante o regime foi desastroso, causando mortes e sofrimento, através a ação e omissão e do Estado Brasileiro, como conclui o relatório da CNV:

Como resultados dessas políticas de Estado, foi possível estimar ao menos 8.350 indígenas mortos no período de investigação da CNV, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão. Essa cifra inclui apenas aqueles casos aqui estudados em relação aos quais foi possível desenhar uma estimativa.

O número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada e que há casos em que a quantidade de mortos é alta o bastante para desencorajar estimativas.¹¹

A violência contra os povos indígenas está presente desde o início da colonização, e, apesar de ter diminuído ao longo dos anos com a criação de fundações específicas para

⁹ Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/indigenas/> acesso em: 25/10/2016

¹⁰ Arquivo CNV, 00092.003063/2014-40, Depoimento de Oredes Krenak.

¹¹ Disponível em: [http://www.cnv.gov.br/Texto 5](http://www.cnv.gov.br/Texto%205), p. 205.

amparo e proteção dos povos indígenas, ainda está presente em nossa sociedade. Prova disso foi esse recente histórico na ditadura militar que mostra ser necessário um estudo mais profundo a respeito desse povo que sempre viveu em nossas terras e sofreu como o modo de civilização que é imposta a eles.

A Criação do Estatuto do Índio

A tentativa de integrar o indígena ao modo de viver predominante do povo colonizador causa inúmeras controversas. Isso se deve à dificuldade de compreender uma cultura totalmente diferente e tentar impor um modo de viver para tais indivíduos. Durante muito tempo o Estado Brasileiro foi pensando em modos que poderiam integrar de vez os povos indígenas à sua cultura, não os entendendo como sujeitos de cultura própria e independente.

O estatuto do índio surgiu durante o período da ditadura militar. Foi promulgado através da Lei nº 6001 de 1973 e tinha como principal objetivo integrar o indígena com o “homem civilizado”, o que se percebe logo em seu primeiro artigo:

Art.1º - “Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional”.

O Estatuto do Índio surgiu no período autoritário, sendo instituído com a intenção de responder à comunidade internacional sobre inúmeras denúncias de extermínio de populações indígenas em território nacional¹². Entretanto, em razão do período em que foi criando, ainda apresenta como fundamento a futura integração, ou seja, visa a garantir temporariamente alguns direitos, eliminando aos poucos o elemento índio, já que com o passar do tempo, este iria perder sua cultura original, deixando de ser índio e se incorporando à comunidade nacional (isolados, em vias de integração e integrados – o Código Civil de 1916, vigente à época, previa que os índios eram relativamente incapazes – art. 6º, IV).

O Estatuto do Índio, nesse sentido, corrobora a visão adotada à época pelo Código Civil de 1916, que previa ser o índio relativamente incapaz, ou seja, não sendo capaz de exercer por si

¹² COLAÇO, Thais Luzia. Os “novos” direitos indígenas. In: WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato (orgs.). *Os “novos” direitos no Brasil: naturezas e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas*. São Paulo: Saraiva, 2003. p.87.

alguns de seus direitos, dependendo, portanto de representante para expressão de sua vontade e para a prática dos atos da vida civil.

Tal representação deveria ocorrer através de um ente estatal que, de 1910 a 1967 era a SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e atualmente a FUNAI (Fundação Nacional do Índio). O auxílio de tais entes seria necessário até ocorrer a integração do índio à sociedade, ou seja, eles previam que com o passar do tempo, o modo de viver do “homem civilizado” iria alcançar o indígena que se adaptaria a isso. Logo, o objetivo do paradigma da integração do índio era que, em determinado momento, a figura indígena deixaria de existir, posto que estariam todos os índios integrados ao ordenamento jurídico e, portanto, civilizados.

Na época da criação do Estatuto do Índio, muito se discutia a respeito de como essa integração do índio deveria ser feita. Algumas pessoas defendiam a ideia que o índio precisava trabalhar e com isso iria se integrar a realidade do homem branco. Assim, o índio deveria servir de força de trabalho e, conseqüentemente, passaria a integrar a comunidade e se tornaria civilizado, deixando de ser índio.

Por ter sido promulgado durante o regime militar a ideia de integração era muito forte e tal fato ocorreria através da exploração da mão de obra indígena como destaca o Relatório da Comissão Nacional da Verdade¹³:

A ideia de integração se apoia em abertura de estradas, particularmente a Transamazônica e a BR 163, de Cuiabá a Santarém, além das BR 174, 210 e 374. A meta era assentar umas 100 mil famílias ao longo das estradas, em mais de 2 milhões de quilômetros quadrados de terras expropriadas. Na época, o ministro do Interior era o militar e político José Costa Cavalcanti, um dos signatários do AI-5, que ficaria no cargo de 1969 até 1974, apoiado por Costa e Silva (a quem ajudara a ascender a presidente) e por Médici. Costa Cavalcanti ele próprio declara que a Transamazônica cortaria terras de 29 etnias indígenas, sendo 11 grupos isolados e nove de contato intermitente – acarretando em remoções forçadas. Para a consecução de tal programa, a Funai, então dirigida pelo general Bandeira de Mello, firmou um convênio com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) para a “pacificação de 30 grupos indígenas arredios” e se tornou a executora de uma política de contato, atração e remoção de índios de seus territórios em benefício das estradas e da colonização pretendida.

A partir do desenvolvimento dessas estradas, o povo indígena teria mais oportunidades de contato com o homem branco, conseqüentemente se adaptaria melhor a sua cultura. A ideia principal dessas grandes estradas era proporcionar maior ocupação habitacional na região amazônica, visando à exploração de suas riquezas naturais. Contudo, causou grandes impactos nos povos indígenas, como doenças e mortes, além da invasão de suas terras.

¹³ Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/Texto5>, p. 209

O grande objetivo do Estatuto do Índio era garantir direitos para o povo indígena demarcação de suas terras, garantindo assistência ou até mesmo ajudando na regulamentação fundiária. O Estatuto representou um avanço em relação ao modo em que o indígena era tratado antes, afinal começava-se a estabelecer métodos para as demarcações de suas terras, uma luta muito antiga.

Entretanto, o Estatuto apresenta falhas sobretudo ao reconhecimento de sua cultura e demarcação de terras que apesar da previsão ainda não foi totalmente regulamentada; ao contrário, a demarcação de terras acabava por ser efetuada de maneira que privilegiava os grandes proprietários de terras e os interesses econômicos, sendo destinadas aos índios parcelas de terras que não correspondiam ao seu ambiente de origem. A própria FUNAI reconhece tais problemas ao destacar:

Entretanto, a nova política indigenista continuou ambígua no que se refere ao reconhecimento da especificidade cultural dos índios, pois propunha-se a proteger as diferentes culturas indígenas ao mesmo tempo em que objetivava sua integração na sociedade brasileira. Mesmo com os avanços alcançados na abordagem da questão indígena, a função de tutela continuou sendo exercida pelo Estado reforçando a relação paternalista e intervencionista deste para com as sociedades indígenas, mantendo-as submissas e dependentes.¹⁴

Já se passaram mais de 40 anos desde a promulgação desse estatuto, no entanto, há vários problemas ainda a serem solucionados a respeito do povo indígena. Dentre eles, vale destacar a demarcação de terras que ainda é um grande problema entre latifundiários e índios. Outro problema ainda existente é a respeito de sua preservação cultural e integração a sociedade.

A Constituição da República de 1988, inovou ao trazer mais direitos e garantias para o povo indígena. Por isso já há no Congresso desde os anos 90 projetos de novos estatutos indígenas, trazendo mais direitos e regulando mais situações. O debate acerca desses povos deve ser trabalhado e discutido vez que devem ter seus direitos constitucionais efetivados.

A Promulgação da Constituição de 1988 e os Povos Indígenas

Após o fim da ditadura militar, uma nova constituição foi promulgada alguns anos depois para garantir novamente um Regime Democrático no Brasil. Com esse novo documento, uma série de direitos fundamentais foram inseridos a todos os brasileiros, muito deles inéditos tornando a nova carta Magna conhecida como “Cidadã”.

¹⁴ Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/politica-indigenista?start=2> acesso em: 02/03/2017

Os indígenas não ficaram de fora dessas novidades e começaram a ser enxergados de uma maneira diferente pelo direito. Tais garantias trazidas pela nova carta constitucional jamais tinham sido vistas nas outras constituições e legislações, instituindo um novo marco no que diz respeito ao direito indígena, conforme destaca José Theodoro Mascarenhas Menck¹⁵:

Efetivamente com a nova ordem jurídica, implantada pela Carta constitucional de 1988, abriu-se um novo capítulo na história brasileira, em relação ao índio [...]. Ao índio agora se reconhece o direito à diferença a uma individualidade própria. Sem que tenha havido qualquer retorno a fase colonial, concedeu-lhes direitos inimagináveis [...] Não se pode negar que o tratamento jurídico dispensado às populações indígenas foi revolucionado pela Carta de 1988.

Um dos primeiros pontos que merecem ser destacados na Constituição de 1988, sobre os indígenas é o fato de não ter mais a ideologia de integração do índio, podendo ele permanecer com sua cultura. Portanto, se reconhece ao indígena o direito a ter uma organização social, costumes e outros hábitos de seu povo como uma garantia constitucional devendo ser respeitada. Isso é notado logo no caput do artigo 231 da Constituição Federal.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

O Estado deve, portanto, respeitar e garantir tal proteção a esse povo, criando meios que protejam sua cultura e seus costumes. O índio é diferente e isso foi uma grande inovação trazida pela constituição, respeitando essa diferença. A ideia de índio integrado não deve ser mais utilizada, por isso a Constituição brasileira se destaca ao respeitar a cultura desse povo originário, instituindo o paradigma da alteridade, representado pelo direito de ser e de permanecer índio. Nesse sentido destaca Carlos Frederico Marés Souza¹⁶:

A Constituição de 1988 rompe o paradigma da assimilação, inclusão ou provisoriedade da condição indígena [...]. A partir de 1988 fica estabelecida uma nova relação do Estado Nacional com os povos indígenas habitantes de seu território. Está claro que a generosidade de integrar indivíduos que assim desejar na vida nacional ficou mantida em toda sua plenitude, mas integrando-se ou não, o Estado Nacional reconhece o direito de continuar a ser índio, coletivamente entendido, de continuar a ser grupo diferenciado, sociedade extremamente organizada¹⁷.

Outro aspecto que merece quanto à Constituição de 1988 em relação ao indígena é quanto a sua capacidade e representação. Afinal, o índio, antes da Constituição, era visto como relativamente incapaz, e, portanto precisava de um representante legal para pleitear seus

¹⁵ MENCK, José Theodoro Mascarenhas O problema indígena perante o ordenamento jurídico das Américas. In: Revista da OAB, ano XXII, v. XX, n.55, 1991, p. 132.

¹⁶ SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de, *O direito de ser povo*, In: Ordem Jurídica étnico-racial, p. 468. Apud OLIVEIRA, Paulo Henrique de, *Direito Indígena à saúde: Proteção Constitucional e Internacional*. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p.104. 2009

¹⁷ OLIVEIRA, Paulo Henrique de, *Direito Indígena à saúde: Proteção Constitucional e Internacional*. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p.109. 2009

direitos, nesses casos a FUNAI que exercia esse papel de representação da vontade dos indígenas. A Carta Magna de 1988, todavia, traz o Estado como responsável de proteger o indígena e em seu artigo 232 atribui a capacidade processual para esse povo, ao dizer que:

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

O artigo marca uma inovação no sentido que o índio agora não é mais incapaz para propor uma ação nem individualmente ou representando sua comunidade. O Ministério Público agora irá intervir em todos os atos do processo como procurador dos interesses desse sujeito. Nesse sentido, Pinto Ferreira destaca que a Constituição de 1988, sobre a capacidade processual indígena,:

deu nova rota à matéria [...] os índios não são mais incapazes [...] assim pessoalmente têm denominada legitimidade as causam. Destarte a pessoa do índio está acima da União e da Funai para mover uma ação judicial, podendo contratar advogado ou utilizar-se da assistência judiciária¹⁸.

Devido a esse novo tratamento dado ao indígena quanto sua capacidade processual, o Código Civil de 2002 retira o índio da categoria dos relativamente incapazes, dizendo que os mesmos serão regulados por uma Lei especial.

Tais inovações trazidas pela Constituição contradizem algumas ideias que o Estatuto do Índio determina, principalmente no que diz respeito à integração e à capacidade, reconhecendo também seus direitos às terras que ocupam, como destaca Roberto Lemos Santos Filho¹⁹:

Contrariando diversos aspectos do Estatuto do Índio, a Constituição garantiu o multiculturalismo, o respeito às tradições, o reconhecimento dos direitos originários indígenas, a igualdade, o direito à diferença e às terras tradicionalmente ocupadas, dentre diversos outros.

A luta indígena por seus direitos é antiga e a possibilidade de defender tais direitos foi uma grande inovação trazida pela Constituição de 1988, conforme afirma Dalmo de Abreu Dallari²⁰:

A possibilidade de defender seus interesses como direitos constitucionalmente assegurados representa significativa evolução na luta dos índios brasileiros por sua sobrevivência física e pela preservação de sua cultura tradicional.

18

¹⁹ SANTOS, Roberto Lemos Filho, *Índios, convenção 169 da OIT e meio ambiente*. In: Revista do CEJ. Brasília, n.22, jul./set. 2003, p.18.

²⁰ DALLARI, Dalmo de Abreu. Argumento antropológico e linguagem jurídica. In: SILVA, Orlando Sampaio; Luiz, Lídia; HELM, Cecília M.V. (Orgs.). *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: UFSC, 1994, p. 109.

A Constituição Federal de 1988 marca uma nova visão dos direitos dos índios, à luz das concepções antropológica e jurídicas, que, ao contrário das constituições anteriores que tinham a intenção de integrar o índio à comunidade nacional, aniquilando a cultura indígena e desrespeitando suas diferenças, busca respeitar a sua especificidade étnico-cultural, garantindo-lhe o direito de ser e de permanecer índio, provocando uma mudança de paradigma: de integração para interação²¹.

O conceito de índio estabelecido pelo Estatuto do Índio, que foi recepcionado pela Constituição de 1988, com adequação de seus fundamentos e de suas interpretações considera índio:

Art. 3º, I: “todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional”.

Entretanto, o conceito atual de índio é definido pela Convenção 169 da OIT, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 que considera como povos tribais aqueles cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros segmentos da comunidade nacional e cuja situação seja regida, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por uma legislação ou regulações especiais e como indígenas os que pelo fato de descenderem de populações que viviam no país ou região geográfica na qual o país estava inserido no momento da sua conquista ou colonização ou do estabelecimento de suas fronteiras atuais e que, independente de sua condição jurídica, mantêm algumas de suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas ou todas elas.

Nessa perspectiva garantista, são direitos assegurados constitucionalmente aos índios (art. 231 e 232, CF/88):

- a) Direitos culturais: costumes, línguas, crenças e tradições;
- b) Direito à auto-organização: reconhecida sua organização social;
- c) Direitos territoriais – direito originário sobre a terra e posse permanente, inalienável, indisponível e imprescritível, com usufruto exclusivo das riquezas, sendo dever da União demarcá-las e protegê-las;
- d) Direito à alteridade (direito de ser diferente)²² – direito de ser índio e de manter-se como índio;

²¹ MAZUR, Bianca de Freitas. Os povos indígenas e seus direitos: a consagração com a Constituição de 1988. MINHOTO, Antonio (org.). *Constituição, minorias e inclusão social*. São Paulo: Rideel, 2009. p. 188.

²² Idem, p. 186.

- e) Direito de permanência das terras, sendo vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- f) Direito de petição:

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Atualmente está em tramitação no Congresso Nacional um projeto de criação do Estatuto dos Povos Indígenas para substituir o Estatuto do Índio. Enquanto, no entanto, não há a alteração da lei, deve ser aplicado o Estatuto do Índio à luz da Constituição, buscando diminuir a distância entre os avanços normativos e as práticas sociais e eliminando qualquer prevalência de interesses alheios à causa indígena.

Considerações Finais

A Constituição de 1998, portanto, tem como característica a proteção dos povos indígenas enquanto povos indígenas, com as características que lhes são peculiares, garantindo-lhes, a partir da instituição do novo paradigma da interação, no lugar da integração, o direito de ser e de permanecer índio, diferentemente do paradigma anterior que previa a integração do índio à civilização.

Devemo-nos atentar, contudo, que o Estatuto do Índio foi erigido sob a égide da ditadura militar, o qual, em que pese a sua recepção admitida pela nova ordem constitucional instaurada em 1988, ainda contém fundamentos autoritários que devem ser prontamente afastados quando de sua aplicação, que deve obedecer aos parâmetros estabelecidos pela ordem constitucional de 1988.

Assim, a interpretação de todo o Estatuto do índio deve ter por base o paradigma da interação, garantindo o direito de ser e de permanecer índio, consagrando o chamado direito à alteridade, instituído pela nova ordem constitucional.

Referências

COLAÇO, Thais Luzia. Os “novos” direitos indígenas. In: WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato (orgs.). *Os “novos” direitos no Brasil: naturezas e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas*. São Paulo: Saraiva, 2003.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Argumento antropológico e linguagem jurídica. In: SILVA, Orlando Sampaio; Luiz, Lídia; HELM, Cecília M.V. (Orgs.). *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: UFSC, 1994.

MAZUR, Bianca de Freitas. Os povos indígenas e seus direitos: a consagração com a Constituição de 1988. In: MINHOTO, Antonio (org.). *Constituição, minorias e inclusão social*. São Paulo: Rideel, 2009.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas O problema indígena perante o ordenamento jurídico das Américas. In: Revista da OAB, ano XXII, v. XX, n.55, 1991.

OLIVEIRA, Paulo Henrique de, *Direito Indígena à saúde: Proteção Constitucional e Internacional*. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

SANTOS, Roberto Lemos Filho, *Índios, convenção 169 da OIT e meio ambiente*. In: Revista do CEJ. Brasília, n.22, jul./set. 2003.

<http://www.cnv.gov.br/Texto5>.

<http://memoriasdaditadura.org.br/indigenas/> acesso em: 02/03/2017

<http://memoriasdaditadura.org.br/indigenas/> acesso em: 25/10/2016

<http://memoriasdaditadura.org.br/indigenas/> acesso em: 25/10/2016

Arquivo CNV, 00092.003063/2014-40, Depoimento de Oredes Krenak.

<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/politica-indigenista?start=2> acesso em: 02/03/2017

Direito Indígena e o Paradigma Instituído pela Constituição de 1988: direito à alteridade

Resumo

O presente trabalho tem como objeto de estudo o novo paradigma instituído pela Constituição Federal com relação aos direitos indígenas: a interação. Nesse sentido, a nova ordem constitucional garante o direito de ser e de permanecer índio, diversamente do paradigma anterior que previa a integração do índio à “civilização”. Destarte, a partir do estudo do contexto de produção do Estatuto do Índio e da emergência da ordem constitucional de 1988, este estudo, realizado por método avaliativo-documental, busca compreender o contexto de produção do Estatuto do índio, atual legislação a eles aplicada, avaliando a necessidade de interpretação de tal lei à luz dos dispositivos constitucionais garantistas dos direitos dos índios.

Palavras-chave: Índio. Interação. Constituição de 1988.

Indigenous Rights and the Paradigm Established by the 1988 Constitution: right to otherness

Abstract

The present work has as object of study the new paradigm instituted by the Federal Constitution with respect to the indigenous rights: the interaction. In this sense, the new constitutional order guarantees the right to be and remain an Indian, unlike the previous paradigm that foresaw the integration of the Indian into "civilization". Thus, based on the study of the production context of the Indian Statute and the emergence of the constitutional order of 1988, this study, carried out by an evaluative-documentary method, seeks to understand the context of production of the Indian Statute, Assessing the need for interpretation of such law in the light of constitutional provisions that guarantee the rights of Indians.

Key-words: Indian. Interaction. Constitution of 1988

Derecho Indígena y el Paradigma Instituido por la Constitución de 1988: derecho a la alteridade

Resumen

El presente trabajo tiene como objeto de estudio el nuevo paradigma instituido por la Constitución Federal con relación a los derechos indígenas: la interacción. En ese sentido, el nuevo orden constitucional garantiza el derecho de ser y de permanecer indio, a diferencia del paradigma anterior que preveía la integración del indio a la "civilización". De este modo, a partir del estudio del contexto de producción del Estatuto del Indio y de la emergencia del orden constitucional de 1988, este estudio, realizado por método evaluativo-documental, busca comprender el contexto de producción del Estatuto del indio, actual legislación a ellos aplicada, evaluando la necesidad de interpretación de tal ley a la luz de los dispositivos constitucionales garantizados de los derechos de los indios.

Palabras clave: Indio. Interacción. Constitución de 1988.

Uma Abordagem Cognitiva sobre o Haiti: o papel do ambiente psicológico na construção de imagens no contexto da *MINUSTAH* (2004-2016)

Recebido: 30-11-2017

Aprovado: 05-07-2018

Fábio Albergaria de Queiroz¹
Thais de Castro de Barros²

Introdução

O Haiti é um caso interessante e emblemático na história do continente americano: foi a primeira república governada por negros, o segundo país do Novo Mundo a ter sua independência declarada e o primeiro a derrotar o exército de Napoleão Bonaparte.³

No entanto, mesmo que o Haiti tenha começado sua história independente com ideais progressistas para a época e, igualmente, com feitos notáveis, o país passou por sucessivos quadros de instabilidade política, fragilização das instituições e do Estado de Direito e desastres naturais de grande magnitude que, sobrepostos, em um longo *continuum* histórico, agravaram cronicamente sua situação.

Assim, visto como uma possível ameaça à segurança regional, sobretudo, a partir dos anos 1990⁴ na medida em que crescia a percepção de que o país qualificava-se como um caso

¹ Pós-Doutorado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Professor no curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília. Contato: fabioaq@hotmail.com

² Internacionalista e mestranda em Desenvolvimento e Cooperação Internacional na Universidade de Lisboa. Contato: tdecastro.barros@gmail.com

³ Em 1803, determinado a não perder a mais produtiva possessão colonial francesa na América, Napoleão Bonaparte enviou, sob o comando de Charles Leclerc, um grande contingente militar, mais de 20 mil homens, para conter a insurreição na pequena ilha centro americana. Como veremos adiante, apesar do êxito inicial da contraofensiva, os revolucionários haitianos contaram com a liderança de Jacques Dessalines, um ex-escravo, para derrotar as forças do exército francês na batalha de Vertières e, finalmente, proclamar a independência. Contudo, o reconhecimento só viria em 1825, mediante pagamento de uma indenização de 150 milhões de francos a França, o que não impediu que o feito servisse de inspiração a outras revoltas no continente americano.

⁴ Em 1990 a presença da ONU foi requisitada pelo governo provisório do país. O pedido foi prontamente aceito dadas as circunstâncias de crescente deslocamento populacional haitiano para países vizinhos (ONU, 2016).

de Estado Falido⁵ (Fukuyama, 2005; Rocha, 2007; Junior e Góes, 2010; Petrus, 2012), uma coalizão entre ONU, Comunidade do Caribe (CARICOM) e Organização dos Estados Americanos (OEA) foi formada buscando somar esforços em prol de se conter o estado de caos que se instalara. Dali em diante, o Haiti passaria por várias intervenções resultantes do trabalho conjunto das três instituições internacionais.

O ápice deste processo ocorre quando, com a renúncia do presidente Jean-Bertrand Aristide, em 29 de fevereiro de 2004, o seu substituto, Bonifácio Alexandre, requisita o apoio das Nações Unidas para estabilizar o país.⁶ Em resposta, no dia 1 de junho de 2004, a ONU, por meio da resolução 1542 de seu Conselho de Segurança, estabelece o mandato da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (*MINUSTAH*, sigla derivada do francês *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti*).

Desde então, a *MINUSTAH* operou no país nas seguintes áreas: (1) segurança e estabilidade; (2) processo político (sobretudo dando apoio em processos eleitorais e auxiliando no fortalecimento das instituições políticas) e; (3) observância dos Direitos Humanos (ONU, 2016).

Mas, apesar do longo período de atuação da *MINUSTAH*, conforme a análise de dados do *Fragil States Index* (2016), o Haiti permanece em estado de alerta, uma vez que ainda apresenta dificuldades em desenvolver suas instituições políticas e impulsionar o crescimento dos indicadores sociais e econômicos.⁷

⁵ O artigo ‘*Saving Failed States*’ de Gerald Helman e Steven Ratner, publicado na *Foreign Policy*, em 1992, é considerado o marco inicial dos debates sobre o tema. Na ocasião eles afirmaram que “os Estados em vias de fracasso prometem se tornar uma faceta familiar da vida internacional” (p.18). Desde então, a ideia de ‘Estados fracassados’ vem ganhando proeminência no meio acadêmico. Vários são os adjetivos utilizados para denominá-los: Estados Fracos, Fracassados, Falidos, em colapso, nações-párias. Para Jackson (1998), por exemplo, os Estados Falidos, num sentido mais geral, são aqueles que não podem ou não irão salvaguardar domesticamente condições mínimas, como paz, ordem e segurança. Já Rocha (2007) avança no esforço de refinamento conceitual ao propor diferenças semânticas na designação deste atores. Na tipologia por ele proposta, **Estados colapsados** são aqueles nos quais a situação de anarquia prevalece dentro do território, parte do qual é controlado por senhores da guerra, que são capazes de comandar pessoas e recursos em prol de seus próprios grupos. **Estados fragmentados** são aqueles nos quais um Estado legítimo subsiste, e tem sua autoridade reforçada pela comunidade internacional, mas é incapaz de controlar totalmente seu território e/ou população. Já **Estados frágeis** são aqueles em que a legitimidade não é diretamente contestada por entidades subnacionais, nem por agências internacionais, mas cuja capacidade governativa é extremamente baixa – ou cujas elites não estão interessadas em prover bens públicos em quantidade suficiente para garantir um mínimo bem-estar a sua população. Não obstante estas variações, os termos aqui utilizados não seguem uma única adjetivação, o que não implica prejuízos de interpretação, pois, como dito, estas designações se referem ao mesmo objeto: países em situações desconfortáveis com a qualificação como Estado de Direito.

⁶ Para o estabelecimento do mandato de uma missão de paz faz-se necessário a observância de três princípios normativos: 1) o consentimento das partes envolvidas; 2) a neutralidade e imparcialidade das forças ocupantes e, por fim; 3) o uso mínimo da força, via de regra somente em casos de legítima defesa.

⁷ O Haiti é o país mais pobre das Américas e um dos mais pobres do mundo, o 163º entre 187 países avaliados no relatório de 2016 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre Índice de Desenvolvimento Humano. Para maiores informações ver: <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/HTI>

Após o fim do mandato presidencial de Michel Martelly, em 6 de fevereiro de 2016, por exemplo, o país ainda não havia conseguido cumprir o prazo para novas eleições chegando a ter dois presidentes interinos, até que, finalmente, no fim daquele ano, uma nova eleição ocorresse (Taft-Morales, 2017, p 1). No dia 12 de abril de 2017, no entanto, foi aprovada uma resolução que determinou a saída gradual da *MINUSTAH* do Haiti. Mas, tendo em vista a persistente necessidade de fortalecimento do Estado de Direito no país, um dos problemas centrais do Haiti continua sendo a dificuldade de se desvincular totalmente da ajuda externa⁸.

Nesse contexto, Taft-Morales (2017, p.4) aponta que apesar de um começo difícil - marcado por denúncias de abusos e uso excessivo da força - com as eleições, em 2006, a *MINUSTAH* ganhou novo fôlego, graças ao apoio do presidente eleito, René Préval, aos esforços de estabilização do mandato. Hamann (2009) e Dorn (2009) complementam esta percepção ao afirmarem que, apesar dos percalços, a *MINUSTAH* conseguiu atingir certos níveis de sucesso que outras missões no país não lograram, como a ocupação militar de bairros violentos em Porto Príncipe.

Essas idiosincrasias passam a ser importante objeto de investigação considerando-se que vultosas somas foram despendidas desde a criação da *MINUSTAH* sem que, em contrapartida, o país tenha conseguido avançar significativamente quanto à sua capacidade de agência enquanto unidade soberana (Seitenfus, 2014, Taft-Morales, 2017)⁹. Soma-se à variável eficiência dos gastos, o fato de que foi crescente entre os haitianos a percepção da *MINUSTAH* como uma ocupação estrangeira de seu território e, por conseguinte, também o foram os movimentos contestatórios da Missão (Heine e Thompson, 2011; p.11).

Assim, a partir do contexto apresentado, partimos da premissa de que se torna relevante contemplar, na multiplicidade de variáveis que fazem parte do *State-building*¹⁰ de

⁸ No momento em que o artigo foi escrito, a *MINUSTAH* ainda estava em andamento, por isso nosso recorte temporal ir até 2016. Contudo, cumpre destacar que a Resolução 2350(2017) do Conselho de Segurança das Nações Unidas determinou que a Missão findasse suas atividades em 15 de outubro de 2017. Estabeleceu-se, ainda, que a partir do dia 16 de outubro entraria em vigor, em substituição à *MINUSTAH*, a *MINUSJUSTH* (Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti), missão sem o componente militar, composta apenas por civis e unidades de polícia objetivando: 1) monitorar a situação de direitos humanos e; 2) fortalecer o diálogo político e as instituições judiciais e penais do país.

⁹ De acordo com dados da ONU (2016) foram gastos, anualmente, na *MINUSTAH*, algo em torno de US\$346 milhões.

¹⁰ Os termos *nation-building* e *State-building*, como processos, se referem a unidades ontológicas distintas, porém indissociáveis: a nação e o Estado, respectivamente. Logo, enquanto o *nation-building* envolve a construção de símbolos e valores ligados à ideia de nação, sobretudo, após os processos de descolonização, o *State-building*, por seu turno, está relacionado à construção "das instituições políticas ou mesmo daquelas designadas para promover o desenvolvimento econômico" (Gomes, 2009; p.312).

um país, neste caso, do Haiti, os aspectos cognitivos que moldaram, e ainda moldam o que a literatura em modelos de análise em processos decisórios convencionou chamar de ambiente psicológico.

Dentre os elementos que o compõem, será dado um enfoque maior a duas variáveis independentes principais: o prisma atitudinal - formado por fatores societais, como ideologias, legado histórico, religião e personalidades dos tomadores de decisão - e as imagens construídas - as percepções que as elites decisórias têm do cenário oriundo do prisma atitudinal - pois, conforme será explicado adiante, as mesmas podem ter um peso relevante no processo de construção das agendas propostas pela *MINUSTAH* e, também, nas ações posteriores da ONU no país.

Logo, a Teoria Cognitiva, da qual essas variáveis são elementos constituintes, coloca em destaque, para além dos clássicos fatores objetivos, comumente analisados em processos decisórios, os elementos psicológicos e culturais - ou estruturas de conhecimento subjetivas, como as define Boulding (1961) - como ordenadores de preferências e guias de comportamento capazes de moldar percepções e, destarte, influenciar na tomada de decisões (Queiroz, 2013).

Dessa forma, com base nos citados postulados do referencial teórico selecionado, o artigo buscará respostas para a seguinte pergunta de pesquisa: por meio da abordagem cognitiva, como e em que medida o prisma atitudinal haitiano e as imagens resultantes interferiram na evolução do desenvolvimento das agendas propostas no mandato da *MINUSTAH*?

Para tanto, a partir de obras que integram a literatura *mainstream* (Sprout e Sprout, 1957; Boulding, 1961; Brecher *et al*, 1969) e de subsídios fornecidos por estudos de caso sobre o papel da abordagem cognitiva em processos decisórios (Brecher, 1972; Silva, 1995; Queiroz, 2013), partimos da hipótese relacional de que quanto maior for a convergência entre os elementos constituintes do ambiente psicológico do universo de pesquisa (neste caso, o prisma atitudinal e as imagens construídas) maiores serão seus impactos no desenvolvimento das agendas propostas no âmbito da missão de paz.

Para testar a validade da hipótese levantada, esse exercício epistemológico está dividido em três partes. Inicialmente, discorreremos sobre a importância da Teoria Cognitiva nos estudos de política externa. Por meio do conceito de prisma atitudinal, na segunda etapa, fazemos uma análise dos acontecimentos históricos e elementos sociopolíticos que moldaram as imagens haitianas.

Por fim, na terceira parte aplicamos o instrumental teórico-conceitual ao estudo de caso, de forma a buscar inferências descritivas sobre o papel das imagens projetadas pelas elites decisórias haitianas e pela ONU na execução da *MINUSTAH* recorrendo, para tanto, à análise amostral de discursos presidenciais e de resoluções da Organização.

Ambiente Psicológico, Política Externa e Processos Decisórios

Para os propósitos deste trabalho cabe destacar a contribuição de Harold e Margaret Sprout (1957) ao estabelecerem a distinção entre o chamado **ambiente operacional** - o cenário real, onde os fatos domésticos e externos estão acontecendo e, ao mesmo tempo, moldando as linhas de procedimento e conduta internacional - e o **ambiente psicológico**, este último, como antecipado, integrado por imagens, ideias, valores, crenças e percepções. Como resultado deste esforço intelectual, o exame do ambiente psicológico sobre o sistema operacional assumiu crescente importância e tornou-se um lícito objeto dos estudos de processos decisórios e política externa (Queiroz, 2013, p. 28).

O arcabouço conceitual elaborado pelos Sprout (1957) consolidou-se como um importante marco teórico e seguiu influenciando os estudos que lhe sucederam. Michael Brecher *et al* (1969), por exemplo, retomaram o conceito de ambiente psicológico em suas investigações sobre as variáveis subjetivas que contribuem para a compreensão do processo decisório e, também, sobre o poder de filtragem das imagens. Nesse sentido, apontaram que o ambiente operacional, indiscutivelmente, afeta o resultado das decisões tomadas, porém, só depois de filtrado pelas imagens e atitudes daqueles que as tomam, o que reforça o papel das percepções destes atores como um elemento fundamental na análise da política externa.

Em sua pesquisa sobre Israel, Brecher (1972) avança significativamente em termos de inserção dos aspectos culturais no escopo dos processos decisórios em política externa. Como uma de suas contribuições - aquela que nos será de grande valia para o desenvolvimento dos argumentos que fundamentam este artigo - ele faz a distinção entre o que ele define como **prisma atitudinal**, a saber, a ideologia e as características de personalidade ou predisposições psicológicas da elite decisória, e **as imagens do ambiente**, por assim dizer, as percepções que, de acordo com sua tipologia, representam o mais importante *input* para a formação da política externa.

Assim, vemos o método cognitivo de Brecher *et al.* (1969, p. 81) e Brecher (1972) fortemente baseado na noção de *inputs* e *outputs*. Nesse sentido, os *inputs* são compostos

pelos elementos da figura 1, enquanto que os *outputs* representam a substância dos atos e decisões, ou seja, os resultados práticos do processo de *inputs*.

Figura 1- Os *Inputs* Cognitivos



Fonte: Brecher *et al.* (1969, p.80). Elaborado pelos autores (2016).

Aqui, observando o processo de *inputs*, constata-se que os mesmos começam com um ambiente operacional, onde as decisões de política externa são tomadas. Ainda nesse sentido, o ambiente operacional é constituído por dois grupos de fatores: externos e internos. Os fatores externos referem-se às condições e relacionamentos que ocorrem fora das fronteiras estatais, enquanto as variáveis internas dizem respeito a uma avaliação das capacidades (militares, políticas, econômicas) de elites e outros grupos de interesse concorrentes (Brecher *et al.* 1969, p. 82).

Na análise cognitiva da política externa, é ainda necessário, além da análise do ambiente operacional, um exame sobre os mecanismos de comunicação com o sistema político e sobre a adequação, precisão, nível de competência e objetivos do fluxo de informações no ambiente operacional (Brecher *et al.* 1969, p. 86). É aqui, segundo os autores, que começa a ser observada a equivalência entre a realidade e as imagens projetadas pelas elites.

Logo, o exame psicológico do ambiente operacional haitiano a partir das imagens projetadas pelos elementos ontológicos selecionados para este estudo - o Governo haitiano e a ONU - tendo, no plano teórico, o prisma atitudinal como catalisador de tais posicionamentos, se torna relevante para uma acurada percepção acerca das ações tomadas no âmbito da *MINUSTAH* ao longo de nosso recorte temporal.

O Papel do Prisma Atitudinal Haitiano: do processo de independência à atuação da MINUSTAH

Conforme visto, o prisma atitudinal é composto, em linhas gerais, por elementos históricos, ideológicos e cognitivos que, conjuntamente, ajudam a definir as imagens a serem projetadas nos processos decisórios.

Nesse sentido, Gorender (2004), Popkin (2011, p. 162) e Seitenfus (2014) apontam que um dos maiores fatores para a atual crise haitiana remonta ao isolamento decorrente da "ousadia" do país em ter desafiado a lógica do Sistema Internacional colonial vigente ao derrotar o exército de Napoleão Bonaparte se tornando, assim, o primeiro país governado por ex-escravos e o segundo país a declarar a independência na América.¹¹ A partir desses argumentos, surge, então, a questão: de que forma o Haiti internalizou esses acontecimentos históricos no processo de construção de sua imagem recente?

É importante destacar que, para fins de prisma atitudinal, por uma questão de extensão e metodologia, optou-se por uma análise que leve em conta a variável 'legado histórico', apesar das características de personalidade serem claramente observáveis nos discursos e nessa própria descrição histórica.

Baseado em documentos das Nações Unidas e em estudos acadêmicos de cunho histórico sobre o Haiti, sintetizamos os principais eventos que contribuíram para moldar o prisma atitudinal haitiano, desde o processo de independência até os desdobramentos da MINUSTAH ao ano que antecede seu fim.

Temos, assim, a luta pela independência, de 1789 até 1804, como um processo de profundas repercussões, nascido da esperança de que, com a Revolução Francesa de 1789, haveria a abolição da escravidão no território que viria a se tornar o Haiti que hoje conhecemos (Popkin, 2011, p. 21).

Com a frustração da expectativa formada, começou a ocorrer na colônia francesa uma série de revoltas de escravos, que culminou na fuga e destruição dos meios de produção. No período, a aversão ao branco foi um sentimento muito forte e importante para a independência do Haiti.

Ao longo da luta de independência, os insurgentes passaram a usar táticas de incêndio e toda as vezes que encontravam escravos brutalmente assassinados, faziam o mesmo com os

¹¹ O primeiro foram os Estados Unidos, em 1776.

brancos. Essa tática se mostrava tão cruel quanto à das forças francesas, que temendo as baixas em batalhas, passou a praticar uma política de extermínio.¹²

No dia 29 de dezembro de 1803, é escrita a declaração de independência por Louis Felix Boisrond-Tonnerre que, na ocasião, chegou a declarar que o documento deveria ser escrito sobre a pele de um branco utilizando-se, para tanto, o crânio do mesmo como tinteiro e o sangue como tinta (Popkin, 2011, p.135). Em 31 de dezembro do mesmo ano sai a declaração definitiva e em 01 de janeiro de 1804 é declarada a independência do Haiti.

Ainda, quanto ao processo de independência, além da rejeição ao branco, é importante destacar o papel do vodu enquanto elemento socialmente agregador. Em meio à violência ao qual o processo de independência esteve inserido, o uso desta prática religiosa antes de irem às batalhas era comum, tendo vários sacerdotes vodus (os chamados *hougan*) como líderes das revoltas (Seitenfus, 2014, p.54). Complementarmente, Laguerre (1989, p.1) relata que os *hougan* incentivavam os escravos a se rebelarem contra os franceses sob o argumento de que, por meio de rituais de possessão, os insurgentes contariam com a proteção dos espíritos.¹³ Assim, frequentemente apontado como um dos elementos responsáveis pela bem-sucedida rebelião que libertou o Haiti do domínio francês, o vodu trouxe coesão social - ao agregar em torno de uma causa comum diversas etnias de escravos - e a esperança de vitória, tão necessários ao movimento. A importância ontológica desta prática religiosa consolidou-se de tal maneira que persiste, ainda hoje, como um elemento societal¹⁴ de grande importância¹⁵.

Já no pós-independência, Jean Jacques Dessalines se tornou o primeiro chefe de Estado da primeira nação governada por negros. O mesmo criou um sistema de governo que dividiu o povo em duas categorias: trabalhadores e soldados. Toda a pompa que Dessalines ostentava e a maneira como conduziu a política no país fizeram com que seus outrora

¹² Na ocasião em que o comandante francês, General Donatien Marie Joseph de Rochambeau (1755-1813), mandou executar 500 negros e os fez cavar suas próprias covas, Dessalines enforcou e deixou à mostra nas cidades haitianas 500 brancos (Seitenfus, 2014, p. 47).

¹³ Languerre (1989, p. 2) aponta, ainda, que, durante toda história do Haiti, a influência do vodu se perpetuou através de sociedades secretas influentes na política e na justiça do país e até em grupos armados, como o movimento de resistência “*Kako*” contra a ocupação norte-americana entre 1915-1934.

¹⁴ Cumpre ressaltar que os termos societal e social, utilizados como sinônimos em muitos casos, denotam dinâmicas distintas. Enquanto o primeiro se refere às coletividades e suas identidades, o segundo diz respeito a indivíduos *per se* e está diretamente vinculado à dimensão econômica de suas inter-relações enquanto comunidades.

¹⁵ Apesar de sua importância societal, o vodu foi reconhecido como prática legal somente em 2003, por decreto presidencial de Jean-Bertrand Aristide, o que o alçou ao patamar de igualdade com as outras religiões oficiais do país. Resultado de um grande sincretismo entre elementos de cultos africanos com o cristianismo, sua prática é tão popular que costuma-se dizer que 100% dos haitianos praticam o vodu, o que reforça seu papel como elemento promotor de coesão identitária por estar profundamente atrelado às tradições e valores nacionais.

seguidores o abandonassem e, em 1806, levassem o Haiti a uma revolução que terminou com o seu assassinato (Harrison, 1985, p.105).

Deste quadro, um ponto de inflexão na história haitiana começa: o incipiente país dava seus primeiros passos em meio à dura repressão e instabilidade, fatores esses constantes ao longo de toda sua história. Esse colapso fez com que o Haiti chegasse até mesmo a ser dividido em dois governos: um ao norte, o Estado do Haiti, onde a economia seguia os moldes agroexportadores coloniais, e outro ao Sul, a República do Haiti, conhecido pelos avanços sociais, economia de subsistência e reforma agrária. Esse regime durou 13 anos.

Com a reunificação em 1818, o sistema econômico adotado passa a ser o de fazendas de subsistência. Tal tomada de decisão foi decisiva para o fracasso econômico da economia haitiana, que perdeu os principais parceiros internacionais. Outro fator decisivo para o empobrecimento do país foi a preocupação com possíveis tentativas por parte da França de retomar o território haitiano. Sendo assim, Jean-Pierre Boyer (1776-1850), o segundo chefe de Estado do Haiti (1818-1843), opta por se endividar e, em 1825, compra o reconhecimento da França por 150 milhões de francos, pagos em um prazo de cinco anos (Gorender, 2004).

A partir de 1843, recorrentes golpes de Estados ocorreram a ponto de, em um período de 72 anos, de 1843 a 1915, apenas um governante conseguir cumprir seu mandato. O Estado haitiano, portanto, desde seu início como país independente já se encontrava, sobremodo, vinculado aos interesses pessoais da elite decisória. E o fato é que ainda hoje pugna, de certo modo, pugna por essa independência, paradoxalmente, dentro de um contexto de total dependência.

Outro ponto marcante é o caráter destabilizador do Exército que, formado majoritariamente por negros, acabou garantindo que a maioria dos governantes fosse negra, o que acentuou as divisões e revanchismos raciais por um longo período.

Ademais, a persistente dependência externa e a má administração financeira seriam tão grandes a ponto de, no começo do século XX, levar franceses, americanos e alemães - ante a resultante fragilidade do Estado de Direito - a competir por uma posição dominante no país. Além disso, com o irromper da Primeira Guerra Mundial e os fundados temores de uma intervenção alemã no Haiti e, diante da crise política que enfrentava o então presidente, Guillaume Sam, os EUA decidem realizar uma ocupação militar no país em 28 de julho de 1915.

Com a invasão americana, reformas aconteceram: os mulatos voltaram ao poder, substituiu-se o exército por uma força policial irrisória e, concomitantemente, reforçou-se a

imagem do autoritarismo na cultura haitiana. Apesar disso, nenhuma reforma durável, de caráter estrutural, logrou êxito (Harrison, 1985, p.109).

Favorecido pela Política de Boa vizinhança¹⁶ de Franklin Delano Roosevelt, eleito presidente dos EUA em 1933, o mulato Stenio Vicent consegue avançar nas negociações para a retirada norte-americana do país caribenho. Vicent continuou no poder até 1941, de forma autoritária, até que o legislativo resolveu, sem consulta popular, validar seu terceiro mandato. Os EUA se mostraram contrários a isso e, por fim, Elie L. Lescot foi eleito. Apesar das boas expectativas criadas, Lescot acabou por repetir a prática recorrente de seus antecessores: preocupou-se mais em se manter e desfrutar do poder do que em fazer melhorias no país.

Assim, até a ascensão da Ditadura Duvalier (1957-86), o Haiti passou por diversos golpes militares e diferentes governos.¹⁷ O governo de François Duvalier (1957-71), o *Papa Doc*, instaurou um regime de exceção, o que acentuou ainda mais a já crônica instabilidade no país. Sob seu comando, a ação policial dos *tontons macoutes* (bichos-papões) foi um importante elemento da coerção ditatorial.

Nessa época houve uma supervalorização da religião vodu por todo o Haiti, inclusive pelos *tontons macoutes*. Papa Doc, percebendo a grande influência da religião no país, se aproximou dos principais líderes *hougan* e suas respectivas rede de contatos buscando respaldo e apoio político. Seguindo essa mesma linha, os *tontons macoutes*, ou Voluntários da Segurança Nacional¹⁸, eram, em sua maioria, membros da igreja e das seitas vodus e utilizavam dessa prática religiosa como método de captura e tortura (Laguerre, 1989, p.2).

Ademais, além da forte atividade repressora, o Governo Duvalier foi marcado por certa omissão quanto às condições econômicas e sociais do país. Após a morte de Papa Doc, em 21 de abril de 1971, pouco depois de ter promulgado uma constituição (1964) que lhe dava mandato vitalício, seu filho Jean Claude Duvalier, conhecido como Baby Doc, assume o poder aos 19 anos de idade.

Baby Doc se proclamou Presidente perpétuo do país e até conseguiu trazer certo progresso econômico, devido, sobretudo, aos baixos salários haitianos que viraram um atrativo às indústrias de todo o mundo, e também pelo fato de o Haiti, por ser um dos países

¹⁶ A chamada Política de Boa Vizinhança instaurou uma mudança paradigmática na relação dos Estados Unidos com a América Latina ao propor a substituição da política intervencionista de Washington, recorrente desde o final do século XIX, em prol de uma agenda de ação pautada, sobretudo, na colaboração econômica e militar com os países da região com o objetivo de manter a estabilidade política no continente e assegurar a liderança norte-americana em seu entorno estratégico.

¹⁷ É interessante notar que, nesse período conturbado, o autoritarismo governamental, a corrupção e as constantes tentativas dos detentores de poder em perpetuar o *status quo* ocorreram mesmo nos governos que fizeram importantes reformas e propiciaram melhoras para a economia haitiana.

¹⁸ *Milice de Volontaires de la Sécurité Nationale (MVSN)*.

mais pobres da região, ter passado a receber constata ajuda humanitária. A queda de Baby Doc, em 1986, deposto por um golpe militar, representou o começo dos esforços significativos rumo a um futuro democrático.

É importante destacar que a partir desse novo momento político, a crise no Haiti passa a ser catalisada pela frustrada tentativa de transição de poder de um modelo de pouca participação popular nas tomadas de decisão para um modelo mais inclusivo (Seitenfus, 2014, p. 66). E é esse um componente em que as operações de paz no Haiti tem copiosamente falhado em lidar.

Mesmo com a saída de Baby Doc e desse novo contexto, o país continuou tendo dificuldade em construir um governo democrático passando, tal qual em períodos anteriores, por sucessivos golpes.¹⁹

O século XXI não foi diferente para o Haiti: o presidente Jean-Bertrand Aristide é acusado de fraudar as eleições presidenciais e parlamentares de 2000.²⁰ Aristide também foi acusado de corrupção, envolvimento no tráfico de drogas e de sustentar gangues armadas no país (Viana, 2011, p.24-25).

Com o enfraquecimento do diálogo entre o presidente e a oposição, a mesma passou a ser perseguida pela polícia haitiana e grupos armados pró-governo. No final de 2003, surge um novo movimento oposicionista formado por partidos políticos, membros da Sociedade Civil e pelo setor privado exigindo, dentre outras demandas, a renúncia de Aristide (ONU, 2016).

Um grande conflito armado começa, então, a tomar conta do Haiti e Aristide abandona o país. Com a renúncia, o presidente da Suprema Corte haitiana, Boniface Alexandre, assume interinamente o governo. Imediatamente após sua posse, na noite do dia 29 de Fevereiro de 2004, Boniface encaminhou às Nações Unidas um pedido de ajuda para estabilizar o país e que incluía a autorização para a entrada de tropas no país.

Solidário com o pedido, o Conselho de Segurança das Nações Unidas decide aprovar a Resolução 1529 autorizando a atuação da Força Interina Multinacional (ONU, 2016). Ainda diante de um ambiente pouco estável, a atual operação de paz da ONU no Haiti, *MINUSTAH*, começa no dia 30 de abril de 2004, com a Resolução 1542 do Conselho de Segurança.

¹⁹ Começam, assim, seguidas operações de paz da ONU: a *United Nations Observer Group for the Verification of the Elections in Haiti (ONUVEH)*; a *International Civilian Mission in Haiti (MICIVIH)*; a *United Nations Mission in Haiti (UNMIH)*; a *United Nations Support Mission in Haiti (UNSMIH)*; a *United Nations Transition Mission in Haiti (UNTMIH)*; a *United Nations Civilian Police Mission in Haiti (MIPONUH)*, a *MINUSTAH* e, atualmente, a *United Nations Mission for Justice Support in Haiti (MINUSJUSTH)*.

²⁰ Jean Aristide foi o primeiro presidente democraticamente eleito após o golpe militar que derrubou a ditadura Duvalier. Após o fim do governo de Préval, Aristide é novamente eleito nos anos 2000.

É importante destacar um agravante para a situação no Haiti e que exigiu maiores esforços da *MINUSTAH* e do governo do país: o terremoto de 7.2 de magnitude na Escala Richter²¹, em 2011, que deixou aproximadamente 200 mil mortos, segundo dados oficiais da ONU (2016).

Assim, com base nos elementos identificados ao longo dos períodos históricos narrados, faz-se necessário, para os propósitos deste artigo, entendê-los quanto a sua capacidade de projeção, via prisma atitudinal, nas imagens hodiernamente projetadas pelas elites decisórias. A figura abaixo traz uma síntese dos principais elementos constitutivos do prisma atitudinal do Haiti ao longo do recorte temporal analisado:

Quadro 1 – Quadro do Prisma Atitudinal Haitiano

| PRISMA ATITUDINAL HAITIANO |
|--|
| ✓ Raiz religiosa fundamentada na prática do Vodou |
| ✓ Desavenças e desigualdades raciais entre negros e mulatos |
| ✓ Dificuldade de definição de uma agenda de interesse nacional |
| ✓ Organização social centrada no seio familiar (individualismo) |
| ✓ Desarticulação política |
| ✓ Corrupção |
| ✓ Violação sistemática dos Direitos Humanos |
| ✓ Desgaste das Forças Armadas haitianas, e por consequência, das instituições de segurança nacionais |
| ✓ Autoritarismo Governamental |
| ✓ Presença substancial nos discursos de um país pobre e dependente da ajuda externa. |
| ✓ Tentativas fracassadas de estabelecimento de instituições democráticas |
| ✓ Percepção da necessidade de reforma das instituições políticas, econômicas e de segurança do país. |

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

No que concerne ao primeiro elemento - forte vínculo com o vodou - vê-se não apenas o seu papel histórico na coesão social e societal para a revolução, mas também sua incorporação pelas instituições do Estado, como as forças policiais.²²

²¹ A **Escala Richter** ou de **Magnitude local** é uma escala logarítmica, de base 10, utilizada para qualificar a magnitude de movimentos sísmicos. No caso do Haiti, o terremoto de 7.2 foi considerado de grande magnitude (capaz de provocar danos graves em amplas extensões).

²² Abundam relatos de que os *tontons macoutes* utilizavam, frequentemente, de técnicas dessa prática religiosa para auxiliar na captura de dissidentes durante a ditadura Duvalier (LAGUERRE, 1989).

A força do vodú é comprovada pelos dados demográficos da CIA (2016). Segundo a agência 54.7% da população haitiana se declara católica, seguida de 28.5% de protestantes. No entanto, a maioria dos haitianos praticam rituais do vodú em adição a outras religiões. Isso é explicado pelo crescente fluxo de ajuda humanitária, vindas em sua maioria, segundo Seitenfus (2014, p.57), de instituições religiosas cristãs. Essas instituições oferecem assistência básica ao povo em troca da aderência religiosa, o que acabou resultando em uma interessante fusão entre diferentes elementos religiosos.

Quanto às desigualdades raciais, tem-se que 95% da população é negra e 5% se declaram mulatos ou brancos (CIA, 2016). Ademais, observando-se a história é possível constatar que a minoria mulata tem uma instrução maior e tem se perpetuado com frequência no poder. Além disso, com base nos relatórios de Direitos Humanos sobre o mandato da *MINUSTAH*, nota-se a recorrência frequente ao estupro, sobretudo de mulheres com traços da raça branca, o que revela os resquícios das desavenças raciais.

Já a estabilidade política parece só ter ocorrido em governos autoritários, marcados por lideranças que apresentaram não só o individualismo como uma característica, mas também corrupção e massiva violação dos Direitos Humanos.

A dificuldade e definição de um interesse nacional claro, por sua vez, está fortemente ligada à instabilidade política e à prevalente organização social centrada no seio familiar (individualismo). Os objetivos da independência eram de liberdade, fim do domínio dos brancos e vingança. Tendo sido conquistadas exitosamente essas metas, não houve mais um propósito comum que convergisse em uma ampla agenda de interesse nacional.

Pode-se também observar que o fato de a economia haitiana ter ficado tanto tempo centrada no modelo de subsistência contribuiu, com base nas observações de Harrison (1985, p. 106), para uma espécie de acomodação da população quanto a sua condição e para uma maior atenção aos interesses de suas próprias famílias. Isso, em parte, explica a baixa desarticulação política e a suscetível tendência a governos ditatoriais.

No que tange à variável 'desgaste das forças armadas', vê-se que ela deriva, em boa medida, dos sucessivos golpes militares pelos quais o país passou e, também, do constate uso da coerção policial como forma de se evitar qualquer tipo de contestação a governos autoritários, sejam eles militares ou não.

Conforme visto anteriormente, sobretudo com a ditadura Duvalier, a recorrente projeção de imagem de um país fragilizado e dependente da ajuda externa passa a ser

constantemente utilizada e, aparentemente, apenas para garantir e justificar o fácil acesso a recursos que garantissem a manutenção da elite decisória no poder.

Assim, finda essa breve reflexão sobre o panorama do ambiente psicológico haitiano, em especial do prisma atitudinal, faz-se, adiante, uma análise de discursos presidenciais amostrais²³ a fim de que possamos verificar se os elementos cognitivos identificados anteriormente estão presentes (enquanto imagens socialmente construídas) nos discursos dos chefes de Estado e, também, nas ações adotadas pela *MINUSTAH*.

Dessa forma, esperamos contribuir para o melhor entendimento das possíveis conexões existentes entre o quadro de instabilidade política no Haiti e as ações tomadas pela *MINUSTAH* vis-à-vis as projeções das imagens feitas pelas elites decisórias.

As imagens Projetadas a partir da *MINUSTAH*: do mandato de Boniface Alexandre (2004-2006) ao governo de Michel Joseph Martelly (2011-2016)

Na teoria cognitiva o uso de imagens é um importante instrumento na medida em que representa a percepção do ambiente operacional por parte das elites decisórias que atuam em um dado cenário.

Segundo Herz (1994, p. 79), os estudos que envolvem a teoria cognitiva se propõem a trabalhar com contrastes entre a realidade objetiva e as imagens projetadas para, assim, apontar elementos capazes influenciar as estratégias de ação. Em nosso estudo de caso, com a presença da *MINUSTAH* no Haiti há a projeção de imagens por parte de duas unidades ontológicas principais: o Estado haitiano, na figura de seus mandatários, e a Organização das Nações Unidas.

Iniciamos, destarte, essa análise com Boniface Alexandre que assumiu o comando do Haiti no dia 29 de fevereiro de 2014 após a saída de Aristide. Em seu governo, a autoimagem haitiana enxergada e projetada foi a de um país desestabilizado politicamente e dependente da ajuda externa para se reerguer e se manter. Tal percepção é clara em seu discurso proferido em 22 de abril de 2004, endereçado a doadores internacionais, quando disse que:

²³ De acordo com a Teoria Cognitiva, no plano internacional, uma interessante ferramenta de identificação das imagens projetadas pelas elites decisórias é a análise de discursos dos atores envolvidos. Aqui não serão observados os discursos dos Primeiros-Ministros, pois, conforme a Constituição haitiana (2012), o Primeiro-ministro é escolhido pelo Presidente e aprovado pela Assembleia Nacional. Portanto, nesse sentido, o mesmo tende a ter orientação política próxima à do presidente. Ainda, de acordo com a Constituição haitiana (2012), cabe ao Chefe de Estado (Presidente) dar as linhas estratégicas e operacionais do Estado, que é o que nos interessa neste artigo. Por fim, para manter a coesão textual, os autores fizeram tradução livre dos textos originalmente publicados nas línguas francesa e inglesa.

Nos últimos dezoito anos, o Haiti está lutando em uma transição política sem fim. Os governos têm sido muito semelhantes; as eleições são contestadas; a assistência internacional está mais direcionada para as ONGs; os investidores haitianos e estrangeiros procuram um país mais estável politicamente; o desemprego está aumentando; os jovens estão à deriva; os homens e mulheres de negócios estão preocupados; o poder de compra diminuiu; e a pobreza está em pleno andamento. O desespero é geral! (Boniface Alexandre, 2004, p. 2).

Foi utilizando-se dessa percepção de fraqueza estatal que Boniface Alexandre projeta a imagem do Haiti como um país em processo de reconstrução ante o fim da transição democrática pelo qual vem passando ao longo de 18 anos.

O Haiti, em seu governo, deixa claro que quer entrar no jogo do cenário internacional, com eleições, justiça e renascimento da vida econômica e social. O fragmento do discurso de Boniface aos doadores internacionais evidencia isso, conforme a citação abaixo:

O foco dessa transição é a realização de eleições gerais no país em 2005. A organização das mesmas deve ser acompanhada por dois grandes objetivos: a luta contra a insegurança com o respaldo da justiça e o renascimento da vida econômica e social. (Boniface Alexandre, 2004, p.2).

Dadas as imagens propagadas pelo governo haitiano, a ONU, dando continuidade em seu trabalho da Força Interina Multinacional, lança a *MINUSTAH* e, assim, propõe um plano de estabilização do país em três áreas, todas elas com a participação de componentes civis e militares: segurança e estabilização do ambiente, reforma política e Direitos Humanos.

Mais precisamente a *MINUSTAH* buscou: (1) Apoiar um Governo de Transição para garantir um ambiente seguro e estável; (2) Monitorar o processo de reestruturação e reforma da Polícia Nacional do Haiti; (3) Ajudar com o desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR); (4) Auxiliar com a restauração e manutenção do Estado de direito, da segurança pública e da ordem pública no Haiti; (5) Proteger o quadro pessoal das Nações Unidas, as instalações e equipamentos e civis sob ameaça iminente de violência física; (6) Apoiar os processos constitucionais e políticos do país auxiliando na organização, acompanhamento e realização de eleições municipais, parlamentares e presidenciais livres e justas; (7) Fornecer suporte a promoção e proteção dos direitos humanos; e (8) Apresentar relatórios sobre a situação dos direitos humanos no país.

Dessa forma, a projeção da ONU e de seus parceiros no processo de estabilização do Haiti é de um país democrático, estabilizado, com uma polícia reformada e de respeito aos Direitos Humanos.

Comparando as duas projeções iniciais, temos que a ONU atendeu ao pedido do Presidente Boniface e forneceu o suporte necessário conforme era esperado.

A ONU projetou a questão da democracia, vista pelo apoio político e às eleições, e de segurança, como o mandato bem demonstra. No entanto, ao invés de projetar uma imagem econômica e mais desenvolvimentista, optou por uma agenda em prol dos Direitos Humanos como prioridade para o Haiti.

É somente após quase um ano de atuação no Haiti que a *MINUSTAH* passa a incluir a questão econômica e de desenvolvimento, de forma ainda tímida, tal qual observado no discurso do Presidente do Conselho de Segurança²⁴ em janeiro de 2005, com base no fragmento a seguir:

O Conselho de Segurança reconhece a necessidade da *MINUSTAH*, de outros órgãos do sistema da ONU, das instituições financeiras internacionais e dos Estados-Membros para ajudar o governo de transição na preparação e implementação de projetos de desenvolvimento no Haiti, bem como projetos de impacto rápido. O Conselho reitera a necessidade de ajudar o Governo de Transição no estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento em longo prazo. (Security Council, 2005, p. 1).

No dia 19 de setembro de 2005, Boniface Alexandre se dirige a 60ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas para reforçar seu desejo de reconstrução do país e agradecer o trabalho da *MINUSTAH* e a solidariedade internacional que o Haiti tem recebido. Na ocasião, quanto à pauta desenvolvimentista e econômica, o mesmo cita alguns projetos propostos para o Haiti e para os países em desenvolvimento quanto a mecanismos de financiamento internacional, como o projeto da Grã-Bretanha de facilitação de empréstimos no mercado financeiro para aumentar a assistência aos países mais pobres, especialmente na luta contra a AIDS.

Dada essa discussão no âmbito da ONU, Boniface Alexandre deixou clara sua divergência quanto à maneira que se enxerga a solução para a questão de financiamento de projetos em países mais pobres, como o Haiti. Para ele, esses esforços podem não atingir seus objetivos, por manter os países pobres vinculados a dívidas internacionais "impagáveis".

Ele ainda propõe que as mesmas sejam perdoadas. O fragmento abaixo ilustra esse posicionamento haitiano quanto aos atuais programas de financiamento internacionais:

No entanto, estes esforços não podem alcançar seus objetivos, sem uma solução global para as dívidas dos países do sul. Esta solução irá fazer uma contribuição positiva para a segurança internacional, não só considerando o cancelamento total das dívidas dos países menos desenvolvidos, mas também em ajudá-los a superar o problema, facilitando o seu desenvolvimento (Boniface Alexandre, 2005).

²⁴ A presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas é exercida de maneira alternada, mensalmente, por cada uma das 15 nações que o compõe, na figura de seu embaixador na organização.

Por fim, de acordo com discurso proferido na ocasião da celebração da independência haitiana em 1 de janeiro de 2006, o Governo Provisório entrega para o governo eleito um Haiti com avanços nas seguintes áreas: (1) Política fiscal e orçamental de aumento das receitas, (2) racionalização das despesas públicas e controle do déficit orçamental; (3) fortalecimento das administrações fiscais e aduaneiras; (4) luta contra a fraude; (5) financiamento de 98 projetos de melhorias das condições de vida; (6) programa de descentralização administrativa; (7) projetos de infraestrutura rodoviários, gerando muitos empregos; (8) modernização de muitos hospitais; (9) campanhas governamentais de combate a AIDS; (10) reforma de algumas instalações desportivas; e (11) organização de eleições com o auxílio da ONU.

Após quatro remarcações, em 7 de fevereiro de 2006, ocorrem as tão aguardadas eleições presidenciais no Haiti, com a vitória de René Prével. Ressalta Lazier (2006, p.6) que elas ocorreram em um ambiente político conturbado propiciado pelo: (1) suicídio do general brasileiro, Urano Teixeira da Mata Bacelar, que comandava a *MINUSTAH* (embora não haja um consenso se de fato foi suicídio); (2) proliferação de sequestros; (3) acusações de membros das tropas de paz da ONU de excesso de violência; (4) greve geral pelas insatisfações de empresários e da população com o trabalho da *MINUSTAH*; (5) demissão da Suprema Corte Haitiana pelo Primeiro-Ministro interino por autorizar a participação nas eleições de Dumarsais Simeus, empresário com dupla cidadania; e (6) precariedade policial e judicial.

É importante destacar que René Prével já havia sido presidente do Haiti de 1996 a 2001 e Primeiro-Ministro em 1991. O mesmo, ainda, era seguidor de Aristide, o que gerou inicialmente um temor quanto a sua posse, uma vez que as elites do país se posicionavam fortemente contra o governo de Aristide.

Ainda que com o cenário instável, Prével conseguiu cumprir seu mandato de 5 anos. Em seu primeiro discurso no Conselho de Segurança da ONU, em março de 2006, ainda que sua posse estivesse prevista para maio do mesmo ano, Prével reforçou a imagem projetada por Boniface Alexandre de um país marginalizado e dependente do apoio internacional, além da projeção do interesse nacional pela reconstrução do Estado de Direito.

Apesar da convergência com esta imagem projetada por seu antecessor, Prével também priorizou, com base em entrevista concedida à ICI Radio Canadá, em 2006, outros aspectos conjunturais que reforçaram essa percepção como: restabelecer e solidificar as

instituições democráticas, necessidade de fornecimento de comida e emprego ao povo haitiano e busca por investimentos privados.

Um aspecto amplamente observado é que, embora as agendas tivessem pesos diferenciados nas resoluções da *MINUSTAH* em relação à escala de prioridades do governo, a ONU mostrou-se aberta, na elaboração de suas ações, à incorporação das demandas presidenciais tal qual externadas nos discursos, sobretudo, quando referendavam a realidade objetiva dos fatos. Uma evidência disso está na Resolução 1743 (2007, p.2) em que a ONU destaca a necessidade da rápida implementação de projetos que gerem empregos e supram necessidades básicas da população. Assim:

[a ONU] Sublinhando a necessidade de implementação rápida de projetos de mão-de-obra intensiva que ajudem a criar empregos e oferecer serviços sociais básicos e enfatizando a importância de projetos de impacto rápido na fase pós-eleitoral, Reconhecendo o louvável trabalho realizado pelas autoridades haitianas e *MINUSTAH* para responder às necessidades das pessoas afetadas pelo desastre e acolher futuras ações coordenadas a este respeito(...) (Security Council, 2007, p.2),

A ONU, ademais, incorporou nas suas resoluções do mandato o primeiro objetivo destacado anteriormente por Préval de fornecer emprego para o povo haitiano. No entanto, ainda com base na Resolução 1743 (2007, p.2), ao enfatizar a responsabilidade política e civil do país por mais de uma vez, a imagem projetada do Haiti - de fragilidade e dependência de apoio internacional – talvez esteja sendo percebida pelo Conselho de Segurança como um possível acomodamento ante o apoio oferecido pela instituição internacional:

4. [a ONU] Reconhece a propriedade e responsabilidade primária do Governo do Haiti sobre todos os aspectos de estabilização do país e boa governança e reconhece o papel da *MINUSTAH* em apoiar os esforços do governo a este respeito, e exorta o Governo do Haiti para continuar a aproveitar ao máximo apoio internacional para aumentar a sua capacidade (Security Council, 2007, p.2).

Esse temor do Conselho de Segurança ao assistencialismo que a *MINUSTAH* vinha gerando no Haiti e, por consequência, na perpetuação do quadro de dependência externa em relação a ONU, encontra respaldo no fato de que o presidente Préval, além de seguir o posicionamento de seu antecessor quanto ao papel central da ajuda internacional para a reestruturação do Haiti, na ocasião da 62ª Assembleia Geral da ONU, intensificou de forma dramática a imagem de país marginalizado, enfatizando a importância da solidariedade internacional, da abertura de mercados e transferência tecnológica de países desenvolvidos em prol de conseguir a renovação do mandato da *MINUSTAH* por mais 12 meses. O fragmento abaixo evidencia essa colocação:

Senhor Presidente, falo aqui em nome de um povo que sofre há 200 anos com a privação material de todos os tipos, vulnerabilidade a riscos naturais e desastres, dificuldade de acesso aos cuidados de saúde e educação, mortes de centenas de milhares de crianças devido a desnutrição e uma população muito jovem (65% menos de 25 anos) privada de oportunidades reais de emprego.

Eu falo em nome de um povo que parece estar esvaziando-se quando seus executivos mais competentes abandonam um diário difícil para aumentar o desempenho de outras administrações ou outras empresas no Canadá, na França e nos Estados Unidos, ou quando seus filhos, mulheres grávidas e anciãos, cansados de viver uma vida que não lhes parece melhorar saem em barcos improvisados, em busca de uma vida melhor sob os outros céus.

Eu falo em nome de um estado que seus vizinhos, mesmo os mais poderosos, às vezes o apresentam como uma ameaça para a segurança da região, porque o Haiti também aparece frequentemente na agenda da Assembleia Geral ou do Conselho de Segurança das Nações Unidas com um grande contingente de problemas de insegurança ou turbulência política.

Eu falo em nome de um país que é muitas vezes descrito como um Estado Falido porque tem dificuldade operar suas instituições e organizar um espaço de vida adequado para todos os seus cidadãos ; porque, infelizmente, este estado é muitas vezes muito ocupado com uma guerra sem um futuro contra seus próprios filhos.

Resulta desta observação que devemos adquirir uma nova cultura de solidariedade internacional baseada em uma abordagem global e coordenada em que a luta contra a pobreza acompanha o desenvolvimento sustentável; uma abordagem em que a ajuda ao desenvolvimento e a luta contra a insegurança são contrárias aos esforços dos países mais desenvolvidos para abrir seus mercados, encorajar os fluxos de investimento direto estrangeiro e as transferências de tecnologia e apoiar o setor privado e iniciativas empresariais; uma abordagem global em que os ricos e os pobres percebem que são co-proprietários desse planeta e que seu destino está em nossas mãos. (Préval, 2007)

Préval, ainda no supracitado discurso, enfatiza os avanços do seu governo em conjunto com a *MINUSTAH*, tentando projetar uma imagem de progresso em meio ao caos²⁵. Segundo ele (2007), houve avanços quanto ao desmantelamento crescente das gangues e milícias, na redução da inflação e crescimento moderado do PIB, na governança do país, na consolidação das estruturas de Estado, em reformas legais, no constante combate à corrupção e em melhoras na estrutura da Polícia Haitiana.

Em 2008, o Haiti é atingido por furacões que comprometem ainda mais sua frágil infraestrutura e, concomitantemente, agrava os diversos problemas do país. Diante desse acontecimento, Préval vai à 64ª Assembleia Geral da ONU e faz duras críticas ao sistema internacional e à atuação da ONU, transparecendo certo desespero, conforme citado em seu discurso abaixo:

Parece, mesmo, que, além de muitas crises de todos os tipos (alimentar, energética, financeira, etc.) que já impõem um pesado tributo sobre o nosso povo, alguns de nós têm agora de se

²⁵ De fato, o Haiti apresentou uma melhora significativa no período. Segundo Heine e Thompson (2011, p.6), a situação da insegurança melhorou, com a redução dos sequestros, e houve crescimento econômico continuado, sendo um dos dois países da América que tiveram elevações no crescimento, em 2009. Além disso, os autores destacaram que Préval, até então, nunca tivera seu nome associado a escândalos de corrupção como aconteceram seus antecessores. Préval teve, contudo, que enfrentar grandes desafios como o aumento generalizado nos preços de *commodities*, sobretudo, alimentos, e a queda do Primeiro-Ministro Jacques-Edouard Alexis.

acostumar a choques recorrentes que vêm de desastres naturais. Devemos, em cada tiro, reconstruir a mesma infraestrutura que foi destruída; devemos restaurar a mesma capacidade produtiva que foram varridas por ciclones e inundações. A falta de recursos faz com que o processo de reconstrução não seja iniciado no tempo e você tem que se preparar para o retorno do desastre antes mesmo de que as comunidades sejam capazes de se recuperar de desastres anteriores. Era, aparentemente, para este novo ciclo de vida que os países vulneráveis, como o nosso, devem ser preparados. Com meios insuficientes. Esta não é uma coincidência. É a consequência direta do desenvolvimento e modelo de governança que as nações conhecidas como poderosas impuseram ao resto do mundo para várias modelo seculares. (Préval, 2009).

Tal colocação é interessante do ponto de vista da abordagem cognitiva pois indica que em casos de acontecimentos inesperados e urgentes, o tomador de decisão pode tender a projetar uma imagem não condizente com a realidade.

Isso fica evidente, também, a partir do fato de que, visando atrair cada vez mais ajuda de seus pares, Préval passa até mesmo a tentar projetar uma imagem do país que diverge dos elementos históricos constitutivos das imagens do Haiti no que concerne a questão da organização social centrada no seio familiar (individualismo). O trecho do discurso, a seguir, revela bem esse aspecto:

Os haitianos, como muitos outros povos do Sul, são um povo laborioso, engenhoso e empreendedor; dotado de uma grande resiliência forjada na gestão do problema cotidiano e capaz de explorar o limite extremo e otimizar o menor recurso colocado à sua disposição. Nosso povo está ansioso para mobilizar esse potencial e essa capacidade de seguir o caminho do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento de nossos países é, portanto, uma tarefa possível. No entanto, todos os esforços provavelmente serão ineficazes se não conseguirmos um novo paradigma de cooperação internacional. Um novo paradigma que nos obriga a ultrapassar a lógica da ajuda humanitária e reconhece a capacidade dos pobres de fazer negócios e gerar riqueza através dos meios e oportunidades disponíveis para desenvolver suas capacidades produtivo. Sem uma visão tão nova, romper com a cultura da ajuda humanitária perpétua, paz e estabilidade só serão conquistas precárias e fugazes (Préval, 2009)

Esse acontecimento (dos furacões) também foi crucial para catalisar choque de percepções entre as imagens projetadas pelo governo no período e a *MINUSTAH*. Isso é perceptível na recorrente importância atribuída à variável Direitos Humanos em várias resoluções. Exemplo é a Resolução 1840 por meio da qual o Conselho de Segurança, referente aos casos de abusos sistemáticos contra crianças e de estupros de mulheres, determinou tolerância zero:

20. Reafirma o mandato da *MINUSTAH* em matéria de direitos humanos e exorta as autoridades haitianas a prosseguirem os seus esforços para promover e proteger os direitos humanos e exorta a *MINUSTAH* a continuar a proporcionar formação em direitos humanos à PNH e outras instituições, incluindo os serviços de prisão; 21. Condena firmemente as violações graves contra crianças afetadas por estupro e outros abusos sexuais de meninas, e 22. Solicita ao Secretário-Geral que continue a tomar todas as medidas necessárias para garantir o pleno cumprimento da política de tolerância zero das Nações Unidas em matéria de exploração e abuso sexual e manter o Conselho informado (Security Council, 2008, p. 5).

Essa observância da ONU entra em choque, portanto, com o discurso de Préval na 64ª Assembleia das Nações Unidas, onde ele claramente tentou vender uma imagem de um Haiti que respeita os Direitos Humanos e possui uma população altamente amigável. O fragmento abaixo demonstra essa tentativa:

Nos últimos três anos, apesar do impacto negativo de muitas crises internacionais sobre nossa economia, o progresso significativo foi feito, particularmente na segurança, no respeito dos direitos humanos, no clima de investimento em eliminação da corrupção, e o estabelecimento de uma sociedade amigável, onde o diálogo é central, apoiado e retransmitido por uma imprensa totalmente livre e independente (Préval, 2009).

É interessante essa análise porque pela primeira vez, o termo Direitos Humanos aparece de forma clara no discurso presidencial de Préval como instrumento para vender a ideia de que no Haiti não existe tal problema. Essa imagem projetada pelo governo haitiano vai na contramão do componente histórico do prisma atitudinal desenhado pelo país de violação sistemática dos Direitos Humanos e é incorporado pela ONU no mandato da *MINUSTAH*.

Provavelmente o intento de Préval, diante da crescente atenção dedicada pelas Nações Unidas à questão dos Direitos Humanos em suas resoluções, tenha sido tentar fazer com que a pauta desenvolvimentista, mediante financiamento externo, crescesse em relevância em detrimento dessa agenda.

De qualquer forma, a Resolução 1892, menciona os avanços conseguidos pelo governo haitiano como eleições para senadores e adoção de uma reforma constitucional. Ainda assim, o Conselho de Segurança da ONU (2009, p. 4) permaneceu enfatizando que havia muito a se fazer em termos de governança, sistema prisional e judiciário no Haiti.

O ano de 2010 chega com mais um problema, o terremoto de magnitude de 7 graus na escala Richter que agrava a situação do país. O terremoto faz com que a *MINUSTAH* reforçasse seu pessoal. Além disso, houve um escândalo envolvendo a ONU, uma vez que o Haiti passou por um surto de cólera supostamente trazido por capacetes azuis nepaleses.

A partir disso, ainda na citada conferência, Préval projeta uma nova imagem: a de um povo solidário, corajoso e heroico que renasceria da tragédia com um plano de uma sociedade mais igualitária e inclusiva. Além disso, tenta vender a percepção de que a situação vista pela fuga de haitianos é uma ficção, tal como observado no fragmento do discurso abaixo:

Eu não posso esquecer a coragem, a solidariedade e heroísmo demonstrado pelos próprios haitianos. O exemplo de amor, compromisso, auto sacrifício, por vezes, vem dos mais pobres que não hesitou um segundo para colocar suas próprias vidas em risco a correr em auxílio de

outro haitiano, que eles nem sequer conhecem. A atenção, solidariedade e mobilização da diáspora têm mostrado que a distinção entre ser haitiano e haitiana dentro e vida haitiano e haitiana no exterior é uma ficção administrativa. (Préval, 2010).

É, assim, a partir desse novo cenário de desastres naturais e perda dos avanços alcançados, que se acentuam cada vez mais as divergências quanto às projeções da hierarquia de agendas e um distanciamento por parte do presidente da real situação do país. No entanto, apesar dos reveses listados, Heine e Thompson (2011,p.7) ressaltam que investidores internacionais valorizaram o fato de o governo de Préval ter sido democraticamente eleito e ter se mantido. Isso ajuda a compreender o porquê do Haiti ter conseguido mobilizar esforços conjuntos de países, setor privado, organizações internacionais e ONGs para a sua reconstrução no pós-terremoto.

Com o fim do mandato de Préval, Michel Joseph Martelly, um famoso músico haitiano, é eleito presidente em 4 de abril de 2011. As projeções de Martelly, para seu governo, exaltavam claramente o orgulho haitiano de seu processo de independência, e se centrava na imagem de reconstrução.

Quanto ao apoio internacional, passa a citá-lo, não para receber comida e recursos, como os seus antecessores demandavam, mas para pedir investimento estrangeiro e abrir a economia do Haiti. O trecho abaixo de seu discurso de posse, assim, evidência:

O Reverendo Martin Luther King teve um sonho para os Estados Unidos. Eu também tive um sonho para o Haiti e seu povo. Eu sonhei com o Haiti, onde, após o mandato de cinco anos, a grande maioria dos filhos do Haiti aprenderá a ler e escrever. Sonhei com um Haiti, onde além da forte resiliência das pessoas, seremos capazes de criar ou estabelecer as bases para um ambiente menos degradado e que seja mais capaz de suportar a força do furacão, a capacidade de destruição do terremoto e a ação insidiosa das chuvas no solo. Sonhei com o Haiti, onde o crescimento econômico e a sustentabilidade do processo de desenvolvimento permitirão ao povo haitiano expressar melhor sua surpreendente capacidade criativa, não só pelas artes, mas também pela ciência e pela tecnologia. Eu sonho com um Haiti forte, bonito e próspero como sonhado pelos heróis da nossa independência: Toussaint Louverture, Jean Jacques Dessalines, Henri Christophe, Alexandre Petion. Eles inspiram minha visão e minha missão. Alguns dirão que existem dificuldades aparentemente insuperáveis que enfrentam o Haiti. Mas é tudo uma questão de liderança, isto é, a capacidade de envolver nossos compatriotas para ter uma visão positiva e construtiva do futuro. Minha equipe e eu queremos influenciar positivamente o curso da história do Haiti e pôr fim ao círculo vicioso que a dominou há mais de três décadas. Nossa visão é a de um Haiti diferente do mostrado por certos meios de comunicação. Queremos mudar o Haiti para melhor e vamos mudar isso. (Martelly, 2011).

Em sua Resolução 2012, contemporânea do discurso supracitado, todavia, o Conselho de Segurança (2012, p.5) ainda não havia se manifestado quanto à provocação do presidente quanto à atração de investimentos estrangeiros para o Haiti. A ONU se restringiu a manter-se pedindo o auxílio de doadores, como já era praxe.

Em meados de 2012, Martelly, ao se pronunciar na Assembleia Geral Haitiana, deixou claro que na definição de uma agenda de interesse nacional priorizaria fatores desenvolvimentistas para o país, vistos, não apenas na atração de investimentos estrangeiros, mas, também, na melhoria da infraestrutura e na atenção especial às potencialidades do setor de tecnologia da informação e da educação. Conforme suas palavras:

Gostaria de ver essas cinco áreas prioritárias apoiadas por 5 setores, são elas: (1) A construção e infraestrutura; (2) A contribuição de capital para o sector das PME; (3) A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) sabendo que a tecnologia é o motor da competitividade; (4) Educação e formação para atender a demanda das áreas prioritárias para habilidades específicas; (5) Um ambiente de negócios favorável, obtida através de uma parceria público-privada (PPP), através de uma reforma política pública e a promoção sistemática de empreendedorismo. (Martelly, 2012).

Ele ainda enfatizou, nessa ocasião, a importância de se investir na agricultura para a imagem de progresso em seu governo, demonstrando não ignorar o passado, ligado as fazendas de subsistência do Haiti:

Penso particularmente no mundo rural (...) Ao governo, reitero a minha demanda. Ao parlamento, busco a assistência. Da população, sua participação ativa. O Estado deve comprometer-se a investimentos maciços em áreas rurais para preservar a infraestrutura existente, criar novas e prestar serviços aos agricultores que lhes permitam gerar ganhos de produtividade substanciais. Mas não devemos esquecer que o camponês é agora um buscador de cidades. Puxado para fora de sua casa por políticas econômicas irresponsáveis, recusando o isolamento do assentamento disperso, desejando que seus filhos se beneficiem dos benefícios da educação, o camponês chega à cidade em busca de um ser melhor, que o seu estado atual, não pode oferecê-lo. (Martelly, 2012)

Apesar dessa disposição para com as agendas desenvolvimentistas, é importante mencionar a descrença política em torno de Martelly²⁶. Como ele e sua equipe careciam de experiência de gestão e política, muitos observadores ficaram preocupados com a capacidade do presidente em garantir as promessas de educação gratuita e obrigatória, geração de empregos, desenvolvimento agrícola e fortalecimento do Estado de Direito (Taft-Morales, 2015, p. 10).

Um ponto interessante no discurso de Martelly, na Assembleia Nacional, foi o reconhecimento dos elementos negativos que contribuíram para uma imagem ruim do Haiti ao longo dos anos, conforme evidenciado anteriormente:

²⁶ De fato, a gestão Martelly foi marcada por grandes impasses entre seu governo e o Legislativo haitiano. Na ocasião, devido à violação de imunidade de parlamentares, os mesmos retalharam o então Presidente, não votando suas propostas e até abrindo um inquérito sobre uma possível nacionalidade americana e a impossibilidade de exercer o cargo (Taft-Morales, 2015, p. 10).

Eu nunca vou parar de insistir que a miséria e egoísmo haitiano que tem prevalecido até agora, desapareça para sempre para abrir caminho para um Haiti vibrante, dinâmico, próspero, justo e firmemente focado no futuro (Martelly, 2012).

Dessa forma, ele parece tocar no individualismo presente na gênese do povo haitiano. Martelly, ainda coloca em sua pauta o objetivo do fortalecimento das Forças de Defesa Haitianas, como o mandato da *MINUSTAH* vinha propondo. Assim, disse ele:

Aproveito esta oportunidade para projetar minha visão para a criação de uma nova Força de Defesa de nosso território. Ao fazê-lo, o Estado vai recuperar a sua soberania e se preparar, com apoio da *MINUSTAH*. A Força de Defesa vai assumir o controle do território e suas fronteiras, dar uma mão para a polícia em caso de necessidade, mas também irá intervir em caso de catástrofes naturais e, assim, cumprir sua missão constitucional. (Martelly, 2012).

Martelly, ainda, demonstrou entender o que a ONU vinha pontuando em seu mandato: de que, apesar da atuação da *MINUSTAH*, a responsabilidade primária da reconstrução e desenvolvimento é do próprio Haiti. Isso é visto de maneira clara no discurso presidencial sobre o surto de cólera, onde o Presidente evocou a responsabilidade estatal e do próprio povo haitiano ao afirmar:

Recebemos muitas promessas para assistência à reconstrução, mas precisamos agir agora. É um direito de todos os haitianos e haitianos ter acesso a água potável e ter instalações sanitárias adequadas. Somente uma abordagem estratégica abrangente e gerida conjuntamente pode nos ajudar a eliminar a cólera que afetou meio milhão de haitianos e matou milhares. Assim, podemos recuperar uma população haitiana saudável, livre de cólera, dentro de uma década. Em cooperação com os nossos vizinhos na República Dominicana, podemos alcançar um futuro melhor para todos os cidadãos da Hispaniola. Hoje, peço ao nosso Ministro da Saúde que organize um encontro com nossos vizinhos na República Dominicana e nossos parceiros internacionais e locais que apoiem essa luta para determinar uma estratégia conjunta para eliminar a cólera da nossa ilha. (Martelly, 2012)

A resolução 2070 do Conselho de Segurança (2012, p 5) parece reconhecer esses avanços por parte do novo dirigente quanto às imagens projetadas e a noção de responsabilidade primária nacional. Tanto que, na referida resolução, a ONU destaca o progresso rumo ao desenvolvimento econômico e social e na ocasião da cólera, destaca também o esforço feito pelo governo para sanar o problema.²⁷

No entanto, o Conselho de Segurança (2012, p.6) continua condenando e chamando a atenção do governo para violações de Direitos Humanos, sobretudo de crianças.

²⁷ A ONU reconheceu os avanços do governo Martelly na capacitação policial e judiciária para investigar a corrupção e crimes políticos, contudo, mencionando que os níveis ainda eram altos e que o próprio Martelly foi investigado. Também criticou a politização do judiciário e da polícia nacional sob sua administração, já que a constante troca de gabinetes afetava os esforços da *MINUSTAH* e subjulgava essas entidades aos interesses políticos do Presidente. As prisões arbitrárias e ilegais e a perseguição de jornalistas também foram duramente criticadas pela ONU (Taft-Morales, 2015, p. 11).

Ainda que com o reconhecimento, a resolução não menciona esforços em nenhuma das áreas alavancadas pelo governo como prioritária. As resoluções seguintes também não trazem grandes convergências com os discursos presidenciais. Até então a postura da ONU se manteve a mesma, ou seja, em prol de reformas na área de segurança, política e de Direitos Humanos.

Em contrapartida, o discurso presidencial revelou cada vez mais uma maior autonomia e ciência de sua responsabilidade e do papel da *MINUSTAH*, o que representou um progresso. Isso ficou bem claro quando, na 70ª Assembleia Geral da ONU, diferentemente de seus antecessores, pela primeira não se buscou vender um Haiti que precisasse da ajuda internacional para todos os setores e, sim, um Haiti mais forte e alinhado à ação da *MINUSTAH*.

Permita-me mencionar a situação do meu país, a República do Haiti. Em 9 de agosto, um passo importante foi dado na consolidação da democracia. Um independente Conselho Eleitoral, escolhido pela Sociedade Civil, iniciou o processo eleitoral que deverá conduzir até o final deste ano, a realização de eleições presidenciais, legislativas, municipais e territorial. No seu relatório da *MINUSTAH* ao Conselho de Segurança, o Secretário-Geral observou que a eleição foi essencial para a consolidação da democracia e do Estado de direito e a promoção do desenvolvimento, desde necessário para melhorar as condições de vida da população haitiana e a realização de uma estabilidade duradoura. Estou feliz de informar a esta Assembleia que o país está no caminho certo. O povo haitiano demonstrou maturidade política e sua capacidade de ter o controle de seu destino. Aqui eu gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos os parceiros de cooperação no Haiti e as Nações Unidas. (Martelly, 2015)

Martelly entregou seu cargo em fevereiro de 2016, ao fim de seu mandato constitucional de cinco anos. Ainda que o Haiti possa aparentar ter tido grandes avanços, como externado nos discursos presidenciais e nas resoluções da ONU, Martelly passou o poder para um governo provisório, já que as eleições foram suspensas por suspeitas de fraude, mergulhando o país em outra onda de desestabilização política. Somente em novembro de 2016, um novo presidente foi eleito²⁸.

Assim, levando-se em consideração as imagens construídas ao longo da história haitiana e projetadas durante a *MINUSTAH* cabe-nos um derradeiro esforço em mostrar uma síntese do processo de aderência destas por parte de cada um dos governos haitianos vis-à-vis a missão à *MINUSTAH*:

²⁸ O candidato vitorioso foi o empresário Jovenel Moise, apoiado pelo ex-presidente Martelly. Até o fechamento dessa pesquisa, não havia dados suficientes para uma análise profunda do papel das imagens projetadas no governo Moise.

Quadro 2 – Quadro das imagens projetadas ao longo da *MINUSTAH* (2004-2016)²⁹

| IMAGENS | 1* | 2* | 3* | 4* |
|--|------------|------------|------------|------------|
| País marginalizado e dependente da ajuda externa | SIM | SIM | NÃO | SIM |
| Reconstrução | SIM | SIM | SIM | SIM |
| Esforços para a consolidação da democracia no país | SIM | SIM | SIM | SIM |
| Progresso | SIM | SIM | SIM | SIM |
| Respeito aos Direitos Humanos | NÃO | SIM | NÃO | NÃO |
| Povo solidário e forte | NÃO | SIM | SIM | NÃO |

***Legenda:** 1-Boniface Alexandre; 2-René Préval; 3- Michel Joseph Martelly; 4-MINUSTAH

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Analisando o quadro, nota-se um consenso dos atores quanto às a) projeções de reconstrução, b) país em processo de consolidação da democracia e c) o progresso. É importante destacar, no que tange ao progresso, que o mesmo refere-se aos passos rumo à estabilização, fortalecimento político e desenvolvimento econômico e social do país.

No que concerne à imagem de um país marginalizado e dependente da ajuda internacional, tem-se que essa projeção só não é vista em Martelly. Como previamente dito, com ele surgiu a retórica da imagem de um povo forte e solidário, mas que precisa se aprimorar e assumir responsabilidades no processo de reconstrução. Dessa forma, ele apenas solicita o apoio da sociedade internacional para a atração de investimentos externos.

Já as imagens que dizem respeito aos Direitos Humanos e de um povo solidário e forte foram ressaltadas, sobretudo, por René Préval. Em contrapartida, a percepção que a ONU apresentou do país foi divergente, uma vez que foram feitas diversas menções aos casos de estupro e violência em suas resoluções.

Quanto aos demais presidentes, o assunto Direitos Humanos não foi tratado diretamente por nenhum deles. Michel Martelly também foi outro presidente que utilizou da imagem de um país solidário e forte para conseguir comoção interna e internacional para o seu discurso.

A imagem de reconstrução, por sua vez, é interessante de ser observada cuidadosamente, pois foi consenso entre todos os atores envolvidos. No entanto, conforme

²⁹ A título de legenda para a tabela, foi utilizado o termo “SIM”, para evidenciar a presença de cada imagem nos discursos presidenciais e/ou da MINUSTAH. Em contrapartida, o termo “NÃO” foi utilizado para representar a não incorporação de uma imagem em cada discurso.

visto, há divergência quanto ao que se definiu como sendo prioridade. Nesse sentido, para a ONU, as prioridades foram, em ordem de importância: a) Segurança, b) reforma política e c) Direitos Humanos. Já sob o ponto de vista dos presidentes haitianos, foi importante priorizar o desenvolvimento econômico e social.

Assim, apresentada a síntese das imagens construídas, o quadro seguinte demonstra a convergência entre os elementos históricos e sociais, constantes no prisma atitudinal, com as projeções de cada ator:

Quadro 3 - Convergência entre os elementos do prisma atitudinal com as imagens identificadas ao longo da MINUSTAH (2004-2016) por cada ator destacado³⁰

| ELEMENTOS DO PRISMA ATITUDINAL | 1* | 2* | 3* | 4* |
|--|-----|-----|-----|-----|
| Raiz religiosa fundamentada na prática do Vodou | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO |
| Desavenças e desigualdades raciais entre negros e mulatos | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO |
| Dificuldade de definição de uma agenda de interesse nacional | SIM | SIM | SIM | NÃO |
| Organização social centrada no seio familiar (individualismo) | NÃO | SIM | SIM | NÃO |
| Desarticulação política | SIM | SIM | SIM | SIM |
| Corrupção | NÃO | SIM | NÃO | NÃO |
| Violação sistemática dos Direitos Humanos | NÃO | SIM | NÃO | SIM |
| Desgaste das Forças Armadas haitianas, e por consequência, das instituições de segurança nacionais | SIM | SIM | SIM | SIM |
| Autoritarismo Governamental | SIM | SIM | SIM | SIM |

³⁰ A título de esclarecimento, foi utilizado o termo “SIM” para sinalizar a incorporação do elemento do prisma atitudinal nos discursos de cada presidente e no mandato da MINUSTAH. Em contrapartida, o termo “NÃO” foi utilizado para representar a não observância dos elementos do prisma atitudinal pelos atores destacados.

| | | | | |
|--|------------|------------|------------|------------|
| Presença substancial nos discursos de um país pobre e dependente da ajuda externa. | SIM | SIM | NÃO | SIM |
| Tentativas fracassadas de estabelecimento de instituições democráticas | SIM | SIM | NÃO | SIM |
| Percepção da necessidade de reforma das instituições políticas, econômicas e de segurança do país. | SIM | SIM | SIM | SIM |

***Legenda:** 1 - Boniface Alexandre; 2 - René Préval; 3 - Michel Joseph Martelly; 4 MINUSTAH

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Observando os componentes do prisma atitudinal elencados no quadro, observa-se que houve a incorporação total nas imagens projetadas, por todos os atores analisados, dos elementos: desarticulação política, autoritarismo governamental, desgaste das Forças Armadas haitianas, e por consequência, das instituições de segurança nacionais e a noção da necessidade de reforma das instituições políticas, econômicas e de segurança do Haiti.

Dessa forma, a percepção desses elementos por todos os atores envolvidos viabilizaram a presença da *MINUSTAH* e do seu mandato. As imagens resultantes da incorporação dos elementos identificados anteriormente foram: esforços para a consolidação da democracia no país e reconstrução.

As tentativas fracassadas de estabelecimento de instituições democráticas é outro elemento presente no discurso dos agentes, ainda que não diretamente no caso de Michel Martelly, e com grandes reflexos nas imagens projetadas por todos os atores dado o *background* do ambiente operacional anterior a *MINUSTAH*. Esses elementos foram incorporados, portanto, nas imagens de: reconstrução, país marginalizado e dependente da ajuda externa e esforços para a consolidação da democracia no país.

Ainda sim, conforme visto, apesar de enxergar o Haiti como um Estado frágil, a ONU, com o tempo, passa a deixar claro o papel a ser desempenhado pelos governos haitianos e pelo povo para que o país se desenvolva. Nesse cenário, apenas Martelly parece incorporar essa nova percepção ao seu discurso.

A dificuldade de definição de uma agenda de interesse nacional, por sua vez, foi absorvida por parte dos presidentes do Haiti durante a *MINUSTAH*, sobretudo por meio das imagens de reconstrução e tentativas de consolidação da democracia no país. Nesse sentido, a presença desse elemento foi tão marcante no processo de reconstrução que permitiu que as agendas propostas pela ONU divergissem das percepções do país quanto à prioridade das mesmas.

Ainda, é interessante ressaltar que essas questões das agendas seguem, a partir do governo de René Préval, a mesma escala de prioridade com relação à gestão posterior de Martelly. No mandato de Boniface Alexandre, ele tendeu a se aproximar da projeção da ONU em termos de prioridade dado o colapso do setor de segurança no país e que culminou na sua posse como presidente Interino com a renúncia de Aristide.

No que tange à corrupção, temos um aspecto interessante: René Préval é o único ator a tratar do assunto, mas de maneira superficial e, sem incorporá-lo a nenhuma de suas projeções.

Outro elemento controverso é a questão da violação sistemática dos Direitos Humanos. É nítido que é com essa agenda que as grandes divergências quanto a ONU aconteceram, de forma mais acentuada no governo de Préval. Os demais governos foram omissos sobre o assunto.

De acordo com o que foi colocado ao longo do artigo, percebe-se, ainda, que, no que diz respeito ao componente do prisma atitudinal - 'organização social centrada no seio familiar (individualismo)' - esse elemento só encontra espaço nos discursos de Préval e Martelly. Préval a absorve de maneira divergente ao prisma, tentando projetar para o cenário internacional a imagem de que o povo haitiano é solidário e forte.

No governo de Martelly, a questão do individualismo volta a aparecer, mas em conformidade com a realidade histórica e atual do país. Martelly, assim, assume os problemas advindos desse elemento e reprojeta as imagens de progresso e de um povo solidário e forte capaz de modificar essa realidade, vinculado uma a outra. Portanto, para o progresso continuar seria necessário combater esse aspecto do prisma "individualismo".

Por fim, dois componentes societais do prisma atitudinal de bastante relevância ao longo de toda a análise histórica desse artigo - raiz religiosa fundamentada na prática do Vodou e desavenças e desigualdades raciais entre negros e mulatos - não foram levados em consideração por nenhum ator. Tal ponto é sintomático, pois reflete que a incorporação de

elementos sociais/sociais, tão necessárias para a superação dos problemas haitianos, aparentam ocupar importância secundária neste complexo cenário.

Considerações Finais

O artigo, em linhas gerais, buscou analisar, a partir de uma perspectiva alternativa, cognitiva, alguns dos desafios enfrentados no esforço de se estabilizar, satisfatoriamente, o Estado haitiano, após as sucessivas crises institucionais pelos quais passou e as resultantes ações externas direcionadas a promover o *State Building* no país, a partir do mandato da *MINUSTAH*.

Nesse sentido, retomando a pergunta de pesquisa que norteou este estudo - como e em que medida o prisma atitudinal haitiano e as imagens resultantes interferiram na evolução do desenvolvimento das agendas propostas no mandato da *MINUSTAH*? - observou-se que a absorção de alguns elementos do prisma atitudinal presentes na história do país e, aqui identificados, foram levados em consideração nas imagens projetadas tanto por meio da *MINUSTAH* como nos processos decisórios políticos haitianos.

De maneira geral, os elementos recorrentes nesse processo foram: desarticulação política, autoritarismo governamental, desgaste das Forças Armadas haitianas e de segurança nacionais e a noção da necessidade de reforma das instituições políticas, econômicas e de segurança no Haiti.

Essa assimilação permitiu avanços em termos de estabilização da *MINUSTAH* no país. No entanto, outras variáveis que, em alguma medida, apresentavam potencial de interferência no desenvolvimento das propostas das Nações Unidas para o Haiti como: corrupção generalizada, o papel agregador do vodu, desavenças e desigualdades raciais entre negros e mulatos, dificuldade na coordenação de uma agenda comum em prol dos interesses nacionais e organização social centrada no seio familiar (individualismo) não foram devidamente consideradas na operação de paz.

Reconhecemos que essas variáveis são apenas parte de uma equação muito mais complexa, contudo, sua ausência nos planos de ação executados ajudam a explicar, ainda que parcialmente, alguns problemas como: a dificuldade em melhorar indicadores socioeconômicos, realizar eleições regulares, justas e livres e, até, em se conseguir inserir a promoção dos Direitos Humanos (bem como o combate a sua violação) como uma política pública no país caribenho.

Outro elemento analisado foram as correlações entre as imagens projetadas pela ONU e pelos presidentes que o Haiti teve no período (2004-2016). Em geral, elas, as imagens, convergiram, principalmente, na percepção de: a) um país marginalizado e dependente da ajuda externa, b) que quer fazer uma reestruturação de suas instituições, e; c) concretizar a sua estabilidade política e democrática.

O alinhamento dessas imagens, por sua vez, também colaborou para que a *MINUSTAH* pudesse operar no Haiti. Por outro lado, imagens divergentes - como com relação aos Direitos Humanos - concorreram para que as ações planejadas não alcançassem plenamente os resultados esperados.

Logo, o distanciamento entre a percepção onusiana - que conferia crescente importância ao tema dos Direitos Humanos - e o irredutível discurso por parte da elite decisória haitiana ressaltando a necessidade imediata de desenvolvimento, sobretudo, econômico, protelou o cumprimento das agendas propostas, especialmente, após o terremoto que atingiu o país em 2010.

Portanto, a hipótese levantada de que quanto maior for a convergência entre elementos constituintes do ambiente psicológico (como o prisma atitudinal e as imagens construídas) maiores serão seus efeitos no desenvolvimento das agendas propostas no âmbito das operações de paz, no caso da *MINUSTAH* demonstrou ser válida, porém, com ressalvas que apontam a imprescindibilidade de análises mais profundas acerca do papel de variáveis outras que, por opção metodológica, aqui não foram consideradas.

É o caso, por exemplo, da necessidade de reforma das forças policiais. Apesar das projeções das elites decisórias e da ONU convergirem nesse aspecto, ainda assim, a oposição das imagens não foi suficiente para dirimir, durante a *MINUSTAH*, os problemas identificados e, tampouco, evitar que uma nova missão - a *MINUSJUSTH* - fosse estabelecida com o objetivo precípua de fortalecer a Polícia Nacional e as instituições judiciais e penais do país.

Isso porque, como visto, houve, e há, enormes desafios que, sobrepostos em multifacetadas frentes (política, diplomática, militar, humanística), demandam soluções igualmente multiformes, que não se limitem aos aspectos cognitivos resultantes do prisma atitudinal, mas que, também, não os desconsiderem nos processos de tomada de decisão na complexidade da situação haitiana.

Referências Bibliográficas

ALEXANDRE, Boniface. *Discours du Président de La République, Me. Boniface Alexandre (2004)*. Disponível em:

<<http://haiticci.undg.org/uploads/discours%20de%20cloture%20du%20president%2022-04.pdf>>

Acesso em: 23 mar. 2016.

_____. *Discours de Son Excellence Maître Boniface Alexandre Président Provisoire de la République d’Haïti à la 60ème Session Ordinaire de l’Assemblée générale des Nations Unies*.

Disponível em:

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:yDXQVdBnBw4J:https://www.un.int/haiti/sites/www.un.int/files/Haiti/discours_de_son_excellence_maitre_boniface_alexandre_president_provisoire_de_la_republique_dhaiti_a_la_60eme_session_ordinaire_de_lassemblee_generale_des_nations_unies.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 23 mar. 2016.

2016.

BOULDING, Kenneth. *The image knowledge in life and society*. Michigan: University of Michigan Press, 1961.

BRECHER, Michael. *The Foreign Policy System of Israel Setting Images Process*. New Haven: Yale University Press, 1972.

BRECHER, Michael; STEINBERG, Blema; STEIN, Janice. “A Framework for Research on Foreign Policy Behaviour”. *Journal of Conflict Resolution*, v. 13, nº1, pp. 75-101, 1969.

CIA. *Haiti*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

DORN, A. Walter. “Intelligence-led Peacekeeping: The United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), 2006–07”. *Journal of Intelligence and National Security*, v.24, nº6, p.805-835, 2009.

FILHO, Manoel Souza D’Agrella. *Física da terra e do universo para licenciaturas em geociências*. Disponível em:

<http://www.iag.usp.br/~agg_1400200/moddata/GEOFISICA/apostila2-sismo.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

FUKUYAMA, Francis. *Construção de Estados: governo e organização mundial no século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

FUND FOR PEACE. *Fragil States Index*. Disponível em: <<http://fundforpeace.org/fsi/>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

- GOMES, Áureo Toledo. "Nation-Building e Segurança Internacional: um debate em construção". *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, 31(2), 2009, p.285-313.
- GOENDER, Jacob. "O épico e o trágico na história do Haiti". *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, p. 295-302, 2004.
- HAMANN, Eduarda. "United Nations Presence in Haiti: Challenges of a multidimensional Peacekeeping mission". *Conflict Trends*, Issue 4, p. 38-45, 2009.
- HARRISON, Lawrence E. *Subdesenvolvimento é um Estado de Espírito*. Tradução Haroldo Netto. São Paulo: Record, 1985.
- HEINE, Jorge; THOMPSON, Andrew S. *Fixing Haiti: MINUSTAH and Beyond*. New York: United Nations University Press, 2011.
- HELMAN, Gerald; RATNER, Steven. "Saving Failed States". *Foreign Policy*, Issue 89, pp. 3-18, 1992.
- HERZ, Mônica. "Análise Cognitiva e Política Externa". *Contexto Internacional*, v.16, n.1, p.75-89, 1994.
- ICI RADIO CANADA. *René Préval demande de l'aide*. Disponível em: <<http://ici.radio-canada.ca/nouvelles/International/2006/03/27/005-ONU-haiti-preval.shtml>>. Acesso em: 18 mar. 2016.
- JACKSON, Robert. *Surrogate Sovereignty? Great Power Responsibility and "Failed States"*. The University of British Columbia, Institute of International Relations Working Paper No.25, November 1998.
- JUNIOR, Almir de Oliveira; GÓES, Fernanda Lira. "A presença brasileira nas Operações de Paz das Nações Unidas". *Texto para discussão*, n.1516, IPEA, 2010.
- LAGUERRE, Michel S. *Voodoo and Politics in Haiti*. Basingstoke: Macmillan, 1989.
- LAZIER, Tiago Cerqueira. "Eleições são realizadas no Haiti, após quatro adiamentos". *Conjuntura Internacional*, v.3, n. 1, p. 7-9, 2006.
- MARTELLY, Michel Joseph. *Discours a la 32ème Réunion ordinaire de la Conférence des Chefs d'Etat et de Gouvernement de la CARICOM*. Disponível em: <<http://www.francophonie.org/Discours-de-Joseph-Michel-Martelly.html>> Acesso em: 23 mar. 2016.
- _____. *Discours du Président Martelly devant l'Assemblée Nationale (2012)*. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/126226/Discours-Du-President-de-la-Republique.html>> Acesso em: 23 mar. 2016.

_____. *Discours du Président Martelly à la tribune de l'ONU*. Disponível em: <<http://www.haitilibre.com/article-15318-haiti-flash-discours-du-president-martelly-a-la-tribune-de-l-onu.html>> Acesso em: 23 mar. 2016.

ONU. *MINUSTAH: United Nations Stabilization Mission in Haiti*. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. *Conselho de Segurança aprova fim da missão da ONU no Haiti*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-aprova-fim-da-missao-da-onu-no-haiti/>> Acesso em: 20 abr. 2017.

PETRUS, Gabriel Merheb. *O Haiti como Estado falido: da exportação de democracia à reconstrução institucional*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - UnB. Brasília, 2012.

POPKIN, Jeremy D. *A Concise History of the Haitian Revolution*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2011.

PRÉVAL. René. *Texte intégral du discours du Président René Préval devant la 62e Assemblée générale de l'ONU (2006)*. Disponível em: <<http://radiokiskeya.com/spip.php?>> Acesso em: 23 mar. 2016.

_____. *Discours de René Préval à la 64e Assemblée générale de l'ONU (2009)*. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article162285.html>> Acesso em: 23 mar. 2016.

_____. *Discours du président René Préval à la conférence internationale des donateurs intitulée « Vers un nouveau futur pour Haïti (2010)*. Disponível em: <<http://radiotelevision2000.com/home/?p=3571>> Acesso em: 23 mar. 2016.

QUEIROZ, Fabio Albergaria. “Dinâmicas do processo decisório em política externa a partir de uma perspectiva cognitiva: o papel das imagens no caso da Política Externa Independente (1961-1964).” *Política Externa*, v.22, n.2, pp.25-38, 2013.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho. Operações de paz em situações de conflito: como e até quando intervir. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 7. Brasília: 2007

SECURITY COUNCIL. *Resolution 1743 (2007)*. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1743\(2007\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1743(2007))>. Acesso em: 12 mar. 2016.

_____. *Resolution 1840 (2008)*. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1840\(2008\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1840(2008))>. Acesso em: 12 mar. 2016.

_____. *Resolution 1892 (2009)*. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/un-documents/document/Haiti%20SRES%201892.php>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

_____. *Resolution 2012 (2011)*. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2012\(2011\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2012(2011))>. Acesso em: 12 mar. 2016.

_____. *Resolution 2070 (2012)*. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2070\(2012\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2070(2012))>. Acesso em: 12 mar. 2016.

_____. *Statement by the President of the Security Council (2005)*. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PRST/2005/1> Acesso em: 12 mar. 2016.

SEITENFUS, Ricardo. *Haiti: Dilemas e Fracassos Internacionais*. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2014.

SILVA, Alexandra de Mello. “O Brasil no Continente e no Mundo: Atores e Imagens na Política Externa Brasileira Contemporânea”. *Estudos Históricos*, v.8, n.15, 1995, p.1-38.

SPROUT, Harold; SPROUT, Margaret. “Environmental Factors in the Study of International Politics”. *Journal of Conflict Resolution*, vol. 1, n.4, 1957, p.309-28.

TAFT-MORALES, Maureen. *Haiti Under President Martelly: Current Conditions and Congressional Concerns (2015)*. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R42559.pdf>> Acesso em 15 dez 2017.

_____. *Haiti's Political and Economic Conditions: In Brief (2017)*. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R45034.pdf>> Acesso em 15 dez 2017.

VIANA, Suhayla Mohamed Khalil. *A Minustah e participação brasileira*. Disponível em: <<https://sensocomum.xanta.org/index.php/revista/article/view/6/4>> Acesso em 15 dez 2017.

Uma Abordagem Cognitiva sobre o Haiti: o papel do ambiente psicológico na construção de imagens no contexto da MINUSTAH (2004-2016)

Resumo

O artigo realiza um estudo sobre o ambiente psicológico do Haiti a partir da interação entre duas variáveis cognitivas: prisma atitudinal e imagem. Nesse sentido, com base na literatura sobre modelo de análise em processo decisório, assumimos a premissa de que elementos cognitivos (como ideias e percepções construídas ao longo da história) são tão importantes na definição de planos de ação quanto as tradicionais variáveis objetivas tais como aporte financeiro. Para tanto, testamos as proposições desse modelo no caso da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (*MINUSTAH*), de 2004, ano de seu início, até 2016. A partir da análise amostral de discursos presidenciais e, também, de resoluções do mandato da ONU, testou-se a hipótese de que

quanto maior for a convergência das imagens entre os tomadores de decisão externos e internos, maiores serão as chances de uma missão de paz, neste caso a *MINUSTAH*, alcançar seus objetivos.

Palavras-Chave: Abordagem Cognitiva. Prisma Atitudinal. Imagens. *MINUSTAH*.

Un enfoque cognitivo sobre Haití: el papel del ambiente psicológico en la construcción de imágenes en el contexto de la MINUSTAH (2004-2016)

Resumen

El artículo realiza un estudio sobre el ambiente psicológico de Haití a partir de la interacción entre dos variables cognitivas: prisma de actitud e imagen. En este sentido, con base en la literatura sobre modelo de análisis en proceso decisorio, asumimos la premisa de que elementos cognitivos (como ideas y percepciones construidas a lo largo de la historia) son tan importantes en la definición de planes de acción como las tradicionales variables objetivas tales como aporte financiera. Para eso, investigamos las proposiciones de este modelo en el caso de la Misión de las Naciones Unidas para la Estabilización de Haití (*MINUSTAH*), de 2004, año de su inicio, hasta 2016. A partir del análisis de muestreos de discursos presidenciales y también de resoluciones del mandato de la ONU, se pone a la prueba la hipótesis de que cuanto mayor sea la convergencia de las imágenes entre los tomadores de decisión externos e internos, mayores serán las posibilidades de una misión de paz, en este caso la *MINUSTAH*, alcanzar sus objetivos.

Palabras clave: Enfoque cognitivo. Prisma Actitudinal. Imagen. *MINUSTAH*.

Uma Abordagem Cognitiva sobre o Haiti: o papel do ambiente psicológico na construção de imagens no contexto da MINUSTAH (2004-2016)

Abstract

The article was aimed at studying the psychological environment of Haiti from the interaction between two cognitive variables: the so-called attitudinal prism and image. In this sense, based on the literature on decision-making analysis, we assumed the premise that cognitive elements (such as ideas and perceptions built throughout history) are as important in defining plans of action as traditional objective variables such as financial aid. To that end, we tested the propositions of this model in the case of the United Nations Stabilization Mission in Haiti (*MINUSTAH*), from its beginning, in 2004, to 2016. Based on the analysis of presidential speeches and also on UN mandate resolutions samples, we tested the hypothesis that the greater the convergence of images between external and internal decision makers, the greater the likelihood of a peace mission achieve its goals.

Keywords: Cognitive Approach. Attitudinal Prism. Images. *MINUSTAH*.

Classe Média Negra Universitária: por um projeto de sociedade afirmativa

Recebido: 16-04-2018

Aprovado: 01-11-2018

Ricardo Dias de Castro¹

Claudia Mayorga²

A Democratização do Ensino Superior Público e o *Novo* Corpo Discente da Universidade

O debate das ações afirmativas, no Brasil, ainda que não fosse um consenso político; certamente, tem alcançado outro patamar nos debates públicos, acadêmicos e militantes pelo país. Há anos atrás, os movimentos negros³ e os intelectuais do pensamento da raça e do racismo tinham que se desdobrarem em complexas e profundas lutas políticas, teorias, pesquisas e investigações empírico-ideológicas que *comprovassem* a existência do racismo e a funcionalidade das políticas afirmativas em um país como o nosso. Essa continua sendo uma realidade de vários pesquisadores, pensadores e militantes antirracistas que ainda precisam se esforçar em lançar luz às dinâmicas invisíveis - e na, mesma medida, violentas - do racismo à brasileira. No entanto, é fato que o debate em torno das ações afirmativas avançou na direção de sua força pública e política, nos últimos anos; culminando, por exemplo, na sua federalização pelo Supremo Tribunal Federal em 2012.

Ainda com essa e outras conquistas públicas/políticas afirmativas; o Brasil permanece atualizando e reproduzindo velhas e sofisticadas formas de atuação de discriminações que se baseiam, sobretudo, numa crença discursiva - e, portanto, social- de que os negros são sujeitos, racialmente, inferiores. Algo que ainda acionamos em nossos pensamentos e práticas a partir de um discurso colonial de poder que afirma, por exemplo, que os grupos,

¹Professor na Faculdade Ciências da Vida (FCV) e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (2018). *E-mail*: ricardodiascastro@gmail.com

²Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-graduação em Psicologia. Coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes na UFMG. *E-mail*: mayorga.claudia@gmail.com

³ Aqui, fazemos uso desse termo no plural para indicar a diversidade de experiências, demandas, lutas, estratégias e bandeiras em torno da categoria da negritude política brasileira. Fazemos isso como modo de não assumirmos os movimentos antirracistas como sendo unificados, homogêneos ou sem conflitos.

racialmente, negros são incapazes de chegar ao progresso do conhecimento e à civilização (QUIJANO, 2005). Reconhecemos, nesse sentido, que, historicamente, os sujeitos negros são associados às mais diversas carências (econômicas, intelectuais, culturais, materiais, estéticas e simbólicas) que são reiteradas como verdades totais ou destinos naturais para todo e qualquer negro brasileiro. O que tem impossibilitado, aos negros, o seu acesso a uma série de direitos e serviços dos dispositivos “democráticos” do Estado (SKIDMORE, 2013).

A universidade, nessa direção, tem sido um dos espaços sob os quais a discussão das cotas, das ações afirmativas e da democratização do ensino público tem recaído; na medida em que a Educação – como qualquer outra instituição democrática brasileira – foi construída na subalternização e no alijamento dos saberes, das cosmologias e das propostas epistemológicas dos africanos e dos afro-brasileiros (FONSECA; BARROS, 2016; GROSGOUEL, 2016). Em um movimento contrário, no entanto, a história dos movimentos negros e da intelectualidade antirracista nos mostra como sujeitos e coletivos construíram condições de se posicionar críticos e contrários a toda uma matriz de ensino, educação, sociedade e universidade que evitou abarcar, apoiar e reconhecer aspectos e as potencialidades de um saber e de uma experiência que fosse afro-brasileira, multirracial e pluriétnica (DÁVILA, 2006; GOMES, 2017; PIRES, 2014).

Ora, uma vez que o espaço da universidade começa a se resignificar a partir de pressões do movimento negro e das políticas das ações afirmativas, pela presença de sujeitos negros e pela fortificação do pensamento intelectual sobre raça e racismo; abre-se uma brecha no ensino superior público numa dimensão maior do que podíamos prever. Em um país em que a negritude é associada às mais diversas carências; tomar a universidade como um lugar de poder que, sócio-ideologicamente, foi construído por brancos e para brancos, é primordial para que nos interroguemos sobre as trajetórias, as vivências, os pensamentos e as práticas de negros que compõem o corpo discente da universidade (MAYORGA, 2010; TEIXEIRA, 2003).

Ainda nessa direção, a partir de mudanças que foram efeito da distribuição de renda, da diminuição de pobreza e do crescimento do emprego - principalmente o público - e da formalidade no mercado de trabalho; a última década trouxe melhorias significativas para uma grande parte da população brasileira, o que tem sido capaz de elevar os rendimentos e o poder de consumo de muitas famílias (ANDREWS, 2007; OSORIO, 2004; SALATA, 2015). Nesse sentido, há negros, que nos últimos anos, têm ocupado as classes econômicas médias ou, até mesmo, de estratificações superiores e, nesse sentido, têm circulado em espaços de poder e privilégio onde há uma maior circulação de sujeitos reconhecidos brancos e a

restrição de negros era limitada, ou até mesmo, negada. Como desdobramento, podemos identificar um *novo* imaginário social acerca dos negros em ascensão, o que torna a pergunta sobre esses sujeitos um problema para o pensamento social brasileiro (CASTRO, 2017; FIGUEIREDO, 2002, 2004, 2012; FIGUEIREDO; FURTADO, 2014; LERNER, 2015; NOGUEIRA, 2007; SANTANA, 2014; SOARES, 2004).

Um problema, sobretudo, porque segundo Figueiredo (2002, 2004, 2012, 2014) o estudo da classe média negra, ainda que importante para pensarmos as relações raciais no Brasil, esteve à margem dos grandes temas que dominaram esse campo de estudos no país e, segundo a pesquisadora, os poucos trabalhos sobre negros em ascensão social acontece pela polêmica que envolve esses sujeitos. Esse segmento parece ser considerado, pelos pesquisadores, como um objeto de pesquisa “pouco simpático”, uma vez que são lidos como traidores - que no processo de ascensão - esqueceram-se dos negros ou como “metidos a branco” que incorporaram valores e estilos da classe média branca, na tentativa de embranquecerem socialmente (D’ADESKY, 2003)

Evitaremos, aqui, no entanto, as armadilhas dicotômicas na produção de um conhecimento acerca da experiência e dos dilemas de sujeitos que parecem participar de dois mundos, regidos por regras e códigos de valores, historicamente, distintos (FIGUEIREDO E FURTADO, 2014). Nesse artigo, na direção contrária, faremos um caminho analítico dialógico que possa ler a universidade e o seu processo de democratização a partir das narrativas de universitários negros da classe média da UFMG; ainda que essa posição – ser negro e universitário – tenha sido impedida, historicamente, pelo projeto moderno racista de universidade.

Barreiras (in)visíveis: a branquitude e o lugar da universidade pública

Tomamos, aqui, a universidade como um espaço analítico, ou seja, apostamos em uma compreensão na qual a universidade deixe de ser, apenas, um local físico e possa, por outro lado, denunciar-nos lugares sociais e simbólicos da sua organização social e da sociedade. Partimos de uma compreensão da universidade, nessa direção, como uma instituição que revela problemas e dilemas que marcam a sociedade brasileira, produzindo e reproduzindo lógicas de poder. Mas que, em contrapartida, também constrói espaços para o seu enfrentamento e resistência. Nesse sentido, olhar para a universidade desvelando a lógica elitista (branca), meritocrática e segregacionista na qual ela foi construída, dar-nos-á elementos para pensar a sua institucionalização na subalternização dos conhecimentos, das

vivências e dos povos negros. A história da universidade, no Brasil, é muito complexa e nada consensual. E, aqui, gostaríamos de reforçar a parte do seu histórico que denuncia os ideais eurocêntricos, brancos e elitistas nos quais o projeto universitário brasileiro se sustentou (MAYORGA, 2010).

Nessa direção, a história da universidade brasileira nos aponta para como a sua construção teve a ver com uma intenção de sociedade que possui efeitos até hoje. Feres Júnior (2006) ao discorrer sobre como se deu o processo de importação de um projeto moderno de sociedade para o Brasil, explicita que junto a essa noção de moderno; teorias e pensamentos racistas foram, também, importados no período em que o Brasil começava a pensar em um projeto nacional de unificação.

O que chega ao Brasil não é só uma estrutura normativa da modernidade, mas um complexo de ideologias, instituições e teorias científicas, muitas delas contraditórias, que vieram se somar as já existentes no Brasil imperial. É desse encontro, e de desenvolvimentos históricos posteriores, que se desenvolve a semântica do preconceito racial no Brasil de hoje. E é o preconceito racial o material bruto privilegiado para estudarmos a negação do reconhecimento dos não-brancos em nossa sociedade (FERES JUNIOR, 2006, p.171)

Isso significa que todos os elementos que atravessaram a construção de um país – antes colonizado e agrário - para um país industrial e arrojado; foram embebidos em um projeto ocidental branco de progresso. Os efeitos desse projeto brancocentrado de sociedade moderna tem sido um dos principais pilares de construção de lugares de poder na sociedade brasileira: vide os princípios de individualismo, meritocracia, supervalorização do privado em detrimento do público e uma universalização que elimina e desconsidera saberes e experiências não hegemônicos. Com a universidade ocidentalizada nas sociedades coloniais não foi muito diferente. A instituição do ensino superior, pode-se dizer, foi construída em cima da subalternização dos povos negros e indígenas que foram alijados da construção e da participação desses espaços de prestígio sócio-cultural-econômico das elites (DÁVILA, 2006; GROSGUÉL, 2016).

É possível perceber que se as elites brasileiras, em um primeiro momento, resistiram a construir o ensino superior público na colônia - ameaçada pela possibilidade de que os colonos e os escravos pudessem pensar autonomamente e ter acesso àquilo que poderia descolonizá-los em alguma medida - ; será pela mesma referência brancocentrada que a universidade vai se instituir no país. Isto é, a partir de uma regulação, cujos critérios pudessem propiciar a manutenção desses mesmos privilégios brancos da elite nos espaços de poder e saber. É, nessa direção, que aproximamos a história da universidade com a branquitude – a sistemática manutenção econômica e política de brancos na elite intelectual

(CASTRO, 2017; CUNHA, 2000; SCHUCMAN, 2012). Dentro desse cenário, é primordial que possamos compreender a especificidade e os elementos que dão sustentação a preconceito e a discriminação racial para sujeitos que puderam vivenciar uma ascensão social, intelectual e, até mesmo, econômica em uma instituição com origens tão coloniais como a universidade pública brasileira. Ao mesmo tempo, precisamos nos atentar para as construções individuais, coletivas e políticas que possibilitam a interpelação do ensino superior público e de suas égides racistas e classistas (GOMES, 2017; MAYORGA, 2010; TEIXEIRA, 2003).

Nesse sentido, a branquitude opera, portanto, como uma posição em que sujeitos que a ocupam foram e são, sistematicamente, privilegiados no que tange ao acesso a recursos materiais e simbólicos gerados pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que, atualmente, são reatualizados e preservados. É “uma rede na qual os sujeitos brancos estão consciente ou inconscientemente exercendo-o em seu cotidiano por meio de pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos que constituem efeitos específicos e locais de desigualdades raciais” (SCHUCMAN, 2012, p.23). Essa lógica e essa posição são permanentes esforços de exclusão moral, afetiva, econômica e política de não-brancos, no universo social e, aqui, mais propriamente, apontamos a produção de uma barreira intelectual imputada, historicamente, aos negros como um efeito dessa *suposta e naturalizada* supremacia branca (FONSECA; BARROS, 2016).

Classe Média Negra e o Desejo pelo Diploma Universitário

Os estudos sobre a classe média negra tornaram-se fortes, principalmente, dentro do contexto da mobilidade socioeconômica de negros norte-americanos. Intelectuais estadunidenses da época, preocupados em investigar como se deu a entrada dos descendentes de escravizados no sistema do capital e do mercado moderno, construíram estudos em torno da chamada *Black Bourgeoisie*, do *Black Business* e do *Black Entrepreneur* (FIGUEIREDO, 2002). Esses campos de estudos refletiam os desejos e as expectativas dos negros norte-americanos da primeira metade do século passado em torno da relação complexa entre a mobilidade e/ou ascensão social, o desenvolvimento econômico, a emancipação política e a solidariedade entre os negros de diferentes classes sociais.

Acontece que, ainda que esses dados norte-americanos tenham servido, inicialmente, para pensarmos uma literatura científica da classe média no Brasil; a complexidade do campo da desigualdade racial e econômica nacional nos exigiu algumas especificidades de análise de modo que abrissemos mão de uma perspectiva *apenas* comparativa com os estudos

estadunidenses.

Por sua vez, o estudo da classe média negra, ainda que muito importante para a compreensão das dinâmicas sociorraciais brasileiras, esteve à margem dos grandes temas que dominaram os estudos das relações raciais no Brasil. Constatando-se, portanto, uma falta de informações e de bibliografia que poderiam melhor orientar as pesquisas sobre negros da classe média no Brasil. E diante da identificação de negros que realizaram mobilidades socioeconômicas consideráveis, tornou-se inevitável que pesquisas, ainda que incipientes, tentassem enfrentar esse problema em torno da intersecção entre ser negro e ter acesso ao dinheiro (FIGUEIREDO, 2012)

As pesquisas sobre relações raciais, cultura e identidade negra no Brasil têm privilegiado exclusivamente os negros que estão situados na base da hierarquia social, em detrimento aos estudos sobre os negros que ocupam melhores posições. Até o momento, muito pouco se tem pesquisado sobre as estratégias que os negros utilizam para ascenderem socialmente. É consensual a percepção de que alguns espaços do mercado de trabalho têm se constituído em áreas mais fáceis para a ascensão social dos negros, a exemplo do esporte e da música, embora essas atividades reservem poucos lugares para os aspirantes à mobilidade (FIGUEIREDO, 2012, pp. 31-32).

Porém, foi possível perceber, em algumas pesquisas brasileiras sobre a ascensão social, status e prestígio dos afro-brasileiros; que a educação foi se tornando o principal dispositivo no processo de mobilidade para a população negra. De modo que a expansão e democratização da educação formal permitiu uma redistribuição mais equitativa das possibilidades de mobilidade ascendente dos negros através do aumento do nível educacional (CASTRO, 2017; FIGUEIREDO, 2012).

Nessa direção, não é sem sentido que reconheçamos que a pobreza brasileira, certamente, tem cor, denotando uma discrepância simbólica, econômica, intelectual e cultural entre negros e brancos no Brasil em função do histórico do sistema econômico-político escravocrata (PINHEIRO et al, 2009; CARNEIRO, 2011). No entanto, processos históricos de transformações materiais e simbólicas possibilitaram que alguns negros pudessem começar a circular em espaços da elite. Desse modo, analisar as *elites* constituídas por grupos minoritários, é destacar a experiência de sujeitos que possuem a vivência de um lugar hegemônico na sociedade e de outro lugar desprestigiado, racializado e inferiorizado (FIGUEIREDO; FURTADO, 2014)

Uma vez que, em geral, sujeitos negros - com trajetórias marcadas por posições de privilégio, poder e prestígio parecem ter estado fora da literatura clássica sobre o tema – torna-se importante inserir essas experiências em nosso pensamento social para que não naturalizemos *lugares negros* e *lugares brancos* a níveis ontológicos. Nessa direção,

Figueiredo (2002, 2012) afirma compartilharmos uma ideia na qual existe uma incompatibilidade entre ser negro e poder desfrutar dos bens associados à modernidade, uma vez que a representação sobre o lugar do negro, na sociedade brasileira, parece homogeneizar as associações entre cor e classe (ricos e brancos X pretos e pobres).

O que é possível perceber é que, em relação a outros grupos étnicos no Brasil, como armênios, sírios, libaneses, italianos, japoneses, chineses e alemães - e, também, para os negros norte-americanos - a identidade étnica foi um importante instrumento no projeto de ascensão socioeconômica. A ascensão desses grupos imigrantes, no Brasil, foi facilitada pela ajuda mútua e pela identidade étnica associada ao exercício de determinadas atividades profissionais que resultaram em guetificações de mercado. Por sua vez, a classe média negra norte-americana, cujo advento é marcado pela recusa dos comerciantes brancos em atender aos consumidores negros, no contexto do apartheid, desponta um grupo de profissionais afro-americanos liberais para servirem às demandas das populações isoladas afro-americanas (FIGUEIREDO, 2002).

Em um movimento contrário a esse pertencimento afirmativo étnico e mercadológico, a ascensão social dos negros brasileiros tem sido, historicamente, orientada a partir do uso de estratégias individuais associado à assimilação dos códigos e valores gerados e mantidos, no entanto, pelo brancocentrismo do poder dominante. Ora, ao negro brasileiro, embebido pelos discursos de neutralidade racial e econômica, restou comprar os valores da sociedade branca como um importante elemento para conseguir uma melhoria na sua posição socioeconômica. Justamente por conviver em uma sociedade em que o racismo acontece e é veemente negado, o negro brasileiro teve que disputar com os profissionais brancos espaços de poder e de representação. Nesse sentido, os negros tiveram que, historicamente, assumir o ônus da estrutura racista brasileira que limitava suas possibilidades, utilizando estratégias de maior solidariedade com a ideologia da miscigenação e menos com um antagonismo racial que seria mais lido como um *racismo às avessas* do que como uma luta por redistribuição (CASTRO, 2017; SOARES, 2004).

As estratégias de mobilidade socioeconômica da população negra média brasileira, portanto, tem circulado entre um grande investimento na educação formal de seus familiares, pelo emprego público, pelo apoio da rede familiar e, acima de tudo, por escolhas cuidadosas – negros não podem se dar ao luxo -, dentro das reais possibilidades de êxito. No Brasil, nos últimos anos identificamos um grupo de negros de classe média e esse fato dificulta versar sobre o mesmo como membro da elite política e econômica, seja em relação à sua posição

instável ou incipiente na classe média, seja no que tange à ausência de sua representação política (ANDREWS, 1997, 2007; FIGUEIREDO; FURTADO, 2014; SANTANA, 2014).

Nesse cenário, portanto, o projeto familiar de ascensão dos negros foi feito sobre o sacrifício e renúncia da geração de negros passados para construírem realidades diferentes para os jovens negros de agora. É possível afirmarmos que essas novas famílias negras migraram de classe em um curto espaço de uma geração, experimentando uma ascensão social sem precedentes do ponto de vista sócio-racial nas instituições em que atuam como também no próprio meio familiar. Os filhos dessa atual geração de negros ascendidos disputam, atualmente, o espaço da universidade pública – junto aos negros pobres –, também, como modo de garantir o conquistado diploma da classe média e dar continuidade ao processo de estabilidade econômica e reconhecimento acadêmico outrora conquistado. Quais são as implicações desses processos de mobilidade, em direção à classe média universitária, diante de um cenário do debate racial mais amplo e de um possível novo futuro para o ensino superior público? (RODRIGUES et al., 2006; ANDREWS, 1997, 2007; SANTANA, 2014).

Para Chauí (2004), existe uma classe média já consolidada, que vende a ideologia que alcança todos os setores da sociedade. Valores como o individualismo, a competição, o sucesso a qualquer preço, o isolamento e o consumo são propagados como projetos de vida e de sociedade únicos e totais. O diploma universitário, nesse contexto, é o exemplo clássico do que se torna um projeto de vida e um meio para as conquistas no mundo do consumo. Essa classe média, segundo a autora, é a que sempre existiu, tendo de novo, apenas o seu crescimento quantitativo e de seu poder econômico em tempos atuais. É justamente essa *nova* classe média estabelecida e poderosa que, embebida em um projeto brancocentrado e elitista, torna a universidade um dispositivo ideológico de sua conquista e da propagação de seus valores como verdades, em detrimento do reconhecimento de outros modelos de vida (OLIVEIRA SARAIVA, OLIVEIRA REZENDE, SOUZA REIS, INÁCIO, 2015)

A ideologia da classe média mais tradicional, nesse sentido, seria justamente a intenção e ação que tomam suas ideias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais fundamentos expliquem *naturalmente* alguma realidade que, comumente, é um ponto de vista das classes médias brancas.

Isso porque os negros que ascendem não constituem um grupo hegemônico com interesses específicos de classe vinculados a demandas raciais. A mobilidade individual dessas pessoas e de seus familiares dificulta a consolidação de uma classe média negra no sentido de uma pertença de classe com interesses, demandas e lugares semelhantes; o que

dificulta a constituição de ações coletivas, em defesa de interesses do grupo e com fundamento no pertencimento negro (SANTANA, 2014).

Nesse sentido, não seria a entrada de negros, na classe média, um potencial ampliador de discursos distintos dos brancocentros? A existência de negros de classe média não colaboraria para a pluralização de mais trajetórias negras em lugares, historicamente, brancos? Não teria a entrada dos negros, nos setores médios econômicos e na universidade, a capacidade de criar fissuras em discursos brancos e elitistas que se propagam como verdades/conhecimentos totais da classe média universitária?

Ações Afirmativas: uma proposta afirmativa contra hegemônica ao racismo e/ou ao classismo?

Reconhecemos, em linhas gerais, uma maior utilização e comercialização de símbolos, conhecimentos e produtos da denominada cultura afro-brasileira, assim como o surgimento de uma ampliação da pertença e práticas negras, nas últimas décadas; o que tem atingindo negros de classe média, e criam, provavelmente, algumas condições para que esses sujeitos produzam posições entre ser negro e ocupar posições mais valorizadas na hierarquia social e econômica. Nessa direção, no Brasil, há grupos que, historicamente, excluídos da universidade, tem-na acessado atualmente. O número de negros no espaço da universidade tem aumentado, sobretudo pela implementação de políticas de ação afirmativa. E, sendo assim, essa instituição vem lidando com um espaço em que antes, a negritude tinha um lugar apenas marginalizado (FIGUEIREDO, 2002; GOMES, 2017).

Ainda com a toda a polêmica envolvida nessas políticas⁴, os dilemas atuais das cotas e das ações afirmativas se estendem para além de sua viabilidade. Uma vez institucionalizada federalmente, o problema agora se volta, principalmente, para a garantia da permanência desses estudantes na universidade pública, na reorganização dessas instituições para receber esse público, bem como para o seu acesso a pós-graduações e ao mercado de trabalho (MAYORGA; SOUZA, 2012). Na história afirmativa dos Estados Unidos, é devido a essas políticas que se deve o crescimento da classe média negra; da representação mais enegrecida no Congresso Nacional e nas Assembleias Estaduais; aumento de estudantes e professores negros nas universidades; bem como mais profissionais negros de prestígio em todos os setores da sociedade americana. O que, por sua vez, mostra-nos um cenário positivo, nas

⁴ Para mais informações, ler SITO, L. (2014). Disputas e diálogos em torno do conceito de “ações afirmativas” para o ensino superior no Brasil. *universitas humanística*, (77), 251-273.

últimas quatro décadas, dos países que implementaram ações afirmativas. Esse cenário de democratização estadunidense pode ser tomado, então, como um horizonte ético diante de políticas específicas que visam à democratização da sociedade e servem, ao Brasil, como exemplo do possível (GUIMARÃES, 2003; AZEVEDO, 2004; MUNANGA, 2001; SITO, 2014; FERES JÚNIOR DAFLON; LERNER, 2015).

No entanto, de modo algum, podemos tomar a experiência da política afirmativa estadunidense como um dispositivo emancipatório que se aplique diretamente ao Brasil. Até porque, no caso, brasileiro, a dinâmica do racismo e, também, a política universitária antirracista terminaram por se organizar de formas muito distintas.

Com isso queremos dizer que o Brasil e os EUA possuem diferenças analiticamente perceptíveis, respectivamente, à saber: quanto ao modo de atuação do racismo (preconceito de marca, cor X preconceito de origem); quanto à definição de raça/cor (autodesignação X heterodesignação); quanto ao caráter do racismo (ambíguo/cordial X explícito) ; quanto ao efeito do racismo nas relações interpessoais (tolerância X conflito); quanto ao dispositivo ideológico da miscigenação (somos todos iguais X somos racialmente diferentes) e, por fim, quanto aos aspectos estruturais socioeconômicos (preconceito de raça disfarçado sob o de classe X impermeabilidade que se observa entre os grupos branco e negro independentemente da classe) (NOGUEIRA, 2007) .

No caso brasileiro, por exemplo, essas divergências estruturais, históricas, políticas e econômicas em relação ao dinamismo do racismo e ao seu combate terminaram por gerar uma política afirmativa que prevê a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. O que denota uma preocupação explícita do governo brasileiro com o combate a defasagem de formação dos alunos das escolas básicas públicas brasileiras em relação aos alunos com trajetórias em escolas privadas. Entre as vagas separadas pelo critério de renda, a distribuição das vagas da cota racial é feita de acordo com a proporção de índios, negros e pardos do Estado onde está situado o campus da universidade, centro ou instituto federal, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Comparando o contexto histórico em que as políticas de ação afirmativa passaram a ser implementadas nas universidades norte-americanas a partir do final da década de 1960, com o atual contexto brasileiro, em que as primeiras experiências vêm sendo realizadas, início do século XXI, existem aspectos diferentes que convêm salientar. O movimento negro e o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos foram influenciados pelas lutas de libertação das colônias africanas e asiáticas do jugo europeu. O discurso era o da cidadania, da libertação e constituição de novas nações independentes. Nesse mesmo período, a ideologia da

democracia racial no Brasil não tinha sido fortemente questionada por dados de pesquisas, que passaram a mostrar, de forma mais contundente, a desigualdade entre brancos e negros e o preconceito racial na sociedade brasileira. O debate sobre as ações afirmativas, principalmente aquele referente a cotas nas universidades brasileiras, embora tenha um marcado cunho nacional, acontece numa outra conjuntura em termos mundiais. Ele se pauta num discurso mais amplo de inclusão de grupos discriminados expresso em protocolos internacionais, assinados pela maioria dos países do mundo, inclusive o Brasil. Tem muito a ver com a visão dos direitos humanos, do direito ao reconhecimento do valor de cada cultura e do respeito à diversidade (OLIVEN, 2007, pp. 48-49)

As cotas universitárias, portanto, complexificam o debate das ações afirmativas no Brasil. Por um lado, comemora-se a sua vitória e os seus efeitos imediatos na atmosfera pública e dos direitos; por outro, novas perguntas e problemas surgem. As tensões que envolvem os sistemas de poder que marcam a história do Brasil ainda não são consenso na literatura acadêmica do pensamento social brasileiro. Com isso queremos dizer que há algumas posições que discordam da leitura de que as lógicas raciais são estruturais na dinâmica da desigualdade brasileira e, portanto, essas visões combatem a ideia de que a raça seja um critério relevante para se pensar políticas afirmativas. Nessas leituras, a visão de classe prevalece (MAGGIE; FRY, 2004; SANSONE, 2000; SOUZA, 2000, 2005). Ainda que esses autores não neguem o racismo, de fato, eles não acreditam que a política afirmativa teria a potência de combater o racismo brasileiro; mas de cindir e racializar uma nação que possui um grande potencial em direção a uma pertença miscigenada.

Por outro lado, há outros discursos, em disputa, que compreendem que os sistemas de poder de raça e de classe, ainda que intimamente relacionados, operam em lógicas de produção de hierarquias distintas. Esses pensamentos enfatizam o preconceito e a discriminação racial como um sistema de poder que opera aproximando-se e afastando-se dos sistemas de classe. O argumento central desse pensamento defende a tese de que as desigualdades brasileiras apresentam um componente racial inequívoco, que não poderia ser reduzido às diferenças de educação, renda e classe (GUIMARÃES, 1999, 2016; FERES; DAFLON, 2015).

Em suma, há uma disputa em torno da prática das ações afirmativas que apontam para as diferentes maneiras de conceber a identidade nacional brasileira: uma maneira mais antiga, associada a mitos fundacionais de unidade baseados nas supostas virtudes da mistura racial e, apenas, na existência de desigualdades econômicas; e uma nova, baseada nas noções democráticas de equidade de oportunidades e direitos no âmbito racial. Ou seja, há posições que compreendem a desigualdade racial como sendo reduzível aos problemas econômicos, bem como outra visão que reforça a especificidade do racismo à brasileira e, portanto, politiza o direito dos negros, bem como reivindica a negritude como uma postura e posição

antirracista (SCHWARTZMAN; SILVA, 2012)

Nessa direção, parece-nos que a utilização de cotas e de uma política afirmativa radical que lide com problemas nodais (raciais e econômicos) da história brasileira não só garante uma trajetória acadêmica bem sucedida para negros e populares; mas desconstrói pilares tão engessados em uma instituição como a universidade pública: “tanto os elementos dos quais lançamos mão para estabelecer os critérios da meritocracia, a dinâmica institucional burocratizada, quanto às concepções de ciência hegemônica presentes na universidade” (MAYORGA E SOUZA, 2012, p.279).

Estamos falando aqui, portanto, de possíveis viradas epistemológicas em relação ao tratamento dado a como a política de ação afirmativa é aplicada ao contexto brasileiro, já que aqueles que outrora foram os objetos de estudo e visto como as vítimas que precisavam de políticas assistencialistas – estritamente econômicas -; hoje, a partir da ação afirmativa, podem produzir posições e lógicas menos assujeitadas. O alcance político e transformador das políticas afirmativas precisa, de fato, ser potencializado. Isso só pode ser feito, a nosso ver, com a inclusão de outros marcadores sociais – que não só classe - como um dos elementos norteadores de uma política que visa combater desigualdades históricas, na qual as experiências de racismo e de pobreza ora se aproximam, ora se afastam (AGUIAR, 2007; SCHWARTZMAN, 2009)

Isso significa que para que ação afirmativa não tenha efeitos perversos, devemos pensar as desigualdades de raça e classe como experiências que vão além daquilo que “limitam” alguns sujeitos. É importante se fazer perguntas maiores cujas respostas, certamente, ainda precisam ser produzidas: qual o objetivo das universidades públicas? Qual a potência e a contribuição dos saberes negros e populares para a universidade? Há, nessa problemática, muitos dilemas éticos e políticos que apontam para qual modelo de sociedade e, nesse caso, universidade queremos ser. “Enquanto não ficar claro o compromisso do governo com a expansão da pesquisa científica, nessas universidades, qualquer movimento no sentido da flexibilização do acesso pode ser mal interpretado (...) a comunidade científica pode continuar a dar de ombros e dizer que esse não é o seu problema?” (GUIMARÃES, 2003, p. 266).

O objetivo, aqui, não será jamais o de esgotar o amplo e complexo debate das ações afirmativas e das cotas universitárias. Primeiro porque a busca por uma categorização única desse conceito não nos parece ser uma boa saída teórica e política; e segundo porque não haveria espaço, aqui, para que pudéssemos desenvolver o problema das políticas afirmativas

em sua ampla matiz. Nesse sentido, é primordial que possamos observar que a disputa em torno do sentido e da funcionalidade dessas políticas é de extrema importância para que possamos reconhecer os distintos posicionamentos que existem no contorno da democratização do ensino superior público e das produções científicas (SITO, 2014).

Levando-se em consideração as discussões levantadas nesse artigo, o jogo da disputa no campo da ciência representa e manifesta as relações desiguais entre os brancos e os negros no contexto brasileiro. Bem como, explicitam que as condições de realização das atividades propriamente científicas – a própria definição de ciência, a legitimação de seus paradigmas, métodos e teorias que podem ser considerados científicos – vão ao encontro dos interesses específicos dos grupos brancos e ricos que detém, em maioria, o poder no campo acadêmico. Trazer as ações afirmativas, nessa pesquisa, portanto, significa pensá-las enquanto um projeto que resiste ao brancocentrismo e ao elitismo como norma de organização da sociedade, do conhecimento e das universidades (BOURDIEU, 2003; GROSFUGUEL, 2016; TAFURI, 2011)

Metodologia: caminhos da pesquisa

Em diálogo, com preposições que compreendem a complexidade de um processo investigativo no campo do debate das relações raciais e da democratização do ensino superior público no Brasil, adotamos o campo das narrativas como o aporte epistêmico e metodológico dessa pesquisa. As narrativas são o efeito da relação entre a estrutura social e o mundo idiossincrático dos desejos, das crenças e das esperanças. Sendo assim, ao contarem as suas histórias, os indivíduos não pretendem, somente, memorizar e reelaborar suas experiências: eles, também pretendem, explicitamente, posicionar-se diante de suas histórias; convencendo, persuadindo e impressionando os seus interlocutores (CLANDININ; CONNELLY, 2011; FONTE, 2006).

Na escolha pelos relatos narrativos, portanto, deixamos de coletar produções de fatos individuais e estamos interessados na interpenetração entre sujeito e história, bem como entre os acontecimentos, as leituras e as interpretações que os sujeitos fazem de si mesmos e dos outros. A análise das narrativas é, sobretudo, possível dentro de uma situação comunicativa e, nesse sentido, o sujeito narra sua história de vida; descrevendo situações e argumentando sobre problemas significativos e recorrentes em sua vida e como ele se relaciona com isso. O pesquisador, nessa direção, ao operar com esse material comunicativo, torna-se, imediatamente, ele mesmo um interlocutor, integrando o circuito dialógico da produção do

conhecimento (CARVALHO, 2003; CASTRO; MAYORGA, 2018)

O uso das narrativas na investigação dos universitários negros de classe média dessa pesquisa foi, definitivamente, uma estratégia de interação e organização das falas dos sujeitos que lançasse luz aos problemas, aos conflitos e às elaborações que esses sujeitos fazem sobre seu lugar social e suas experiências, a partir de suas compreensões sobre a democratização do ensino superior público (CASTRO; MAYORGA, 2017). Nessa direção, para a coleta e interpretação dos dados, para esse artigo, lançamos mão da construção das narrativas com quatro sujeitos negros – de distintos campos e áreas de conhecimento e atuação em alguma forma de participação política antirracista -, com trajetórias acadêmicas na UFMG, autodeclarados pretos e que foram convidados a falar da/pela/para/contra a classe média/classe média negra⁵, a saber⁶:

Dandara

É graduanda do curso de Ciências Sociais da UFMG. Tem 23 anos, solteira. Foi escolhida por mim em reunião de orientação como uma sujeita potente para uma conversa sobre o campo-tema de pesquisa. Dandara é filha única de um casal interracial: pai negro engenheiro (graduado na fase adulta) concursado e mãe branca auxiliar de enfermagem. Mora em um bairro periférico da Zona Norte de Belo Horizonte. Dandara foi graduanda do curso de Ciências Sociais, abandonou o curso em 2013 e mudou para Arquitetura em uma universidade privada. Em seguida, segue para um Instituto Federal e, por fim, retornou às Ciências Sociais na UFMG. Estudou em escola pública até a quarta série do ensino fundamental. Em seguida, mudou-se para um colégio particular de um bairro periférico de Belo Horizonte onde terminou a sua escolaridade até entrar na UFMG sem o uso das ações afirmativas. Atua em uma Frente Feminista Negra universitária e em um coletivo de incentivo, produção poética, difusão e declamação de literatura negra feminista.

⁵ Pesquisa aprovada pela COEP. CAAE– 57289516.6.0000.5149

⁶ Todos os nomes fictícios foram retirados de figuras negras (pretas e pardas) históricas relevantes no contexto brasileiro, a saber: Dandara, uma guerreira negra do período colonial do Brasil, esposa de Zumbi dos Palmares. Gilberto Gil, músico brasileiro, conhecido por sua inovação musical e participação como Ministro da Cultura. Milton Nascimento, cantor e compositor brasileiro reconhecido mundialmente como um dos mais influentes e talentosos cantores e compositores da Música Popular Brasileira. Por fim, há Nilma Lino Gomes, também ex-ministra, que se tornou a primeira mulher negra do Brasil a comandar uma universidade pública federal, ao ser nomeada reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Gilberto

É graduando do curso de Ciências Socioambientais da UFMG. Tem 22 anos, solteiro, e foi indicado para essa pesquisa por um amigo próximo. Gilberto tem em seu núcleo familiar a mãe e a tia: duas mulheres negras que vieram do interior de Minas Gerais para Belo Horizonte estudar. Sua mãe formou em Terapia Ocupacional na UFMG (aos 30 anos de idade) e é concursada. Gilberto é nascido em Belo Horizonte, mas passou grande parte das férias da infância na região rural de sua família materna. Hoje, ele mora em um bairro da região nordeste da capital mineira com a mãe e a tia, mas já morou em vários e distintos bairros e casas da cidade. Estudou em escola pública um pequeno espaço de tempo e fez a maior parte da sua escolaridade no ensino privado antes de entrar na UFMG. Não fez uso das ações afirmativas e cotas. Atua no cenário da movimentação Hip Hop, sendo rapper e participando de vários duelos de Mcs (Mestre de Cerimônias)

Milton

É professor da rede pública de Belo Horizonte e analista de políticas públicas. Possui graduação em Ciências Sociais na UFMG. Tem 29 anos, solteiro e foi indicado para essa pesquisa por uma colega da pós-graduação da Psicologia. Milton é filho de dois negros profissionais liberais, ambos com ensino superior público. Seu pai, de uma família de uma cidade muito pequena do interior de Minas, foi adotado por uma família branca e é engenheiro civil. Sua mãe (nascida na região metropolitana de Belo Horizonte) é administradora de empresa e possui o próprio negócio. Seus pais foram militantes do Movimento Negro Unificado na capital mineira. Seu núcleo familiar principal é formado por seus pais, dois irmãos e uma irmã. Todos são negros. Dois são engenheiros (Civil e de Minas). A irmã está concluindo o curso de Arquitetura em uma universidade privada. Antes de sair da casa de seus pais, Milton morava em um bairro da região da Pampulha. Hoje, vive em um apartamento na zona sul de Belo Horizonte. Milton trabalhou como técnico de turismo durante um ano, em outra cidade, antes de ser aprovado no vestibular para Ciências Sociais. Estudou em escola particular de primeiro grau, no ensino médio público e, por fim, no ensino médio técnico federal antes de entrar na UFMG. Em sua época de entrada na graduação, não havia ações afirmativas e nem cotas. Tem atuado em um bloco de carnaval com temática afroreferenciada e em um grupo de dança africana.

Nilma

É graduanda do curso de Ciências Socioambientais da UFMG e auxiliar administrativa (terceirizada do estado). Tem 28 anos, solteira e foi indicada para essa pesquisa por um amigo próximo. Seu pai (pedreiro aposentado e atual bombeiro hidráulico) e sua mãe (auxiliar de serviços gerais- cantineira), ambos negros, são provenientes da região do Jequitinhonha em Minas Gerais. Seus pais se conheceram na região metropolitana de Belo Horizonte e se transferiram para uma cidade mais próxima da capital quando ganharam uma casa devido a um programa do governo federal. Possui uma irmã graduada em uma universidade estadual, mas que ocupa um cargo de secretária enquanto não consegue um emprego na área. Uma outra irmã formou no ensino médio e encontra-se desempregada. A irmã mais velha casou-se e saiu de casa. Uma vez formada no ensino médio, Nilma passou em um concurso e, até então, ocupa tal cargo. Antes desse emprego, trabalhou seis meses em telemarketing. Em seguida, estudou em cursinho preparatório para vestibular e foi aprovada no curso de ciências socioambientais após tentar por dois anos ingressar no curso de Direito da UFMG. Estudou integralmente em escolas públicas e, por isso, mesmo fez o uso das ações afirmativas para estudantes negros e oriundos de escola pública. Atuou em uma Frente Feminista Negra Universitária.

Se, por um lado, contamos com a autodeclaração racial para encontrar sujeitos negros; por outro, não intencionamos produzir nenhuma exegese conceitual em relação à classe. De modo que sustentamos a nossa visão entendendo a classe média e o surgimento dessa *nova* não só como um elemento empírico; mas como um dispositivo que organiza vidas e instituições.

Consumo, trabalho, acesso a bens, serviços, espaços da cidade; mudanças que também afetam não apenas quem pode ascender socialmente, como aqueles que passam a, de maneiras diversas, conviver com essas pessoas. Isto é, nomear alguém como “nova classe média” implica intensos efeitos em toda nossa sociedade. Verdadeira ou não, a “nova classe média” fala de um fenômeno real, isto é, que aciona realidades, produzindo novas formas dos sujeitos consumirem, morarem, vestirem-se, novas possibilidades de acesso a bens e serviços, novos desejos, modos de entender a si mesmo, os outros e o mundo e de se relacionar, consigo e com os outros (OLIVEIRA SARAIVA et al, 2015 p 59)

Ações Afirmativas - Narrativas Enegrecidas e Economicamente Médias: um novo projeto de sociedade/universidade?

O assunto das cotas e demais ações afirmativas não são, de maneira alguma, um assunto sem conflitos. Não há qualquer consenso acerca da funcionalidade ou da legitimidade

dessas políticas. Questionar esse tema a negros universitários de classe média nos revela algumas incongruências e apontam para uma série de melhorias que as ações afirmativas precisarão ter nos próximos anos. Ainda com as devidas críticas a essa política; a denúncia da ausência histórica de negros na UFMG é narrada, expressivamente, não como um infortúnio aleatório, mas como um projeto de sociedade/universidade racista e classista. Sendo assim, o que mais nos chamou a atenção foi como essa posição favorável às ações afirmativas é construída a partir de lugares, concepções e experiências distintas (FERES; DAFLON, 2015).

Dandara: a cota ela é uma ferramenta, um mecanismo viabilizador disso também, de ocupar espaços que são nossos, mas que são negados por várias gerações, então elas podem ser a ferramenta da próxima geração ser diferente (...)

Gilberto: É... ahhh... E eu acho que as ações afirmativas é... age muito nesse ponto (...) primeiro de mostrar para algumas pessoas que isso é possível, segundo de viabilizar isso de certa maneira, saca?

Milton: então essa reparação que se faz ela é necessária, né? E é algo que talvez seja muito mais simples que a gente pensa assim, as pessoas gostam de criminalizar a situação e querer inverter a lógica como se isso fosse um racismo ao inverso (...) os negros vão disputar em pé de igualdade (...) as ações afirmativas elas tem essa tendência de reconfigurar esse fato social. Então, eu sou extremamente favorável tendo em vista que, por exemplo, que eu poderia ser um cara ao contrário disso porque eu consegui todas as coisas, mas sabendo que eu tive uma situação de privilégio em relação população negra brasileira (...)

Na direção da falta de representatividade negra nos espaços de poder e saber da universidade, os sujeitos apontam para um perigo do conhecimento, no Brasil, ser produzido a partir de referenciais, unicamente, brancocentrados e europeus (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016).

Milton: eu sou muito ligado com a cultura popular, com a educação popular, e toda aquela excelência acadêmica que se preza na UFMG dentro de um padrão europeu ocidental, me deixava com poucas vontades de estar ali.

Nilma: Na universidade não tem um debate tão claro assim, não tem, recorte racial (...) então quer dizer, eu sou negra, eu moro na periferia, e eu sofro com várias questões raciais (...) e não tem esse debate, isso eu acho que é uma falha, assim.

Com essas falas, evidenciam-se os processos sob as quais os negros tiveram que, historicamente, ocupar na interação com os setores médios e da elite intelectual brasileira: o lugar abjeto (na produção do racismo científico da modernidade que desumanizou as populações afro-brasileiras) ou o lugar de objeto de estudo do campo científico (na perspectiva de um outro exótico que necessitava ser analisado) (SKIDMORE, 2013) Hoje, esses sujeitos reivindicam seus lugares na produção do conhecimento como autores; como sujeitos capazes de tecerem análises, críticas e construções de conhecimento sobre si e sobre o

mundo. Algo que foi, durante muito tempo, um lugar sagrado de produção, apenas, das elites brancas. (SCHUCMAN, 2012).

Dandara: A gente (negros) é o objeto de estudo desse lugar... quem tem que tá falando por mim aqui? Eu tenho que falar por mim aqui, eu tenho que escrever sobre mim aqui, isso me incomodava, mas eu não conseguia verbalizar isso de uma maneira que eu pudesse transformar isso em algo que eu não sofresse tanto, entende? (...) E essa coisa né de achar que você tá, é como se você tivesse levando a luz a alguém, isso me incomoda muito essa relação aqui.

Gilberto: E eu e mais alguns outros alunos negros do curso que tivemos que levar isso para a discussão em sala de aula assim. Por parte dos professores isso não acontece. Embora sempre seja discutida a questão dos quilombos, é... sempre seja discutida várias questões assim que perpassam a questão racial, nunca é colocada diretamente essa questão da... da negritude, da raça também. É bem... é, não sei se é só uma escolha acadêmica dos professores!

O epistemicídio é a atividade sistemática de negação do saber dos povos e comunidades tradicionais, o que tem como efeito relações de poder que mantém o domínio intelectual e cultural da supremacia branca. Na direção contrária, um conjunto de pensamentos contra hegemônicos têm apontado para a importância de se construir epistemologias de resistência que interpelem o paradigma epistemológico da ciência moderna/branca/europeia. As ações afirmativas parecem corroborar, nessa direção, quando trazem à reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento. Quais foram as consequências de tal descontextualização na produção do saber científico canônico? Um branqueamento epistemológico? São hoje possíveis outras epistemologias? (SANTOS, 2002; LIRA; TRINDADE, 2016)

É notável, no entanto, uma forte tensão que existe em estar em um local, historicamente, brancocentrado e que, por outro lado, esforça-se em repensar a sua relação com os saberes e a cultura negra. Há paradoxos, até mesmo, na *boa vontade* daqueles atores universitários que convocam a enunciação pública dos acadêmicos negros.

Gilberto: Quando que vem algum negro falar de alguma questão aqui, alguma pauta na UFMG que não seja sobre racismo, ou cultura negra, ou quilombos, saca? Tipo assim já tem um lugar certinho assim pros negros aqui dentro dessa instituição. Tipo assim... Ah não semana da consciência negra chama fulano de tal (...) para discutir meio ambiente, para discutir comunicação, para discutir psicologia onde é que estão os negros, saca? Isso não acontece. E tem muita gente capacitada por aí para falar desses assuntos sabe. É... então é... e também às vezes é colocado muito só na questão da cultura, saca?

Gilberto questiona o convite da universidade e de universitários solidários a causa antirracista: qual espaço eles têm convocado os negros a ocupar? Nesse sentido, Gilberto nos provoca a pensar sobre um dilema que tangencia a discussão acerca do *lugar de fala* dos

negros. Vejamos: ainda quando a universidade compreende a importância dos saberes e das práticas das populações negras, esse convite pode incorrer em um erro comum no qual os negros só possam falar sobre temas raciais e/ou culturais. Ora, quando os negros entram na universidade pública, compreendemos que junto com eles há uma bagagem cultural, política e econômica, mas também intelectual, que começa a fazer parte da universidade. Nessa direção, é importante que os sujeitos negros universitários possam mostrar a sua arte e a sua cultura; mas que, também, possam existir como produtores e coautores de conhecimentos em distintos campos do saber (CARVALHO, 2012; RIBEIRO, 2017)

Gilberto: quais espaços nós estamos falando, sabe? Tipo assim, é... tipo eu não quero vir aqui só para sei lá, quando tem uma batalha, manda uma rima aí, canta, geral bate palma. Isso não velho, saca? Não são só esses espaços tipo assim. Nós queremos ocupar inclusive os espaços de poder. Não espaço do espetáculo, saca? Para a galerinha ficar batendo palma. Não! Nós queremos reitores negros, saca?

Há um claro interesse, aqui, em provocar furos na ideia de uma modernidade que só foi possível e acessível à elite branca. Isso significa romper com referenciais brancocentrados de organização da vida privada e pública moderna. Os universitários não acreditam que a negritude deva se essencializar em uma África mítica e tribal - essencialmente cultural -, mas em referenciais afrocentrados que possam existir em espaços de poder, historicamente, brancos. Os processos ascensionais sócio-raciais, ocorridos não só no Brasil, mas em outros lugares do mundo, levaram, inclusive, a uma globalização e a uma internacionalização do banco de símbolos nos quais as culturas negras podem buscar inspiração. De modo que seja possível observar, na população negra, um grupo intelectual que está se tornando visível e que possui demandas e proposta de ação-intervenção nos espaços do ensino superior público (PIRES, 2014)

Esses universitários negros de classe média têm se sentido desconfortáveis com as construções tradicionais da negritude como um fenômeno da classe baixa, além da caracterização dos negros como indivíduos incapazes de serem inteligentes, consumir com status e requinte de refinamento. Afinal, resistir ao brancocentramento em nada tem a ver com abrir mão da excelência acadêmica e intelectual das populações negras; mas, sobretudo potencializar a construção de um saber que seja coletivo, potente, transformador e que tenha como defesa a diversidade como elemento constituinte da educação. Aqui, os negros recusam a incorporação de normas e valores brancocentrados como caminho único para obterem o estimado êxito acadêmico e, muito pelo contrário, reivindicam a negritude dentro do campo do saber (CARTER, 2005). Nesse sentido, observamos uma disputa pela *redefinição do*

pertencimento negro, dado que, ainda que os estereótipos raciais determinem que negros estejam em atividades e lugares desprestigiados; hoje, vários deles querem e participam de espaços economicamente médios e de poder, como a universidade pública. Algo que foi, potencializado, nas trajetórias de alguns, por acessos e privilégios efeitos de uma educação e de uma socialização garantidas por ganhos econômicos de suas famílias (SANTANA, 2014).

Nessa direção, não raramente, os negros de classe média são elencados como exemplos de que as ações afirmativas não deveriam existir, afinal, nesse pensamento, seria possível alcançar a vaga superior pública sem a ajuda de uma prática discriminatória positiva.

Milton: eu sou o tipo do cara que os movimentos conservadores adoram e debruçam em cima com muita força, o que eles consideram como bode expiatório; que eu sou um cara que talvez não precise de nenhuma política afirmativa. (...)

Há toda uma tensão que aponta para o *perigo* das ações afirmativas beneficiarem, apenas e, sobretudo, os negros de classe média e, portanto, passíveis de construir elites intelectuais e econômicas negras ao invés de combater o racismo estrutural do Brasil. A ação afirmativa, a partir das narrativas elencadas acima, parece ser vista, portanto, como uma política socioeconômica, direcionada a negros pobres; mas, também, como dispositivos que gerem oportunidades para a classe média negra, aumentando a diversidade representativa na elite brasileira (SCHWARTZMAN; SILVA, 2012)

Milton: E eu acho que, por exemplo, eu vou tá sendo contemplado por uma reparação histórica coletiva

Ainda que essa seja a construção de uma posição difícil – dada a operacionalidade do mito da democracia racial que, muitas vezes, subalterniza as questões raciais à de classe – alguns universitários negros estão implicados em um reconhecimento do sistema racial como sendo um sistema independente – e não isolado – do sistema de classes e, por isso mesmo, ainda que advindos de famílias com dinheiro; esses estudantes compreendem as ações afirmativas como ferramentas antirracistas para todo e qualquer sujeito com fenótipos negros. O que aponta, também, para o fato de que alguns negros universitários de classe média têm coletivizado suas trajetórias de ascensão e recusado vive-las, apenas, sob a ótica do mérito individual. Em linhas gerais, os sujeitos, ainda aqueles não assistidos pelas cotas, sentem-se representados pela política afirmativa ao localizarem-na numa conquista coletiva independentemente de que sejam eles próprios os beneficiários (AGUIAR, 2007; SCHWARTZMAN, 2009)

Nessa direção, os sujeitos defendem as políticas afirmativas enquanto um projeto da universidade e da sociedade que deveria reverberar de distintas maneiras para além da reserva

de vagas aos negros. Apontando para a importância, por exemplo, de que essas políticas coexistam com outras propostas de transformação antirracistas que, inclusive, tenham como preocupação central o sucateamento das escolas públicas e o genocídio da juventude negra e pobre (CHAUÍ, 2003; NASCIMENTO, 2016)

Nilma: eu acho que as cotas são importantes sim. Só que não só investir em cotas né, eu acho que tem que melhorar a educação também. Só investir no ensino superior se os jovens não tão chegado aqui, se eles tão sendo mortos antes? Às vezes a população não tá chegando nem no ensino médio, quem dirá na faculdade (...)

Gilberto: Mesmo que a política é... não seja tão é... não tenha tanta capilaridade, ou seja, não tão expandida quanto a gente gostaria que ela fosse, é... só dessa forma que ela já é, já possibilita algumas pessoas... Que no futuro podem desencadear várias outras mudanças, saca? Eu penso assim (...) primeiro de tudo você precisa ter acesso a uma determinada linguagem e ter acesso a alguns mecanismos para acessar a própria política de cotas. E isso nem todas as pessoas tem, assim...

Seja na construção das ementas das disciplinas, nas maneiras de organização e construção dos saberes, na interação com a sociedade; na relação com outros graus do ensino público; esses sujeitos denunciam a ausência epistemológica de negros como sujeitos e agentes da sociedade e, também, da universidade. Essas narrativas apontam para como é necessário pensar sobre qual projeto de sociedade e universidade as ações afirmativas e as cotas podem nos ajudar a caminhar na direção de uma verdadeira democracia racial no Brasil. Uma democracia onde a história branca – e tudo associada a ela – seja, apenas, mais um lugar histórico e não a norma de organização dos poderes e dos saberes a partir de uma proposta universal da vida (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016; LIRA; TRINDADE, 2016).

É preciso, nessa direção, alterar as relações socioeconômicas, os padrões culturais, as referências sócio-raciais e as formas de produzir e reproduzir a história e o conhecimento brasileiro. Existe um conjunto de leis antirracistas disponíveis que precisam ser mais, estratégica e politicamente, executadas como forma de interpelarem pilares basais de organização das nossas ações educacionais e intelectuais que operam e transformam o mundo. A Lei 10.639, por exemplo, possui uma potência e uma importância radical na medida em que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e torna obrigatório o ensino sobre História de Cultura Afro-brasileira (história da África e dos africanos, bem como a luta e resistência dos negros no Brasil) nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

Milton: Então assim, nesse sentido, a gente tem que ser crítico, né? Eu, realmente, gostaria que a gente tivesse um acesso a educação sem que você fosse medido por uma prova. A prova não qualifica quem é melhor ou pior aluno, né? Só quem tá mais preparado pra aquele tipo específico de prova, aí tá condensado num esboço ali já dado, né? Então, se eu pudesse eu

faria uma reforma educacional onde não precisasse disso e onde o mérito não fosse uma questão primordial né, e que os jovens tivessem uma gama de escolhas. ...

Em linhas gerais, os sujeitos pontuam que a universidade tem, historicamente, cumprido o papel de legitimação de desigualdades - ao dissimular as suas bases sociais e políticas elitistas e raciais - convertendo-as, perversamente, em diferenças acadêmicas e cognitivas, relacionadas aos méritos e aos dons individuais dos sujeitos. Nessa direção, os universitários negros de classe média parecem discordar da ideia de que há qualquer dom ou mérito pessoal prescrito à trajetória universitária; tornando-se, então, imprescindível analisar as desigualdades nas trajetórias acadêmicas a partir da denúncia da falácia do discurso meritocrático (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002). Sendo assim, esses sujeitos estão implicados em um movimento de politizar as bases de sustentação das condições de produção do conhecimento científico e os meios de alcançá-lo. A pluralização racial e econômica da universidade, nessa atmosfera, tem colocado em questão as práticas pedagógicas, os valores, os temas de investigação e, sobretudo, questionando-nos: quem pode ser o sujeito da enunciação científica?

Somente com outras histórias do povo negro (políticas, simbólicas, culturais e intelectuais) que outros saberes podem se tornar relevantes para uma instituição de saber como a universidade. Assim, as políticas públicas voltadas para a equidade racial - como as cotas, bem como o reconhecimento da história, da ação do movimento negro e da intelectualidade antirracista - são essenciais para que os brancos e a elite intelectual consigam se deslocar da posição de norma e hegemonia epistêmica; deslocando os pactos da branquitude e desmistificando o branqueamento enquanto um projeto único de saber, universidade e sociedade (SCHUCMAN, 2012; BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016).

Considerações Finais

É possível identificarmos uma pluralidade muito grande nessas experiências universitárias negras; mostrando-nos que a trajetória racial universitária no Brasil é, radicalmente, heterogênea (TEIXEIRA, 2003). Para além da perspectiva da desumanização imposta pela sociedade branca hegemônica, por meio das desigualdades de poder; existem outras práticas sociais, outros processos educativos e outras formas de desenvolver a subjetividade racial que estão em curso no Brasil (GOMES, 2017; NOGUEIRA, 2014). Toda essa ampliação complexifica o nosso olhar para o problema da classe média negra universitária, uma vez que é notável o fato de que construções polarizadas entre

pureza/resistência e manipulação cultural/ajustamento da cultura afro-brasileira mais atrapalham do que ajudam na investigação da ascensão dos negros em direção ao mercado de consumo material e intelectual (SANSONE, 2000).

A participação de negros nos espaços da classe média – e, portanto, na universidade – não apenas altera as dimensões socioeconômicas do país, mas, sobretudo, possui um potencial para a construção de outros valores sociais que contribuam para reconfigurações da visão de mundo e da perspectiva de vida dos sujeitos e da sociedade. Esses sujeitos querem poder compor, por exemplo, espaços de construção intelectual e reforçam a importância de docentes/pesquisadores negros na universidade. Nessa direção, precisamos pactuar com a produção de um conhecimento que crie possibilidades de mediações para que haja a construção de identidades raciais brancas, não mais como dominação, supremacia e normatividade; mas sim como diferenças que coexistam com outras experiências de formas não hierárquicas (GUIMARÃES, 2016).

A potência revolucionária epistêmica, nesse caso, recai sobre uma revisão epistemológica que possa romper e interpelar pensamentos, lógicas, conhecimentos, discursos, práticas e posições que foram construídas a partir de lugares de poder euro e brancocentrados. Nessa direção, é primordial que a experiência dos sujeitos negros e populares – longe de ser a resposta única para a construção de um horizonte democrático – possa ser incluída nas narrativas que participam da construção do conhecimento e das dinâmicas institucionais; inclusive em áreas e campos do conhecimento fora dos já, historicamente, possíveis aos negros; como as licenciaturas e os cursos noturnos, por exemplo (BELTRÃO; TEIXEIRA, 2004). Dessa forma, a proposta dos universitários negros de classe média, aqui levantada, não é abandonar a pesquisa ocidental ou (quase) tudo o que se produziu nos últimos séculos; mas, sobretudo, rever aqueles conceitos, motivos e ideias do cânone que são sustentáculo aos modelos de conhecimento que tentam disfarçar suas ideias discriminatórias por meio de discursos de objetividade e neutralidade científicas (BOURDIEU, 2003; OLIVEIRA, 2014; BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016).

A politização racial e coletiva desses universitários, dentro e fora da universidade, têm produzido discursos que leem essas experiências a partir de uma afirmatividade negra; consolidando um debate e uma nova semântica para a interpretação e a interpelação dos fenômenos humanos, coletivos, políticos, institucionais e universitários. Com isso queremos dizer que a participação em movimentos antirracistas tem ampliado e reconfigurado a visão e o combate ao racismo no Brasil; corroborando com esse processo de identificação do racismo

como um problema da estrutura brasileira e não como um infortúnio da desigualdade econômica (SCHWARTZMAN, 2009). Ademais, tencionando com a própria literatura em torno dos negros da classe média brasileira, essa nova geração de jovens negros parece vacilar a prescrição de que o caminho para a ascensão econômica e acadêmica precisa ser individual e assimilado aos códigos brancocentrados.

Dandara: O meu estudo foi priorizado, eu sou filha única, os meus pais não tinham que gastar com outra criança, então, é muito complicado, meio que te excluem de certas decisões, porque você, sei lá, você não teve que trabalhar com 17 anos, mas eu não sou menos preta por isso (...) Não, não mesmo, dinheiro não embranquece ninguém, talvez tem gente que até acha, mas isso não me embranqueceu em nenhum momento. Isso talvez me possibilitou de ter ferramentas pra reagir a isso de outra maneira, além do óbvio né, que é ter mais tempo pra estudar, essas coisas, mas isso me possibilitou a ter outras ferramentas de reação e de acesso, mas isso não me embranqueceu, inclusive me empreteceu (...)

Ou seja, ainda com a ascensão social, o aburguesamento, o sucesso pessoal e a entrada na universidade pública, nada evitou – nunca – que um negro fosse um negro no Brasil (FIGUEIREDO, 2002; GUIMARÃES, 2016). Deve-se, nesse sentido, potencializar o uso das brechas e dos furos institucionais que técnicos administrativos, estudantes e professores da universidade – não conformistas - se apropriam para fomentarem o debate antirracista na universidade por meio de palestras, debates, aulas abertas, mesas redondas, oficinas e a oferta de disciplinas acerca do debate sobre a desigualdade de raça; politizando as estruturas racistas e as desvinculando, subalternamente, às desigualdades econômicas (hooks, 2013). Por fim, os sujeitos de pesquisa apontam para a importância das ações afirmativas como sendo, para além de uma política de reserva de vagas para pobres, um projeto societário que garanta que sujeitos, compulsória e historicamente, expulsos da universidade; possam ter os seus saberes, práticas e vivências considerados um campo de saber/viver legítimo. Um campo que redimensione as *verdades* e as violências (brancocentradas e elitistas) que, historicamente a universidade sedimentou como sendo a sua única face. Sendo assim, enquanto a universidade continuar sendo um local *sagrado* de suposto saber e de propagações técnico-ideológicas que produz des(naturalizações) que des(humanizam) os descendentes afro-brasileiros; ela será o alvo da interpelação de práticas, críticas e perspectivas, epistemo e politicamente, enegrecidas

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Márcio Mucedula. “A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade”. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, v. 1, n. 37, 2007.

ANDREWS, George Reid. “Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano”. *Estud. av.*, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 95-115, 1997

- ANDREWS, George Reid. *América afro-latina, 1800-2000*. EdUFSCar, 2007.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. Annablume, 2004.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; TEIXEIRA, Moema De Poli. “O vermelho e o negro: raça e gênero na Universidade brasileira: uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000”, IPEA, 2004
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. “Decolonialidade e perspectiva negra”. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. *Usos sociais da ciência*. Unesp, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. “Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil: consciência em debate”. *Selo Negro*, 2011.
- CARTER, Prudence L. *Keepin'it real: School success beyond Black and White*. Oxford University Press, 2005.
- CARVALHO, Isabel Cristina Moura. “Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica”. *Horizontes antropológicos*, v. 9, n. 19, p. 283-302, 2003.
- CARVALHO, José Jorge de. “‘Espetacularização’ e ‘canibalização’ das culturas populares na América Latina”. *Revista Antropológicas*, v. 21, n. 1, 2012.
- CASTRO, Ricardo Dias. *Nós queremos reitores negros, saca?: trajetórias de universitários negros de classe média na UFMG*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- CASTRO, Ricardo Dias; MAYORGA, Claudia. “A construção de um campo de pesquisa antirracista ou sobre quando sujeito e objeto (se) pesquisam”. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 10, n. 24, p. 339-365, 2018.
- CHAUÍ, Marilena. “O que é ideologia”. In *Coleção primeiros passos* (Vol. 13). Brasiliense, 2004
- CHAUÍ, Marilena. “A universidade pública sob nova perspectiva”. *Revista brasileira de educação*, v. 24, p. 5-15, 2003.
- CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. *Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa*. Uberlândia, Brasil, 2011.
- CUNHA, Luiz Antônio. “Ensino superior e universidade no Brasil”. Lopes, *EMT et al*, v. 500, p. 151-204, 2000.
- D’ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e antirracismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003. p. 194
- DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil, 1917-1945*. Unesp, 2006.
- FERES JUNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste. “Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica”. *Sociologias*, v. 17, n. 40, 2015.

FERES JUNIOR, João. “Aspectos semânticos da discriminação racial no Brasil para além da teoria da modernidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 61, p. 163-226, 2006.

FIGUEIREDO, Ângela. “Fora do jogo”. *Cadernos Pagu*, v. 23, p. 199-228, 2004.

FIGUEIREDO, Ângela. *Classe média negra: trajetórias e perfis*. EDUFBA, 2012.

FIGUEIREDO, Ângela. *Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador*. Annablume, 2002.

FIGUEIREDO, Ângela; FURTADO, Cláudio Alves. “As elites negras”. In: SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio Alves. (Org.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*, Salvador, EDUFBA, 2014, p. 131-149

FONSECA, Marcus Vinícius. BARROS, Aaronovich Pombo. (Orgs.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016.

FONTE, Carla. A narrativa no contexto da ciência psicológica sob o aspecto do processo de construção de significados. *Psicologia: teoria e prática*, v. 8, n. 2, p. 123-131, 2006.

GOMES, N.L. *Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017

GROSGOUEL, Ramón. “A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI”. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. “Formações nacionais de classe e raça”. *Tempo Social*, v. 28, n. 2, p. 161-182, 2016.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. “Raça e os estudos de relações raciais no Brasil”. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 54, p. 147-156, 1999.

hooks, bell. “Confrontação da classe social em sala de aula”. In: *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo, 2013.

LERNER, Samara Mancebo. “A política de cotas raciais no Brasil segundo a percepção de negros de camadas médias do Rio de Janeiro”. *Sociedade e Cultura*, v. 17, n. 2, 2015.

LIRA, David Pessoa. de; TRINDADE, Celio Juliano Barroso. “Elementos epistemológicos e filosóficos etnocêntricos: inversão de paradigmas afro em diáspora”. *Estudos Teológicos*, v. 55, n. 1, p. 34-46, 2016.

MAGGIE, Yvonne; FRY, Peter. “A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras”. *Estudos avançados*, v. 18, n. 50, p. 67-80, 2004.

MAYORGA, Claudia. *Universidade cindida, universidade em conexão*. UFMG, 2010.

MAYORGA, Claudia; SOUZA, Luciana Maria de. “Ação Afirmativa na Universidade: a permanência em foco”. *Revista Psicologia Política*, v. 12, n. 24, p. 263-281, 2012.

MUNANGA, Kabengele. “Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas”. *Sociedade e cultura*, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo*

mascarado. Editora Perspectiva SA, 2016.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. “A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições”. *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 78, p. 15-36, 2002.

NOGUEIRA, Oracy. “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil”. *Tempo social*, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007.

NOGUEIRA, Simone Gibran. *Processos educativos da Capoeira Angola e construção do pertencimento étnico-racial*. São Carlos: UFSCar, 2007.

OLIVEIRA SARAIVA, Luís Fernando de et al. “A ‘nova classe média’: repercussões psicossociais em famílias brasileiras”. *Psicologia USP*, v. 26, n. 1, p. 52-61, 2015.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. “Educação Antirracista: tensões e desafios para o ensino de sociologia”. *Educação & Realidade*, v. 39, n. 1, 2014.

OLIVEN, Arabela Campos. “Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil”. *Educação*, v. 30, n. 61, p. 29-51, 2007.

OSORIO, Rafael Guerreiro. *A mobilidade social dos negros brasileiros*, IPEA, 2004.

PINHEIRO, Luana et al. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. IPEA, 2008.

PIRES, Mara Fernanda Chiari. “Docentes negros na universidade pública brasileira: docência e pesquisa como resistência e luta”. 234p. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas. 2014.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: Edgardo Lander (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, 2005. p. 227-278

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, Alan et al. *Práticas pedagógicas e a lógica meritória na universidade: trajetórias de estudantes da rede pública*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SALATA, André Ricardo. “Quem é classe média no Brasil? Um estudo sobre identidades de classe”. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, v. 58, n. 1, 2015.

SANSONE, Lívio. “Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil”. *Mana*, v. 6, n. 1, p. 87-119, 2000.

SANTANA, Ivo de. “Negros em colarinhos brancos: estilos de vida, identidades e ascensão social no serviço público”. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 1, n. 29, 2014.

SANTOS, Boaventura Sousa de. “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. *Revista crítica de ciências sociais*, v. 63, p. 237-280, 2002.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SCHWARTZMAN, Luisa Farah. "Seeing like citizens: unofficial understandings of official racial categories in a Brazilian university". *Journal of Latin American Studies*, v. 41, n. 2, p. 221-250, 2009.

SCHWARTZMAN, Luisa Farah; SILVA, Graziella Moraes Dias da. "Unexpected narratives from multicultural policies: Translations of affirmative action in Brazil". *Latin American and Caribbean Ethnic Studies*, v. 7, n. 1, p. 31-48, 2012

SITO, Luanda. "Disputas e diálogos em torno do conceito de 'ações afirmativas' para o ensino superior no Brasil". *universitas humanística*, n. 77, 2014.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Paz e Terra, 2013

SOARES, Reinaldo da Silva. *Negros de classe média em São Paulo: estilo de vida e identidade negra*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2004

SOUZA, Jessé. "Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira". *Lua Nova*, v. 65, p. 43-69, 2005.

SOUZA, José. "A gramática social da desigualdade brasileira". *RBCS*, v.19, n. 54, 2000.

TAFURI, Diogo Marques. "As Ações Afirmativas e o Campo Científico: dilemas políticos e epistemológicos para a constituição de uma ciência social crítica". *Políticas Educativas*, v. 5, n. 1., 2011

TEIXEIRA, Moema de Poli. *Negros na universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro*. Pallas Editora, 2003.

emergências". *Revista crítica de ciências sociais*, v. 63, p. 237-280, 2002.

SOUZA, Jessé. "Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira". *Lua Nova*, v. 65, p. 43-69, 2005.

SOUZA, José. "A gramática social da desigualdade brasileira". *RBCS*, v.19, n. 54, 2000.

TAFURI, Diogo Marques. "As Ações Afirmativas e o Campo Científico: dilemas políticos e epistemológicos para a constituição de uma ciência social crítica". *Políticas Educativas*, v. 5, n. 1., 2011

TEIXEIRA, Moema de Poli. *Negros na universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro*. Pallas Editora, 2003.

Classe Média Negra Universitária: por um projeto de sociedade afirmativa

Resumo

Este artigo propõe pensar como sujeitos negros, economicamente privilegiados; posicionam-se em relação às ações afirmativas e a democratização do ensino superior público. Para alcançarmos os nossos pontos de análise, realizamos a construção de quatro narrativas com sujeitos autodeclarados negros e da classe média que estivessem envolvidos em alguma política e/ou grupo antirracista. O que podemos perceber é que a experiência de ser negro e pertencer a contextos econômicos médios redimensiona a leitura sobre as políticas de cotas para além da reserva de vagas para sujeitos populares nas instituições de ensino superior. Nessa direção, os sujeitos de pesquisa situam a ação afirmativa como sendo uma política econômica; mas, sobretudo, uma produção acadêmico-política que se desloque do elitismo brancocentrado da universidade. A política afirmativa, assim, é lida enquanto um projeto antirracista para a universidade e a sociedade como um todo

Palavras-chave: ação afirmativa, negros, classe média, universidade.

University black middle class: for an affirmative society project

Abstract

This paper proposes to think how black, economically privileged subjects; position themselves in relation to affirmative actions and the democratization of public higher education. In order to reach our points of analysis, we constructed four narratives with self-declared black and middle class subjects who were involved in some anti-racist policy and / or group. What we can perceive is that the experience of being black and belonging to medium economic contexts resizes the reading about quota policies beyond reserving vacancies for popular subjects in higher education institutions. In this direction, the subjects researched situate affirmative action as an economic policy; but above all, an academic-political production that moves from the white-centered elitism of the university. The affirmative policy, thus, is read as an anti-racist project for the university and society as a whole.

Keywords: affirmative action, black, middle class, university

Clase media negra universitaria: por un proyecto de sociedad afirmativa

Resumen

Este artículo propone pensar cómo sujetos negros, económicamente privilegiados se posicionan con relación a las acciones afirmativas y a la democratización de la educación superior pública. Para alcanzar nuestros puntos de análisis realizamos la construcción de cuatro narrativas con sujetos auto-declarados negros y de clase media que estuvieran involucrados en alguna política y/o grupo antirracista. Lo que podemos percibir es que la experiencia de ser negro y pertenecer a contextos económicos medios redimensiona la lectura sobre las políticas de cuotas más allá de la reserva de vagas para sujetos populares en las instituciones de educación superior. En esa dirección, los sujetos de investigación sitúan la acción afirmativa como siendo una política económica; pero, sobre todo, una producción académico-política que se desplaza del elitismo blanco-centrado de la universidad. La política afirmativa, así, es leída como un proyecto antirracista para la universidad y la sociedad como un todo.

Palabras clave: acción afirmativa, negros, clase media, universidad.

Abolição e Carnaval: performance e experiência social negra em Trinidad (cc. 1790-1850)

Recebido: 30-08-2018
Aprovado: 11-11-2018

Eric Brasil¹

Introdução

Localizada a aproximadamente vinte quilômetros do litoral da Venezuela, possuindo em torno de três mil quilômetros quadrados, a ilha de Trinidad não despertaria muita atenção de seus conquistadores espanhóis ao longo do século XVI. Eles estavam por demais interessados em extrair até a última grama de ouro e prata de suas colônias continentais. Assim, entre a chegada de Colombo, em 1498, e a fundação da primeira cidade na ilha – San Josephe de Oruna –, em 1592, passaram-se 94 anos (Wooding, 1960, p. 144).

Nos séculos XVII e XVIII, tentativas modestas de implementação de *plantations* de tabaco e cacau foram realizadas. Apesar de abrirem demanda ao tráfico de africanos escravizados, não obtiveram êxito no período de domínio espanhol (Matthews, 2007, pp. 87–89). Na década de 1780, o Rei espanhol assinou a “*Cédula de Población*” permitindo que estrangeiros de nações amigas se estabelecessem em Trinidad, desde que professassem sua religião Católica Romana. A partir de então, se intensificou a imigração de proprietários franceses, que chegavam à ilha acompanhados de seus escravos (Wooding, 1960, p. 144). Essa migração foi impulsionada pela Revolução Francesa (1789) e pela Revolução do Haiti (1791), visto que muitos proprietários franceses que viviam em Santo Domingo buscaram asilo em Trinidad. Isso explica a existência de uma “aristocracia fundiária francesa” numa ilha que nunca pertenceu à França.

¹ Professor de História da América e coordenador do curso de História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, campus dos Malês, Bahia. Coordenador Nacional do GT Emancipações e Pós-Abolição da Anpuh. E-mail: profericbrasil@unilab.edu.br

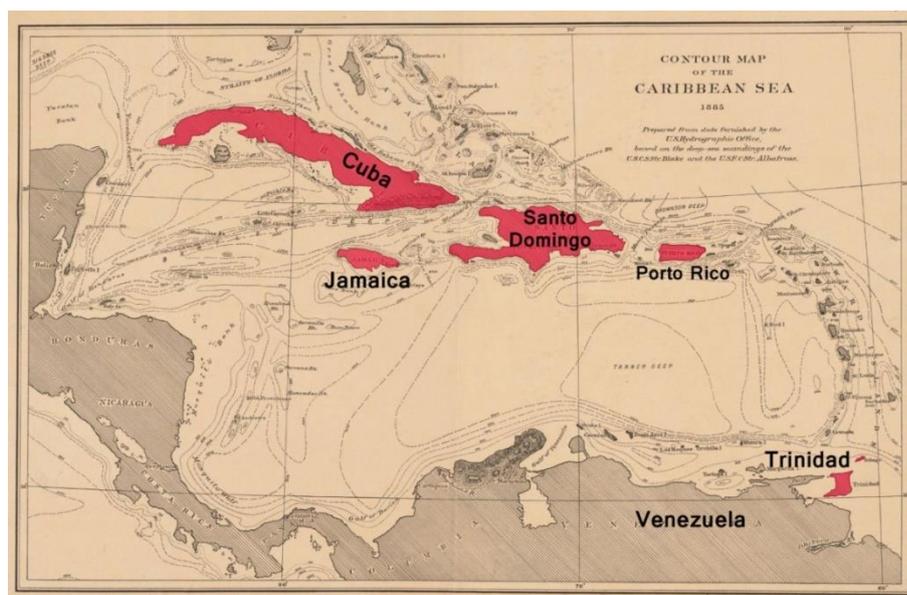


Figura 1. Mapa do Caribe a partir de: United States. Contour Map of the Caribbean Sea 1885. Cambridge, Mass: Museum of Comparative Zoology, 1894.

Também nos ajuda a compreender como a república de Trinidad e Tobago, que foi colônia inglesa por 165 anos, oficialmente protestante e anglófona, integrante do *Commonwealth*, é internacionalmente reconhecida por seu carnaval exuberante, elemento fundamental na identidade nacional do país. Os 300 anos de domínio espanhol, mesmo que insipiente em diversos aspectos, proporcionou à população local, tanto espanhóis e seus descendentes, quanto escravizados africanos e crioulos, mestiços e indígenas, algum espaço festivo para ocupar as ruas, através da tradição carnavalesca ibérica e católica (López, 2013). A festa carnavalesca não desapareceria com a conquista inglesa da ilha em 1797, pelo contrário, seus sentidos se transformariam diante dos novos desafios impostos pela colonização britânica. Antagônica às raízes ibéricas da ilha, buscaria reprimir seu carnaval como um caminho para impor a cultura britânica e efetivar a colonização ainda no início do século XIX.

Nas décadas de 1870 e 1880, especialmente após a revolta do Canboulay de 1881,² encontramos artigos em jornais, produções de memorialistas e cronistas refletindo sobre a história do Carnaval na ilha de Trinidad. A maioria desses textos constrói uma imagem nostálgica do que seria o tempo do carnaval inocente, divertido e pacífico. Esse tempo de

² A revolta ocorrida no carnaval de 1881 constitui um marco na história da cidade de Port-of-Spain e de toda a colônia. Em resposta a medidas repressivas adotadas pelo chefe de polícia, Capitão Baker, entre os anos de 1877 e 1881, os variados e historicamente rivais grupos de Canboulay da cidade se unem contra a polícia. Utilizando cacetes e reivindicando direitos, os revoltosos conquistam a garantia de manter sua prática carnavalesca, recebendo a anuência do governador. Para uma análise aprofundada da revolta e os consequentes debates sobre direitos e cidadania em Trinidad ver (Brasil, 2016a; Brasil, 2016b)

prazer estaria localizado no período anterior ao ano de 1838, ano da abolição definitiva da escravidão no Caribe de colonização britânica. Descrevendo o período como um tempo mitológico de harmonia, prazer e lazer, os textos das décadas de 1870 e 1880 relatam o carnaval como uma festa exclusiva das famílias dos fazendeiros de origem francesa. Com a abolição da escravidão tudo mudaria e o carnaval seria transformado numa sucessão de orgias e desordens (Day, 1852; Fraser, 1896; Borde, 1876).

Essa narrativa sobre a história do carnaval – reforçando a “desordem” e a “barbárie” trazida pelos libertos para a festa – acabou sendo também utilizada por parte da historiografia para explicar a entrada da população negra no festival. Tornando-se uma espécie de mito fundador do carnaval negro de Trinidad, como se antes de 1838 escravizados e negros libertos e livres não tivessem outras formas de mobilização, não participassem de festas, e mesmo do carnaval (Liverpool, 2001).

A importância e as mudanças trazidas pela abolição da escravidão foram cruciais para a transformação do carnaval, como veremos adiante. Contudo, ela precisa ser entendida como um processo a partir de mobilizações negras que já existiam anteriormente e com as relações sociais na ilha entre 1780 e 1850 – não apenas como um reflexo automático da assinatura do ato que aboliu a escravidão.

Por conseguinte, o objetivo central desse artigo é analisar os sentidos das mobilizações e performances negras em Trinidad entre o início da ocupação britânica da ilha, na última década do século XVIII, e as primeiras décadas do período pós-abolição, através de uma perspectiva de história social da cultura, enfocando as experiências dos sujeitos sociais em seu contexto. Para tanto, o texto está dividido em três tópicos: no primeiro, iremos analisar as formas de participação de homens e mulheres negras durante a vigência do regime escravista na ilha, assim como as tentativas coloniais de repressão e controle e os argumentos da imprensa local na construção do mito do carnaval branco, ordeiro e civilizado (sic); em seguida, buscamos investigar os impactos demográficos, nas relações de trabalho e nas tensões sociais após 1838 para a população negra da colônia; por fim, focamos a análise na formação do *Canboulay* negro entre as décadas de 1830 e 1850, propondo uma reflexão sobre seus sentidos políticos num contexto de liberdade.

Carnaval durante a escravidão

Se compararmos a colonização inglesa das ilhas vizinhas, como Jamaica e Barbados, perceberemos que Trinidad possuía uma população escrava menor e muito mais recente. A entrada maciça de escravizados na ilha se deu a partir da década de 1780 – com a entrada de

proprietários franceses – e, sobremaneira, a partir de 1797, com a ocupação inglesa e a intensificação da produção de cana-de-açúcar. O tráfico de escravos foi proibido em 1805, dois anos antes de sua extinção completa pelos ingleses. Dentre os escravizados, além dos chegados diretamente da África, muitos vinham das ilhas vizinhas, como Barbados e Granada – colônias britânicas – e Guadalupe e Martinica – colônias francesas.

O período entre o Natal e o Ano Novo, entre 1797 e 1830, era a época permitida pelo governo colonial para o divertimento dos escravizados. Segundo Cowley, esse período foi marcado pela formação e desfiles dos *Regiments*:

A filiação dessas sociedades dançantes negras estavam espalhadas entre grupos [...] cuja origem crioula provinha de vários lugares do Caribe – por exemplo, Martinica, Guadalupe, ou Granada. Participantes também incluíam escravos que haviam chegado a Trinidad diretamente da África e negros livres. Muitos membros recebiam títulos (e presumivelmente, funções) e havia cerimonial estruturado e formalidades disciplinadas (Cowley, 1992, p. 179).³

Esses grupos de indivíduos negros desfilavam nas ruas no período natalino, constituídos numa estrutura militarizada, com cargos eleitos de rei, rainha, com cantos e tambores de origem africana, especialmente na capital da colônia, a cidade de Port-of-Spain. Tais grupos estão amplamente presentes em regiões impactadas pela diáspora africana: as Congadas, Cucumbis e Folias de Rei no sudeste brasileiro, os *Cabildos* cubanos, os grupos de índios em Nova Orleans, estiveram presentes ao longo do século XIX nas ruas de grandes cidades atlânticas desfilando seus préstitos com estrutura militar, reis, rainhas, tambores inicialmente no período das festas natalinas e depois muitos ocuparam os carnavais (Brasil, 2014; Meitchell, 2002; Moore, 1997; Nepomuceno, 2016).

Nesse contexto, entre finais do século XVIII e início do XIX, o período de Carnaval estaria bastante ligado aos grupos de proprietários de terras francófonos, sendo uma época marcada por bailes de máscaras, espetáculos teatrais e performances satíricas que se estendia desde o Ano Novo até a Quarta-feira de Cinzas. Segundo Pierre Gustave-Louis Borde (1820-1891), historiador de Trinidad de ascendência francesa que escreveu em 1876 *Histoire de l'île de la Trinidad sous le gouvernement espagnol*,

Os prazeres das refeições na mesa de jantar e piqueniques somavam-se àqueles de música e dança. Seguiam-se nada mais que concertos e bailes. Havia almoços e jantares, festas de caça e expedições no rio, assim como o carnaval, que durava desde o Natal até a quarta-feira de cinzas. Não era nada além de um longo período de

³ Todas as traduções de fontes e bibliografias do inglês para o português são livres e feitas pelo autor.

banquetes e prazeres. Naturalmente, todos esses divertimentos aconteciam numa atmosfera de alegria geral, e cada um fazia esforço especial para demonstrar espírito de amabilidade. (Borde, apud. Cowley, 1992, p. 174)

Para Borde, o carnaval era tempo de vivenciar uma experiência festiva eurocêntrica, com seus bailes, banquetes, caças, expedições em rios, tudo numa atmosfera de alegria e amabilidade.

O historiador L. M. Fraser, autor de *History of Trinidad*, volumes um e dois, publicados em 1891 e 1896 respectivamente, Inspetor Comandante de Polícia entre 1874 e 1877, reforça a ideia de que o carnaval havia sido uma festa controlada e exclusiva das “classes altas” após a abolição da escravidão:

Em tempos passados e antes do período da emancipação dos escravos, o carnaval era mantido com muito espírito pelas classes superiores. Existem muitas pessoas ainda vivas que lembram do baile de máscaras dado no St. Ann pelo Governador, Sir Ralph Woodford, e também [lembram] que os membros dirigentes da sociedade costumavam, nos dias de carnaval, dirigir através das ruas de Port-of-Spain mascarados, e à noite, iam de casa em casa que eram deixadas abertas para a ocasião (*The National Archives – Colonial Office 295/289*).

Entretanto, essas descrições das décadas de 1870 e 1880 mostram um tom romantizado e nostálgico que fala muito sobre a época em que foram escritas. Período de intensificação das tensões sociais, especialmente entre grupos carnavalescos negros e as autoridades republicanas, que culminaria com a Revolta do Canboulay de 1881 (Brasil, 2016b). E buscava construir uma memória da festa que excluísse ou silenciasse a presença negra antes da Abolição. Porém, as ruas nos dias de Momo não eram socialmente homogêneas e socialmente pacíficas como Borde e Fraser tentaram nos fazer crer. A participação negra em festas e performances públicas esteve sob rígido controle e vigilância do governo colonial desde o final do século XVIII. Como demonstra Cowley,

A lei espanhola permaneceu válida em Trinidad até a década de 1830, mas as regulamentações policiais, publicadas dois ou três meses depois da conquista britânica da ilha, controlavam estritamente atividades de dança nas comunidades negras livres e escravas. Essencialmente, para pessoas de cor realizarem danças, entretenimentos ou encontros religiosos depois das oito da noite, era preciso autorização; escravos eram autorizados a danças, quando licenciados, apenas até as oito da noite. Mais regulamentações seguiram em 1801, com a ‘proibição de danças de negros em cidades’, e em 1807 aparece que ‘pessoas de cor’ eram permitidas ‘realizar bailes e assembleias sujeitas a doação aos pobres de 16 dólares’ (Cowley 1992, p. 180).

Tanto negros livres quanto escravizados precisavam recorrer à licenças do governo colonial para realizar festas, reuniões e bailes.⁴ Outrossim, tais proibições indicam que havia

⁴ Nos documentos coloniais preservados nos arquivos ingleses não pude encontrar tais licenças.

“danças de negros nas cidades” já na década de 1800. E, mesmo fontes dos jornais apontam para a participação negra no Carnaval antes de 1834. Em artigo de 22 de janeiro de 1833, o *Port-of-Spain Gazette* relatava o caso da prisão de duas pessoas mascaradas.

Na tarde de domingo, uma tentativa foi feita pelo Sr. Peake (Assistente do delegado) para averiguar a vergonhosa violação do Sabbath pelas ordens baixas da população, que estavam acostumados, naquela época do ano a se mascarar e criar distúrbios no domingo. Ele prendeu duas pessoas que estavam mascaradas e os trancou uma sela. No retorno da realização desse dever necessário, sua casa havia sido atacada por um grande aglomerado da ralé que quebrou todas as janelas e atacaram Sr. Peake [sendo ele] agredido e de várias formas mal tratado (*PORT-OF-SPAIN GAZETTE*. 22/01/1833).

Pessoas de “classes baixas” estavam acostumadas nessa época do ano, janeiro, a se mascarar. A casa e o próprio policial que efetuou a prisão dos mascarados foram atacados em represália a prisão dos indivíduos mascarados. Numa demonstração de insatisfação coletiva, fruto do que foi considerada uma atitude injusta, as “classes baixas” decidiram reagir com insubordinação e violência. O jornal complementa buscando estabelecer limites para o período carnavalescos e se empenha em associar o carnaval feito pelas “classes baixas” à violência:

Em referência ao assunto acima, é importante ressaltar, que a prática de iniciar o carnaval várias semanas antes da quarta-feira de cinzas, é contrário ao costume espanhol, assim como à lei. Na Espanha, e em todas as possessões espanholas, o carnaval é realizado em três dias; a prática de estender as diversões do Bacanal pelo espaço de um mês ou dois, é italiano, e foi introduzido por estrangeiros. Isso se tornou um grande inconveniente na ilha, já que os eventos mais criminosos e indecentes ocorrem durante o carnaval, ao qual os magistrados locais fazem bem em se esforçar para suprimir (*PORT-OF-SPAIN GAZETTE*. 22/01/1833).

Portanto, mesmo antes da abolição da escravidão é possível encontrar registros da mobilização negra em busca de espaços de autonomia para realizar suas próprias festas e ocupar as ruas com suas tradições. Tais tradições remetem ao caráter ibérico e católico da ocupação espanhola da ilha. Como demonstra Rafael Bréa López, as festas carnavalescas representavam desde o período colonial, nos territórios sob domínio espanhol, um momento de participação das mais variadas camadas sociais, com múltiplas performances (López, 2013).

Se até 1834 essa maior mobilização se dava no período entre Natal e Ano Novo, depois percebemos um movimento dessas práticas em direção aos dias de Carnaval. Na interpretação de Cowley, o contexto social e político de Trinidad tiveram um peso significativo na maior presença negra nos carnavais a partir da década de 1830 “Em Trinidad, onde os efeitos da

escravidão foram amenizados pelo melhoramento de condições locais, escravos eram provavelmente menos inibidos do que em outras ilhas do Caribe britânico. Com a confirmação de sua liberdade no horizonte, então, e uma plantocracia branca deprimida pela perda iminente de seus escravos, a participação negra no carnaval atingiu a maturidade em fevereiro de 1834” (Cowley, 2003)

Trinidad e o Fim da Escravidão no Caribe sob domínio britânico

Nesse contexto, os debates acerca da proibição do tráfico de africanos escravizados passa a ocupar a primeira ordem nos debates britânicos. A revolta escrava da década de 1760 na Jamaica e especialmente a Revolução do Haiti, colocaram em questão o temor da insurreição generalizada de africanos escravizados. Tanto abolicionistas quanto fazendeiros passam a entender que a solução para evitar revoltas sem encarecer ou diminuir a produção seria o aumento do número de crioulos, e isso só seria possível com melhorias nas condições de vida dos escravizados e o fim do tráfico (Fergus, 2009, p. 761).

O temor de uma possível “Emancipação Revolucionária”, como chama o historiador Claudius Fergus, coloca em discussão a questão “do real valor da escravidão racial” e em seu centro estava o debate entre prosperidade e segurança (Fergus, 2013). O pragmatismo da luta pela abolição do tráfico inglês, liderada por Wilberforce e outros, foi sobremaneira direcionada pela preocupação em manter a ordem e a segurança interna, temor esse ditado pela insatisfação e ações dos escravizados nas ilhas do Caribe, e não apenas fruto do humanitarismo inglês ou do determinismo econômico da expansão capitalista britânica (Fergus, 2009, p. 764).

Trinidad surge como elemento chave nas discussões sobre a questão do tráfico transatlântico de escravos e do próprio futuro do Império colonial. A ilha recém-conquistada, em 1797, apresentava terras férteis e disponíveis, se configurando como um atrativo mercado de escravos. Como demonstrou Gelien Matthews, em estudo sobre as relações da colônia de Trinidad com os debates sobre a abolição do tráfico de escravos pelos britânicos, a exportação de açúcar praticamente dobrou entre 1799 e 1802, aumentando a demanda por africanos escravizados (Matthews, 2007).

Entre 1802 e 1804 desembarcam na ilha mais de dez mil africanos escravizados. Essa conjuntura possibilitou aos abolicionistas argumentarem que Trinidad poderia ser um novo Santo Domingo, e que o fim do tráfico seria fundamental para a manutenção da segurança em

todo o Caribe. Não podemos esquecer que entre 1793 e 1815 o império britânico empreendeu guerra contra o Haiti revolucionário e sofreu com inúmeras derrotas, gerando milhares de mortos e um prejuízo de milhões de libras (Fergus, 2009).

Nesse período, importantes abolicionistas e membros do Parlamento, liderados por George Canning, iniciam uma campanha para que Trinidad fosse um novo modelo de colônia.⁵ A experiência deveria ser baseada em uma “colonização crioula”, recebendo soldados oriundos dos regimentos de negros das Índias Ocidentais, africanos livres e descendentes de ilhas vizinhas, trabalhadores da Venezuela, ameríndios das missões religiosas, imigrantes asiáticos. Dessa forma, ainda em 1805, o tráfico é proibido para Trinidad, dois anos antes da abolição definitiva e a colônia passa a receber os primeiros assentamentos de negros livres e imigrantes (Fergus, 2009 e 2013).

Nos anos 1820, segundo Drescher, o tema da abolição definitiva da escravidão ganharia força entre os abolicionistas britânicos. Entretanto, não devemos compreender a abolição da escravidão nas colônias inglesas como fruto das campanhas humanitárias do abolicionismo metropolitano, como preconizam os trabalhos de Seymour Drescher.⁶ Como demonstram as obras de Emília Viotti da Costa, Michael Craton, Mary Turner, Claudius Fergus, Beckles e Matthews, os escravizados das colônias inglesas do Caribe nunca deixaram de exercer seu papel de protagonistas na luta pela abolição definitiva da escravidão. Apesar do temor e violência dos fazendeiros e da desconfiança dos próprios abolicionistas metropolitanos, eles seriam sujeitos de sua própria história, influenciando diretamente no curso da abolição com ações bem organizadas e muitas vezes sacrificantes, especialmente entre as décadas de 1810 e 1830, quando politizaram revoltas ao ponto de acelerar sua liberdade, com muito sangue e lágrimas (Beckles, 1989; Beckles e Shepherd, 2007; Fergus, 2013; G Matthews, 2006).

A conduta revoltosa dos escravizados em todo Caribe informou o governo britânico e as políticas abolicionistas do outro lado do Atlântico: o fim do tráfico, as políticas de melhoramento nas condições de trabalho [*amelioration*] e na vida cotidiana; a busca pela criouliização das sociedades coloniais – ou seja, diminuição do número de africanos e aumento

⁵ George Canning (1770-1827) ocupou cargos econômicos no governo de Pitt, e nos anos 1820 seria responsável pelas políticas de “melhoramento”.

⁶ Movimentos metropolitanos seguiram estratégias já familiares àqueles que lutaram pelo fim do tráfico de africanos escravizados entre o final do século XVIII e início do XIX: organização local, panfletos e campanhas de petições nacionais, aliadas a moções [*motions*] abolicionistas no Parlamento. Contudo, novos fatores foram importantes desse movimento metropolitano: participação decisiva das mulheres – através da formação de sociedades femininas em prol da abolição –, ações que ultrapassavam as grandes cidades, e a maior participação de denominações religiosas, como os Metodistas e Batistas e especialmente os *Quackers*. (Drescher 2009, p. 252–54).

de escravizados nascidos nas Índias Ocidentais –, o aumento da cristianização do trabalho escravo; e a própria abolição definitiva (Fergus, 2013).

O *Emancipation act*, assinado em 1833, instituíam quatro pontos que marcariam a passagem da escravidão para o trabalho livre e assalariado no Caribe.

Todos os escravos seriam libertados simultaneamente sem nenhuma provisão de restrições sociais especiais. Um novo *status*, o de aprendizes, obrigaria os ex-escravos a trabalharem para seus ex-senhores de quatro a seis anos, durante uma parte fixa de cada dia de trabalho. Os senhores receberiam uma indenização financeira calculada em cerca de 40% do valor de mercado de seus escravos. O fundo de indenização foi estabelecido em 20 milhões de libras – uma enorme quantia de dinheiro para um governo cuja plataforma de campanha fora a austeridade (Drescher, 2011, p. 373).

Segundo o historiador nigeriano David Olusoga, o montante da indenização paga aos 46 mil proprietários de escravos britânicos corresponderia a 16 bilhões de libras atualmente.⁷ Portanto, como nos alertou Eric Foner, o processo prezou pelo “respeito pela ordem, processos legais e direitos de propriedade”. Os fazendeiros permaneceram com o controle sobre as terras e, em muitos casos, com o poder político nas colônias e ainda foram indenizados, porém, “ninguém propôs indenizar os escravos por seus anos de trabalho não remunerado” (Foner 1988, p. 33). Como concluiu Drescher, “a liberdade civil viria à custa do trabalho livre limitado para os ex-escravos, do aumento dos preços para os consumidores e da elevação dos impostos para os metropolitanos” (Drescher 2011, p. 373).

Mantendo essa linha de reformas e almejando sempre a manutenção da ordem e o compromisso com a legalidade, o governo britânico estabeleceu o sistema do “aprendizado” [*Apprenticeship*], que passaria a valer a partir do dia em que o *Slavery Abolition Act* entrou em vigor no dia 01 de agosto de 1834. Seu objetivo seria “suavizar a transição da escravatura para o trabalho livre” e “fomentar boas relações entre fazendeiro e liberto e remoldar a cultura dos ex-escravos”, familiarizando-os com o mercado de trabalho assalariado (Foner 1988, p. 36–37). Todos os ex-escravos deveriam trabalhar no máximo 45 horas por semana nas fazendas de seus ex-senhores, por um período que variaria entre quatro e seis anos (Yelvington et al. 2011, p. 298).

Quanto mais o tempo avançava, maior era a insatisfação e ação dos libertos contra o sistema do aprendizado – este sempre amparado legalmente por magistrados empenhados em punir os trabalhadores insatisfeitos. A contínua pressão dos libertos nas colônias se aliou ao lobby antiescravista na metrópole, levando à extinção do Aprendizado em 1838, dois anos

⁷ <http://www.theguardian.com/world/2015/jul/12/british-history-slavery-buried-scale-revealed> acessado em 29/08/2018.

antes do previsto. Em Trinidad, o número de “aprendizes” girava em torno de 80% da população geral.

Em Trinidad foi instalado o modelo de Colônia da Coroa [*Crown Colony*]. Seus principais cargos administrativos estavam diretamente subjugados ao controle e autoridade do *Colonial Office*, na figura do *Secretary of State for the Colonies*. Mesmo as decisões do governador deveriam ser comunicadas e justificadas. O governador contava também com um Conselho Executivo – “um corpo puramente consultivo, compreendendo o Secretário Colonial, o Procurador Geral e o Tesoureiro Colonial, tendo o Governador como presidente” (Wooding 1960, p. 150). Ou seja, nesse sistema, não havia uma assembleia legislativa eleita por voto local, como nas demais colônias, Jamaica, por exemplo. Tal característica impunha sérios limites à representatividade das elites locais perante o governo metropolitano.

Ao chegar a 1838, Trinidad, a nova Colônia da Coroa, representava o modelo para o futuro das coloniais do império britânico: baseada na importação de trabalhadores “livres”, na transição “pacífica” da escravidão para a liberdade e no respeito à legalidade e na lealdade à coroa – mantendo nas mãos do governo metropolitano o controle rígido dos poderes executivos e legislativos.

Após a abolição definitiva da escravidão, os novos súditos da rainha (mais de 20 mil ex-escravos), submetidos a um governo colonial que não pretendia conceder brechas para que se fizessem representar, queriam mais. Empenharam-se em lutar e conquistar espaços que antes lhes eram vedados, como o próprio Carnaval, como veremos a seguir.

Pós-Abolição e carnaval: tensões sociais, imigração e repressão

As comemorações pelo *Emancipation day*, a partir de 1838, com o fim do *Aprendizado*, ocorriam no dia 01 de agosto. Contudo, em algum momento dos anos 1840 essa celebração foi incorporada aos dias de carnaval. Segundo Earl Lovelace, a administração colonial, ao invés de retirar a ideia de abolição do calendário, forneceu

à Emancipação a oportunidade de penetrar o carnaval oficial e transformá-lo num palco para a afirmação da liberdade e expressão do triunfo do espírito humano num teatro de rua [com] música, dança, discurso, som e movimento. Podemos argumentar também que, o governo colonial dos anos 1840 escolheu o carnaval como a celebração [para] incorporar a [festa da] Emancipação não simplesmente por malícia, mas pelo conhecimento de que o *Jouvay*, carnaval das ruas, era ele mesmo criado e mantido pelas classes mais baixas de africanos” (Lovelace 1998, p. 54).

Assim, a partir de 1838, quanto maior a participação negra no carnaval, maiores eram os ataques da imprensa contra a “degradação” da festa promovida pelos membros das “baixas classes”. As tensões nas ruas aumentavam e as elites brancas se afastaram cada vez mais dos dias de Momo. As ações dos foliões negros, mesclando tradições africanas com a celebração da abolição, tornaram-se o alvo da repressão e crítica de fazendeiros e jornalistas, que comumente ignoravam as estruturas do evento e silenciavam suas práticas. Muitos começam a sugerir – e mesmo exigir – a extinção da festa, como na reportagem do *Port-of-Spain Gazette*, em 1840: “o costume de manter o carnaval, permitindo que camadas baixas da sociedade circulem pelas ruas em fantasias miseráveis, pertence a outros tempos e deve ser abolido” (apud Cowley 2003, p. 31). Como afirmou Andrew Pearse, houve uma completa mudança de tom em relação ao carnaval, passando de uma “untuosa autocongratulação” das elites brancas do período anterior à Abolição para uma “expectativa apreensiva de desgosto temperada pela condescendência em caso de desapontamento” (Pearse 1956, p. 183–84). Essa postura da imprensa se manteria ao longo de todo século XIX.

Nos anos 1840, as autoridades buscam aumentar o controle sobre o carnaval e limitam a festa a dois dias, proibem o uso de máscaras nas ruas fora desse período. A intensificação da repressão sobre as práticas carnavalescas negras está estreitamente vinculada a um projeto mais profundo da colonização inglesa: enfraquecer o domínio político, econômico e cultural de grupos católicos, descendentes de franceses e espanhóis que compunham uma parcela importante da elite colonial de Trinidad desde o final do século XVIII.

Essas preocupações dialogam com as transformações sociais pelas quais a sociedade passava naquele momento. Os anos seguintes à abolição trouxeram consigo inúmeras mudanças nas relações de trabalho e na demografia da colônia, com impacto especial para a cidade de Port-of-Spain.

Como demonstrou Eric Foner, após 1838, por todo Caribe Inglês onde havia terra disponível – especialmente na Jamaica, em Trinidad e na Guiana Inglesa – o fracasso dos fazendeiros foi completo em sua tentativa de “intimidar os libertos para que permanecessem como uma força de trabalho dócil”. Nessas áreas houve “uma deserção quase total das propriedades” (Foner, 1998. p. 41). Na Jamaica a emergência do campesinato negro foi mais impactante, gerando a queda dramática na produção de açúcar e o aumento significativo na produção de alimentos produzidos pelos camponeses negros (Foner 1988; Holt 1992, p. 115–176).

Caso parecido com o de Trinidad que, com sua entrada tardia na indústria açucareira caribenha, apresentava uma quantidade ainda grande de terra disponível para plantação e após 1838 surgem muitas aldeias camponesas (Foner 1988, p. 42). Nos anos 1830 e 1840, a produção de açúcar diminuiu e aumentaram as tensões entre fazendeiros e libertos (San Miguel 2011, p. 128–29). Nas palavras de Foner:

O conflito entre o desejo dos libertos de autonomia e a demanda dos fazendeiros por uma força de trabalho disciplinada uniu a história das sociedades caribenhas no pós-emancipação. Em toda parte, os fazendeiros encaravam as aldeias camponesas como um desafio ao seu controle da mão-de-obra e como a causa de uma pressão inexorável que aumentava o salário dos remanescentes. Mas apenas em poucos casos eles foram inteiramente capazes de evitar seu surgimento (Foner 1988, p. 43).

Buscando viver e trabalhar “sob circunstâncias de sua própria escolha” (Foner 1988, p. 44), os libertos não se restringiram à produção de subsistência, e em alguns contextos forneceram produtos para o mercado interno e de exportação. No caso de Trinidad, a produção de cana-de-açúcar dos camponeses negros foi elevada, assim como um grande número de terras era cultivada com cacau (Foner 1988, p. 43; San Miguel 2011, p. 129–30). De acordo com Foner,

a maior parte das propriedades não foi adquirida por posse, mas por compra, com fundos laboriosamente acumulados do trabalho assalariado ou da venda de mercadorias, frequentemente através de associações cooperativas informais, sociedades de amigos e grupos religiosos. [Mas que obviamente esses camponeses estiveram] à mercê de condições climáticas, do mercado mundial e de autoridades políticas hostis, impedindo a possibilidade de um avanço econômico substancial (Foner 1988, p. 43–44).

Nesse contexto de redefinição e batalhas em torno dos sentidos da liberdade e das relações de trabalho e poder, os fazendeiros, visando aumentar o controle e pressionar o mercado de trabalho, iniciaram uma intensa política de importação de trabalhadores contratados vindos de variadas regiões do mundo. A imigração tornou-se elemento constituinte da vida da colônia de Trinidad. Entre 1844 e 1881 a população de imigrantes ficou sempre entre 41% e 46% do total da população (Liverpool 2001, p. 254).

Com apoio das autoridades coloniais, foi possível importar para o Caribe de colonização britânica mais de meio milhão de trabalhadores indianos, chamados de *Coolies*, entre 1838 e 1917. A Guiana Britânica recebeu em torno de 240 mil trabalhadores, enquanto Trinidad aportou 144 mil deles (Samaroo 2011, p. 248). Essa política de imigração visava manter os salários de toda a sociedade caribenha baixo. Tal situação, como afirma Foner, não seria possível sem a consolidação no Imperialismo britânico no século XIX e a ampla

aceitação de ideias racistas sobre as populações tropicais ‘e sua relutância em trabalhar’ (Foner 1988, p. 47). Chineses e portugueses (das ilhas da Madeira, Cabo Verde e Açores) também desembarcaram em Trinidad, porém em menor escala (Samaroo 2011, 224; p. 234–40).

Os trabalhadores indianos em Trinidad assim que chegavam eram encaminhados para *plantations* sob contrato mínimo de cinco anos. Diferentemente da população afro-americana oriunda da experiência da diáspora e da escravidão, os indianos conseguiram manter um grau elevado de coesão e evitaram ao máximo o contato com outros grupos - o que fortalecia a política colonial britânica que se empenhava em manter tais grupos distantes. Através da manutenção de algumas instituições e de práticas endogâmicas puderam permanecer com sua identidade cultural e tradições mais fortalecidas, sem vivenciar um processo de criouliização acentuado, tão característico nas experiências afro-americanas. Para as autoridades coloniais e para os fazendeiros essa seria uma vantagem, visto que diminuía a possibilidade de alianças com os negros. A tensão entre indianos e negros acabou, portanto, sendo uma marca da sociedade de Trinidad no século XIX. Tanto por essa segregação cultural quanto pelo fato de a imigração de indianos garantir a pressão sobre os salários na ilha (Samaroo 2011, p. 248–53; Clarke 2011, p. 271). Entretanto, as tensões e rivalidades entre esses grupos estiveram menos presentes na cidade de Port-of-Spain até o início do século XX. Isso se explica pelo fato de os imigrantes indianos terem vivido e desenvolvido suas comunidades nas áreas de plantation, e sua presença nas áreas mais urbanizadas ter aumentado apenas no período posterior a virada do século.

Essa característica ajuda a compreender o caráter majoritariamente negro das populações de trabalhadores urbanos em Port-of-Spain, capital da colônia, ao longo de todo o século XIX. Essa presença maciça de sujeitos negros, entretanto, não deve nos levar a compreender essas experiências urbanas de forma homogênea. Milhares de caribenhos negros viram a ilha de Trinidad como possibilidade de uma vida melhor e migraram ao longo do século XIX. Segundo Liverpool, no ano de 1848, Trinidad recebeu 22.015 imigrantes, sendo 11.339 das ilhas das Índias Ocidentais britânicas, 3.990 africanos e 4.359 Indianos (Liverpool, 2001, p. 254). A grande maioria dos imigrantes caribenhos, diferentemente dos trabalhadores indianos, que logo eram levados para as plantations, se estabeleceu nas cidades de San Fernando e na capital Port-of-Spain. Conseguiram, em muitos casos, dominar atividades urbanas, como o caso dos Barbadianos negros que se destacaram como membros da força policial (Clarke 2011, p. 272; Liverpool 2001, p. 255).

As intensas transformações sociais experimentadas no Pós-Abolição de Trinidad também impactaram nas formas de mobilização negra, nos embates, diálogos, negociações e enfrentamentos entre a população negra, as autoridades coloniais, os imigrantes das variadas regiões do mundo e as elites locais anglófonas – mais ligadas as forças metropolitanas – e francófonas – descendentes dos proprietários de terra e escravos do período anterior à conquista inglesa.⁸

Aqui é importante uma pequena digressão sobre os termos utilizados em Trinidad para caracterizar os grupos sociais. Segundo Bridget Brereton, em estudo minucioso sobre as relações raciais em Trinidad entre 1870 e 1900, os trinidadenses coevos conviviam em uma “sociedade Crioula incluindo pessoas de descendência africana e europeia, e todos aqueles de origem mestiça [*mixed descent*], porém excluindo imigrantes asiáticos e do oriente médio.” Assim, para esta autora,

A sociedade Crioula nas Índias Ocidentais, portanto, envolvia duas tradições culturais, a africana e a Europeia. Pressupunha um situação colonial, uma sociedade multirracial, e pluralismo cultural em maiores ou menores graus. Como o segmento europeu era o dominante, as formas da vida institucional se basearam em modelos europeus, embora muitos deles divergiram daqueles modelos, e as tradições africanas receberam baixo prestígio em comparação com aqueles derivados da Europa (Brereton 2002, p. 2).

Mesmo com a grande imigração de indianos, formando um quarto da população em 1870, esse grupo permaneceu à margem da sociedade Crioula até o século XX.

Essa sociedade Crioula é composta de “pessoas de cor” [*coloured*] – “indivíduo de ascendência mestiça de europeu e africano, provavelmente de compleição clara” –; negro [*black*] – “pessoa de ascendência africana sem misturas ou predominantemente africana, de compleição negra” –; africano – usado apenas para pessoas nascidas na África. Nesse contexto de finais do século XIX, Crioulo [*Creole*] significava pessoa nascida em Trinidad de ascendência europeia e africana, sendo esse o sentido quando usada sem adjetivos. Mas também encontramos *White creole*, *French Creole*. Esse último termo merece uma explicação mais detalhada. Nas palavras de Brereton, o termo *creole* em Trinidad possuía diversos significados e precisam ser entendidos.

⁸ Com o avançar do século XIX, a língua inglesa passa a se tornar hegemônica. Por ser a língua oficial e pela implementação de um sistema pública de educação básica, a partir de 1860 o uso do francês se torna cada vez mais reduzido. Entre a população negra, o uso do *patois* crioulo ainda é encontrado até finais do século XIX, entretanto no início do século XX já se encontram os primeiros calypsos escritos e cantados em inglês. (PEARSE, 1956).

Uma pessoa de ascendência europeia, normalmente francesa, mas também espanhola, irlandesa, inglesa, italiana e mesmo alemã, que nasceu na ilha e que se considera e é considerado pelos outros um membro do grupo crioulo. Ele pode possivelmente ter ancestrais de ascendência africana, mas para ser aceito como um membro desse grupo, ele teria que ser reconhecido como de descendência ‘branca pura’. (...) O termo ‘crioulo inglês’ significa uma pessoa nascida em Trinidad com ascendência inglesa, com nenhum reconhecimento de ancestrais não-brancos (Brereton 2002, p.3).

As nuances e complexidades das relações cotidianas desses múltiplos sujeitos negros terão lugar também nos carnavais. Portanto, haviam diferentes possibilidades e sentidos das múltiplas identidades raciais em Port-of-Spain.

Cannes Brulées, Canboulay, performance negra

O *Canboulay*, por todo período pós-abolição no século XIX, era uma das mais representativas práticas da população negra urbana de Port-of-Spain. O termo é uma expressão crioula a partir da expressão francesa *Cannes Brulées* [Cana queimada]. Quando algum incêndio começava em uma fazenda, grupos de escravos, chamados de *négres jardin* [escravos do eito], de diferentes propriedades eram convocados para colher a cana-de-açúcar antes que fosse consumida pelo fogo e controlar o incêndio. Liderados por feitores [*slave-drivers*] com chicotes, o trabalho desses grupos era iluminado por tochas e marcado pelo ritmo de tambores e por cantos de trabalho. O *Cannes Brulées* também estaria associado ao uso do fogo para controlar infestações de roedores e usado como método para facilitar a colheita da cana – prática bastante comum nas plantações de cana de açúcar no Brasil.⁹

Até a década de 1830, a *plantocracia* branca francófona da ilha encenava nos carnavais da cidade uma paródia das práticas dos escravizados. Pintados de tinta preta, zombavam dos valores e padrões estéticos e também do fenótipo. Essa performance racista era chamada de *Cannes Brulées*.

Segundo carta enviada ao *Trinidad Chronicle*, em 1881, o Canboulay havia sido encenado ainda nos tempos da escravidão “por muitos membros das classes médias e em muitos casos das classes mais altas”; as mulheres se vestiam de “mulatas” e os homens de “*négre jardin*”; visitavam as casas mais importantes da cidade com o objetivo de se divertir e divertir os demais, “de um modo inofensivo”, e que tudo era feito para “gerar risadas”. “Era uma burlesca engraçada, e os performers eram pessoas respeitáveis.” (“*The Origin of the Canboulay and the old way of playing it*”, *Trinidad Chronicle*, 16/03/1881, p. 3. Ver também “*The Origin of Canne Boulee*”, *Port-of-Spain Gazette*, 26/03/1881. P1). Essa leitura

⁹ Para maiores informações sobre o Canboulay ver Cowley, 2003 e Brasil, 2016b.

nostálgica do *Cannes Brulées*, foi bastante comum na década de 1880, quando o *Canboulay* já havia se consolidado como uma das principais formas de brincar o carnaval entre a população negra da cidade.

O *Canboulay* dos negros de Port-of-Spain, entretanto, se constituiu a partir de inúmeras tradições negras da ilha, não apenas a partir da paródia da elite branca – como parte da historiografia defende (Elder, 1998; Crowley, 1956). É possível propor que a formação do *Canboulay* negro entre as décadas de 1830 e 1850 foi produto da fusão de inúmeras tradições, refletindo as transformações sociais da ilha após a Abolição. Já em 1838, ano da abolição definitiva da escravidão em Trinidad, após o fim do período do Aprendizado, jornalistas compreendiam, ainda que de forma limitada, o carnaval através de um conjunto de práticas associadas à África e seus descendentes. Nas palavras de um autor sob o pseudônimo *Authority*, encontramos a seguinte descrição no *Port-of-Spain Gazette* sobre o carnaval de 1838 – ainda antes da abolição definitiva ser aprovada em 01 de agosto daquele ano:

Nós não vamos nos debruçar sobre todas as cenas nojentas e indecentes encenadas em nossas ruas – nós não vamos dizer quantos de nós vimos num estado tão próximo da nudez, [capaz de] enraivecer a decência e chocar a modéstia – nós não vamos descrever particularmente a prática africana de carregar a figura de uma mulher num andor, o qual foi seguido por centenas de negros gritando um música selvagem da Guiné, (lamentamos dizer que nove décimos dessas pessoas eram crioulas) – nós não vamos descrever a luta feroz entre ‘Damas’ e ‘Waterloos’ que resultou desses préstitos – mas nós vamos dizer que de uma vez a prática de manter o carnaval, permitindo às classes baixas da sociedade correrem pelas ruas da cidade em fantasias miseráveis, pertence a outros tempos e deve ser abolida.

Centenas de negros gritando uma música selvagem de Guiné; carregando uma alegoria de mulher num pálio, num “costume africano”; com poucas roupas, beirando a nudez. Esses grupos seriam formados por “nove décimos” de crioulos – negros nascidos na ilha, sem contato direto com a África. O texto conclui pedindo a abolição do carnaval e associando diretamente “classes baixas” com negros. Essa associação de classe e raça estará presente ao longo de todo período estudado. Visto que a sociedade de Trinidad possuía um elevadíssimo número de negros em sua composição e um reduzido número de brancos formando as elites econômicas, é recorrente encontrarmos nas fontes a aproximação entre classe e raça, onde classes baixas correspondem a negros e classes altas a brancos. Grupos de classe média negra, intelectuais, indivíduos que ascenderam socialmente através da educação ou outros meios, serão sempre retratados como as exceções desse modelo.

Na imagem a seguir, de 1836, podemos ver um casal de negros conversando numa “manhã de domingo na cidade” [Port-of-Spain, provavelmente], numa gravura de Richard

Bridgens, viajante que passou sete anos nas Índias Ocidentais na década de 1820. As roupas e adereços – aparentemente de inspiração francesa – contrastam com a simplicidade do jovem escravo que carrega uma cadeira e os observa com atenção. Essa distinção entre negros livres, muitos deles com melhores posições sociais e os escravizados marcaria as relações sociais de Trinidad ao longo do século XIX.



Figura 2. Domingo na cidade. BRIDGENS, Richard., *West India scenery with illustrations of Negro character, the process of making sugar, &c. from sketches taken during a voyage to and residence of seven years in, the island of Trinidad.*, London: R. Jennings, 1836. Plate 15.

No carnaval também percebemos essa tensão. Ao longo do século XIX, os membros desse grupo de pessoas de cor livre [*free coloured people*] buscaram se afastar dos estereótipos e práticas dos escravizados; com o fim da escravidão se empenharam em manter distância dos negros livres pobres e seus comportamentos e práticas sociais e culturais. O carnaval das ruas de Port-of-Spain, representante mais pungente das performances negras de matriz africana, foi rejeitado tanto pelas elites coloniais brancas quanto pela camada da população de ascendência africana, historicamente próxima das tradições francesas. Essa estratégia foi comum em diversas áreas com histórico colonial e escravista. As elites crioulas de Luanda e os membros da imprensa negra paulista, em contextos tão variados, buscaram cada qual a sua maneira se afastar de comportamentos, referências e performances culturais que os aproximassem dos escravizados, seu passado, e das representações correntes sobre África como continente atrasado e primitivo. A incorporação de valores da branquitude europeia foi meta e estratégias para muitos membros desses grupos de negros que

compunham uma classe média urbana em busca de melhores posições na sociedade e como caminho para aliviarem o peso das experiências racistas (Sobre Luanda ver Dias 1984, e sobre São Paulo ver Pires, 2006).

Em Trinidad, tais grupos médios negros só iriam se interessar e participar dos carnavais nas ruas com afinco a partir da virada do século XIX para o XX, num processo de ampliação das bases sociais da festa – um processo histórico que não cabe nos limites desse artigo (Sobre a participação de setores médios negros no carnaval a partir de 1900 ver Powrie, 1956). Contudo, no período aqui estudado, o carnaval das ruas esteve circunscrito às camadas mais pobres, de trabalhadores urbanos, formados pela população negra, ex-escravizada e seus descendentes diretos na maioria.

Um dos homens negros que, através da educação, conseguiu conquistar posições de destaque na sociedade trinitária, foi Lewis Osborn Inniss. Memorialista importante para o estudo das culturas populares da ilha, especialmente as tradições negras, Inniss nasceu na Guiana em 1848 e chegou em Trinidad em 1852. Foi um dos mais prolixos autores dos anos 1890, produzindo textos sobre gramática crioula, folclore, contos e carnaval (Cudjoe 2003, p. 328). Ele descreveu o *Canboulay* de antes de 1858 da seguinte forma:

À meia-noite do domingo de carnaval, o sopro de cornetas ou garrafas vazias [...] foi o aviso para a reunião dos grupos, *Belmond, Corbeux Town, Dry River, Dernier Point*, etc. etc. Liderados pelos seus campeões que manejavam os cacetes [*hallé baton*] com destreza, com um grande tambor [*tambour*] e uma coleção de chocalhos para dar a música, tochas feitas de madeira resinosa para dar luz, marcharam pelas ruas gritando canções obscenas. A cidade estava numa escuridão total [...]. Quando eles chegavam a algum local conveniente, o tocador de tambor colocava seu instrumento no chão e sentando-se nele começava a tocar o tambor, as mulheres que carregavam os chocalhos faziam vigorosos acompanhamentos enquanto a multidão dançava *Corlindas*, as mulheres cantavam *Bel-airs* e os homens lutavam com cacetes [*hallé baton*] (Inniss, 1932, pp. 12-13).

Segundo ele, o *Canboulay* era praticado por grupos fundados a partir de determinadas regiões da cidade – *Belmont, Dry River* – e seus préstitos eram anunciados pelo toque de cornetas. Tambores e chocalhos [*shaq-shaqs*] faziam o acompanhamento musical, tochas eram carregadas, iluminando as ruas. As mulheres cantavam o coro enquanto os homens dançavam e lutavam usando os *sticks* [cacetes]. Nessa performance também era comum a presença de negros acorrentados, outras bradando chicotes, em clara alegoria dos tempos do cativo.

Em 1847, um viajante inglês de nome Charles Wiliam Day observou o carnaval na cidade de Port-of-Spain. Sua descrição aponta para uma festa muito plural, tanto nas formas

quanto nos seus sujeitos sociais. Em seu texto, marcado do olhar preconceituoso e “civilizador” dos protestantes europeus, a rua é o palco tanto para membros da elite branca quanto para descendentes de indígenas das colônias espanholas se divertirem. Porém, também reflete como esse palco estava sendo conquistado e reinventado pela população negra da cidade.

Os mascarados desfilavam nas ruas em grupos de dez a vinte, ocasionalmente juntando forças em procissão. Os primitivos eram negros, quase tão nus quanto se deve, borrados com verniz preto. Um dos membros dos grupos tinha uma longa corrente e cadeado preso à sua perna, a qual os outros puxavam. O que isso tipificava, eu era incapaz de apreender; porém, como o acorrentado era ocasionalmente jogado ao chão, e tratado com uma bastonada simulada, provavelmente representava a escravidão. Cada mascarado estava armado com um robusto cajado, de modo que superavam o número de policiais na proporção de dois para um, se a ocasião se apresentasse. Grupos de mulheres negras dançavam pelas ruas, cada *clique* distinto por corpetes da mesma cor. Todos os negros, homens e mulheres, vestiam uma máscara branca cor de carne, seus cabelos de lã [*woolly hair*] cuidadosamente oculto por lenços; isso, contrastando com os seios e braços negros, era engraçado ao extremo. Aquelas senhoras que miram na civilização superior, vestidas de sapatos e meias, invariavelmente vestiam suas extremidades pedais em meias de seda rosa e sapatos infantis azuis, brancos e amarelos [...] Para os homens, o personagem predominante era o *Polichinelo*; [Assim como] Piratas, corsários turcos, *Highlanders*, índios da América do Sul, mortes. [...] Reparei que onde quer que uma máscara negra aparecesse, era certo ser um homem branco (Day 1852, p. 313–15).

Nessa descrição ainda estão presentes foliões brancos com rosto pintado de preto, uma grande multiplicidade de fantasias e práticas. Mas também aponta para representações da escravidão e a paródia da vida da elite branca em performances de homens e mulheres negras, menos de uma década após a abolição definitiva da escravidão na colônia. Esse momento inicial Pós-Abolição já mostrava o carnaval como um espaço de confluência de diversas práticas culturais que iriam formar o chamado carnaval *Jamette*,¹⁰ que encontraria seu auge nas décadas de 1860 e 1870 na cidade de Port-of-Spain: formação de grupos desfilando pelas ruas, corpos pintados de preto, correntes em volta das cinturas, a presença dos cacetes, das fantasias zombando a “civilização superior”, mesclados com personagens dos carnavais europeus, tochas, tambores e desafios verbais.

Os sujeitos criadores dessa performance negra, diretamente associada tanto ao passado escravista e sua memória, quanto à experiência social urbana pós-abolição, eram negros e negras, moradores das *Barracks* da capital da colônia:

¹⁰ Termo que teria origem na palavra francesa *diametre*. Representava a população “a baixo do diâmetro da respeitabilidade” (Brasil, 2016a, p. especialmente parte 3)

A população mais pobre da cidade, moradora das chamadas *Barrack*– grandes casarões, com pátio interno, onde os cômodos eram divididos entre várias famílias, numa configuração semelhante aos cortiços do Rio de Janeiro do mesmo período –, entre as décadas de 1840 e 1870, desenvolveu e ampliou os grupos de *Canboulay*, constituindo-se como uma das principais estratégias de formação de identidades e como uma das centrais características dos carnavais da cidade. Os sujeitos responsáveis pela criação e manutenção desses grupos eram homens e mulheres negros trabalhadores urbanos, jovens, vivendo em difíceis condições de vida, disputando empregos, água, amores, prestígio com os demais grupos de outras *Barrack Yards* (Brasil, 2016b, p.53).

Portanto, o *Canboulay* dos carnavais Pós-Abolição apresentava uma série de práticas e tradições negras que remontavam a memórias da África e do cativo, mais do que apenas uma atualização da sátira realizada pelas elites francófonas anteriormente. Como afirmou Cowley,

Acompanhado pelo som de tambores e pelo canto e lamento dos participantes, esse acentuado lembrete da escravidão era quase certamente muito próximo da realidade do passado para o conforto de uma culpada (e temerosa) *plantocracia*. Aqueles que haviam previamente parodiado o *Canboulay* quando o carnaval era sua prerrogativa (Cowley 1992, p. 220).

Mas também estava diretamente associada às batalhas, disputas e alianças construídas no cotidiano urbano. Por conseguinte, ocupar as ruas da capital nos dias de Carnaval representava uma oportunidade de representação pública de críticas ao passado escravista e às práticas racistas encampadas pelas elites coloniais no presente.

Portanto, após esse percurso entre os anos iniciais da ocupação britânica da ilha até as primeiras décadas do Pós-Abolição, podemos chegar a algumas conclusões. Primeiro, já havia mobilizações negras antes do ato abolindo a escravidão em 1834. Mesmo que essa mobilização fosse muito mais recente do que em outras regiões do Atlântico, pois o tráfico de escravos irá se intensificar apenas entre 1797 e 1805, percebemos que a população negra – escrava, liberta e livre – criou formas de se organizar e estar presente no período festivo que se iniciava com o Natal e se estendia até o Carnaval. Segundo, o carnaval, mesmo com predominância das elites francófonas, teve participação negra nos anos 1830, gerando a reação das autoridades coloniais, que buscaram estabelecer formas de controle. Terceiro, a abolição da escravidão foi um marco importante também para a história do carnaval, visto que se intensifica a participação negra na festa, catalisa práticas festivas que lembravam do tempo do cativo, das lutas pela liberdade e de memórias da África.

A realização de uma história social da cultura nos mostrou que tais elementos identitários estiveram presentes nas disputas por emprego, moradia, melhores condições de vida e nas batalhas constantes por direitos e por espaços de autonomia para homens e mulheres negras da ilha de Trinidad e de todo o Caribe que para lá migraram. As

performances que são criadas nos carnavais do Pós-abolição dialogam com nexos culturais e sociais muito profundos, calcados no processo de abolição da escravidão e nas experiências negras no Pós-Abolição.

Referências Bibliográficas

BECKLES, H. *Natural Rebels: A Social History of Enslaved Black Women in Barbados*, Rutgers University Press, 1989a.

BECKLES, H. and SHEPHERD, V. *Saving Souls: The Struggle to End the Transatlantic Trade in Africans*, Ian Randle Publishers, 2007b.

BORDE, P.-G.-L. *Histoire de l'île de la Trinidad sous le gouvernement espagnol*, Paris, Maisonneuve, 1876.

BRASIL, Eric. 'Carnavais Atlânticos: Cidadania e Cultura Negra no pós-abolição do Rio de Janeiro, Brasil e Porto de Espanha, Trinidad (1838-1920). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2016a.

BRASIL, Eric. 'Carnaval como direito: A Revolta Canboulay de 1881, em Porto de Espanha, Trinidad.' *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, 0/0, pp.48–77, 2016b.

BRASIL, Eric. 'Cucumbis Carnavalescos: Áfricas, carnaval e abolição (Rio de Janeiro, década de 1880)'. *Afro-Ásia*, /49, pp.273–312, 2014.

BRERETON, B. *A History of Modern Trinidad: 1783-1962*, Portsmouth, Heinemann, 1981.

BRERETON, B. *Race Relations in Colonial Trinidad 1870-1900*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

BRIDGENS, R. *West India scenery with illustrations of Negro character, the process of making sugar, &c. from sketches taken during a voyage to and residence of seven years in, the island of Trinidad.*, London, R. Jennings, 1836.

CLARKE, C. 'Demographic Change and Population Movement' in K. O. Laurence (ed.), *General History of the Caribbean, Vol IV: The long Nineteenth Century: Nineteenth Century Transformations*. Paris; Londres, UNESCO; Macmillian Educational, pp. 259–282, 2011.

COWLEY, J. 'Music & migration: aspects of black music in the British Caribbean, the United States, and Britain, before the independence of Jamaica and Trinidad & Tobago' Tese de Doutorado, 1992.

- COWLEY, J. *Carnival, Canboulay and Calypso: Traditions in the Making*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003.
- CROWLEY, D. J. 'The Traditional Masques of Carnival'. *Caribbean Quarterly*, 4/3, pp.194–223, 1956.
- CUDJOE, S. R. *Beyond Boundaries: The Intellectual Tradition of Trinidad and Tobago in the Nineteenth Century*, Wellesley, Massachusetts, University of Massachusetts Press, 2003.
- DAY, C. W. *Five Years' Residence in the West Indies - Vol I*, Londres, Colburn and co, 1852.
- DIAS, J. 'Uma questao de identidade: respostas intelectuais as transformações economicas no seio da elite Crioula da Angola Portuguesa entre 1870 e 1930'. *Revista internacional de estudos Africanos*, /1, pp.61–94, 1984.
- DRESCHER, S. *Abolition: A History of Slavery and Antislavery*, Cambridge University Press, 2009.
- DRESCHER, S. *Abolição: Uma história da escravidão e do antiescravismo*, São Paulo, Editora UNESP, 2011.
- ELDER, J. D. 'Cannes Brûlées'. *TDR (1988-)*, 42/3, pp.38-43 CR-Copyright © 1998 The MIT Press, 1998.
- FERGUS, C. "'Dread of Insurrection": Abolitionism, Security, and Labor in Britain's West Indian Colonies, 1760-1823'. *The William and Mary Quarterly*, 66/4, pp.757-780, 2009.
- FERGUS, C. *Revolutionary Emancipation: Slavery and Abolitionism in the British West Indies*, Louisiana, Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2013.
- FONER, E. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- FRASER, L. M. *History of Trinidad.*, Port-of-Spain, G.P.O, 1896.
- HANDBOOK OF TRINIDAD AND TOBAGO.*, Port-of-Spain, Government of Trinidad and Tobago, 1924.
- HOLT, T. C. *The Problem of Freedom: Race, Labor, and Politics in Jamaica and Britain, 1832-1938*, JHU Press, 1992.
- INNISS, Lewis O. Carnival in the Old Days (From 1858), *Beacon*, Vol.1, No.12, April 1932, pp. 12-13
- LIVERPOOL, H. C. *Rituals of Power and Rebellion: The Carnival Tradition in Trinidad and Tobago, 1763-1962*, Chicago, Research Associates School Times, 2001.
- LÓPEZ. Rafael Brea. Santiago de Cuba: Carnaval y guerras de independencia (Siglo XIX). *Batey. Revista Cubana de Antropología Sociocultural*. Vol. III, Nº 3, 2013. pp. 98-113

- LOVELACE, E. 'The Emancipation-Jouvay Tradition and the Almost Loss of Pan'. *TDR* (1988-), 42/3, pp.54–60, 1998.
- MATTHEWS, G. 'Trinidad: A Model Colony for British Slave Trade Abolition'. *Parliamentary History*, 26/4S, pp.84–96, 2007.
- MATTHEWS, G. *Caribbean Slave Revolts and the British Abolitionist Movement*, Louisiana State University Press, 2006.
- MEITCHELL, R. 'Significando: carnaval afro-creole em New Orleans do século XIX e início do XX' in M. C. P. Cunha (ed.), *Carnavais e outras F(R)estas. Ensaio de história social da cultura*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, pp. 41–70, 2002.
- MOORE, R. D. *Nationalizing Blackness: Afro-Cubanismo and Artistic Revolution in Havana, 1920–1940*, Pittsburgh, Pa, University of Pittsburgh Press, 1997.
- NEPOMUCENO, N. (Bebel) 'Festas negras do ciclo natalino no século XIX na América do Sul e no Caribe'. *Revista Latino-Americana de Estudos Avançados*, 1/1, pp.101–117, 2016.
- PEARSE, A. 'Carnival in Nineteenth Century Trinidad'. *Caribbean Quarterly*, 4/3, pp.175–193, 1956a.
- PEARSE, A. 'Education in the British Caribbean: social and economic background'. *Vox Guyanae*, 2/1, pp.9-24, 1956b.
- PIRES, A. L. C. S. *Imprensa negra paulista e as associações dos homens de cor: política e cultura no Brasil republicano (1915-1945)*, Belo Horizonte, Fundação Universidade Federal do Tocantins, 2006.
- POWRIE, B. E. 'The Changing Attitude of the Coloured Middle Class Towards Carnival'. *Caribbean Quarterly*, 4/3/4, pp.224-232, 1956.
- SAMAROO, B. 'The imigrant Communities' in K. O. Laurence (ed.), *General History of the Caribbean, Vol IV: The long Nineteenth Century: Nineteenth Century Transformations*. Paris; Londres, UNESCO; Macmillan Educational, pp. 223–258, 2011.
- SAN MIGUEL, P. 'Economic activities other than sugar' in K. O. Laurence (ed.), *General History of the Caribbean, Vol IV: The long Nineteenth Century: Nineteenth Century Transformations*. Paris; Londres, UNESCO; Macmillan Educational, pp. 104–133, 2011.
- WILLIAMS, E. *History of the people of Trinidad & Tobago*, New York, Praeger, 1964.
- WOODING, H. O. B. 'The Constitutional History of Trinidad and Tobago'. *Caribbean Quarterly*, 6/2/3, pp.143-159, 1960
- YELVINGTON, K. A., Sainton, J.-P., Hector, M., and Casimir, J. 'Caribbean Social Structure in the Nineteenth Century' in K. O. Laurence (ed.), *General History of the Caribbean, Vol IV:*

The long Nineteenth Century: Nineteenth Century Transformations. Paris; Londres, UNESCO; Macmillian Educational, pp. 283–333, 2011.

Abolição e carnaval: performance e experiência social negra em Trinidad (cc. 1790-1850)

Resumo: Esse artigo pretende analisar as relações entre o processo de abolição da escravidão em Trinidad e as formas de mobilização social e performances carnavalescas de homens e mulheres negras entre o início da ocupação britânica da ilha até as primeiras décadas pós-abolição (cc. 1790-1850). Para tanto, o texto está dividido em três tópicos: no primeiro, iremos analisamos as formas de participação de homens e mulheres negras durante a vigência do regime escravista na ilha, assim como as tentativas coloniais de repressão e controle e os argumentos da imprensa local na construção do mito do carnaval branco, ordeiro e civilizado (sic); em seguida, buscamos investigar os impactos demográficos, nas relações de trabalho e nas tensões sociais após 1834; por fim, focamos a análise na formação do Canboulay negro entre as décadas de 1830 e 1850, propondo uma reflexão sobre seus sentidos políticos num contexto de liberdade. A pesquisa utilizou um conjunto amplo de fontes primárias arquivadas na *British Library* e no *National Archives* em Londres, Inglaterra; obras de memorialistas, folcloristas e a produção historiográfica.

Palavras-chave: Carnaval, Abolição da Escravidão, Caribe, Trinidad, Performance negra

Abolition and Carnival: Black performance and social experience in Trinidad (cc. 1790-1850)

Abstract: This article aims to analyze the relationship between the process of abolishing slavery in Trinidad and the forms of social mobilization and carnival performances of black men and women between the beginning of the British occupation of the island and the first decades after the abolition (c.1790-1850). Therefore, the text is divided into three topics: in the first one, we will analyze the forms of participation of black men and women during the last decades of slavery on the island, as well as the colonial attempts of repression and control and the arguments of the local press in the construction of the myth of a white, orderly and civilized carnival (sic); then we seek to investigate demographic impacts, work relationships, and social tensions after 1834; finally, we focused the analysis on the formation of black Canboulay between the 1830s and 1850s, proposing a reflection on his political meanings in a context of freedom. The research used a wide array of primary sources filed at the British Library and the National Archives in London, England, and works of memorialists, folklorists, and historiographical production.

Key-words: Carnival, Abolition of Slavery, Caribbean, Trinidad, Black Performance

Abolición y carnaval: performance y experiencia social negra en Trinidad (cc 1790-1850)

Resumen: Este artículo pretende analizar las relaciones entre el proceso de abolición de la esclavitud en Trinidad y las formas de movilización social y performances carnavalescas de hombres y mujeres negras entre el inicio de la ocupación británica de la isla hasta las primeras décadas post-abolición (cc. 1790-1850). Para ello, el texto está dividido en tres tópicos: en el primero, examinaremos las formas de participación de hombres y mujeres negras durante la vigencia del régimen esclavista en la isla, así como los intentos coloniales de represión y control y los argumentos de la prensa local en la construcción del mito del carnaval blanco, ordenado y civilizado (sic); A continuación, buscamos investigar los impactos demográficos, las relaciones de trabajo y las tensiones sociales después de 1834; por fin, enfocamos el análisis en la formación del Canboulay negro entre las décadas de 1830 y 1850, proponiendo una reflexión sobre sus sentidos políticos en un contexto de libertad. La investigación utilizó un conjunto amplio de fuentes primarias archivadas en la British Library y en el National Archives en Londres, Inglaterra; obras de memorialistas, folcloristas y la producción historiográfica.

Palavras-chave: Carnaval, Abolición de la Esclavitud, Caribe, Trinidad, Performance Negra

Outras Epistemologias para os Estudos de Gênero: feminismos, interseccionalidade e divisão sexual do trabalho em debate a partir da América Latina

Recebido: 06-07-2018

Aprovado: 13-12-2018

Débora Machado¹
Maria Luisa Walter Costa²
Delia Dutra³

Introdução

As desigualdades sociais, presentes em todos os países do mundo, ganham especificidades quando analisadas desde uma perspectiva de gênero e interseccional. Mesmo com inegáveis avanços nas últimas décadas, as mulheres continuam a enfrentar múltiplas opressões, que se intensificam conforme sua raça, etnia, origem, sexualidade e classe. Basta ver que o relatório do Fundo de População das Nações Unidas, divulgado em 2017, aponta para o fato de que as mulheres têm mais chance de ficar desempregadas que os homens; ganham 23% a menos, em média, do que os homens; estão entre a maioria dos analfabetos do mundo; e estão suscetíveis a diversos tipos de violência, tendo em vista que a maior parte dos países analisados sequer tem normativas para tratar do tema (UNFPA, 2017).

Nesse contexto de desigualdades, o pensamento feminista ganha destaque por evidenciar as injustiças sofridas pelas mulheres ao redor do globo e por lhes fornecer elementos que lhes permitam iniciar um caminho de desconstrução de uma lógica masculina dominante. A partir disso, o escopo deste trabalho consiste em elaborar uma

¹Socióloga. Mestranda em Ciências Sociais no PPG-ECsA do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília. Pesquisadora do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero (GREIG/ELA/UnB). Bolsista CAPES. debora.fpm@gmail.com

²Cientista Política. Mestranda em Ciências Sociais no PPG-ECsA do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília. Pesquisadora do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero (GREIG/ELA/UnB). Bolsista CAPES. mluizawc@gmail.com

³Doutora em Sociologia. Pesquisadora Colaboradora Plena e Bolsista PNPd/CAPES no Programa de Estudos Comparados sobre as Américas, (ELA, Universidade de Brasília). Coordenadora do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero (GREIG/ELA/UnB). deliadutra@gmail.com

discussão teórico-metodológica sobre os feminismos, com foco particular sobre o feminismo decolonial e a perspectiva da interseccionalidade.

Compreendendo que o feminismo decolonial e a interseccionalidade, enquanto paradigma político e teórico, são fundamentais para entender as diversas posições que ocupam as mulheres na sociedade, elencamos a questão da divisão sexual do trabalho para refletir, de forma prática, a articulação de múltiplas diferenças, como raça e classe social, que conectadas entre si produzem desigualdades.

Sem pretensão de esgotar o tema, elaboramos nossas contribuições por meio de revisão bibliográfica, identificando, avaliando e sintetizando evidências relevantes sobre o tema. A atividade consistiu em selecionar informações que forneçam entendimento às perguntas norteadoras do trabalho: quais são as possibilidades e desafios teóricos, metodológicos e práticos do conceito de interseccionalidade? E ainda, quais as implicações desse conceito no marco teórico da divisão sexual do trabalho?

Dessa forma, o presente artigo visa discutir algumas das contribuições epistemológicas do feminismo decolonial para os estudos de gênero, com foco no conceito de interseccionalidade⁴. A primeira parte do artigo tratará do histórico do feminismo como movimento organizado para, em seguida, abordar a crítica ao feminismo tradicional na segunda seção do artigo. O terceiro tópico retoma os trabalhos de María Lugones e Diana Correal de forma a relacionar o feminismo decolonial com o conceito de interseccionalidade; em seguida serão evidenciadas as principais contribuições do conceito da interseccionalidade, discutindo, inclusive, suas implicações no marco teórico da divisão sexual do trabalho. Em uma quarta parte serão expostas algumas das críticas em relação à interseccionalidade, destacando limites na utilização metodológica do conceito; por fim serão apresentadas as considerações finais do trabalho.

Construindo pensamentos e práticas feministas: perspectiva histórica

Na leitura de textos feministas, é comum depararmos com menções ao “feminismo de primeira onda”, “segunda onda feminista” ou “terceira onda do

⁴ A seleção de textos utilizadas para tal discussão não tem a pretensão de ser exaustiva ou de esgotar o debate sobre a interseccionalidade. Este artigo explora as potencialidades e os desafios do conceito, e suas implicações no marco teórico da divisão sexual do trabalho.

feminismo”. As expressões marcam um momento histórico relevante para o florescimento político e acadêmico de diversas pautas e agendas de mulheres.

Tampouco uma visão em etapas, a expressão “ondas” identifica momentos históricos com demandas de mulheres feministas que viveram em seu tempo, um movimento que “vai e vem”; mesmo que tenha acontecido, suas contribuições permanecem até os dias de hoje.

Assim, o feminismo como movimento organizado surge a partir do final do século XIX e início do século XX, fato que dá início a primeira onda do feminismo⁵.

A primeira onda é caracterizada pela luta pelo direito ao trabalho e direitos políticos, fortemente marcada pelos ideais construídos a partir da Revolução Francesa. A ideia que pautava a luta das mulheres era de indivíduos dotados de direitos (ALONSO; DÍAZ, 2012). No entanto, o movimento foi desenhado sob uma perspectiva específica (ainda que se pretendesse “universal”): a perspectiva das mulheres brancas, burguesas e heterossexuais. A reivindicação ao direito ao trabalho, por exemplo, evidenciava a distância entre mulheres brancas e negras no feminismo liberal.

Enquanto as mulheres brancas reivindicavam sua presença no espaço público, as mulheres negras lutavam pela abolição da escravatura. O papel de Sojourner Truth é emblemático na percepção de que mulheres negras feministas existiam desde a primeira onda, e justamente por serem negras, analisavam sua condição sob o aspecto do racismo. Em 1852, partindo de uma cultura oral própria, Sojourner criticou o processo abolicionista nos Estados Unidos, visto que o movimento feminista branco alcançava o direito ao voto e ao trabalho, enquanto as pessoas negras permaneciam em situação de exclusão (FONSECA, 2016).

Tendo em vista que a retórica do feminismo de primeira onda se iniciou com o intuito de lutar por direitos civis e políticos das mulheres, tem-se um forte cunho liberal em seu surgimento, e é por isso que autoras socialistas, decoloniais e do feminismo negro costumam identificar o feminismo tradicional com o liberalismo e a modernidade (COLLINS, 2002; CORREAL, 2014; FONSECA, 2016; LUGONES 2011; SANTOS; NÓBREGA, 2004).

Afinal, ao apontar que a desigualdade entre homens e mulheres se dá, simplesmente, pela falta da igualdade de direitos, o feminismo tradicional deixa de lado

⁵ É importante ressaltar, porém, que há um vasto histórico de resistências de mulheres ao longo dos séculos. As resistências, no entanto, não estavam organizadas em grupos.

variáveis fundamentais como classe social, raça, etnia e sexualidade (COLLINS, 2002; CORREAL, 2014; CRENSHAW, 2002; LUGONES 2011; PISCITELLI, 2008).

Questões relacionadas à divisão de classes só viriam com o feminismo socialista, que aponta que a exploração da mulher está intrinsecamente relacionada à exploração econômica. Tal vertente se fortaleceu sobretudo através da segunda onda do feminismo, entre as décadas de 1960 e 1980 (SANTOS; NÓBREGA, 2004).

Também conhecido como feminismo radical, essa “onda” emergiu em meio a um contexto social, político, cultural e econômico em ebulição: guerras e revoluções, rebeliões, etc. A contribuição desta perspectiva consiste na luta e crítica sobre a pobreza e a exploração capitalista que incluem mulheres e homens através das políticas econômicas neoliberais (ALONSO; DÍAZ, 2012).

As feministas de segunda onda, em termos teóricos, questionavam por que as mulheres são oprimidas, e o que todas elas têm em comum que justifique a situação desigual perante aos homens?

Nesse sentido, as feministas de segunda onda apontaram que, apesar da diferença entre todas as mulheres, a opressão com base no sexo é algo que reverbera em todas. Portanto, o feminismo radical se assenta no conceito de patriarcado. Não busca a igualdade com os homens, e sim a abolição da dominação masculina e suas formas de definição, produção e concepção de conhecimento. Além do mais, levanta, de distintas maneiras, o direito a diferença e trouxe para a arena temas como: o corpo, a sexualidade, o direito a decidir sobre a maternidade, identidade sexual (ALONSO; DÍAZ, 2012)⁶.

No entanto, essa corrente tem seus limites no reducionismo da variável econômica, já que outros fatores não são tão relevantes nas análises das feministas socialistas (SANTOS; NÓBREGA, 2004). Nesse sentido, há que se ressaltar outras vertentes, como o feminismo negro nos Estados Unidos a partir da década de 1960, e o feminismo decolonial, estruturado como conceito por autoras latino-americanas, mais

⁶ A distinção entre sexo e gênero perpassa ao movimento feminista de segunda onda. No âmbito acadêmico, o objeto dos estudos sociais de gênero constitui-se progressivamente no final dos anos 70 e desde lá tem sido produzido uma variedade de investigações com participação de filólogas, cientistas feministas das áreas de natureza, sociais e humanidades. O processo de institucionalização nas universidades foi multivariado (através de ensinamentos, equipes de pesquisa, redes, coleções de obras, revistas). No livro “Gênero nas Ciências Sociais” relata-se que os estudos de gênero na França inseriram-se em programas universitários das Ciências Sociais. O que foi diferente nos países anglófonos, que construiu departamentos interdisciplinares do tipo Women’s Studies ou Gender Studies. Ver mais em: CHABAUD-RYCHTER, Danielle; DESCOUTURES, Virginie; DEVREUX, Anne-Marie (Ed.). O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. Editora Unesp, 2014.

recentemente, a partir do século XXI (COLLINS, 2002; CORREAL, 2014; LUGONES 2011). Tais movimentos visam questionar a homogeneização do “ser mulher”, inserindo novas categorias, assentadas na transversalidade, para analisar as opressões sofridas.

Esses feminismos, por sua vez, tiveram como fonte o feminismo de terceira onda que entende que as diferenças existentes entre as mulheres (de classe, etnia, raça, sexualidade), apesar das contingências, são constitutivas de suas identidades, experiências de vida e situações de opressão. Assim, a contribuição do feminismo de terceira onda consiste em reconhecer as diferentes identidades e experiências de mulheres. Deste modo, a preocupação com as diferenças intragênero (ou seja, entre as próprias mulheres), problematiza a universalidade do termo “mulher”, as concepções e significados fixos e binários.

Valendo-se desse movimento histórico, o feminismo decolonial considera que múltiplas estruturas de opressão operam em articulação à desigualdade de gênero. Desta forma, faz-se necessário, a partir da interseccionalidade, entender como as variáveis de raça, classe, etnia, sexualidade e geopolítica estão inseridas em um sistema em que homens brancos e burgueses estão no comando. Ainda, ressalta-se o questionamento que o feminismo decolonial faz em relação à colonialidade, que inferioriza as mulheres negras e indígenas.

A perspectiva histórica descrita, contudo, está localizada em categorias feministas desenvolvidas nos contextos sociais e políticos estadunidense e europeus. Nesse sentido, essas categorias, de fato, nos permitem pensar a situação de opressão das diferentes mulheres negras, indígenas, migrantes, racializadas da América Latina?

Construindo Feminismos: crítica decolonial ao feminismo tradicional

Sob diferentes perspectivas teóricas, feministas têm apontado a exclusão histórica, teórica e prática das mulheres não brancas nas lutas empenhadas pelas mulheres. As teóricas decoloniais, como é o foco deste trabalho, balizam que o sujeito encarnado pelo feminismo tradicional não é qualquer sujeito, e sim a mulher branca, que, a despeito das opressões que sofre, também se beneficia de um mundo operado pela lógica colonial e racial.

O feminismo decolonial é um projeto político e teórico que desafia as práticas imperialistas e colonizadoras do passado e do presente (MENDONZA, 2015). No bojo de suas formulações, faz-se necessário compreender que o giro decolonial

contemporâneo no mundo acadêmico foi liderada por estudiosos latino-americanos e caribenhos associados ao Grupo Modernidade/Colonialidade que ofereceram uma reinterpretação das relações capitalistas ao afirmar que a raça é central nessa estrutura de acumulação. De forma geral, o grupo argumenta que a modernidade e o capitalismo são resultados históricos do colonialismo.

Ou seja, apesar da independência dos poderes coloniais na América Latina e Caribe, as instituições políticas, a racionalidade científica, a estrutura de pensamento, e as hierarquias raciais e étnicas e de gênero do período colonial permanecem, reatualizadas, até os dias de hoje. Por isso, a modernidade deve ser analisada dialeticamente com a colonialidade.

O eixo do grupo pode ser definido por “uma reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos” (ESCOBAR, 2003, p.53).

O giro decolonial é a marca política, epistêmica e teórica desse programa de investigação que oferece contribuição na compreensão das lógicas de dominação e colonização da América Latina em diversas esferas: nas relações geopolíticas, de raça, gênero, sexualidade. Ao mesmo tempo, se propõe a traçar estratégias de pensamento (não hierárquicas e não binárias) que superem a colonialidade das relações de poder estabelecidas. Como explica Castro-Gómez e Grosfoguel:

O conceito de ‘decolonialidade’ [...] resulta útil para transcender a suposição de certos discursos acadêmicos e políticos, segundo o qual, com o fim das administrações coloniais e a formação dos Estados-nação na periferia, vivemos agora em um mundo descolonizado e pós-colonial. Nós partimos, ao contrário, do pressuposto de que a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, assim como a hierarquização étnico-racial das populações, formada durante vários séculos de expansão colonial europeia, não se transformou significativamente com o fim do colonialismo e a formação dos Estados-nação na periferia (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007, p. 13)

Sob essa perspectiva, a colonialidade consiste na negação da existência de outros mundos e cosmovisões. A colonialidade é constitutiva da modernidade, pois ela só se tornou possível através das lógicas de dominação, opressão e exclusão do “outro” fundadas pelo poder colonial. Com o objetivo de analisar as dimensões culturais, econômicas, políticas e sociais da lógica moderna/colonial, o conceito de colonialidade do poder é central.

Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de “raça”. Essa ideia e a classificação social e baseada nela (ou

“racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder. (QUIJANO, 2002, p4)

Contudo, a análise de gênero ocupa um espaço liminar na teoria decolonial. Maria Lugones, por exemplo, expõe que a concepção de gênero dos teóricos decoloniais está presa no determinismo biológico, pressupondo um dimorfismo sexual. A autora crítica Quijano por naturalizar a heteronormatividade e por conservar uma visão eurocêntrica sobre os gêneros, pois como argumenta Lugones, “*o gênero não existia como princípio organizador do poder nas sociedades indígenas antes do processo de colonização*” (MENDONZA *apud* LUGONES, 2015, p.19 – tradução nossa)

As apreciações, por sua vez, iluminam o fato de que o feminismo decolonial propõe uma revisão crítica das estruturas de dominação do conhecimento e do poder. No entanto, trata-se de um espaço aberto, de diálogo e revisão contínua. Reúne pessoas e epistemologias que não necessariamente se intitulam feministas ou decoloniais, mas que estão em questionamento e oposição a uma razão imperial racista (ESPINOSA, 2014).

O feminismo decolonial advém de várias tradições: não só do saber acadêmico reconhecido, o pensamento social latino-americano, como também se nutre dos conhecimentos populares e comunitários para elaborar um saber crítico e traçar estratégias para a emancipação das mulheres, sexualidades e gêneros.

A partir das contribuições do grupo modernidade/colonialidade este feminismo se apoia na ideia de interseccionalidade para enfocar como as questões de poder e dominação (raça, gênero, classe e sexualidade) se implicam mutuamente e operam de maneira estrutural. Trata-se, portanto, das implicações entre colonialidade de poder e gênero (LUGONES, 2011), que permitem revisar as teorias do feminismo ocidental universalista, a ideia de um patriarcado universal, assim como explicar como a colonização introduziu o sistema de gênero capitalista eurocentrado colonial.

Em função desse contexto, é relevante discutir as contribuições epistemológicas de Maria Lugones e Diana Correal para os estudos de gênero com foco no conceito de interseccionalidade, dada a centralidade dessa noção no pensamento das feministas decoloniais.

Feminismo Decolonial e Interseccionalidade: um debate a partir de María Lugones e Diana Correal

Duas autoras que trabalham o feminismo decolonial são María Lugones, pensadora argentina, e Diana Correal, colombiana. Alguns pontos convergem entre os trabalhos das autoras, como a necessidade de questionar os universalismos inerentes ao feminismo tradicional, e a importância da interseccionalidade para bem compreender as diferentes posições que as mulheres ocupam na sociedade.

Segundo Correal, foi a partir do discurso moderno ilustrado que o feminismo pode alçar-se politicamente, ainda que várias histórias de resistência de mulheres possam ser evocadas em distintos momentos. A modernidade Ilustrada considera o sujeito como universal e defende que a sociedade moderna ocidental é o modelo a ser seguido para se chegar ao progresso (CORREAL, 2014).

Na modernidade ilustrada, universalidade e igualdade são conceitos que formam um modelo único de sociedade. Esse pensamento justifica a ideia de que o progresso é linear e racional (CORREAL, 2014). Assim, foi a partir da bandeira da “igualdade”, que as mulheres do Norte global reivindicaram seus direitos frente à sobreposição social dos homens. Nesse sentido, o feminismo tradicional nasce a partir da realidade dessas mulheres, especificamente.

É importante dizer que a universalidade do sujeito moderno era pensada a partir de um tipo de vivência: a dos homens brancos, burgueses e heterossexuais. Um dos preceitos fundamentais para entender a modernidade é a sua lógica categorial e dicotômica (LUGONES, 2011). Assim, a modernidade foi pensada hierarquicamente, conforme as características do sujeito (que de universal, nada tinha). Esse sistema hierárquico era organizado, em primeiro lugar, pela divisão racial: os brancos, tanto homens quanto mulheres, estavam acima de negros e indígenas. Ademais, a hierarquia seguia com divisões de classe, de sexo e de origem nacional.

Em contraposição a esse pensamento, surge o projeto decolonial⁷, que considera várias subjetividades e busca romper epistemologicamente com o projeto moderno

⁷ Nesse âmbito, é importante ressaltar o conceito de colonialidade do poder, cunhado por Quijano em 1989. A contribuição do termo está em reconhecer que as relações coloniais de dependência e subordinação estão presentes mesmo com o fim do colonialismo formal. Além disso, pode-se falar em colonialidade em diferentes dimensões, como a do poder, do saber e do ser, discutidas por Mignolo e Maldonado-Torres (MALDONADO-TORRES *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 100). Acrescenta-se, ainda, a colonialidade de gênero, ou seja, a existência de um sistema moderno/colonial eurocêntrico de gênero

colonial. Mesmo que marcado por diversidades quanto à agenda, tal projeto objetiva, por exemplo, reconhecer novas formas de organizar a economia e de se relacionar com a natureza, considerando a interculturalidade e a espiritualidade. Ainda dentro do projeto decolonial pode-se considerar o feminismo decolonial, já que este também critica construções universais baseadas na visão de mundo ocidental (CORREAL, 2014).

Correal (2014) argumenta que o feminismo focou na discussão sobre o patriarcado e deixou de lado dimensões importantes como a colonialidade e a hegemonia da perspectiva da mulher branca. Ademais, a autora alerta para o fato de que o feminismo muitas vezes reproduziu o projeto totalizador da modernidade. Correal conclui que a América Latina apresenta enorme diversidade e visões alternativas de mundo, e que isso pode se contrapor ao projeto de modernidade hegemônico. Assim, é fundamental que o feminismo parta dessa perspectiva.

Tanto o patriarcado quanto a modernidade/colonialidade devem ser discutidos na agenda do feminismo decolonial. O patriarcado não deve ser considerado universalmente, segundo Lugones. Além disso, não há que se falar em mulher como sujeito universal. Há diferenças de raça, gênero, classe e sexualidade que devem ser levadas em consideração. Correal escreve que: “o feminismo se focalizou em contestar a ideia da mulher como frágil, débil de corpo e mente, restrita à esfera privada e sexualmente passiva, sem discutir que essas eram características das [...] brancas burguesas” (2014, p. 257, tradução nossa).

Outro exemplo da dicotomização do mundo feita pelo projeto moderno, assentada no cristianismo e em seu maniqueísmo, foi pensar a mulher europeia como casta, pura e cristã; e a mulher negra e indígena como selvagem, impura, e com a sexualidade latente (LUGONES, 2011).

Há que se considerar, porém, que o “ser mulher” tem muitos significados e representações, além de que as mulheres possuem cosmovisões específicas conforme o contexto em que estão inseridas. Daí deriva a importância do conceito de interseccionalidade para as análises que discutam feminismos⁸ e gênero. Em se tratando das mulheres latino-americanas, faz-se necessário compreender que a posição das

que ignora categorias de raça, classe, sexualidade em sua constituição (LUGONES, 2011). O projeto decolonial se insere justamente na tentativa de ruptura desses sistemas de opressão.

⁸ Aqui, pela primeira vez, falamos em feminismos no plural. Afinal, é preciso combater o universalismo inerente ao feminismo tradicional hegemônico, e considerar as manifestações feministas, que lutam pela igualdade de gênero, nas suas mais diversas particularidades.

mulheres negras e indígenas é muito distinta daquela ocupada pelas mulheres brancas, com descendência europeia.

Inclusive, um dos questionamentos de vários movimentos de mulheres é se a bandeira do feminismo deve ser erguida por mulheres subalternizadas e invisibilizadas pelo próprio feminismo tradicional. Alguns movimentos de mulheres preferem não se identificar com o feminismo justamente por seu contexto de surgimento que desconsidera a realidade de outras mulheres que não as europeias e norte-americanas. No entanto, na visão de Lugones (2011), o feminismo, além de nos mostrar a opressão, é uma forma de nos ensinar como não sucumbir a ela. Assim, a autora prefere continuar a utilizar o termo feminismo, porém reformulado a partir da perspectiva das mulheres latino-americanas.

Defensora do feminismo decolonial, Lugones escreve que “se mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atômicas, separáveis, então sua intercessão nos mostra a ausência das mulheres negras em vez de sua presença” (LUGONES, 2011, p. 106, tradução nossa). Assim, ao ter em mente a interseccionalidade, é possível questionar a lógica categorial moderna estanque, que classifica o indivíduo em vários grupos definidos, permitindo, assim, dar mais fluidez às análises de gênero.

Interseccionalidade: suas origens e principais contribuições

A perspectiva da interseccionalidade surge por volta da década de 1980 influenciada pelos escritos críticos que questionavam os pressupostos do pensamento feminista tradicional, como a distinção entre sexo e gênero. A divisão sexo/gênero formulava a existência de uma base biológica, e, com efeito, a humanidade se separava de forma fixa entre dois sexos e dois gêneros diferentes entre si, atribuindo universalidade a essa distinção.

Nos estudos críticos a noção corrente do pensamento feminista sobre o patriarcado é problematizada, particularmente o caráter transhistórico deste conceito⁹. Desta forma, questiona-se a universalização das relações de dominação masculina, das relações de poder presentes no paradigma ocidental das relações de gênero.

⁹ Sobre a noção de patriarcado, vale destacar que há diferentes formas de concebê-lo. De acordo com o feminismo radical, o patriarcado é um sistema de opressão que implica na realidade separada entre mulheres e homens. A perspectiva socialista, por sua vez, pensa o patriarcado como uma dimensão histórica, que varia ao longo do tempo, e relacionada a uma base material, ou seja, aos modos de produção e reprodução do capitalismo (ALONSO&DÍAZ, 2012; PISCITELLI, 2008).

Aproximando-se das abordagens desconstrutivistas, as autoras do pensamento crítico feminista passaram a trabalhar com a noção pulverizada de poder, valorizando a linguagem e o discurso como práticas relacionais, e compreendendo a produção de conhecimento como um ato de poder (PISCITELLI, 2008).

Diante deste contexto, a interseccionalidade surge como uma proposta teórico-metodológica para compreender as relações sociais de poder e os contextos em que se produzem as desigualdades sociais entre mulheres e homens, considerando as diferentes classificações sociais historicamente situadas (CRENSHAW, 2002; PISCITELLI, 2008; MAGLIANO, 2015).

As preocupações em torno da interseccionalidade foram iniciadas pelo movimento de feministas negras nos Estados Unidos. No esforço de desconstrução das categorias “mulheres” e “negras” emergiu-se a necessidade de refletir sobre os processos de produção e reprodução de desigualdades sociais, sendo as mulheres de cor o objeto de estudo daquele grupo¹⁰.

Influenciada por este contexto, Kimberlé Crenshaw (2002) cunhou o conceito de interseccionalidade¹¹ com o intuito de problematizar a concepção de gênero como uma dimensão entre outras no complexo de relações sociais e políticas – embora as mulheres estejam sujeitas a discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores associados a identidades sociais (como raça, classe, etnia, religião, idade) são diferenças que fazem a diferença na forma pela qual vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação.

As interseccionalidades são formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação que criam desigualdades básicas e estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras¹².

¹⁰ O trabalho pioneiro de Patricia Hill Collins (2002), por exemplo, se concentra nas dimensões entre gênero e raça para pensar as múltiplas desigualdades e formas de opressão que enfrentam as mulheres negras nos Estados Unidos. Sua contribuição consiste em encarar a raça, a etnicidade e o gênero como dimensões socialmente construídas e organizadoras do sistema social.

¹¹ A reflexão sobre interseccionalidade pode ser remetida a um histórico anterior, sendo iniciada por Sojourner Truth em seu discurso na Convenção dos Direitos das Mulheres em Akron em 1852. Partindo de uma cultura oral própria, Sojourner Truth criticou o processo abolicionista nos Estados Unidos, visto que o movimento feminista branco alcançava o direito ao voto, enquanto as pessoas negras permaneciam em situação de exclusão (FONSECA, 2016).

¹² Ressalta-se que o conceito foi sendo construído com uso de diferentes termos ao longo do tempo (“simultaneidade”, “matriz de dominação”, “categorias de articulação”, entre outras), representando, assim, a coexistência de distintas leituras e abordagens (PISCITELLI, 2008; MAGLIANO, 2015), e a influência da literatura pós-modernista e dos movimentos de mulheres indígenas e chicanas (ALONSO; DÍAZ, 2012).

Utilizando uma metáfora de intersecção, [...] os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam (CRENSHAW, 2002, p.177)

A proposta da noção de interseccionalidade é oferecer ferramentas analíticas para compreender a articulação entre múltiplas diferenças e desigualdades. As contribuições desta elaboração teórica podem ser sintetizadas em três aspectos fundamentais (MAGLIANO, 2015, p.695).

O primeiro deles é que a interseccionalidade desafia o modelo hegemônico de mulher universal. Em segundo lugar, considera-se que gênero, etnicidade, raça, classe, entre outras classificações, operam em múltiplos níveis da vida social. Desta forma, a interseccionalidade trata não só de identidades individuais, como também das relações materiais de desigualdade.

Por fim, reflete que a produção de conhecimento deve considerar as posições e classificações sociais de maneira relacional, o que implica em um esforço de não reduzir as experiências dos sujeitos de investigação em uma só categoria. Essa potencialidade se expressa nas investigações que relacionam a questão da divisão sexual do trabalho com categorias de articulação como gênero, raça e classe social.

Interseccionalidade e seus Desafios Metodológicos

A centralidade que tem adquirido a perspectiva teórica da interseccionalidade vem acompanhada de uma série de questionamentos sobre como operacionalizar, metodologicamente, as argumentações propostas pelo conceito. Dificuldade esta que surge no momento de analisar empiricamente as formas em que a simultaneidade de classificações sociais opera em determinados grupos sociais. Diante desta problemática, uma crítica à interseccionalidade é a carência de discussões sobre como aplicá-la na *práxis*.

Em particular, critica-se a distância entre estratégias metodológicas e as práticas de investigação sustentadas por essa perspectiva: embora a perspectiva interseccional afirme que uma pessoa não enfrenta lógicas de exclusão de forma aditiva, e sim pela interseção de diversos eixos de subordinação, “metodologicamente as pesquisas

continuam replicando a mesma abordagem que criticam” (MAGLIANO, 2015, p.697, tradução nossa).

Diante dos desafios de utilização do conceito, é importante destacar o risco de assumir como dadas as categorias de classificação social que identificam as lógicas de opressão e desigualdade. Como comenta Crenshaw (2002), por exemplo, raça e etnia podem não ser marcadores constantes em todo o mundo. Nesse sentido, ao invés de abordagens homogêneas, torna-se necessário realizar análises contextuais, pois as categorias de análise interseccionais têm contexto histórico específico, ou seja, não existe uma única forma de interseccionalidade, e sim várias, a depender do grupo e seu contexto social, cultural e político (CRENSHAW, 2002; MAGLIANO, 2015). As categorias interseccionais, portanto, devem ser pensadas como processos fluidos e dinâmicos.

Contudo, surge a pergunta: qual é o objeto de análise desta perspectiva teórica? Conforme ressalta Magliano (2015), existem dois posicionamentos relevantes sobre esta questão. O mais significativo deles advoga pelo foco nas posições particulares daqueles que cotidianamente enfrentam a opressão e a exclusão. O objeto de análise, segundo esta corrente de abordagem, é a pessoa ou o grupo oprimido, sob o qual recaem lógicas de dominação e desigualdade.

A segunda corrente, por sua vez, considera que a interseccionalidade faz referência a todas as posições do sujeito, as quais são fundamentalmente construídas pelo gênero, raça, classe, sexualidade, entre outras. No entanto, ambas as abordagens provocam dúvida sobre o aparente número ilimitado de categorias interseccionais a serem analisadas em termos teóricos e metodológicos. Sobre este aspecto, as pesquisadoras e pesquisadores devem se atentar para o fato de que existem situações históricas específicas que influenciam a relevância de determinadas classificações em relação a outras na estrutura social. E, para perceber esses contextos, é preciso se colocar em posição de abertura em relação ao campo que se estuda.

Outro ponto em discussão sobre a perspectiva da interseccionalidade é a tensão entre as identidades sociais e a estrutura social que emerge da interseccionalidade. A leitura recorrente sobre interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) destaca o impacto da estrutura social, pois as categorias gênero, raça e classe são pensadas como sistemas de dominação e opressão que necessariamente determinam identidades. Contudo, os marcadores sociais da diferença determinam por si só a desigualdade?

Alinhadas a uma leitura sistêmica, algumas pesquisadoras resolvem essa questão afirmando que qualquer análise sobre a desigualdade social deve considerar os indivíduos e as estruturas, pois estas não estão desprovidas de classificações sociais. As leis, a política, a religião, o Estado-nação, e o mercado de trabalho, por exemplo, são constituídos pelo gênero, raça, etnia, classe social, etc. Assim, sob esta perspectiva, há uma certa complementariedade entre identidade e estrutura (MAGLIANO, 2015).

Por outro lado, há uma leitura construcionista que não enxerga os marcadores sociais como formas limitantes de classificação. As categorias gênero, raça, classe em sua simultaneidade podem oferecer recursos que possibilitam a ação, pois a diferença nem sempre é marcadora de hierarquia e opressão. Portanto, questiona-se o fato de as categorias gênero, raça e classe serem pensadas como sistemas de dominação e opressão que necessariamente determinam identidades (PISCITELLI, 2008).

O profícuo debate sobre as noções de diferença e desigualdade também está relacionado à interpretação dada a ideia de “poder” que, de modo geral, tem Foucault como referência. Conforme apresentado por Piscitelli (2008), o enfoque sistêmico da interseccionalidade deixa de lado a dimensão produtiva do poder: ele não só reprime como também produz sujeitos. Além do mais, é preciso considerar que as relações de poder se alteram constantemente e são marcadas por conflitos e resistências.

Por isso, a crítica desta vertente é de que, na abordagem sistêmica, a interseccionalidade está “voltada a revelar o poder unilateral das representações sociais e as consequências materiais e simbólicas para os grupos atingidos pelos sistemas de subordinação” (PISCITELLI, 2008, p.268). Ou seja, os sujeitos são constituídos por sistemas de dominação carentes de agência.

Os desafios que apresenta a perspectiva da interseccionalidade, contudo, não invalidam suas contribuições. Como argumenta Magliano (2015), esses “problemas” são como caminhos abertos que se traduzem em desafios às pesquisadoras e pesquisadores, uma vez que nos levam a refletir sobre os traçados teóricos e metodológicos possíveis para compreender as variadas experiências de desigualdade e resistência dos mais diversos grupos sociais.

Colocando em prática: análise interseccional sobre a divisão sexual do trabalho na América Latina

O conceito “divisão sexual do trabalho” foi criado há cerca de 40 anos, na França, ainda que já houvesse alguns trabalhos esparsos anteriores que versassem sobre

o tema. Inicialmente, o conceito nasceu de um questionamento acerca do trabalho doméstico, que era invisibilizado, e não era considerado propriamente como trabalho. Ainda, cabia às mulheres executá-lo por uma questão de dever moral. Com o tempo, o trabalho doméstico passou a ser considerado como trabalho profissional por essa literatura (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Hirata e Kergoat defendem que a divisão sexual do trabalho está intimamente ligada às relações sociais entre os sexos. Nesse sentido, esse sistema “tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc)” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Apesar de o conceito surgir em um contexto europeu, foi disseminado para várias áreas, e utilizado, também, para entender realidades além da Europa. Na América Latina, 90% do trabalho doméstico é feito por mulheres, além de que, das mulheres ocupadas, 15% exercem trabalho doméstico (OIT, 2013). A região tem a maior taxa de trabalho doméstico do mundo, o que revela a importância de se discutir o tema.

Além disso, é fundamental considerar que a divisão sexual de trabalho é também racial. No Brasil, por exemplo, “entre 2004 e 2011, a proporção de mulheres negras ocupadas nos serviços domésticos no país cresceu de 56,9% para 61,0%, ao passo que entre as mulheres não negras observou-se uma redução de 4,1% pontos percentuais, com a participação correspondendo a 39,0%, em 2011” (DIEESE, 2013, p. 6). Quando se observa o Distrito Federal, Unidade Federativa que abriga a capital do país, observa-se que 80% dos trabalhadores domésticos da região de 2006 a 2016 era de mulheres negras (BRASIL, 2016).

Nesse sentido, a divisão sexual de trabalho deve ser analisada, também, a partir de uma lógica transversal e interseccional. Não é possível fazer análises de gênero sob esse prisma que desconsiderem as variáveis de raça e classe. Afinal, mesmo que a divisão sexual do trabalho incida sobre as mulheres brancas - através, por exemplo, dos trabalhos relativos ao cuidado com os filhos e pessoas idosas da família - há que se considerar que estas têm o acesso ao mercado de trabalho qualificado facilitado pelo trabalho doméstico remunerado exercido pelas mulheres negras e indígenas.

Em conclusão, é essa, fundamentalmente, a contribuição teórica e epistemológica que o feminismo decolonial - que busca romper com o universalismo centrado em apenas um modelo de sujeito - e a interseccionalidade - que dá mais fluidez

às categorias dicotômicas modernas - têm a dar para análises que discutem divisão sexual do trabalho.

Considerações finais

Embora os posicionamentos feministas possam ser muito distintos, há pontos em consenso. O primeiro deles é que o gênero, em interação com outras categorias como raça, etnia, idade, sexualidade, é um organizador da vida social. O segundo aspecto em concordância é a necessidade de mudança dessas estruturas sociais que produzem e reproduzem desigualdades, principalmente na luta pelos direitos humanos das mulheres e demais grupos historicamente marginalizados dos processos de tomada de decisão e produção do conhecimento.

Desta maneira, ao utilizar as lentes de gênero para ler o mundo, nos deparamos com diversas interpretações e teorias. Ou seja, não existe um pensamento único feminista. Contudo, foi construído socialmente um pensamento feminista hegemônico que tem como característica a perspectiva branca, burguesa e eurocentrada. Em relação à perspectiva tradicional hegemônica, o feminismo decolonial evidencia a histórica exclusão das mulheres não-brancas nas lutas pela liberdade e igualdade da “mulher”. A mulher, neste caso, pensada como sujeita universal.

Sobre este aspecto, cabe destacar a experiência da América Latina e Caribe, pois as marcas do colonialismo abrem possibilidades de crítica ao feminismo branco, heterossexual e etnocêntrico. Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade propõe para as ciências sociais e humanas uma análise sobre as diferentes formas de opressão e das formas em que a “ferida colonial” se encarna nos corpos situados historicamente em processos particulares e locais.

Portanto, o movimento epistemológico tem sido de abandono da investigação de um só ponto de vista e vai em uma direção mais plural. Ancorado na ideia de interseccionalidade, o pensamento feminista decolonial, aqui discutido através das contribuições de Lugones (2011) e Correal (2014), tem revisado as teorias do feminismo ocidental universalista.

Ademais, as autoras argumentam que colonização introduziu o sistema de gênero capitalista eurocentrado colonial. Desta forma, as categorias gênero e raça separados não conseguem explicar a violência contra mulheres negras, tampouco as opressões sofridas por mulheres camponesas e indígenas no contexto do capitalismo global, pois o

capitalismo não é apenas um sistema de exploração de classe. Ele surge simultaneamente como um sistema marcado pelo gênero e pela raça (LUGONES, 2011). Questões que se articulam com o tema do trabalho doméstico e a divisão sexual do trabalho.

Neste artigo argumentamos que a divisão sexual de trabalho deve ser analisada a partir de uma lógica transversal e interseccional. Não é possível fazer análises de gênero sob esse prisma que desconsiderem as variáveis de raça e classe. No entanto, é importante observar as potencialidades e os limites teórico-metodológicos da interseccionalidade. Esta nos abre a possibilidade de elaborar categorias analíticas num diálogo permanente entre o teórico e o empírico, justamente para evitar a interpretação da realidade tomando de antemão teorias e categorias previamente homologadas pelo saber científico.

Por esse motivo, é preciso deixar-se surpreender com a realidade e ampliar o olhar interpretativo, levando em consideração a perspectiva interseccionada de opressões e resistências que variam de acordo com o grupo, contexto social, cultural e político.

Referências

ALONSO, Graciela; DÍAZ, Raúl.. Reflexiones acerca de los aportes de las epistemologías feministas y decoloniales para pensar la investigación social. *Debates Urgentes–Dossier: Pensamiento crítico y cambio*, v. 1, n. 1, pp. 75-97, 2012.

BALLESTRIN, Luciana.. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, pp.89-117, 2013.

BARROSO, J. M.. Feminismo decolonial: una ruptura con la visión hegemónica eurocéntrica, racista y burguesa. Entrevista con Yuderkys Espinosa Miñoso. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales (III)*, pp. 22 – 33, 2014. Disponível em: <http://iberoamericasocial.com/feminismo-decolonial-una-ruptura-con-la-vision-hegemonica-eurocentrica-racista-yburguesa>.

BLAZQUEZ-GRAF, Norma.. Epistemología feminista: temas centrales, en: Blázquez, N., Flores, F., & Ríos, M. (coord.), *Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales*. México, UNAM pp. 21-38, 2012.

BRASIL.. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), *PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego*, 2016. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/component/content/article/261-pesquisas-socioeconomicas/258-ped.html>. Acesso em nov. de 2017.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. (Eds.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

COLLINS, Patricia Hill.. Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. Routledge, New York, pp.251-271, 2002.

CORREAL, Diana Marcela Gómez.. Feminismo y modernidad/colonialidad: entre retos de mundos posibles y otras palabras, en: Y. E. Miñoso, D. G. Correal, K. O. Muñoz (eds.), *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Colombia, Universidad de Cauca, pp 353-369, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé.. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v.10, n.1, 2002, pp. 171-189.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.. O emprego doméstico no Brasil. *Estudos e pesquisas*, n. 68, 2013, pp. 1-27. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>. Acesso em nov. 2017.

ESCOBAR, Arturo.. “Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latino-americano”. *Tábula Rasa*, n.1, 2003, p. 58-86. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600104>>

FONSECA, Livia Gimenes Dias da.. Despatriarcalizar e decolonizar o estado brasileiro: um olhar pelas políticas públicas para mulheres indígenas. Tese (Doutorado em Direito), Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

G1 Mundo.. Situação de desigualdade das mulheres ameaça desenvolvimento mundial, conclui relatório da ONU, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/situacao-de-desigualdade-das-mulheres-ameaca-desenvolvimento-mundial-conclui-relatorio-da-onu.ghtml>. Acesso em nov. de 2017.

HARDING, Sandra.. “Rethinking Standpoint Epistemology: What is ‘strong objectivity’?”, in S. Harding (ed.), *The Feminist Standpoint Theory Reader. Intellectual and Political Controversies*. Routledge, New York, 2004, pp. 127-140.

HIRATA, Helena; KERGOART, Danièle.. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n.132, 2007, pp. 595-609.

LUGONES, María.. Hacia un feminismo descolonial. *La manzana de la discordia*, v.6, n.2, 2011, pp.105-119.

MAGLIANO, María José.. Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. *Revista Estudos Feministas*, v.23, n.3, 2015, pp.691-712.

MENDONZA, Breny. Coloniality of Gender and Power: From Postcoloniality to Decoloniality. *Oxford Handbooks Online*, 2015. Disponível em: <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199328581.001.0001/oxfordhb-9780199328581-e-6>

OIT, Organização Internacional do Trabalho. Quase 20 milhões de pessoas realizam trabalho doméstico remunerado na América Latina, 2013. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/quase-20-milhoes-de-pessoas-realizam-trabalho-domestico-remunerado-na-america-latina>. Acesso em dez. de 2017.

PISCITELLI, Adriana.. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e cultura*, v. 11, n. 2, 2008, pp.263-274.

QUIJANO, Aníbal.. “Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia”. *Novos Rumos*. Ano 17. n. 37, 2002. p. 4-28.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis, Ed. Mulheres, 1998, pp. 25-37.

SANTOS, Elisabete; NÓBREGA, Lígia.. Ensaio sobre o feminismo marxista socialista. *Revista de humanidades*, v. 05, n. 11, jul./set, 2004. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme>. Acesso em jul. de 2018.

Outras epistemologias para os estudos de gênero: feminismos, interseccionalidade e divisão sexual do trabalho em debate a partir da América Latina

Resumo

Desde a sua primeira onda, o movimento feminista surge como proposta para combater as desigualdades entre homens e mulheres, objetivando desconstruir a lógica masculina dominante. No entanto, o feminismo tradicional hegemônico, estruturado a partir das experiências das mulheres brancas e burguesas, conta com características universalizantes e totalizadoras, que acabam por desconsiderar outras mulheres. Nesse sentido, o feminismo decolonial surge com a proposta de revisitar os conceitos modernos ligados ao feminismo hegemônico, ao considerar a interseccionalidade. A interseccionalidade é marco fundamental para compreender as diversas posições que as mulheres ocupam na sociedade e dar visibilidade a grupos que até então não eram considerados no “ser mulher”. A interseccionalidade traz como contribuição a consideração de que a divisão sexual de trabalho é também racial e de classe. Ademais, o conceito propõe para as ciências sociais uma análise sobre as diferentes formas de opressão e formas em que a “ferida colonial” se encarna nos corpos situados historicamente em processos particulares e locais. Considera-se importante, porém, tratar das críticas feitas ao conceito e apontar desafios teórico-metodológicos quanto à sua operacionalização. Em conclusão, o artigo aponta que existem interseccionalidades: as categorias de articulação variam de acordo com o grupo e seu contexto social, cultural e político.

Palavras-chave: Feminismo decolonial. Interseccionalidade. Divisão Sexual do Trabalho. Estudos de gênero.

Other epistemologies for gender studies: feminisms, intersectionality and the sexual division of labour under debate from Latin America

Abstract

Since its first wave, the feminist movement emerges as a proposal to combat inequalities between men and women, aiming to deconstruct the dominant masculine logic. However, traditional hegemonic feminism, based on the experience of white and bourgeois women, has universalizing and totalizing characteristics that end up disregarding other women. In this context, decolonial feminism emerges as a proposal to review modern concepts connected to traditional hegemonic feminism – thought for a bourgeois white woman – highlighting the concept of intersectionality. Intersectionality is a fundamental point to understand the various positions that women occupy in society, giving visibility to groups that, until now, were not considered in the imaginary of “being woman”. Moreover, intersectionality brings as contribution the fact that sexual division of labor is also racial and based in class. In addition, the concept proposes to social sciences an analysis of the different forms of oppression and ways in which the “colonial wound” is embodied in corps historically situated in particular and local processes.

Nevertheless, it is considered important to discuss the criticisms made to the concept and to point out theoretical-methodological challenges regarding its operationalization. As a conclusion, the article elucidates that what exists is, indeed, intersectionalities, that is, categories of articulation varying according to the group and its social, cultural and political context.

Key-words: Decolonial feminism. Intersectionality. Sexual division of labor. Gender studies.

Otras epistemologías para los estudios de género: feminismos, interseccionalidad y división sexual del trabajo en el debate desde América Latina

Resumen

Desde su primera ola, el movimiento feminista surge como una propuesta para combatir las desigualdades entre hombres y mujeres, con el objetivo de deconstruir la lógica masculina dominante. No obstante, el feminismo tradicional hegemónico, estructurado a partir de las experiencias de las mujeres blancas y burguesas, cuenta con características universalizantes y totalizadoras, que acaban por desconsiderar a otras mujeres. En ese contexto, el feminismo decolonial surge con la propuesta de revisar los conceptos modernos ligados al feminismo hegemónico tradicional, pensado para la mujer blanca burguesa, al considerar la interseccionalidad. La interseccionalidad es un marco fundamental para comprender las diversas posiciones que las mujeres ocupan en la sociedad y dar visibilidad a grupos que hasta entonces no eran considerados en el "ser mujer". La interseccionalidad trae como aporte la consideración de que la división sexual de trabajo es también racial y de clase. Además, el concepto propone para las ciencias sociales un análisis sobre las diferentes formas de opresión y formas en que la "herida colonial" se encarna en los cuerpos situados históricamente en procesos particulares y locales. Sin embargo, se considera importante tratar las críticas hechas al concepto y apuntar desafíos teórico-metodológicos en cuanto a su operacionalización. En conclusión, el artículo apunta que existen interseccionalidades: las categorías de articulación varían de acuerdo con el grupo y su contexto social, cultural y político.

Palabras clave: Feminismo decolonial. Interseccionalidad. División Sexual del Trabajo. Estudios de género.

Por qué Fracasan los Países: los orígenes del poder, la prosperidad y la pobreza

(Acemoglu, Daron y James A. Robinson, 2016, **Por qué fracasan los países: los orígenes del poder, la prosperidad y la pobreza**. Buenos Aires, 1a ed. 4a reimp., Ariel, 608pp. (Título original: *Why Nations Fail*. Nueva York 2012. Traducción: Marta García Madera))

Recibido: 17-10-2017

Aprovado: 30-10-2017

Rodolfo Magallanes ¹

El que tratamos es un libro con propósitos muy ambiciosos como lo indica su título y, más aún, lo reconocen los autores a lo largo del texto. Explícitamente, nada más y nada menos, pretenden ofrecer una teoría "sencilla" para explicar "las líneas generales del desarrollo político y económico **del mundo desde la revolución neolítica**" (Ibid., 500. Éste y todos los destacados siguientes son nuestros), lo que no escualquier pequeñez. Además, es un libro elogiado por personas, o deberíamos decir "firmas", muy prestigiosas. Por otra parte, los autores poseen un gran respeto en el ámbito de la disciplina económica y politológica. Finalmente, es un texto especializado voluminoso. Por todo ello, al menos preliminarmente, su lectura prometerse de gran provecho.

Sin embargo, todos estos atributos no nos aseguran los resultados ni nos ponen a resguardo de las verdaderas intenciones que los autores se proponen con este libro. Tampoco son suficiente aval del rigor científico y académico relativos con el que se tratan las ideas contenidas en él. Específicamente, el método usado en este libro se basa en una apreciación muy subjetiva y sesgada de hechos históricos y estructuras sociales muy diferentes y separadas a lo largo del tiempo y el espacio geográfico; en él se analizan formaciones sociales con muy diferentes características: sociales, culturales, étnicas, económicas, políticas, tecnológicas, etc. Los autores desestiman la mayoría de estas diferencias como meros detalles y afirman concentrarse en lo

¹ Profesor asociado Docente e investigador Instituto de Estudios Políticos Universidad Central de Venezuela.
Email: magallanuecv@gmail.com

relevante y lo que les es común y consustancial a todas (?). No obstante, asumen por ello en nuestra opinión una visión sociocentrista, *ideologizante* y justificadora de las instituciones que prevalecen en las sociedades de países capitalistas avanzados².

Los autores manifiestan concentrarse en lo que consideran esencial: las instituciones y los incentivos que de éstas derivan, motivando la conducta de los individuos; notablemente, de las élites y grupos (los individuos y clases subordinadas no son importantes para este análisis). Ponen su atención, principalmente, en las instituciones políticas y económicas. Particularmente, en las instituciones económicas mercantiles que conciben como propias del comportamiento y motivaciones humanas a lo largo de toda la historia de la humanidad. Por supuesto que para los autores lo que realmente merece llamarse historia e inicio del progreso de la humanidad coincide -casualmente- con el período de vigencia de la sociedad capitalista³. Y el progreso de la humanidad sigue el camino señalado por la acumulación y concentración de los capitales.

Básicamente, el libro persigue demostrar el proceso a través del cual ciertas áreas del mundo, significativamente, países capitalistas avanzados de occidente "...consiguieron transformar sus instituciones en una dirección más inclusiva... [e] impidieron el establecimiento de instituciones extractivas... eran más receptivas a la extensión de la revolución industrial y se adelantaron a las demás [áreas o regiones del mundo]. **No siempre fue un proceso exento de problemas...** en el camino se superaron muchos retos a las instituciones inclusivas gracias a la dinámica del círculo virtuoso o bien al devenir circunstancial de la historia." (Ibid., 151).

Los autores construyen una distinción binaria de estas instituciones, calificándolas de manera mutuamente excluyente como instituciones inclusivas o extractivas. La tesis central de este libro es que el "desarrollo y la prosperidad económicos están asociados con instituciones políticas y económicas inclusivas, mientras que las instituciones extractivas normalmente conducen al estancamiento y la pobreza" (Ibid., 115).

² "...los países ricos [por estos debemos entender sólo las potencias industrializadas occidentales] son los que tienen regímenes democráticos, respetan los derechos humanos y civiles, disfrutan de mercados que funcionan y, en general, de instituciones económicas inclusivas..." (Ibid., 517-8)

³ "...la mayor parte de la desigualdad del mundo apareció a partir de finales del siglo XVIII, poco después de la revolución industrial..." (Ibid., 66)

"Las instituciones económicas inclusivas implican la existencia de derechos de propiedad seguros y oportunidades económicas no solamente para la élite, sino también para la mayor parte de la sociedad" (Ibid., 97).

"Denominamos instituciones económicas extractivas a **las que tienen propiedades opuestas a las instituciones inclusivas**. Son extractivas porque tienen como objetivo extraer rentas y riqueza de un subconjunto de la sociedad para beneficiar a un subconjunto distinto" (Ibid., 98).

La manera imprecisa como los autores utilizan la evidencia histórica para pretender sustentar sus opiniones convierte esta distinción básica en un tópico. Un ejemplo, "[l]a experiencia del desarrollo económico durante la República romana fue impresionante, similar al resto de los ejemplos de desarrollo bajo instituciones extractivas, como la Unión Soviética" (Ibid., 205-6).

La secuencia de relaciones causales expuesta en este trabajo iría, por lo general, desde las instituciones políticas hacia la economía. Si bien no en todas las experiencias tratadas, es el caso por ejemplo de los llamados *círculos viciosos* de las sociedades con instituciones extractivas; por lo que los autores desconocen *a priori* que la dinámica económica -también en sociedades capitalistas- puede obedecer por su propia naturaleza a una dinámica extractiva, pretendiendo con ello que el carácter extractivo de las instituciones económicas derive siempre principalmente de **instituciones políticas** extractivas.

La prevalencia de una u otra forma de instituciones en una sociedad genera respectivamente dinámicas "viciosas" o "virtuosas" (que determinan su evolución o deriva institucional), tendientes a reforzar sinérgicamente la permanencia o resiliencia de tales formaciones sociales, lo que a su vez hace difícil el cambio social, la reforma o modificación de estas formaciones sociales. Aunque los autores niegan la existencia de "predeterminaciones", dejan la posibilidad de aquellas transformaciones al azar, e incluso a la ocurrencia de "accidentes": coyunturas, eventos críticos o cismas que promuevan su ocurrencia, en ausencia de los cuales tales cambios serían muy difíciles o imposibles.

Los autores admiten, no podrían menos, la posibilidad de crecimiento de sociedades que denominan extractivas; emblemáticamente, la ex-URSS y China, pero concluyen que este crecimiento está destinado siempre al estancamiento, al rezago tecnológico ya la inestabilidad; en ningún caso se trataría de un crecimiento de largo plazo, debido sobre todo a que las ganancias de las élites en estas sociedades incentivan el conflicto. ¿Cómo pueden desestimar los autores entonces la elevada concentración del ingreso -reconocida a su vez por muchísimos investigadores- actualmente existente en sociedades calificadas aquí como inclusivas? ¿Son las desigualdades en países capitalistas y, por lo tanto, con instituciones “inclusivas” refractarias al conflicto? ¿Son suficientes los incentivos existentes en esas sociedades capitalistas para lograr que los empresarios reinviertan una porción -no digamos creciente- al menos constante de los beneficios o utilidades en el proceso productivo y así contribuir al progreso continuo; supuesto negado por la teoría económica al menos desde Keynes? Tampoco entendemos la insistencia de los autores en aseverar la inestabilidad del crecimiento económico en las sociedades calificadas como extractivas, pues en términos comparados la data disponible no es relevante; sobre todo, si tomamos en cuenta la evidencia histórica disponible en ambos ejemplos destacados, en los que podríamos verificar series de crecimiento económico continuo que se extienden hasta por 30 a 50 años, y que contrastan con la inestabilidad típica del crecimiento en las economías capitalistas o de mercado.

Para estos autores, "[g]arantizar el derecho a tener propiedad privada es crucial, ya que solamente quienes disfruten este derecho estarán dispuestos a invertir y a aumentar la productividad... Es imprescindible que la mayoría de los integrantes de la sociedad puedan disfrutar de estos derechos" (Ibid., 96-7). No se pasean los autores siquiera por el aparente dilema o paradoja lógica que esta aseveración encierra, ya que, para poder ser cierta, debe ser simultáneamente falsa; es decir, para que unos individuos deban disponer de derechos de propiedad y más, para que puedan disponer crecientemente de este derecho, un número también creciente de individuos debe carecer de la misma; y ser, por tanto, pobres. Esto es, el derecho de propiedad de unos pocos y, aún más, el creciente derecho de unos pocos a apropiarse del mundo, implica el despojo también creciente de este derecho a muchos.

Nos luce igualmente desconcertante que los autores no ponderen suficientemente en su análisis la importancia de los casos según los que en un mismo momento y lugar puedan existir, y

de hecho existan históricamente instituciones inclusivas y extractivas, lo que interpretamos como muestra de su empeño en justificar las instituciones de las sociedades capitalistas (ver pp.520ss), las cuales resultan siempre -aún en sus etapas primigenias- calificadas como inclusivas. Sobre todo, si tomamos en cuenta -a lo largo del texto-las numerosas descripciones de la historia del mundo capitalista, en las cuales resulta notorio el contacto entre sociedades "adelantadas", "progresistas", con instituciones "inclusivas", y otras sociedades "rezagas", "retrógradas", con instituciones "extractivas", entre las cuales se establecieron relaciones en las que las segundas eran expoliadas o explotadas por las primeras; por lo que podríamos válidamente afirmar que unas sociedades inclusivas podrían imponer -y de hecho imponen- a otras sociedades relaciones o instituciones extractivas, notablemente con el extranjero, sin embargo también ocurre a lo interno.

Nos desconcierta esta omisión de los autores, ya que al menos una parte del supuesto "progreso" de las sociedades con instituciones "inclusivas" puede deberse entonces a las relaciones con instituciones extractivas que estas imponen a lo interno o a otras sociedades, admitan o no calificarlas formalmente como "extractivas"; lo que debilita consecuentemente -al menos en nuestra opinión- el argumento de los autores a favor de la distinción clara entre ambos tipos de sociedades e instituciones, y arroja dudas sobre la dirección y secuencia real de las relaciones causales entre el tipo de instituciones e incentivos en sociedades reconocidas como inclusivas y el progreso general de distintas formaciones sociales. De facto, no pueden dejar de reconocer esta realidad los autores: "...la rentabilidad de los imperios coloniales europeos **a menudo se basaba**[?] en la destrucción de Estados independientes y de economías indígenas de todo el mundo..." (Ibid., 320). Nos preguntamos, si ha sido así en algún momento prolongado en el pasado, incluso uno no muy lejano, por qué los autores descartan la posibilidad de que esta realidad pudiera prevalecer en la actualidad y en el futuro. A pesar de lo sugerente y probable que esta posibilidad resuene al menos en el cerebro de los comunes; de manera muy desconcertante, esta hipótesis histórica no merece mayor discusión a los autores.

Aún más desconcertante resulta este hecho, pues reconocen los autores que incluso al interior de una misma sociedad o país pueden existir simultáneamente instituciones extractivas e inclusivas en un mismo período histórico. A pesar de todo lo cual insisten en señalar la validez de su enfoque, así como suponen a priori que las instituciones extractivas refuerzan instituciones

extractivas y las instituciones inclusivas se refuerzan a sí mismas, y su relación con el crecimiento y progreso económicos, de manera recíprocamente excluyente; sin considerar los casos en que ambos tipos de instituciones interactúan en una realidad social contradictoria, dejando extrañamente inexplicado este caso frecuente, que para los autores parece ser excepcional, aunque no les es desconocido. Por ejemplo: "...la industrialización se desarrollaba en algunas partes del mundo, pero no en las que formaban parte de los imperios coloniales europeos, que no tuvieron ninguna oportunidad de beneficiarse de aquellas nuevas tecnologías." (Ibid., 297) Y agregaríamos que la población de los territorios menos desarrollados e industrializados usualmente ha sido esclavizada o exterminada, ha sufrido la extracción compulsiva de un excedente económico y le han sido impuestas formas políticas de dominación, por poderes no sólo internos, sino también provenientes o en alianza con naciones o potencias extranjeras, caracterizadas en este libro también por poseer instituciones políticas y económicas "¿inclusivas?". Véanse, también en este libro, pp.295ss.

Este último rasgo, nos lleva a concluir sobre este finalmente largo trabajo que se trata de un análisis con un enfoque funcionalista y con débil soporte empírico, conforme con el cual la evidencia histórica es interpretada de manera muy simple, sesgada y "sociocentrista". A su vez dicho enfoque está desprovisto de la noción de proceso histórico, y según el cual la dinámica social carece de agentes sociales y de la noción de conflicto entre éstos, conflictos que otros pensamos pueden ser históricamente acotados y especificados. Es este un enfoque según el cual las estructuras al interior de las sociedades cumplen una finalidad, función o utilidad práctica común a todas las sociedades y, por lo tanto, serían independientes de la evolución o del proceso histórico, y se ajustarían a la finalidad de individuos o grupos definidos de manera abstracta y sencilla; de la manera más simple como pueden ser aquellos concebidos sin considerar el devenir histórico; quienes terminarían configurando a su vez órdenes sociales más o menos armónicos, obedeciendo a una utilidad o ideal práctico, político o principio ético general metafísicamente definido a priori. Finalmente, se trata de un enfoque cuya utilidad científica es muy cuestionable, resultado de abstracciones y elucubraciones que lucen caprichosas y que difícilmente podría reclamar reconocimiento ni validez universales.

Gerónimo de Sierra: Cincuenta años de Sociología Política- Uruguay y América Latina

(SIERRA, Gerónimo de. Prólogo de Alberto Riella. Buenos Aires: CLACSO, 2017)¹.

Recebido: 30-05-2017

Aprovado: 05-06-2017

Marcos Antônio da Silva ²

Apesar dos avanços recentes, grande parte da realidade e do pensamento social latino-americano, principalmente a produção recente, seguem ignorados ou desconhecidos no Brasil. Neste sentido, a história, cultura e a dinâmica social e política de inúmeros países, com os quais partilhamos um passado, presente e futuro comuns, permanecem distantes da formação e da visão nacional e, embora se ouça falar, superficialmente de países como Argentina, México ou Venezuela, inúmeras outras nações, como o Uruguai, permanecem como uma terra distante, desconhecida e, quase, exótica.

Se isto ocorre no plano histórico ou cultural, tal distanciamento é aprofundado no que se refere a academia, dominada pela centralidade intelectual dos países do norte, pela presença majoritária de pensadores europeus e estadunidenses, variando sua intensidade conforme as diversas disciplinas e, principalmente, pela incorporação acrítica de visões, conceitos e escolas, geralmente descolados de nossa realidade. Neste âmbito, mesmo na área do pensamento social, a produção latino-americana segue ignorada, com raras exceções, e a elaboração, as temáticas e concepções desenvolvidas por intelectuais latino-americanos pode ser apontado como um vasto campo a ser explorado e divulgado.

Desta forma, esta obra constitui um passo fundamental, e muito instigante, para o (re) conhecimento da produção latino-americana recente e a comprovação da estatura

¹ Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20170922113446/Geronimo_De_Sierra.pdf

² Professor do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutor em Estudos sobre a Integração Latino-Americana (PROLAM/USP). Membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre a América Latina (LIAL). Email: marcosilva@ufgd.edu.br

e importância da produção do sociólogo uruguaio Gerónimo de Sierra para a compreensão das sociedades latino-americanas e, principalmente, do Uruguai e do Cone Sul da América Latina. Vale destacar que Gerónimo possui vínculos acadêmicos com o Brasil, tendo atuado ou trabalhado, desde os tempos de exílio, em instituições e foi, recentemente, vice-reitor da Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA).

A obra é parte integrante da série ‘Trayectorias’ da coleção **Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño**, publicada pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

O Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) é uma instituição não-governamental, criada em 1967 e associada a UNESCO, que reúne cerca de 394 centros de pesquisa, programas de pós-graduação ou instituições em ciências humanas e sociais de 26 países da América Latina. Além deste, também são filiadas diversas instituições de EUA, Europa, África e Ásia que se dedicam ao estudo de temas latino-americanos³.

Desde o seu surgimento, CLACSO se tornou um espaço de reflexão autônoma das questões latino-americanas, de desenvolvimento do pensamento social e crítico e do compromisso com a superação da pobreza e desigualdade, através da construção de um caminho alternativo próprio. Neste sentido, as coleções produzidas realçam a importância de CLACSO para a construção e difusão do pensamento latino-americano⁴, procurando incentivar a produção própria, a compreensão autônoma e a construção de um caminho latino-americano para o desenvolvimento das ciências e, principalmente, das sociedades latino-americanas.

Além disto, tal entidade tem realizado uma intensa campanha para o acesso aberto ao conhecimento, disponibilizando em seu portal, grande parte da produção mencionada e das publicações de seus grupos de trabalho, de seus concursos e de seus centros afiliados.

Como já apontamos, a obra pertence a coleção **Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño**, que é composta por diversos livros fundamentais para compreender o pensamento social latino-americano e caribenho, clássico e

³ Para maiores informações sobre CLACSO, suas atividades, publicações e oportunidades ver o seguinte sítio: <http://www.clacso.org.ar>

⁴ O Brasil possui, até o momento, cerca de 51 instituições, programas de pós-graduação ou centros de pesquisa filiados.

contemporâneo, organizados em cinco séries: Trayectorias, Países, Pensamientos Silenciados, Miradas Lejanas e CLACOS/SIGLO XXI (publicação conjunta). Todas estão em fase de publicação e, depois de finalizadas, irão contar com mais de 50 títulos que devem reunir a contribuição de mais de 350 autores de diversos campos sobre o pensamento latino-americano.

A série Trayectorias, na qual se insere a obra sobre Gerónimo de Sierra, reúne os textos mais importantes e representativos de destacados intelectuais latino-americanos e possui, até o momento, as seguintes publicações:

- **“Gino Germani: la sociedad en cuestión”** (CLACSO/UBA, 2010) organizada por Carolina Mera e Julián Rebón reúne textos emblemáticos deste importante pensador argentino, apresentando sua contribuição na consolidação das ciências sociais, especialmente a sociologia, e na tentativa de explicar as mudanças que a sociedade argentina e, de certa forma, toda a América Latina passaram ao longo do século passado, em torno da noção de modernização e seus impactos econômicos, políticos e sociais;

- **“Anibal Quijano: cuestiones y horizontes”** (CLACSO, 2014) com a seleção de Danilo Assis Clímaco, discute a obra deste fundamental pensador peruano, procurando demonstrar sua importância na construção de um Pensamento Decolonial, que questiona o lugar periférico e subalterno da América Latina, derivado da visão eurocêntrica da ciência e do poder;

- **“Miguel Soler Roca: educación, resistencia y esperanza”** (CLACSO, 2014) reúne textos deste pensador uruguaio/catalão sobre as políticas públicas na região, principalmente no campo educacional, discutindo sua visão sobre a educação enquanto processo humano, social e político, e sua relação com o desenvolvimento e os desafios do mundo contemporâneo;

- **“Roberto Fernández Retamar: Pensamiento anticolonial de Nuestra América”** (CLACSO/CASA DE LAS AMÉRICAS, 2016), que apresenta as contribuições deste importante intelectual cubano que, fundamentando no pensamento martiano, critica a racionalidade instrumental e colonial presente nas leituras sobre a América Latina, questionando a dicotomia barbárie e civilização ou Ocidente e Oriente, e a colonialidade atual, que perpassa todas as dimensões da vida latino-americana e sua inserção no sistema internacional;

- **“Fernando C. Gutiérrez: la construcción social de los derechos y la cuestión social del desarrollo”** (CLACSO, 2017), que apresenta as contribuições deste pensador boliviano, que atuou em diversos países, sobre a construção dos direitos e os entraves do desenvolvimento social, analisando como nossas sociedades, instituições e práticas sociais tem silenciado a demanda de amplos setores da população ou apresentado projetos insuficientes para solucionar os verdadeiros problemas latino-americanos;

- **“Eduardo Archetti: Antología Esencial”** (CLACSO, 2017), reunindo trabalhos deste instigante antropólogo argentino, discutindo a cultura argentina e de outras regiões latino-americanas, tanto em sua dimensão rural ou agrária como em relação a construção dos elementos constituintes da nacionalidade, numa perspectiva e antropologia crítica;

- **“José Aricó: Dilemas del Marxismo en América Latina”** (CLACSO, 2017), que reúne textos deste marxista argentino, demonstrando sua contribuição para a divulgação e a incorporação crítica do pensamento gramsciano na região e suas análises mais recentes sobre a crise, os desafios e as alternativas do pensamento crítico no contexto atual;

- **“Franz J. Hinkelammert: La vida o el capital- el grito del sujeto vivo y corporal frente a la ley del mercado”** (CLACSO/ALAS, 2017), reunindo trabalhos deste filósofo alemão/latino-americano e sua crítica a centralidade do mercado, no capitalismo contemporâneo, refletindo sobre as tensões entre fetichismo e autonomia e entre dominação e emancipação e como estas tem impactado as sociedades latino-americanas;

- **“Norma Giarracca: Estudios rurales y movimientos sociales: miradas desde el Sur”** (CLACSO, 2017), apresentado a trajetória desta importante socióloga argentina e suas contribuições, a partir da sociologia rural, para pensar o campesinato, os movimentos sociais do campo e as transformações recentes do mundo rural, inclusive a expansão do agronegócio e do extrativismo e seus efeitos;

- **“Elsie Rockwell: Vivir entre Escuelas: relatos y presencias”** (CLACSO, 2018), que reúne trabalhos desta importante educadora mexicana, apontando sua contribuição para a educação dos setores marginalizados que incorpora uma perspectiva etnográfica e histórica do processo educacional, propiciando o desenvolvimento de uma

perspectiva crítica e emancipadora de indígenas e camponeses e discute, a partir da diversidade escolar do México, o trabalho docente e o cotidiano escolar de comunidades não-tradicionais e que devem incorporar outras formas de conhecimento e escrita;

- **“Fernando Martínez Heredia: Pensar en tiempos de Revolución”** (CLACSO, 2018), que apresenta a obra deste grande pensador cubano, falecido recentemente, e seu imprescindível trabalho para o desenvolvimento de um marxismo latino-americano efetivamente crítico, criativo e revolucionário, associado ao processo revolucionário cubano, a contribuição de clássicos como Che Guevara e os seus desafios contemporâneos.

O trabalho sobre a obra de Gerónimo de Sierra, se insere na dinâmica da coleção, apresentando, de antemão, duas características compartilhadas por estes autores: por um lado, demonstra a unidade entre a obra (as temáticas e as reflexões) e a dinâmica social e política de seu país e região, produzindo um pensamento que procura estar a serviço da transformação social e da construção de sociedades mais justas e solidárias.

Por outro lado, estas obras demonstram que estes autores procuram associar compromisso e sensibilidade social com rigor intelectual, desenvolvendo um pensamento que possa compreender, em profundidade, as características de suas sociedades, desenvolvendo uma crítica profunda da sociedade realmente existente e apontando, na medida do possível, às alternativas necessárias.

Sendo assim, como o título indica está estruturada em dois eixos que estão interligados e associados: a análise da dinâmica política e social do Uruguai, desde a segunda metade do século XX, e, em seguida de forma complementar, da América Latina, considerando a dinâmica e a análise de temáticas mais recentes associadas, principalmente, a Integração Regional e ao desenvolvimento da Sociologia.

Neste sentido, o primeiro eixo, a análise da dinâmica política e social do Uruguai é composto por quatro partes, reunindo inúmeros trabalhos. Na primeira parte, “El Uruguay batllista y su crisis”, são reunidos textos sobre a estrutura social e política do Uruguai, discutindo sua história recente, considerando a consolidação e a crise da democracia neste país derrocada por uma ditadura militar, analisados a partir das noções de ‘capitalismo democrático’ e ‘populismo democrático’.

A segunda parte, intitulada “Ascenso y consolidación de la dictadura cívico-militar”, analisa os elementos que permitiram a ascensão da ditadura militar uruguaia, discutindo sua especificidade, demonstrando o esgotamento do capitalismo democrático no país e, em seguida, analisa a dinâmica de tal ditadura e o começo de seu esgotamento, econômico e político, no início dos anos 80. A terceira parte, denominada de “La transición democrática: política y Estado”, que discutem o complexo processo de transição política, do país e da região, considerando os desafios da redemocratização do Estado e da Sociedade, considerando as distintas posições e grupos políticos, e, em seguida, analisa os impactos do pensamento neoliberal, sua visão elitista e tecnocrática, na reconstrução do país.

A quarta, e última parte, intitulada “Los procesos electorales y su contexto socioeconómico” reúne trabalhos que versam sobre as recentes mudanças políticas no sistema político e de partidos do Uruguai, com a ascensão da Frente Ampla, como principal força de centro-esquerda e, posteriormente, como força eleitoral majoritária e sua atuação no sistema uruguaio, bem como os desafios para sua consolidação.

O segundo eixo do trabalho se fundamenta, em interação com a dinâmica uruguaia, no desenvolvimento de temáticas relacionadas à América Latina e é composta de três partes. A primeira, denominada de “América Latina: países y procesos”, analisa, como indicado, tanto processos gerais referentes a região nas últimas décadas (como os impasses da redemocratização, os efeitos do neoliberalismo, a crise do desenvolvimento e a emergência de uma nova visão sobre a Integração Regional, tema que será fundamental mais adiante) como a realidade social e política de países específicos, como Cuba, México e Brasil, dentre outros.

A segunda parte, intitulada “Integración regional”, apresenta trabalhos que discutem a dinâmica e os desafios do processo de Integração Regional, temática que adquiriu importância crescente na obra do autor, considerando a inserção do Uruguai e suas forças políticas, como o recente processo de ampliação e fortalecimento institucional e político do MERCOSUL, combinado com o ciclo de ‘governos progressistas’ no Uruguai, Argentina, Brasil, Bolívia, Venezuela e, até certo momento, Paraguai. Constitui-se numa perda analítico a ausência, por razões relacionadas aos limites de prazo para publicação, a ausência de uma análise mais recente, considerando a dinâmica política e a ascensão de novas forças, desmobilizadoras do processo de Integração Regional, em Brasil e Argentina, principalmente.

Finalmente, a última parte, denominada de “Las ciencias sociales en Uruguay y América Latina”, analisa o desenvolvimento das ciências sociais, com ênfase na sociologia, no Uruguai e na América Latina, considerando seu impulso inicial e seu desenvolvimento acadêmico, discutindo as temáticas clássicas (desenvolvimento, modernização, regimes autoritários, globalização, ...) que marcaram sua consolidação. Além disto, discute o processo de profissionalização tardia desta ciência em nossas sociedades e como isto tem afetado a atuação de sociólogos e a relevância desta, submetidos aos desafios do poder crescente dos mercados, inclusive na academia.

Da obra, além dos aspectos já mencionados, outros elementos merecem destaque. Como demonstram os textos, o autor consegue captar, com acerto, a dicotomia entre a unidade e a diversidade que caracterizam a América Latina, principalmente, ao destacar as assimetrias entre os países e a dinâmica política e social das pequenas nações.

Além disto, o trabalho é marcado pela convergência frutífera entre uma abordagem interdisciplinar, com destaque para a sociologia política, e a utilização de múltiplos enfoques metodológicos, enriquecendo e ampliando o escopo analítico. Por fim, vale mencionar que a obra põe em relevo a contribuição de Gerónimo para a área de Estudos Comparados, produzindo uma abordagem que consegue combinar o global e o regional, o regional e o local e uma análise multidimensional da conjuntura para compreender as sociedades latino-americanas, derivada de seu diálogo e atuação em instituições como a CEPAL, ALAS, CLACSO e FOMERCO, dentre outras.

Diante disto, torna-se evidente a importância e a estatura intelectual deste autor, que combina profundidade teórica e compromisso social, como destaca Alberto Riella, no prólogo, ao mencionar que: “En síntesis, su larga trayectoria y su destacada actividad académica lo convierten hoy en una de las figuras más notorias de los estudios latinoamericanos. La compilación de su obra será, sin duda, un gran legado para el pensamiento del continente, y servirá de inspiración para que los actuales y futuros pensadores exploren nuevas reflexiones sobre los grandes problemas de América Latina” (Alberto Riella, 2017, p. 15).

Sendo assim, é possível apontar que a obra, assim como toda a coleção de CLACSO, ao apresentarem trajetórias fundamentais do pensamento latino-americano contemporâneo, torna-se fundamental para o conhecimento da América Latina dos

problemas recorrentes e seculares que afetam a região (desigualdade, dominação, submissão, silenciamentos,...) e a construção de alternativas, alicerçadas na construção de direitos efetivos, de respeito as culturas e povos originários, de desenvolvimento económico e social, de democracia participativa e inclusiva e justiça social. Boa Leitura!!!